

PMF 2012

***Refundação Orgânica para
uma Cidade Feliz***



ACIF
Associação Comercial
e Industrial de Florianópolis



PMF 2012

***Refundação Orgânica para
uma Cidade Feliz***



Índice

Apresentação	5
1. Introdução	8
2. Gestão Fiscal e Previdenciária	10
3. Barreiras que limitam novos projetos	10
4. Pesquisa de Opinião	11
5. IDH - Índice de Desenvolvimento Humano	11
6. Redes de Proteção	11
7. Estrutura Orgânica Atual e Alterações	13
8. Proposta do Novo Organograma da Prefeitura	14
9. Organograma Baseado nas Atividades	15
10. Organograma Conceitos	15
11. Nomenclatura da Estrutura Orgânica	16
12. Organograma Geral	18
13. Secretarias Centrais	18
Comcidade.....	18
Procuradoria Geral do Município.....	23
Secretaria da Casa Civil do Município.....	26
Secretaria da Comunicação Social.....	29
Secretaria de Coordenação dos Conselhos Municipais.....	32
Secretaria da Administração.....	38
Secretaria Municipal de Ciências e Tecnologia.....	41
Secretaria Municipal de Defesa do Cidadão.....	48
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico (Indústria, Comércio, Serviços, Rural e Pesca).....	57
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (Idoso, Criança, Adolescente, Família, Mulher).....	63
Secretaria Municipal da Educação.....	68
Secretaria Municipal da Fazenda.....	77
Secretaria Municipal de Infra-estrutura e Mobilidade Urbana.....	82
Secretaria de Saneamento Ambiental e Habitação.....	87
Secretaria Municipal de Saúde.....	98
Secretaria Municipal de Turismo.....	105
Secretaria Municipal Urbanismo e Serviços Públicos.....	113
14. Secretarias Regionais	117
Secretaria Regional do Continente.....	117
Secretaria Regional Leste.....	121
Secretaria Regional Norte.....	125
Secretaria Regional Sul.....	129
15. Administração Indireta	133
Amas - Agência Municipal de Aguas e Saneamento Básico.....	134
Comcap - Companhia Melhoramentos da Capital.....	138
Companhia Municipal de Engenharia de Transportes e Tráfego de Florianópolis - Comtraf.....	143
Fundação Cultural de Florianópolis - Franklin Cascaes.....	154

Fundação Municipal de Esportes.....	161
Fundação Municipal do Meio Ambiente - Floram.....	166
Ipuf - Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis.....	172
16. Anexos	184
16.1 - Orçamento Municipal por Secretarias.....	185
16.2 - Tabela de Cargos.....	188
16.3 - Índice de Desenvolvimento Humano.....	189
16.4 - IDH 20 Melhores Cidades Do Brasil.....	189
16.5 - Prêmio Sebrae.....	190
16.6 - Índice de Responsabilidade Fiscal, Social e de Gestão dos Municípios Brasileiros, Atribuídos pela Confederação Nacional dos Municípios.....	190
16.7 - Dez Melhores Cidades do Mundo.....	191
16.8 - Leis Pertinentes ao Trabalho.....	192
16.9 - Estrutura Organizacional da Prefeitura de Adelaide, Australia.....	193
16.9.1 - Estrutura Organizacional da Prefeitura de Adelaide, Australia com Atribuições de cada Departamento.....	194
16.10 - Estrutura Organizacional da Prefeitura de Melbourne, Australia.....	195
16.11 - Estrutura Organizacional da Prefeitura de Sydney, Australia.....	196
16.12 - Estrutura Organizacional da Prefeitura de Vancouver, Canada.....	197
16.13 - Estrutura Organizacional da Prefeitura de Zurich, Alemanha.....	198
16.14 - Estrutura Organizacional da Prefeitura de Vienna, Austria.....	199
16.15 - Nomenclaturas de Secretarias mais frequentes nas Prefeituras.....	200

Participaram da elaboração deste documento	201
---	------------

PMF 2012 - Refundação Orgânica para uma Cidade Feliz

Senhores Eleitores Contribuintes, Senhores Candidatos

As Entidades da sociedade civil organizada vivem a inquietude dos jovens. Todas se agitam, se arvoram na defesa dos interesses comunitários, apresentam projetos, aqui, acolá, poucos prosperam. Há um bom número de Conselhos Municipais sobre os mais diferentes segmentos, muitos, sem nenhuma objetividade, desativados ou não implantados. É uma lástima, logo eles que deveriam representar a sociedade civil na estrutura do poder, oferecendo suas sugestões.

Fomos buscar as razões destes prejuízos. De imediato identificamos um "vácuo de planejamento" na estrutura organizacional. A cidade não tem como se expressar. Se a cidade não contar com um poderoso Instituto de Planejamento, receptor dos projetos populares, os "salvadores da cidade", continuarão a esbravejar pelos quatros cantos, falar mal do prefeito em exercício, mas o que é pior, perdem-se excelentes projetos e idéias que poderiam e deveriam ser abraçadas pelo poder público.

Precisamos resgatar a importância do Planejamento Urbano. É preciso que os projetos das Entidades sejam transformados em "público", do governo, da sociedade. Para isso só há uma solução serem recepcionados pelo IPUF e em seguida, examinados por seus técnicos para serem inseridos na grade de investimentos futuros da Administração Pública.

Na ausência do Planejamento vociferam os mais desconcertantes críticos tanto da "esquerda quanto da direita", muitos sinceros, mas os mais finos são os chamados "grupos ideológicos" que querem deter, frequentemente, o "monopólio da sabedoria do planejamento urbano". Estes não desejam ver a cidade avançar, constroem dificuldades, paralizam projetos, fazem o "custo Floripa" dos investimentos ficar elevado. Se o IPUF for um órgão forte, voltado exclusivamente ao planejamento, ao futuro, por certo, as queixas tão freqüentes "de que a cidade esta abandonada" deveram cessar.

De não menos importância foi encontrar uma estrutura orgânica "velha" do tempo do disco de vinil. Os equívocos são expressivos. O Organograma de um empresa, de uma associação, de uma Secretaria serve para retratar a realidade da Entidade, a sua organização, como fluem as responsabilidades e consequentemente, a própria autoridade. Neste sentido a estrutura organizacional encontrada é uma verdadeira "torre de Babel". Os organogramas não guardam similaridade entre si, cada Secretaria tem o seu próprio organograma, algumas, em vez de demonstrar os órgãos, exibem os cargos dos ocupantes. Não há "diálogo" com os organogramas do Estado e do Governo Federal. Em consequência destes equívocos o Orçamento Público Municipal também vem eivado de distorções. Tudo isso precisa ser corrigido e as propostas deste trabalho vão nesta direção.

A tão decantada participação popular esta longe de ser atendida. Qual a forma institucional da população participar? Através dos conselhos municipais, sem dúvida. São 25 conselhos existentes, muitos desativados. Não se sabe se por desinteresse das populações ou por esperteza política, a verdade é que estes

Conselhos não funcionam.

Diante destas dificuldades, os técnicos passaram os últimos 8 meses estudando e construindo uma estrutura considerada ótima. Foram pesquisadas as 10 melhores prefeituras do mundo, as prefeituras premiadas pelo SEBRAE e os elementos considerados importantes para o premio DUBAI.

Para cada Secretaria foram oferecidos os elementos necessários a se construir o seu respectivo Plano Municipal. A estrutura Organizacional ficou "enxuta" e dentro das necessidades de uma boa administração.

O número de técnicos envolvidos foi expressivo. Todos, voluntariamente emprestaram a sua colaboração técnica ora propondo, ora revisando, para que o trabalho atingisse uma qualidade técnica extraordinária. A todos eles um agradecimento especial e a certeza de que suas contribuições haverão de melhorar o padrão gerencial do futuro governante.

O presente documento não se encerra em si mesmo, é um instrumento de ajuda, de contribuição, ao futuro governante e sua equipe. Por exemplo, estão oferecidas as informações básicas para se resolver o futuro de Florianópolis na questão Saneamento Básico e Habitação. As leis citadas dão todas as condições de resolver a questão. Não faltam recursos financeiros basta apenas uma determinação política de buscar a solução. O transporte urbano de massa depende de um trabalho conjunto das cidades conurbadas. A tarifa única metropolitana se impõe. Alternativas auxiliares ao ônibus, como os teleféricos e o transporte marítimo são investimentos que a iniciativa privada quer realizar. Em outras áreas depende-se de uma boa gestão administrativa. A segurança, por exemplo, deve ser assumida pelo município. O Secretário de Defesa do Cidadão deveria ser a autoridade máxima na cidade para encaminhar as soluções nesta área. Deveria ser o "xerife" a comandar as ações de forças tarefas, compreendendo os demais órgãos envolvidos, estaduais e federais.

Finalmente vale ressaltar que todo o esforço da municipalidade será na direção de se candidatar a conquistar o Prêmio Dubai. Para isso a meta será obter um IDH de 0,968, nos próximos 16 anos, número obtido pela Noruega, atualmente.

Atenciosamente

ADM. Dilvo Vicente Tirloni
Coordenador do Projeto



Responsabilidade Social Institucional



Os tempos modernos têm evidenciado a aproximação da sociedade civil organizada das decisões político-administrativas dos governos em todas as suas esferas. A criação dos órgãos colegiados locais e nacionais, bem como a proliferação de instituições representativas das comunidades e de segmentos da sociedade são prova indubitável do amadurecimento da democracia. Isso decorre basicamente de um certo descrédito nas formas tradicionais de representação. Nesse sentido, parece claro que estamos vivendo um novo momento na vida social de nosso país, momento em que os conceitos de cidadania e participação passam a exercer importante referência na condução dos destinos de nossas cidades.

De uma ótica, a efetividade desse novo momento depende diretamente do estabelecimento claro de regras de vinculação por parte dos poderes centrais estabelecidos. Depende também, no entanto, do reconhecimento por parte da sociedade civil organizada da responsabilidade que a cabe de representar sua categoria no sentido de propor e discutir, de maneira ética e séria, os assuntos de interesse coletivo.

É dentro desse espírito que nasce o PMF 2012. A ACIF, no auge dos seus 93 anos de serviços prestados ao município e ao Estado, busca adequar a sua maneira de atuação a esses tempos modernos. Nesses anos que passaram, numerosas foram as intervenções positivas que a entidade, capitaneada pelos seus líderes, realizou na história do desenvolvimento de nossa cidade. Mas isso ainda era muito tímido para uma entidade que representa mais de 1.600 empresas.

Cientes da incumbência que temos de representar a classe empresarial, segmento que lidera a produção das riquezas e oportunidades de nossa cidade, não seria responsável continuarmos agindo reativamente às demandas sociais que nos são pontualmente apresentadas. A responsabilidade social de nossa instituição precisava reconhecer o papel que temos de antecipar as demandas sociais.

As instituições precisam entender que representar a sociedade civil na modernidade vai além de criticar e fiscalizar. A responsabilidade social institucional dentro desse novo contexto envolve ter as condições de reunir humildade, pluralidade, profundidade, amplitude e objetividade para enfrentar os problemas, que costumam não ser simples, e propor soluções criativas e aplicáveis às demandas permanentes da sociedade.

É com a tranquilidade de estar dentro do conceito de associativismo e participação comunitária modernos que subscrevemos o presente trabalho. Não temos dúvidas que as demandas apresentadas por nossa cidade são bastante complexas e que a solução dos problemas vai além da simples sistematização em um documento. Mas, como toda caminhada se inicia pelo primeiro passo, entendemos que a "busca das soluções criativas e aplicáveis" decorre diretamente de um trabalho dessa natureza.

Com a humildade de reconhecer que as soluções para os problemas mais antigos podem estar mais perto do que imaginamos, iniciamos o trabalho por uma abordagem comparativa com algumas municipalidades nacionais e internacionais que se

destacam. A pluralidade, por sua vez, foi garantida através da formação de uma dinâmica seqüencial de discussão, não partidarizada, mas que envolveu participantes dos mais diversos perfis: empresários, líderes institucionais, técnicos, funcionários públicos, professores e estudantes. Todos os interessados no tema, em especial cada um dos associados da entidade, puderam exercer opinião e influência no resultado final. A escolha criteriosa de participantes com experiência e/ou competência diferenciada nas suas especialidades garantiu a profundidade e tecnicidade necessárias para o enfrentamento das questões apresentadas.

Mas é sobre a amplitude e objetividade que reside o principal diferencial desse material. O documento que hora apresentamos aborda de maneira direta e objetiva praticamente toda a problemática que envolve a gestão pública municipal. Desde a estrutura orgânica ideal, às questões atinentes à rede de proteção social, passando pela gestão da administração indireta municipal, todos os temas são tratados. E o produto final ficou ainda mais significativo a partir do momento em que procura estabelecer orientações práticas sobre iniciativas e projetos a cada uma dessas áreas.

Os postulantes a cargos eletivos, os gestores municipais e a sociedade civil como um todo terão no PMF 2012 um documento maduro e consistente para consulta e apoio na tomada das principais decisões acerca do futuro de nossa capital. Mesmo reconhecendo a complexidade dos problemas, e com a humildade de entender que as decisões sempre devem envolver um debate pormenorizado, sabemos que a pluralidade, a profundidade e em especial a abrangência e objetividade presentes nesse documento fazem dessa uma contribuição histórica da sociedade civil organizada de Florianópolis para a municipalidade.

É estruturada em ações desse sentido que a ACIF pretende se modernizar a fim de participar ainda mais efetivamente da vida de nossa cidade. Continuaremos atendendo as demandas pontuais, como sempre fizemos, mas seremos muito mais ativos no sentido de encampar junto com os poderes constituídos a busca pela solução dos problemas de nossa municipalidade. E obviamente, como quem contribui tem mais legitimidade para cobrar, seremos incansáveis no sentido de exigir do poder público o cumprimento de suas prerrogativas, fazendo jus ao ofício que nos foi dado de representar as empresas e os empregos de Florianópolis.

Doreni Caramori Júnior

Vice-Presidente da Associação Comercial e Industrial de Florianópolis - ACIF

META: IDH DE 0,968 PRÓXIMOS 16 ANOS**O maior IDH do Brasil**

Há dez anos São Caetano do Sul, no ABC paulista, ostenta a maior nota nacional no Índice de Desenvolvimento Humano (0,919), que mede a qualidade de vida com base em três indicadores (renda per capita, alfabetização e expectativa de vida). (Veja edição 2070)

1. Introdução

Disco de vinil, vitrola, ferro de passar roupa a carvão, máquina de escrever, telex, são bons exemplos para dizer que o organograma da PMF é desse tempo. Abriga conceitos da década de 1970 em pleno século XXI. Aqui reside o calcanhar de Aquiles da Administração Pública Municipal.

A Dubai International Award for Best Practices foi criado em 1995. É um prêmio concedido pelos Emirados Árabes, a cada dois anos, às cidades que praticam boa gestão fiscal, se preocupam com práticas eficientes de atendimento aos seus moradores e protegem o meio ambiente. Foi inspirado neste e outros exemplos que o trabalho foi realizado.

Dentre os itens de avaliação do Prêmio Dubai sobressaem:

- Formulação de um Plano Integrado de Desenvolvimento Urbano.
- Sistema de gerenciamento das atividades administrativas eficiente
- Melhorias da coordenação entre os órgãos públicos.
- Planejamento com participação da comunidade dos recursos públicos
- Suprimento de água potável e esgotamento sanitário
- Energia
- Acesso à compra de terras para construção de casas e financiamentos
- Transporte público de qualidade e comunicação
- Hospitais confiáveis
- Geração de empregos e erradicação da pobreza
- Redução da poluição e melhorias ao Meio Ambiente
- Melhoria da Coleta do Lixo, reciclagem e reuso
- Praças e Jardins com muito verde
- Preservação dos locais históricos e culturais
- Transparências das contas públicas
- Prevenção e redução da criminalidade
- Defesa civil eficiente
- Lideranças inspiradas na mudança, sobretudo, das políticas públicas

O trabalho foi realizado considerando ainda, o que segue:

1) Foram consultadas as 10 melhores Prefeituras do mundo (The Economist), as melhores do Brasil (Petropolis, SEBRAE, em 2007), a Estrutura Federal de Ministérios. Com base nestas

pesquisas optou-se por alguns ajustamentos na atual estrutura da Prefeitura. Não obstante a preocupação com o "enxugamento da máquina" em razão das necessidades constatadas, foram inseridas algumas novas unidades administrativas.

2) A macro estrutura (Organograma) deveria retratar de forma objetiva a distribuição do poder de decisão das ações públicas da Administração de tal sorte a que ficasse bem determinado quem faz Planejamento, quem faz Execução, quem faz Fiscalização e quais as Atividades Meios. Isto permite criar "agentes especializados" construir uma cultura profissional da divisão do trabalho, inculir nos funcionários e dirigentes as responsabilidades de seus cargos e junto dos contribuintes clareza do quadro de poder. Há relatos em profusão de contribuintes que não sabem onde fazer uma requisição de um serviço e respostas de funcionários, absolutamente equivocadas, na prestação da informação correta.

3) Nenhum Plano Municipal será bem sucedido se não contar com uma estrutura orgânica compatível para a sua realização. Cabe antes definir quais as áreas que fazem parte de uma boa administração municipal e depois, sugerir os programas e projetos a desenvolver.

4) A equipe teve presente a necessidade de no futuro contar com um E-Governo, ou seja, um governo Eletrônico. Para tal, se fez necessário estabelecer uma padronização orgânica, um modelo único de nomenclatura quer na administração direta e indireta.

5) Vive-se um mundo globalizado, inclusive na área pública. Assim as Secretarias e Entidades guardam relação estreita com as estruturas orgânicas do Estado e, notadamente, do Governo Federal.

6) A grande inovação foi a inserção do Conselho da Cidade (lei 10257/01, DF 5.790/06 e Ministério das Cidades) e suas Câmaras Temáticas. As Câmaras guardam estreita relação com as Secretarias e Entidades da Administração Indireta. Seus

componentes deverão ser extraídos do seio da sociedade civil 60% e 40% serão dos próprios órgãos da Prefeitura.

7) Foram mantidos os Conselhos Municipais dos diferentes segmentos em consonância com o que determinam as leis municipal, estadual e federal. Entretanto, para dar uma dimensão social apropriada, a composição destes Conselhos deverá ser avaliada. Para isso foi concebida a Secretaria Municipal dos Conselhos Municipais que tem, também, a função administrativa de recepcionar o Conselho das Cidades.

8) A Macro Estrutura atual da PMF compõem-se de 17 secretarias e 06 Entidades da Administração Indireta, total de 23 unidades. Da análise efetuada identificou-se superposição de funções ou atividades em vários desses órgãos. Por exemplo, há a Secretaria de Planejamento, o IPUF e a mesma atividade é desempenhada em vários locais. O que surpreende é que nenhum dos dois órgãos citados desenvolve de forma plena as atividades específicas de suas pastas.

9) Misturam-se também em diferentes órgãos atividades de um e de outro órgão. Por exemplo, a atual Secretaria de Turismo, abrange também Cultura e Esportes. Como há uma Fundação de Cultura e uma Fundação de Esportes, dá-se a estas uma dimensão subalterna. Não esta clara a distribuição de recursos para estas atividades. Assim, vamos encontrar recursos alocados para a cultura em 03 órgãos IPUF (6,17 milhões), Secretaria de Turismo (8,70 milhões) e na Fundação Franklim Cascaes (6,65 milhões). Outro equívoco são os recursos orçamentários previstos para a COSIP estarem inseridos dentro da Secretaria do Governo. Da mesma forma o Arquivo Público Municipal inserido na Secretaria de Administração.

10) É comum também que os objetivos do órgão não estejam claros e sintonizados com as leis mais recentes. Por exemplo, na FLORAN a sua estrutura não responde aos quesitos atuais de proteção o meio ambiente. Na Secretaria de Defesa do Cidadão dá-se o mesmo. Em outras palavras a atual estrutura dos órgãos citados, mas, de forma geral em outras Secretarias, estão "velhas".

11) Houve, igualmente, a necessidade de se inserir novos órgãos para atender as necessidades da cidade ou para atender segmentos específicos. Por exemplo, as classes produtoras não estavam representadas no atual organograma embora sejam elas que geram boa parte dos recursos tributários do município. Ademais, é preciso dialogar com o Ministério da Indústria e Comércio, desenvolver os projetos federais de apoio nesta área, apoiar as pequenas e médias empresas do município.

12) A Secretaria da C&T foi outra inovação. Recente Decreto municipal inseriu estas atividades dentro da Secretaria de Planejamento, por si só, uma inadequação. Quem planeja não

executa. Este setor é de fundamental importância para o futuro da cidade, notadamente, se o desejo for a construção de um caminho na direção a uma cidade digital.

13) Dentro das discussões do Plano Diretor uma das aspirações dos Distritos eram a necessidade de Secretarias Regionais. Vale ressaltar que o Continente, conta hoje com uma base de apoio denominada de Secretaria do Continente com verba orçamentária própria. Foram projetadas 04 Secretarias Regionais, excetuando o Centro onde se localiza a Sede do Executivo Municipal. Norte, Sul, Leste, Continente. As Intendências serão extintas.

14) Nova também é a Companhia Municipal de Engenharia de Transportes e Trafego de Florianópolis COMTRAF cujas atividades estão sendo desenvolvidas de forma precária pelo IPUF. O sistema de transporte assume a cada dia importância na vida urbana da cidade quer no sistema operacional quer na questão tarifária. Não deveria ser o Planejamento que desempenharia atividades operacionais tão importantes.

15) O mesmo acontece com a Agência Reguladora de Água e Saneamento (AMAS) prevista na lei municipal 7474/07. A lei federal 11.445/07 determina o controle social da operadora de Água e Esgotos. Estas atividades serão desenvolvidas em conjunto com o Conselho Municipal de Saneamento.

16) As Entidades da Administração Indireta foram fortalecidas e todas assumem a condição de "Secretarias". Foram atribuídas novas funções, com presença de Conselhos renovados.

17) Foram extintos os órgãos que exerciam atividades superpostas Secretaria do Planejamento - e o IGEOF. A Secretaria de Transportes foi absorvida pela CONTRAF. Houve uma fusão, a Secretaria de Receitas com Finanças.

18) Há gratas surpresas de órgãos bem estruturados a Secretaria da Saúde, a Secretaria da Educação, a Secretaria da Administração, o Pró-Cidadão sob supervisão da Secretaria da Receita estão bem concebidos. Foram feitos os ajustes necessários para contemplar a padronização. Os Conselhos Municipais destas Secretarias precisam ser revistos.

19) Vale ressaltar que todas as pesquisas apontam o Saneamento Básico, a Energia, a Água, a Moradia, a Saúde e o Transporte Urbano como os principais destaques das cidades brasileiras. Em Florianópolis, não seria diferente. Neste sentido, todas estas áreas foram contempladas com órgãos específicos.

20) De observar também que todos os projetos elencados para os diferentes agentes públicos poderão ser

desempenhados pela PARCERIA PÚBLICO PRIVADA. No século passado acreditava-se que tudo cabia ao Estado. Nos últimos 12 anos tudo se inverteu. Atualmente a iniciativa privada tem condições de resolver boa parte dos investimentos necessários no atendimento dos serviços públicos. A água e o esgotamento sanitário de Florianópolis é um bom exemplo. O Transporte Marítimo, os Teleféricos, tudo pode ser realizado sem que o erário desembolse um tostão de suas receitas. Existem recursos na iniciativa privada basta apenas que o poder público licite os projetos. Pode parecer utópico dizer que Florianópolis tem solução de seus problemas quase imediata, entretanto, é a pura verdade. Basta apenas que uma boa LIDERANÇA política aceite as recomendações deste trabalho e que conduza o processo.

21) A informação é básica em qualquer processo de transformação. O futuro governante não poderá alegar que lhes faltam informações. O presente trabalho é vigoroso neste sentido. Não só contará com informações como as mesmas já vêm organizadas. Basta acionar o processo administrativo.

22) O trabalho procurou atender a todos os segmentos, mas, sobretudo, o viés social. Assim várias Secretarias são destinadas para atender o trabalhador, o povo mais humilde da cidade. A Rede de proteção social é enorme, quase 50% dos recursos municipais são destinados a estas atividades. No que tange a infra-estrutura tudo deverá ser realizado dentro dos conceitos da Agenda 21, com uma economia sustentável de absoluto respeito aos códigos ambientais.

23) A Política de Pessoal deverá ser adequada à realidade da moderna administração com quadros de cargos e salários a nível de mercado, quer da Administração Direta, das Empresas, Autarquias e Fundações, observados o Regime Único do Servidor e a sua Profissionalização. A Previdência Pública Municipal deverá merecer atenção importante.

24) Ações administrativas conduzidas no sentido da atualização das leis municipais, notadamente: Plano Diretor, Plano do Gerenciamento Costeiro (ZEEC), Plano Municipal do Saneamento Básico (PMSB), Código de Obras, Parcelamento e ocupação do solo, Código de Posturas Municipais.

25) A Reforma Tributária Municipal deveria ser considerada para praticar a Racionalidade e a Justiça Tributária de acordo com a capacidade contributiva de cada cidadão. IPTU, "INTER-VIVOS" ISS E TAXAS, todos devem estar ajustados a renda média da população. A Reforma do Código Tributário se faz necessária. Nosso cipoal tributário municipal é uma lástima.

26) Na Ordem Econômica o gestor público deverá organizar a economia municipal respeitando a valorização do trabalho, a iniciativa privada, assegurando à microempresa e a empresa de pequeno porte, tratamento jurídico diferenciado, visando

incentivá-las pela simplificação de suas obrigações administrativas e tributárias. Sempre que possível atribuir à iniciativa privada a execução dos serviços públicos quer pelo regime de concessão, permissão ou licitação. De outro lado os impostos devem cumprir uma função social na economia, portanto, alíquotas diferenciadas de IPTU e ISS devem ser consideradas, para incrementar o desenvolvimento em regiões do município.

27) A Política de Desenvolvimento do Município orientará suas decisões pela legislação ambiental, pelo Plano Diretor, Plano de Transportes Urbanos, Plano Municipal do Saneamento Básico, Plano Municipal do Gerenciamento Costeiro, Lei do Parcelamento do Solo, Código de Obras e Edificações e o Código de Posturas.

28) Finalmente expressar de forma contundente que todos os agentes responsáveis pela implantação de um trabalho desta magnitude deverão ser submetidos a treinamento. Os comportamentos mudam pela educação, pelo treinamento. Assim os Diretores Gerais (CEO), os chefes de Departamento, os chefes de divisão, devem ser treinados à exaustão, para poderem realizar suas atividades com segurança e eficiência. Como há uma padronização da estrutura este treinamento poderá ser exercido de forma coletiva. Os resultados deverão ser auspiciosos. O povo de Florianópolis ficará agradecido por isso.

2. Gestão Fiscal e Previdenciária

Uma das pragas da Administração Pública era e é, a má gestão dos Recursos Públicos. Já se disse à exaustão, que os Governos arrecadam muito e gastam mal os impostos arrecadados.

A Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF (Lei Complementar n. 101, de 04 de maio de 2000) estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, mediante ações em que se previnam riscos e corrijam os desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, destacando-se o planejamento, o controle, a transparência e a responsabilização, como premissas básicas.

Cabe, portanto, ao Prefeito Municipal dentre outras competências, as atribuições de gerenciar o processo de registro contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial dos órgãos e das entidades da Administração Pública Municipal de acordo com os preceitos legais da citada lei

A Gestão Fiscal esta relacionada com o equilíbrio entre Receitas e Despesas do orçamento municipal, de tal sorte a que tenhamos o maior volume possível de recursos para investimentos.

3. Barreiras que limitam novos projetos Ordenamento do Solo

Atualmente investir em Florianópolis é um ato de coragem que poucos se arriscam. Falamos de grandes investimentos, aqueles que realmente importam em termos de capitalizar uma corrente permanente de crescimento auto sustentado.

Os grandes projetos que viabilizam a cidade, estes sempre sofrem ou sofreram restrições. Damos alguns exemplos: o elevado Wilson Kleinumbing na Trindade foi embargado várias vezes; a Expressa Sul e o Tunel, foram embargados várias vezes e até hoje a obra não foi concluída em nome da preservação dos "berbigões do Pirajubaé"; o Jurerê Internacional foi vítima de inúmeras ações e quase a cidade perde o mais bem projetado logradouro da Ilha. Recentemente, foram objeto de restrições: o Shopping da SC401, o Shopping Iguatemi, o BIG na Beira Mar Norte, Campo de Golfe na localidade de Capivari, SapiensPark No Sul da Ilha um projeto de Campo de Golfe, igualmente, não pode ser viabilizado por problemas "ambientais".

Plano Municipal do Gerenciamento Costeiro

Há necessidade premente de esclarecer o futuro econômico de Florianópolis no mar trata-se de aprovar a lei municipal do Gerenciamento Costeiro e em seguida os estudos relacionados ao Zoneamento Econômico Ecológico Costeiro (ZEEC) sem o qual reina soberana a insegurança jurídica para projetos terminais marítimos, marinas, atracadouros e fazendas marinhas na orla de nossa região.

O PNGC foi instituído pela Lei 7.661, de 16/05/88, cujos detalhamentos e operacionalização foram objeto do Decreto Federal 5.300/04. Temos a lei Estadual 13.553, mas falta-nos a lei municipal. Com a lei municipal poderemos finalmente construir o Zoneamento Econômico Ecológico Costeiro. (ver IPUF)

Combate à informalidade

No âmbito das políticas públicas e relacionadas, À SEGURANÇA e às finanças municipais a Prefeitura deveria ser energicamente intolerante contra a pirataria, desmanches, clandestinidade de produtos, informalidade dos negócios e invasões, berçário de diferentes crimes, como a sonegação e crime organizado. Aqui independe de programas específicos, senão a pura e simples aplicação da lei. (Ver Secretaria Defesa do Cidadão+forças tarefas)

Inadmissível que as empresas formais e pagadoras de suas obrigações sociais, trabalhistas, previdenciárias e tributárias tenham que conviver de forma absolutamente desigual com empresas fantasmas e espertalhões de toda natureza.

4. Pesquisa de Opinião

O trabalho PMF 2012 vem acompanhado de "Pesquisa de Opinião" inserida em diversas Secretarias. A Pesquisa foi desenvolvida pela ESAG JUNIOR, foram adotadas as melhores técnicas de pesquisas e concluída no primeiro semestre de 2008.

5. IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

O IDH é uma medida comparativa de saúde, educação, renda, moradias, água e esgotamento sanitário, esperança média de vida, natalidade e outros fatores. É uma maneira padronizada de avaliação e medida do bem-estar de uma população, especialmente o bem-estar infantil e de seus idosos.

Em razão do aumento do PIB nos últimos anos e na renda per capita, o IDH subiu para exatos 0,800 - o mínimo necessário para o Brasil entrar no grupo de 70 países com "alto desenvolvimento humano" - liderado pela Noruega com 0,968.

A média brasileira varia de 0,80 a 0,85. No sul do Brasil o IDH chega em alguns municípios a ultrapassar a 0,85. No mundo desenvolvido é sempre acima deste limite. Florianópolis com seus 0,875 (1º no ranking estadual) deveria se esforçar para alcançar em todos os indicadores níveis da Noruega. Esta é a meta para se buscar o prêmio de DUBAI.

6. Redes de Proteção

O projeto compreende um conjunto de "REDES" para evidenciar os eixos principais do futuro Governo.

Rede de Proteção Social

A Rede de Proteção Social Municipal é extensa. Não obstante serem seus recursos vinculados há que se examinar os valores orçamentários para permitir os investimentos em infra-estrutura. Nada é mais social do que o emprego. O Governo precisa poupar para fazer os investimentos em infra-estrutura. São os investimentos que geram a riqueza, aumentam os impostos e, sobretudo, criam os empregos.

Secretarias	Valor
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social	6.539.340,00
Fundo Municipal Assistência Social	26.259.300,00
Secretaria Municipal Saúde Fundo Municipal da Saúde	179.686.756,00
Fundo Municipal Direitos da C&Adol	3.485.000,00
Secretaria Municipal Defesa do Cidadão	8.929.214,00
Fundo Municipal da Integração Social	48.037.850,00
Secretaria Municipal do Governo	3.442.000,00
Secretaria Municipal Educação	158.467.091,00
Total 2008	434.846.551,00
Total do Orçamento	934.977.812,00
Participação da Rede no Orçamento	46,5%

Rede de Criação de Emprego

Por serem Secretarias fins contribuem com a criação de empregos

Secretarias	Valor
Secretaria Municipal Ciência e Tecnologia	0,00
Secretaria Municipal Desenvolvimento Econômico	0,00
Secretaria Regional Continente	10.441.324,00
Secretaria Regional Leste	0,00
Secretaria Regional Norte	110.000,00
Secretaria Regional Sul	0,00
Secretaria Municipal Infra-Estrutura e Mobilidade Urbana	116.387.426,00
Total 2008	126.938.750,00
Participação da Rede no Orçamento	14%

Necessidade de remanejamento futuro

Rede de Incentivo à Cultura, Esporte e ao Turismo

Secretarias	Valor
Secretaria Municipal Turismo	22.202.823,00
Fundação Cultural de Florianópolis - Franklin Cascaes	6.658.027,00
Fundo Municipal do Cinema	350.000,00
Fundação Municipal de Esportes	5.346.574,00
Total 2008	34.557.424,00
Participação da Rede no Orçamento	4%

Necessidade de remanejamento futuro

Rede de Proteção ao Meio Ambiente

Secretarias	Valor
COMCAP	59.205.044,00
Agência Municipal de Água e Saneamento Básico - AMAS	0,00
Secretaria Municipal Saneamento Ambiental e Habitação	1.527.996,00
Fundação Municipal do Meio Ambiente	3.823.420,00
Total 2008	64.556.460,00
Participação da Rede no Orçamento	6,9%

Necessidade de remanejamento futuro

Outros Órgãos

Secretarias	Valor
Câmara Municipal	28.789.150,00
Participação da Rede no Orçamento	3%
FUNGEOF	642.641,00
IGEOF	1.396.274,00
Fundo Municipal Previdência	37.725.149,00
IPIUF	42.169.298,00
Procuradoria do Município	12.016.679,00
Reserva de Contingências	33.000,00
Secretaria da Administração	8.036.637,00
Secretaria da Comunicação Social	305.108,00
Secretaria de Finanças	3.584.304,00
Secretaria da Receita	39.052.772,00
Secretaria Municipal do Governo (menos 3.442.000)	24.272.979,00
Secretaria Municipal do Planejamento	12.195.364,00
Secretaria Municipal dos Transportes e Terminais	7.052.050,00
Secretaria de Urbanismo e Serviços Públicos	10.300.731,00
Encargos Gerais do Município	46.506.491,00
Total	245.289.477,00
Participação da Rede no Orçamento	26%

7. Estrutura Orgânica Atual e Alterações

Estrutura Atual	Alterações Efetuadas
Administração Direta	
	Secretaria dos Conselhos Municipais - nova
	Secretaria Municipal Ciência e Tecnologia - nova
	Secretaria Mun Desenv Econômico (Indústria, Comércio, Serviços, Rural, Pesca) - nova
Procuradoria Geral do Município	Procuradoria Geral Fortalecida
Secretaria de Comunicação Social	Secretaria de Comunicação Social
Secretaria de Finanças	Fusão - Secretaria da Fazenda
Secretaria Mun Urbanismo e Serviços Públicos	Secretaria Municipal Urbanismo e Serviços Públicos
Secretaria Municipal Administração	Secretaria Municipal Administração
Secretaria Municipal Continente	Secretaria Municipal Continente
Secretaria Municipal da Receita	Fusão - Secretaria da Fazenda
Secretaria Municipal de Transportes e Terminais	Absorvida pela COMTRAF
Secretaria Municipal Defesa do Cidadão	Secretaria Municipal Defesa do Cidadão novas funções
Secretaria Municipal Desenvolvimento Social (Família, Mulher, Criança, Adolescente, Idoso)	Secretaria Municipal Desenvolvimento Social (Família, Mulher, Criança, Adolescente, Idoso)
Secretaria Municipal do Governo	Mudou para Casa Civil
Secretaria Municipal do Planejamento	Extinta
Secretaria Municipal Educação	Secretaria Municipal Educação
Secretaria Municipal Habitação e Saneamento Ambiental	Secretaria Municipal Saneamento Ambiental e Habitação novas atividades
Secretaria Municipal Obras	Secretaria Municipal da Infra-Estrutura Urbana e Mobilidade Urbana - muda o nome e novas funções
Secretaria Municipal Saúde	Secretaria Municipal Saúde
Secretaria Municipal Turismo	Perde Cultura e Esportes
Administração Indireta	
Companhia Melhoramentos da Capital	Novas funções
Fundação Cultural de Florianópolis - Franklin Cascaes	Fortalecida. Novas funções
Fundação Municipal de Esportes	Fortalecida
Fundação Municipal do Meio Ambiente	Fortalecida
Instituto de Geração de Oportunidades de Florianópolis - IOGEF	Extinto
Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis - IPIUF	Fortalecido. Perde funções executivas

8. Proposta do novo Organograma da Prefeitura

		Eleitores
	LEI No 10.257/01, DF 5790/06 e Ministério das Cidades	Comcidade Conselho Municipal de Desenvolvimento da Cidade Presente nas melhores cidades do mundo
A	Link Ministérios	Gabinete do Prefeito
01		Procuradoria Geral
02	Casa Civil	Secretaria Casa Civil
03	Sec.Com.Social	Secretaria Comunicação Social
04		Secretaria Conselhos Municipais
B		Secretarias
01		Secretaria Municipal Administração
02	C&T+Comunicações	Secretaria Municipal Ciência e Tecnologia
03	Justiça	Secretaria Municipal Defesa do Cidadão
04	Ind&Com, Agric, Pesca,	Secretaria Municipal Desenvolvimento Econômico
05	Desen Social, Sec.Racial, Mulheres, Dir Humanos.	Secretaria Municipal Desenvolvimento Social
06	Educação	Secretaria Municipal Educação
07	Fazenda	Secretaria Municipal Fazenda
08	Cidades, M Ambiente	Secretaria Municipal Saneamento Ambiental e Habitação
09	Cidades, Transporte	Secretaria Municipal Infra-Estrutura e Mobilidade Urbana
10	Saúde	Secretaria Municipal Saúde
11	Turismo	Secretaria Municipal Turismo
12		Secretaria Municipal Urbanismo e Serviços Públicos
13		Secretaria Regional Continente
14		Secretaria Regional Leste
15		Secretaria Regional Norte
16		Secretaria Regional Sul
C		Administração Indireta
01	Cidades	Agência Municipal de Água e Saneamento Básico - AMAS
02	Cidades	Companhia Melhoramentos da Capital
03		Companhia Municipal de Engenharia de Transportes
04	Cultura	Fundação Cultural de Florianópolis - Franklin Cascaes
05	Esportes	Fundação Municipal de Esportes
06	Meio Ambiente	Fundação Municipal do Meio Ambiente
07	Planejamento e Orçamento	Instituto Planejamento Urbano de Florianópolis IPUF
27	Unidades Administrativas	

9. Organograma baseado nas Atividades

- Atividades de Planejamento
- Atividades Meio
- Atividades de Fiscalização
- Atividades de Execução

N	Secretaria e/ou
	Atividades de Planejamento
01	Instituto Planejamento Urbano de Florianópolis IPUF - Macro cidade
-	Assessorias de Planejamento das Secretarias Micro atividades
	Atividades de Execução
01	Companhia Melhoramentos da Capital
02	Fundação Cultural Florianópolis - Franklin Cascaes
03	Fundação Municipal Esportes
04	Secretaria Municipal Ciência e Tecnologia
05	Secretaria Municipal Defesa do Cidadão
06	Secretaria Municipal Desenvolvimento Econômico
07	Secretaria Municipal Desenvolvimento Social
08	Secretaria Municipal Educação
09	Secretaria Municipal Fazenda
10	Secretaria Municipal Saneamento Ambiental e Habitação
11	Secretaria Municipal Infra-Estrutura e Mobilidade Urbana
12	Secretaria Municipal Saúde
13	Secretaria Municipal Turismo
14	Secretaria Regional Continente
15	Secretaria Regional Leste
16	Secretaria Regional Norte
17	Secretaria Regional Sul
	Atividades de Fiscalização
-	Parte da Secretaria da Fazenda através da fiscalização tributária
-	Parte da Secretaria da Saúde através da Vigilância Sanitária
01	Agência Municipal de Água e Saneamento Básico AMAS
02	Companhia Municipal de Engenharia de Transportes COMTRAF
03	Fundação Municipal do Meio Ambiente FLORAM
04	Secretaria Municipal Urbanismo e Serviços Públicos
	Atividades Meio
01	Procuradoria Geral
02	Secretaria de Comunicação Social
03	Secretaria da Casa Civil
04	Secretaria dos Conselhos Municipais
05	Secretaria Municipal Administração

10. Organograma Conceitos

O Organograma da PMF é um diagrama onde os Contribuintes, funcionários, fornecedores e demais pessoas, possam, identificar a estrutura de poder. Foram adotados critérios de padronização prevendo no futuro a introdução do Governo eletrônico. Assim cada Secretaria e Fundação mantém o mesmo diagrama enquanto as Empresas de Economia Mista assumem a sua estrutura própria.

A estrutura organizacional está fundamentada no princípio básico da divisão do trabalho cujo enunciado é o seguinte: "a

especialização permite obter maior produtividade e melhor qualidade no trabalho". De fato, a distribuição dos serviços administrativos e operacionais deve ser orientada segundo as aptidões naturais e o treinamento específico, fazendo com que as pessoas se tornem "especializadas" e obtenham assim, resultados melhores.

Grupos de Atividades

Ao consignar grupos de atividades distintas criam-se mais facilidades para o conjunto dos gestores públicos em

Foram elencados 04 grupos de Atividades:

- Atividades de Planejamento
- Atividades Meio
- Atividades de Fiscalização
- Atividades de Execução

Atividades de Planejamento

Planejar significa trabalho de preparação sobre uma ação futura, em que se estabelecem os objetivos, as etapas, os prazos, os meios para a sua concretização. Pode ser um empreendimento, uma escola, um posto de saúde, uma rodovia. O serviço público não deveria funcionar sem o planejamento e, no entanto, é uma atividade pouco valorizada.

Estas atividades serão desenvolvidas pelo IPUF no que compete aos temas "macros" da cidade e por assessorias, no que couber, dentro das Secretarias.

N	Secretarias e/ou
01	Instituto Planejamento Urbano de Florianópolis - IPUF
-	Assessorias de Planejamento das Secretarias

Atividades Meio

Atividades meio são encontradas em qualquer Entidade e seus órgãos. São aquelas necessárias para complementar a atividade fim. Portanto, todo e qualquer órgão de governo mesmo aquelas relacionadas como atividade de execução (fim) contam com atividades meio.

Entretanto, para os fins a que se destinam, o macro, há Secretarias que são típicas de atividades para manter a máquina pública. Neste sentido são consideradas Secretarias de Atividades Meio. Exemplo Secretaria de Administração.

N	Secretarias e/ou
01	Procuradoria Geral
02	Secretaria de Comunicação Social
03	Secretaria de Relações Institucionais
04	Secretaria da Casa Civil
05	Secretaria dos Conselhos Municipais
06	Secretaria Municipal Administração

Atividades de Fiscalização

Fiscalizar é velar pela aplicação correta das leis, é vigiar, inspecionar as atividades sob sua responsabilidade. Quem exerce este nobre papel é fiscal, não necessariamente, ter o cargo de fiscal. As atividades de fiscalização municipal predominantemente se situam dentro da SUSP, FLORAM, AMAS e CONTRAF. Todavia é possível encontrar estas atividades dentro de outras Secretarias. É o caso da Vigilância Sanitária e Epidemiológica, dentro da Secretaria da Saúde ou dentro da Secretaria da Fazenda.

N	Secretarias e/ou
-	Parte da Secretaria da Fazenda através da fiscalização tributária
-	Parte da Secretaria da Saúde através da Vigilância Sanitária
01	Agência Municipal de Água e Saneamento Básico - AMAS
02	Companhia Municipal de Engenharia de Transporte - CONTRAF
03	Fundação Municipal do Meio Ambiente FLORAM
04	Secretaria Municipal Urbanismo e Serviços Públicos

Atividades de Execução

Executar é fazer, efetuar, realizar o cumprimento de um projeto atender uma necessidade do cidadão. Na gestão pública os projetos e necessidades são diversos, podemos ter projetos administrativos, financeiros, jurídicos, assistência social, educação, entre outros. O interesse, portanto, são pelas Secretarias que tem por finalidade a execução de projetos na chamada infra-estrutura urbana ou que atendam uma necessidade do contribuinte ou do povo em geral.

	Atividades de Execução
01	Companhia Melhoramentos da Capital
02	Fundação Cultural Florianópolis - Franklin Cascaes
03	Fundação Municipal Esportes
04	Secretaria Municipal Ciência e Tecnologia
05	Secretaria Municipal Defesa do Cidadão
06	Secretaria Municipal Desenvolvimento Econômico
07	Secretaria Municipal Desenvolvimento Social
08	Secretaria Municipal Educação
09	Secretaria Municipal Fazenda
10	Secretaria Municipal Saneamento Ambiental e Habitação
11	Secretaria Municipal Infra-Estrutura e Mobilidade Urbana
12	Secretaria Municipal Saúde
13	Secretaria Municipal Turismo
14	Secretaria Regional Continente
15	Secretaria Regional Leste
16	Secretaria Regional Norte
17	Secretaria Regional Sul

11. Nomenclatura da Estrutura Orgânica

Conselho Municipal da Cidade (Comcidade)

Presente nas melhores prefeituras do mundo o COMCIDADE viabiliza o debate em torno da política urbana agrupando os diferentes setores da sociedade - setor produtivo; os trabalhadores, as organizações sociais, as entidades profissionais, os Distritos administrativos e os órgãos governamentais.

Com base na lei 10.257/2007, 5.790/06, Conferência das Cidades e o próprio Ministério das Cidades, todos, recomendam a sua adoção. Vale ressaltar que os apoios do Governo Federal, notadamente, os financeiros, serão viabilizados com maior facilidade mediante a existência do Conselho.

Será um órgão Deliberativo, Fiscalizativo e Consultivo da sociedade civil sobre os atos e fatos da Administração Pública Municipal. Não se confunde com a Câmara de Vereadores que é um órgão político focado na confecção de leis. Este Conselho não se confunde com os demais Conselhos vinculados a segmentos específicos.

Gabinete do Prefeito

O Prefeito é autoridade máxima no município, deve contar com estrutura compatível com suas responsabilidades. Seu Gabinete será formado por várias Secretarias e a Procuradoria Geral.

Secretário Municipal

O Secretário é indicado pelo Prefeito e reveste-se de características políticas. Seu responsável se chamará Secretário Municipal

Procurador Geral

O Procurador Geral é indicado pelo Prefeito. Trata-se de indicação com características políticas. Seu responsável se chamará Procurador Geral

Diretor Geral (CEO - Chief Executive Officer)

O Diretor Geral de cada Secretaria representa o poder técnico da unidade. Corresponde ao Secretário Executivo nos Ministérios Federais. Sua indicação se processará pela qualificação do profissional. Assim, um Diretor Geral da Secretaria de Educação, será um especialista, um conhecedor, do segmento. Para a Saúde, para a Segurança, Infra-estrutura, será obedecido o mesmo critério. O termo "CEO" é para atender em parte o interesse internacional quando buscam informações.

Gabinete do Secretario

O Secretario Municipal é um agente político por excelência, será auxiliado pelos órgãos do seu Gabinete e subsidiariamente pelas Secretarias Municipais, pelas Empresas, Fundações e Autarquias. O assessoramento imediato do Secretario Municipal será composto dos seguintes órgãos:

○ Assessoria Jurídica

Tem como função examinar a constitucionalidade e legalidade dos atos da Secretaria; Examinar da oportunidade, do mérito e compatibilidade com o Plano de Governo das propostas sugeridas pelos técnicos, Diretores, Câmara de Vereadores e do povo em geral.

○ Assessoria de Imprensa

Comunicar de comum acordo com a Secretaria de

Comunicação do Gabinete do Prefeito as realizações da Secretaria, os eventos oficiais, inaugurações, entre outras. Será composto por jornalistas e fotógrafos.

○ Assessoria de Relações Institucionais

Compete à Assessoria de Relações Institucionais estabelecer boa articulação entre a Secretaria, a classe política e a sociedade civil organizada além de coordenar a Secretaria junto dos Órgãos Políticos Federais, Estaduais e Municipais

○ Assessoria de Planejamento

A Assessoria de Planejamento tem como objetivo o planejamento das atividades da Secretaria num processo integrado e contínuo. Subsidiariamente, presta informações ao IPUF dentro do Planejamento Estratégico da cidade. Para atingir estes objetivos é preciso operar dentro de um sistema organizacional que permita ao mesmo tempo dar agilidade nas decisões, vez e voz à sociedade civil organizada. Planejar as ações de manutenção da Secretaria quer na recuperação de prédios, imóveis, equipamentos é fundamental. Será ocupada por técnicos especializados.

○ Unidade de Apoio Administrativo

Serão desenvolvidas as atividades de registros ligados a agenda do Secretário como a recepção de propostas, sugestões, reclamações, protocolar e encaminhar respostas aos interessados mantendo monitoramento deste processo, acompanhar a página da Internet, entre outros.

○ Comissão

Órgão consultivo integrado por técnicos da própria Secretaria ou com técnicos de outras Secretarias municipais, estaduais, órgãos federais, da Sociedade Civil, para examinar determinado projeto. Pode ter caráter permanente ou temporário. Será coordenada por um responsável que emitirá o parecer final para orientar o Secretário na sua decisão.

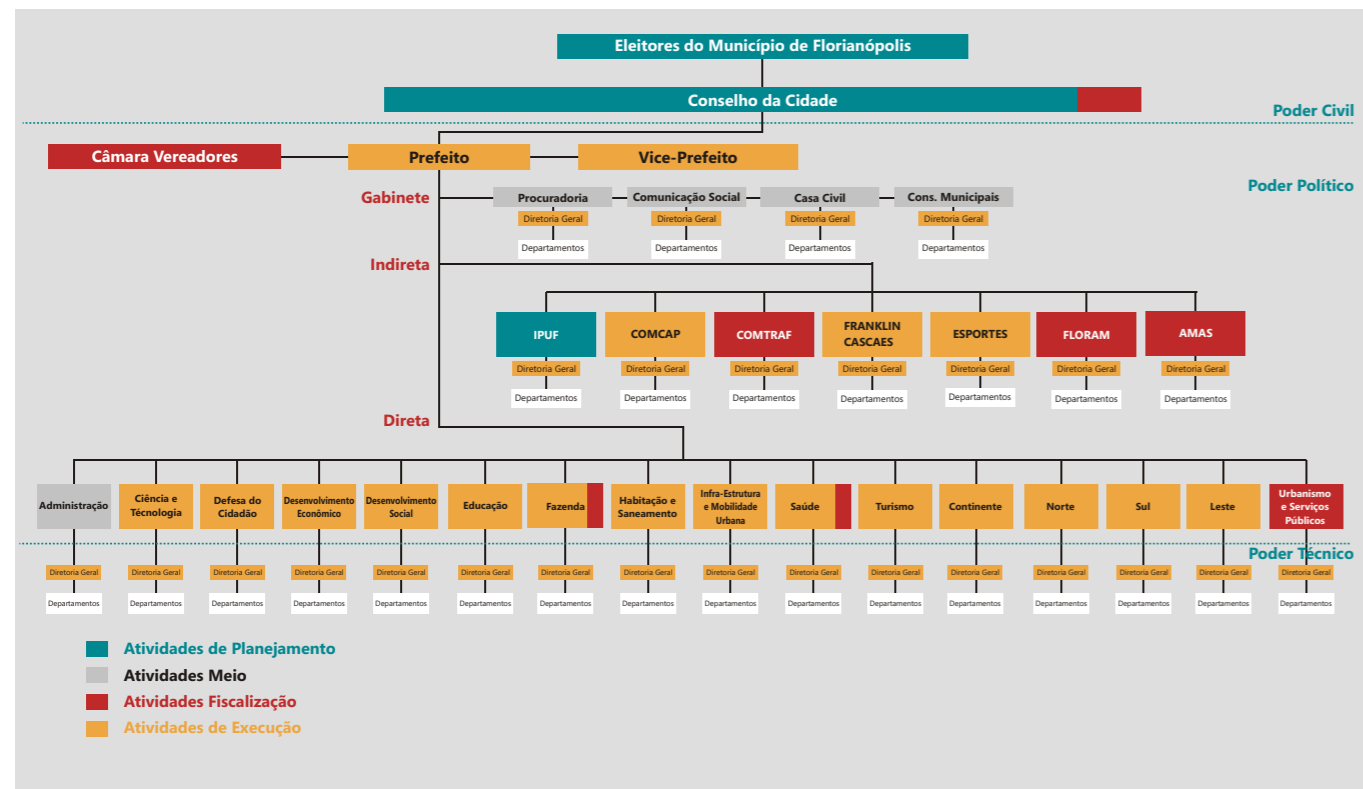
○ Departamentos

Departamento é um agrupamento de atividades administrativas dentro de uma Secretaria para melhor desempenho dos objetivos da unidade. É a primeira unidade subordinada ao Diretor Geral. Seu responsável se chamará Chefe de Departamento.

○ Divisão

Divisão é um sub-agrupamento de atividades administrativas dentro do Departamento. É o último "degrau" do poder burocrático. Seu responsável se chamará Chefe de Divisão.

12. Organograma Geral



13. Secretarias Centrais

COMCIDADE
X
CONSELHO MUNICIPAL DESENVOLVIMENTO URBANO
Lei Ordinária nº 5300 de 08/06/1998
CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO URBANO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
Fica criado o Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano (CMDU), órgão de integração e aconselhamento do sistema de planejamento do Município de Florianópolis. Este Conselho poderá ser adaptado transformando-o no COMCIDADE.

Introdução

O Conselho Municipal de Desenvolvimento da Cidade (ComCidade) representa poderoso instrumento de gestão democrática do Programa Municipal de Desenvolvimento Urbano (PROMUD). Ele é um órgão colegiado de natureza deliberativa e consultiva, integrante da estrutura do Poder Municipal cuja finalidade é propor diretrizes para a formulação e implementação do PROMUD bem como acompanhar a sua execução.

Um plano Estratégico como o PROMUD se compõe de várias diretrizes. Como o nome esta a indicar, o termo diretriz significa

os caminhos que deverão ser seguidos pela futura administração, em prazo longo, de até 20 anos. Representa o conjunto de atividades que serão implementadas para levar a termo um plano de ação. Serve igualmente para delimitar as áreas específicas em que a Administração Pública deve atuar, facilitando aos Secretários, Diretores e colaboradores a compreensão de suas responsabilidades nos projetos, a tomada de decisão e a sua correspondente execução. Os caminhos a serem trilhados tem suas dificuldades amenizadas quando a Administração tem objetivos definidos, metas claras e transparência do que fazer e, sobretudo, apoio da sociedade.

O Comcidade não é obrigatório, legalmente. Entretanto a lei 10.257/2007, o Decreto 5.790/06 e o próprio Ministério das Cidades, recomendam a sua adoção. Vale ressaltar que os apoios do Governo Federal, notadamente, os financeiros, serão viabilizados com maior facilidade mediante a existência do Conselho.

Presente nas melhores prefeituras do mundo o COMCIDADE viabiliza o debate em torno da política urbana agrupando os diferentes setores da sociedade - setor produtivo; os trabalhadores, as organizações sociais, as entidades profissionais, os Distritos administrativos e os órgãos governamentais.

O COMCIDADE deverá guardar estreita relação com a estrutura orgânica do município, com a autoridade máxima o Prefeito Municipal, Administração Direta, Entidades da

Administração Indireta.

Dada a sua magnitude política o COMCIDADE será ocupado por cidadãos que de fato conheçam o lado técnico do segmento que representam e sejam apolíticos. Se estiver representando a Educação, deverá conhecer o quadro da educação brasileira, estadual e municipal, se a Saúde, Segurança ou Sistema Viário, deverá contar com conhecimentos específicos. Podem e devem participar pessoas físicas de renomado saber.

Composição do Conselho

A 2ª Conferência Nacional das Cidades deliberou que os conselhos estaduais e municipais das cidades devem garantir a proporcionalidade de 60% dos membros da sociedade civil e 40% do Poder Público. Em razão do número de órgãos públicos que podem participar, o Conselho seria formado por 40 integrantes de órgãos públicos (toda a estrutura municipal) e 60 da Sociedade Civil, com seus respectivos suplentes. A representatividade deverá ocupar as Câmaras Temáticas. A composição do ComCidade pode incluir ainda, 20 observadores representantes de Entidades diversas (20%), estes, podendo se manifestar mas sem direito a voto.

Critério 1 Entidades Participantes da Sociedade Civil

Entidades	Nº
Movimentos Populares Entidades Comunitárias	06
Entidades Empresariais	17
Entidades dos Trabalhadores	17
Entidades de Profissionais Liberais	14
Organizações Não Governamentais	06
Total	60
Integrantes dos órgãos públicos	40
Total	100
Observadores Técnicos 20%	20

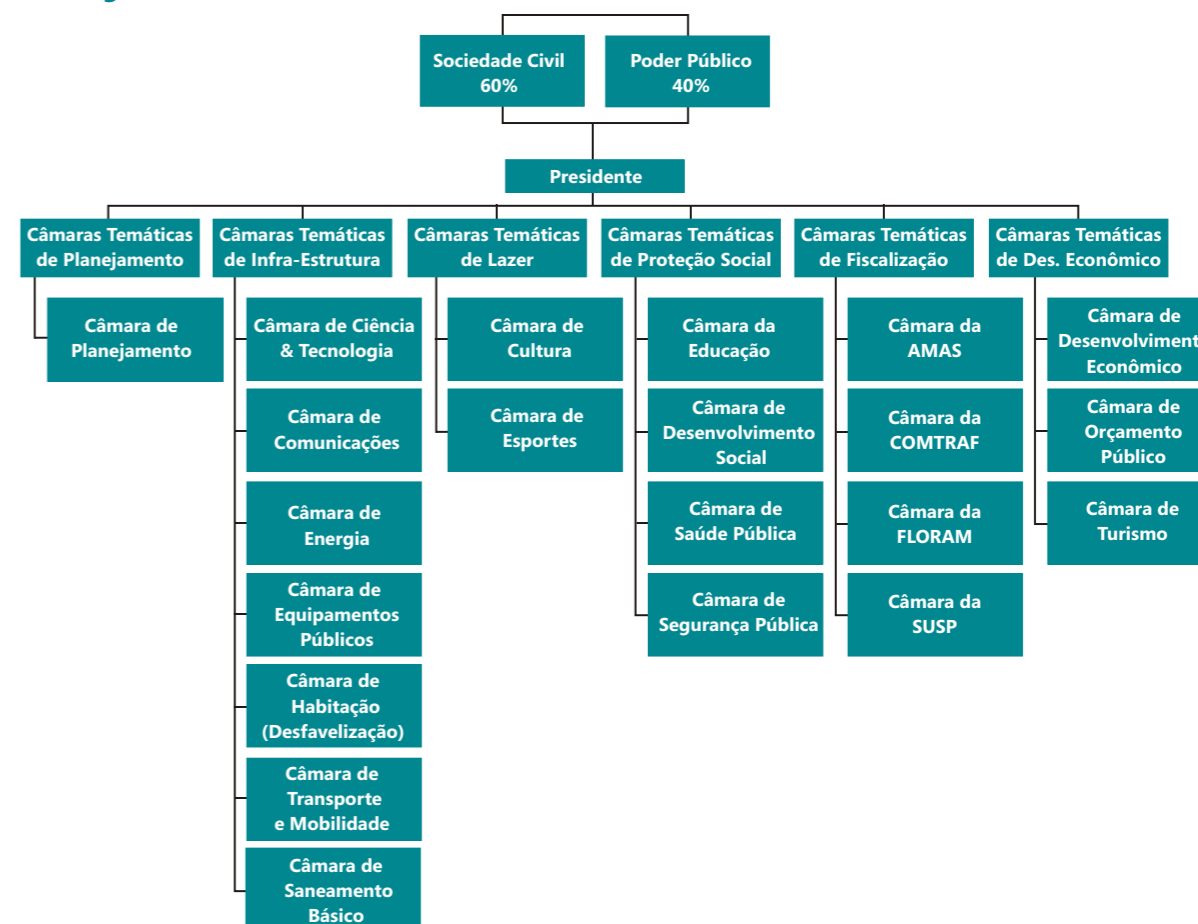
Numa sociedade livre, social-democrática como a nossa, os segmentos empresarias, os trabalhadores, os profissionais liberais, são os que constroem o PIB municipal. Justo, portanto, que suas representações sejam maiores. O critério adotado para o número de Conselheiros foi o seguinte: $40/0,4 = 100$. $100 \times 60\% = 60$. Para observadores: $100 \times 20\% = 20$.

Critério 2 - Sociedade Civil representa 60% do Conselho

Câmara Temática	Nº	O que Faz
Agência Municipal de Água e Saneamento Básico - AMAS	2	Controle Social das tarifas e projetos
Ciência & Tecnologia	3	Plano Municipal de Ciência e Tecnologia
Comunicações (Internet, E-Governo, Telefone, TV)	2	Plano Municipal de Comunicações
Cultura	2	Plano Municipal da Cultura
Desenvolvimento Econômico	2	Plano Municipal de Apoio a Micro Empresa
Desenvolvimento Social	2	Plano Municipal de Assistência Social
Educação	3	Plano Municipal de Educação Básica
Energia	2	Plano Municipal de Energia-Solar, Eólica, outras
Engenharia de Transportes	2	Plano Municipal do Tráfego Urbano
Equipamentos Públicos	5	Plano Municipal de Equipamentos comunitários
Esportes	2	Plano Municipal dos Esportes
Habitação (desfavelização)	3	Plano Municipal de Habitação
Transportes e Mobilidade	5	Plano Mun Sist. Viário, Marítimo, Alternativos Plano Municipal do Meio Ambiente, Rios, Lagoas, Flora e Fauna, UC, Licenças Ambientais
Meio ambiente	4	Lagoas, Flora e Fauna, UC, Licenças Ambientais
Orçamento Público	2	Plano Municipal do Orçamento Público
Planejamento	5	Plano Municipal da Macro Estrutura Urbana Zoneamento, ocupação do solo e Áreas de Preservação, Zoneamento Econômico Ecológico Costeiro
Saneamento Básico	4	Plano Mun Água, Saneamento, lixo, drenagens
Saúde Pública	3	Plano Municipal de Saúde Pública
Segurança Pública	3	Plano Municipal de Segurança pública
Serviços Públicos	2	Plano Municipal de Atendimento ao Cidadão
Turismo	2	Plano Municipal do Turismo
Total	60	(12 destinados às Secretarias Regionais)
Observadores	20	

Estrutura Orgânica representa 40% do Conselho

A	Gabinete do Prefeito
01	Procuradoria Geral
02	Secretaria Casa Civil
03	Secretaria Comunicação Social
04	Secretaria Conselhos Municipais
05	Câmara de Vereadores
B	Secretarias
01	Secretaria Municipal Administração
02	Secretaria Municipal Ciência e Tecnologia
03	Secretaria Municipal Defesa do Cidadão
04	Secretaria Municipal Desenvolvimento Econômico
05	Secretaria Municipal Desenvolvimento Social
06	Secretaria Municipal Educação
07	Secretaria Municipal Fazenda
08	Secretaria Municipal Saneamento Ambiental e Habitação
09	Secretaria Municipal Infra-Estrutura e Mobilidade Urbana
10	Secretaria Municipal Saúde
11	Secretaria Municipal Turismo
12	Secretaria Municipal Urbanismo e Serviços Públicos
13	Secretaria Regional Continente
14	Secretaria Regional Leste
15	Secretaria Regional Norte

Estrutura Organizacional do ComCidade**Legalização**

O Conselho deve ser criado por emenda constitucional à Lei Orgânica do Município, introduzindo no TÍTULO IV, capítulo III Do Poder Executivo, a Seção V Do Conselho Municipal de Desenvolvimento da Cidade. Serão assegurados o processo participativo e democrático permitindo que todos os segmentos possam se expressar. Constará da emenda a proporção da sociedade civil e pública, as Câmaras Temáticas e a forma de preenchê-las.

Dos Recursos Orçamentários

Para cumprimento de suas funções, o ComCidade contará com recursos financeiros consignados em conta orçamentária própria para fazer frente às despesas de sua Secretaria Executiva. O Ordenador das Despesas será o Prefeito Municipal.

A participação no ComCidade será considerada função relevante, não remunerada.

Informação ao Ministério das Cidades

Instituído o COMCIDADE o Ministério das Cidades, através de preenchimento do formulário on-line deverá ser comunicado.

PROJETO DE EMENDA CONSTITUCIONAL À LEI ORGANICA MUNICIPAL

Dispõe sobre a composição, estruturação, competências e funcionamento do Conselho Municipal de Desenvolvimento da Cidade

A Câmara de Vereadores no uso das atribuições que lhe confere o art. 00, da Lei Orgânica Municipal, e tendo em vista as recomendações da lei federal 10.257/01, decreto federal 5.790/06 e Ministério das Cidades, resolve inserir no Título IV Da Organização dos Poderes, Capítulo III, a Seção V, como segue:

**TÍTULO IV
CAPÍTULO III Do Poder Executivo
SEÇÃO V****Do Conselho Municipal de Desenvolvimento da Cidade**

Art. 84 A O Conselho Municipal de Desenvolvimento da Cidade - ComCidade, órgão colegiado de natureza deliberativa e consultiva, integrante da estrutura da Prefeitura Municipal de Florianópolis, tem por finalidade contribuir com a gestão democrática da cidade conforme dispõe a Lei no 10.257, de 10 de julho de 2001- Estatuto da Cidade.

Art. 84 - B Ao ComCidade compete:

I - propor programas, instrumentos, normas e prioridades dentro do Programa Municipal de Desenvolvimento Urbano - PROMUD, nos seus diferentes segmentos, em especial os programas relativos à política de gestão, dentro das Câmaras Temáticas da educação, saúde, segurança, assistência social, ciência e tecnologia, comunicações, cultura, economia, energia, engenharia de transportes, equipamentos públicos e comunitários, esportes, infra-estrutura e mobilidade urbana, saneamento básico, meio ambiente, fiscalização, orçamento público, turismo, do solo urbano, entre outras.

II - acompanhar e avaliar a implementação do Programa Municipal de Desenvolvimento Urbano - PROMUD e recomendar as providências necessárias ao cumprimento de seus objetivos.

III - propor a edição de normas gerais de direito urbanístico e de gestão pública em qualquer área e manifestar-se sobre propostas de alteração da legislação pertinente.

IV - propor diretrizes e critérios para a distribuição regional e setorial do orçamento anual e do plano plurianual do Município.

V - convocar e organizar a Conferência Nacional das Cidades.

VI - aprovar seu regimento interno e decidir sobre as alterações propostas por seus membros.

Da Composição

Art. 84- C O ComCidade é composto por 100 conselheiros, 40% (quarenta por cento) de órgãos públicos municipais e por 60% (sessenta por cento) de pessoas físicas de renomado saber e de membros da sociedade civil organizada com seus respectivos titulares e suplentes, destes, 12 conselheiros destinados às Secretarias Regionais e ainda, até 20% do total do Conselho, por observadores técnicos que terão direito a voz, mas não a voto.

Da Votação das matérias

Art. 84 - D A votação da ordem do dia será considerada aprovada: a) - pela maioria dos órgãos públicos desde que estejam presentes 40% de sua representação; b) pela maioria dos conselheiros da sociedade civil desde que estejam presentes 50% de sua representação. Para os efeitos de maioria do total dos votos prevalece a soma dos conselheiros públicos e dos conselheiros privados.

Do mandato dos Conselheiros

Art. 84 - E Os Conselheiros, quer na pessoa física ou jurídica, serão indicados pelo Prefeito Municipal e aprovados pela Câmara Municipal de Vereadores para cumprir mandatos de quatro anos, não coincidentes, com o mandato do prefeito.

§ 1º. Para obedecer ao caput do artigo anterior o primeiro COMCIDADE ocupará o tempo necessário para dar cumprimento a data legal exigida.

§ 2º. Na hipótese de vacância de membro do Conselho, assume o seu suplente, que cumprirá o período remanescente do respectivo mandato, cabendo ao Prefeito Municipal indicar novo Conselheiro.

§ 3º. A cada 04 anos, a partir da primeira posse, o Conselho será renovado em pelo menos 1/3 de seus membros. É permitida a reeleição.

§ 4º. Os Conselheiros da sociedade civil, quer sejam pessoas físicas ou jurídicas, serão, preferencialmente, de nível superior, obrigatoriamente, com formação específica na área indicada e sem nenhuma vinculação com partidos políticos.

§ 5º. A participação no ComCidade será considerada função relevante, não remunerada.

Dos Recursos Orçamentários

Art. 84 - Para cumprimento de suas funções, o ComCidades contará com recursos financeiros consignados em conta orçamentária própria para fazer frente às despesas de sua Secretaria Executiva.

§ 1º A Secretaria Executiva funcionará dentro da Secretaria dos Conselhos Municipais.

Das Câmaras Temáticas

Art. 84 - G O Conselho terá tantas Câmaras Temáticas quantas forem necessárias para o bom andamento dos trabalhos.

§ 1º. Cada Câmara é constituída por representantes de entidades que tenham afinidade com o tema proposto, reconhecida capacidade técnica, preferencialmente, de nível superior e ilibada conduta moral.

§ 2º. As Câmaras Temáticas são espaços de discussão dos especialistas de cada segmento, reunidos encontram as diretrizes para o seu setor. Se o assunto extrapolar o seu setor as Câmaras se reúnem no "FORUM das Câmaras" espaço democrático para discussão, recomendação e encaminhamento da solução.

Das disposições Finais

Art. 84 H Fica revogada a Lei Ordinária nº 5300 de 08/06/1998 que cria o Conselho Municipal do Desenvolvimento Urbano.

Art. 84 I Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Florianópolis, março de 2009
Prefeito Municipal



Procuradoria Geral do Município

Missão

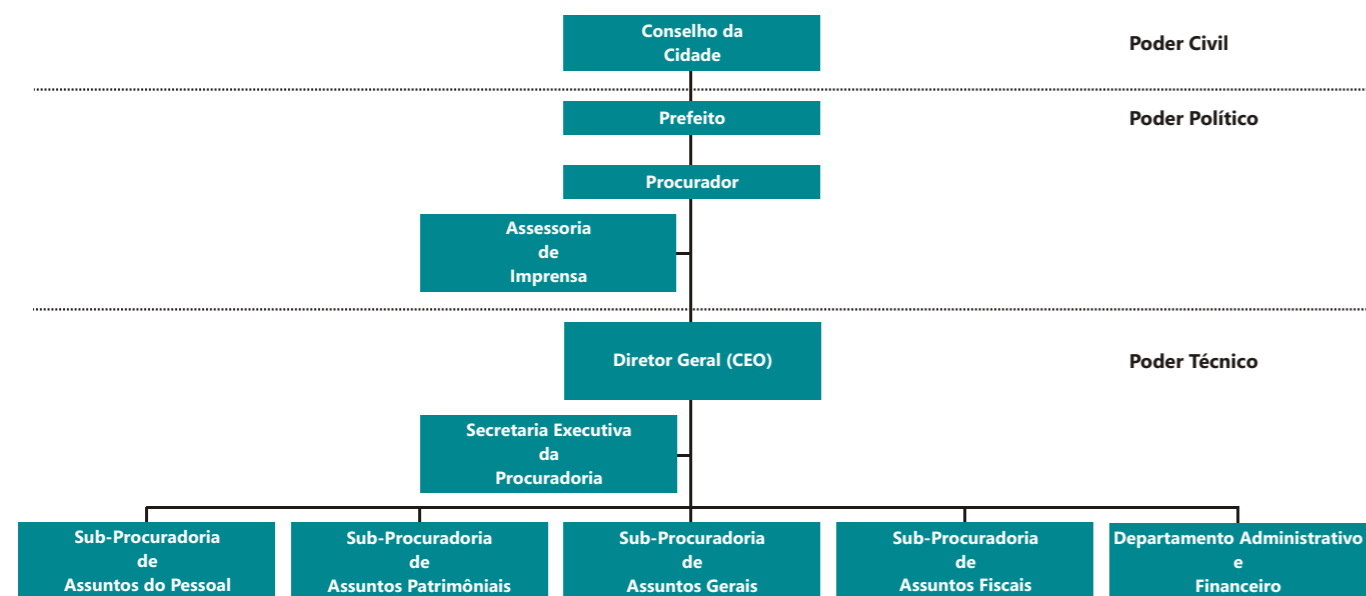
Funcionar como um sistema integrado dos interesses jurídicos municipais com vistas a oferecer tanto nas ações ativas como passivas serviços de qualidade que levem o município a se beneficiar administrativa e financeiramente.

Visão

Desenvolver esforços no sentido de recuperar os créditos tributários e patrimoniais tendo como referência índices da iniciativa privada, com prejuízos máximos de 3%.

Objetivos

Compete à Procuradoria do Município representar e defender judicial e extrajudicialmente o município, cobrar os débitos tributários, processar inquéritos administrativos, ações trabalhistas, ingressar com ações de desapropriações, mandados de segurança, ações populares, ações sobre uso e parcelamento do solo, assessorar juridicamente os órgãos municipais, contribuir para o equilíbrio entre contribuintes e Prefeitura.

Estrutura Organizacional Procuradoria Geral do Município**Sub-Procuradoria de Assuntos do Pessoal**

Compete o gerenciamento jurídico de todas as ações ativas ou passivas relacionadas ao pessoal da administração direta e indireta do município, ações trabalhistas, acidentes do trabalho, demissões com justa ou sem justa causa, reclamações sobre carreira, processar inquéritos administrativos, sindicâncias, revisões por meio de comissões processantes, entre outras.

Sub-Procuradoria de Assuntos Patrimoniais

Compete o gerenciamento jurídico, controle e registro das ações sobre o Patrimônio municipal, defender ou ingressar com ações relacionadas ao assunto, ocupação de espaços ou imóveis municipais. (examinar se conflita com Administração)

Sub-Procuradoria de Assuntos Gerais

Compete o gerenciamento jurídico de todas as ações ativas e

passivas relacionadas às infringências ao Plano Diretor com destaque para o uso, ocupação, parcelamento do solo e zoneamento, Código de Obras, Código de Posturas, Leis Ambientais, Lei do Saneamento Básico, Lei do Gerenciamento Costeiro, entre outras, invasões de áreas públicas, Áreas de Preservação, depredação do patrimônio ambiental. Defender ou ingressar com ações de Mandados de Segurança, Ações Populares, Mandados de Injunção, entre outros. Ingressar ou defender ações relacionadas a desapropriações e todo o serviço que antecede ao processo, avaliações. Examinar a constitucionalidade e legalidade dos atos do executivo, legislativo, das empresas, fundações e autarquias.

Sub-Procuradoria de Assuntos Fiscais

Compete o gerenciamento jurídico de todas as ações ativas e passivas relacionadas a cobrança dos débitos tributários em

geral, quer da Administração Direta como da Administração Indireta.

Secretaria Executiva da Procuradoria

Compete o gerenciamento administrativo, controle e registro de todos os atos e fatos pertinentes às atividades desenvolvidas pela Procuradoria devendo manter, além dos registros em pastas apropriadas, registros eletrônicos em tempo real de tal sorte que todos os interessados possam consultar. Parte destas informações deverá ser disponibilizada no Portal do Município.

Departamento Administrativo e Financeiro

Compete a este Departamento emprestar o apoio administrativo à Procuradoria nas áreas de Recursos Humanos, do Patrimônio, Financeiro, entre outras.

Plano Municipal da Procuradoria Jurídica

Nome do Projeto	Descrição
Código de Posturas Municipais	Rever e atualizar.
Código Tributário Municipal	Rever e atualizar.
Plano Diretor	Rever e Acompanhar
Sub-Procuradoria Assuntos do Pessoal	Gerenciamento das ações ativas e Passivas relacionadas ao pessoal da administração direta e indireta Metas: a definir
Sub-Procuradoria Assuntos Patrimoniais	Gerenciamento jurídico, controle e registro das ações sobre o Patrimônio municipal. Metas: a definir
Sub-Procuradoria de Assuntos Gerais	Gerenciamento jurídico de todas as ações ativas e passivas relacionadas às infringências ao Plano Diretor com destaque para o uso, ocupação, parcelamento do solo e zoneamento, Código de Obras, Código de Posturas, Leis Ambientais, Lei do Saneamento Básico, Lei do Gerenciamento Costeiro, Invasões e Desapropriações. Metas: a definir
Sub-Procuradoria de Assuntos Fiscais	Gerenciamento jurídico de todas as ações ativas e passivas relacionadas a cobrança dos débitos tributários. Metas: a definir

Anexo 1 - Verba Orçamentária para 2008

Procuradoria Geral do Município	12.016.679,00
--	----------------------

Missão

Oferecer ao gestor público e aos cidadãos um sistema eficiente de serviços gerais, segurança na confecção e promulgação das leis municipais, na articulação com projetos estaduais e federais e na recepção de reclamações e denúncias do morador.

Visão

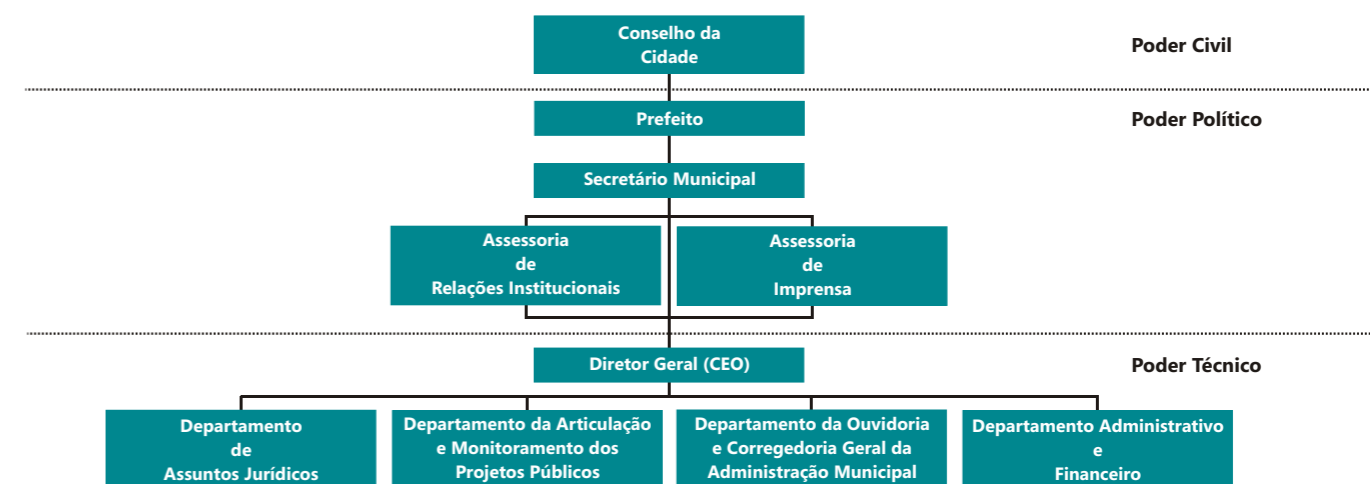
Permitir que o Gestor Público desempenhe suas funções com qualidade, propiciar redução da insegurança jurídica de nossas leis e contribuir para satisfação dos moradores.

Objetivos

Compete à Secretaria:

- 1) Elaborar a agenda do Prefeito Municipal
- 2) Assessoria e realização do Cerimonial do Governo
- 3) Pesquisar dados com vistas a sugestões aos pronunciamentos do Prefeito.
- 4) Gerenciar o alistamento Militar
- 5) Gerenciamento da Auditoria e da Ouvidoria Municipal
- 6) Gerenciar os recursos orçamentários atribuídos.
- 7) Recepcionar as propostas, sugestões, reclamações, protocolar e encaminhar aos interessados, mantendo monitoramento deste processo.
- 8) Manter o controle das publicações e registros dos atos oficiais.

Estrutura Organizacional da Secretaria da Casa Civil do Município



Secretaria da Casa Civil do Município

Departamento de Assuntos Jurídicos

Compete a este Departamento

- Gerenciar todos os projetos de lei, de origem do Executivo, a ser encaminhado à Câmara de Vereadores com verificação prévia da sua constitucionalidade e legalidade.
- Gerenciar todas as leis aprovadas pela Câmara de Vereadores examiná-las à luz de sua legalidade e constitucionalidade
- Gerenciar todas as leis Estaduais que afetam o município
- Gerenciar todas as leis Federais que afetam o município.

- Publicar os atos e decretos editados e as leis sancionadas ou promulgadas pelo Chefe do Executivo.
- Gerenciar o Diário Oficial do Estado.
- Controlar e guardar os Atos do Prefeito

Departamento de Articulação e Monitoramento dos Projetos Públicos

Compete a este Departamento a coordenação e acompanhamento das diretrizes e políticas relativas à integração das ações governamentais do Programa de Governo. Tem a função de incentivar parcerias com outros níveis de governo,

com o setor privado e com segmentos da sociedade.

- Gerenciar os projetos em andamento no município nos seus diferentes segmentos e por Distrito
- Gerenciar os projetos em andamento no município e de origem Estadual
- Gerenciar os projetos em andamento no município e de origem Federal

Departamento da Ouvidoria e Corregedoria Geral da Administração Municipal

Compete a este Departamento no âmbito municipal preservar os padrões de legalidade e moralidade dos atos de gestão realizados pela administração direta e indireta do município com vistas à proteção e defesa dos interesses da sociedade.

- Gerenciar as reclamações dos contribuintes e encaminhá-las ao órgão competente para buscar uma solução.
- Oferecer sugestões aos demais órgãos do Governo sobre procedimentos administrativos
- Gerenciar as ações que levem à moralidade pública

Departamento Administrativo e Financeiro

Compete a este Departamento emprestar o apoio administrativo à Secretaria nas áreas de Recursos Humanos, do Patrimônio, Financeiro, entre outras.

Plano Municipal da Casa Civil

Projetos	Descrever
Assuntos Jurídicos	A definir
Monitoramento dos Projetos	A definir
Corregedoria	A definir
Ouvidoria	A definir

Anexo 1 - Verba Orçamentária para 2008

Secretaria Municipal do Governo	27.714.979,00
---------------------------------	---------------

PMF 2012



Secretaria da Comunicação Social

Missão

Oferecer aos moradores informações confiáveis no que tange aos atos e fatos administrativos da gestão municipal e dos projetos públicos em andamento.

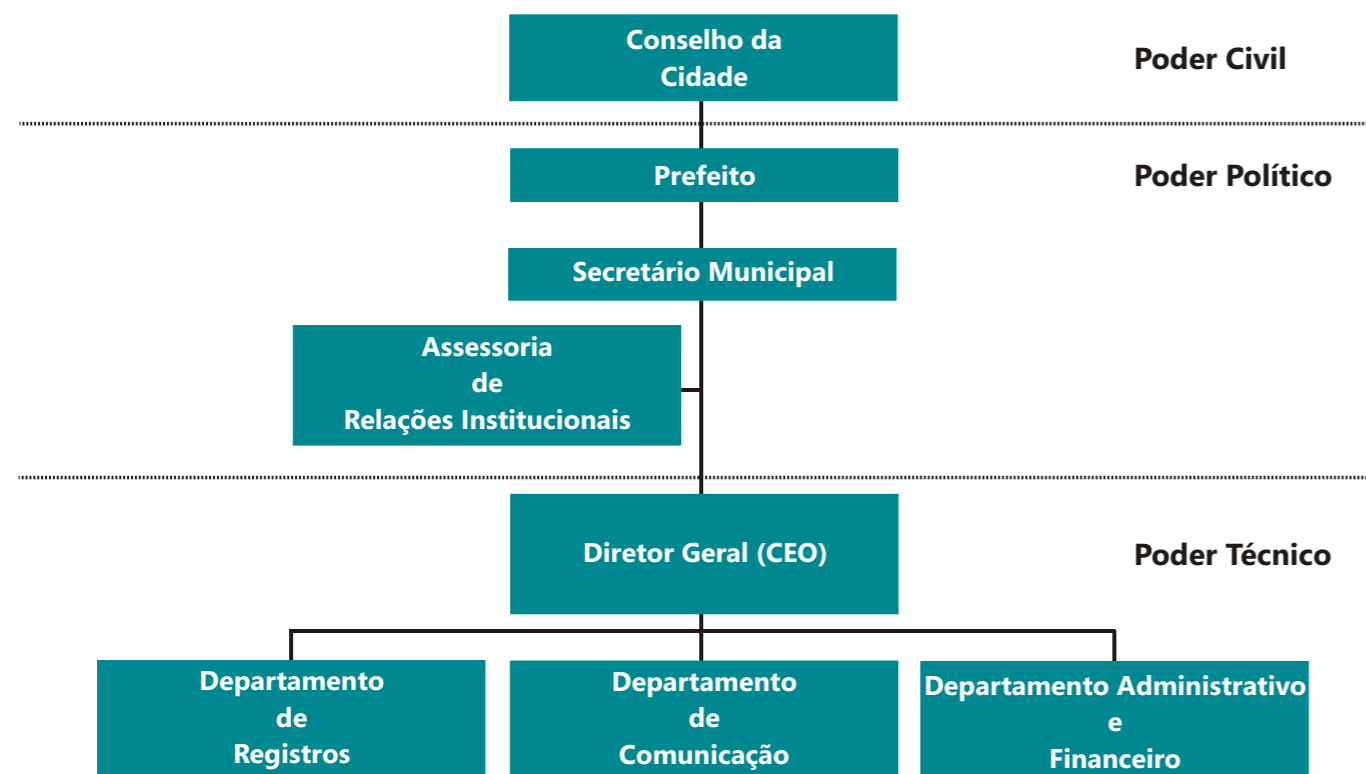
Visão

Estimular e contribuir com os programas municipais de divulgação da cidade, principalmente, divulgar o nosso patrimônio natural, artístico, histórico e cultural com vistas a produzir uma boa imagem externa objetivando turismo de qualidade.

Objetivos

Compete à Secretaria de Comunicação dentro de princípios de transparência, eficiência e racionalidade dos recursos orçamentários disponíveis comunicar aos contribuintes as realizações do governo nos diferentes setores da administração direta e indireta.

Estrutura Organizacional Secretaria de Comunicação Social



Departamento de Registros

- Manter registro da prestação dos serviços de comunicação e publicidade
- Controlar e Monitorar os contratos
- Orientar os processos licitatórios pertinentes ao assunto
- Manter cadastro atualizado das Agências
- Manter os registros normativos que disciplinam a matéria
- Manter Registros da "marca" ou logomarcas do Governo e da Administração Indireta
- Manter os registros dos Patrocínios do Governo
- Manter os registros dos atos e fatos administrativos
- Manter Banco eletrônico de imagens.

Departamento de Comunicação

- Efetuar o Plano de Comunicação Anual do Governo
- Gerar informação com transparência dos atos do Governo
- Organizar eventos como lançamentos de projetos, coletivas à imprensa, inaugurações
- Coordenar a comunicação dos diferentes órgãos do Governo Municipal, Secretarias, Empresas, Fundações e Autarquias
- Organizar sistemas de informação e pesquisa de opinião pública;

Departamento Administrativo e Financeiro

Compete a este Departamento emprestar o apoio administrativo à Secretaria nas áreas de Recursos Humanos, do Patrimônio, Financeiro, entre outras.

Plano Municipal de Comunicação

Projetos	Descrição
Publicidade	Construir o Plano Municipal da
Especiais	Comunicação Municipal envolvendo as campanhas de esclarecimento público e comunicação de conclusão ou lançamento de obras.

Anexo 1 - Verba Orçamentária para 2008

Secretaria de Comunicação Social	305.108,00
---	-------------------



Secretaria de Coordenação dos Conselhos Municipais

Missão

Uniformizar o padrão dos Conselhos Municipais atribuindo objetivos claros e eliminando as superposições existentes com vistas a garantir os direitos das mulheres, das crianças, do idoso, do deficiente e da promoção racial.

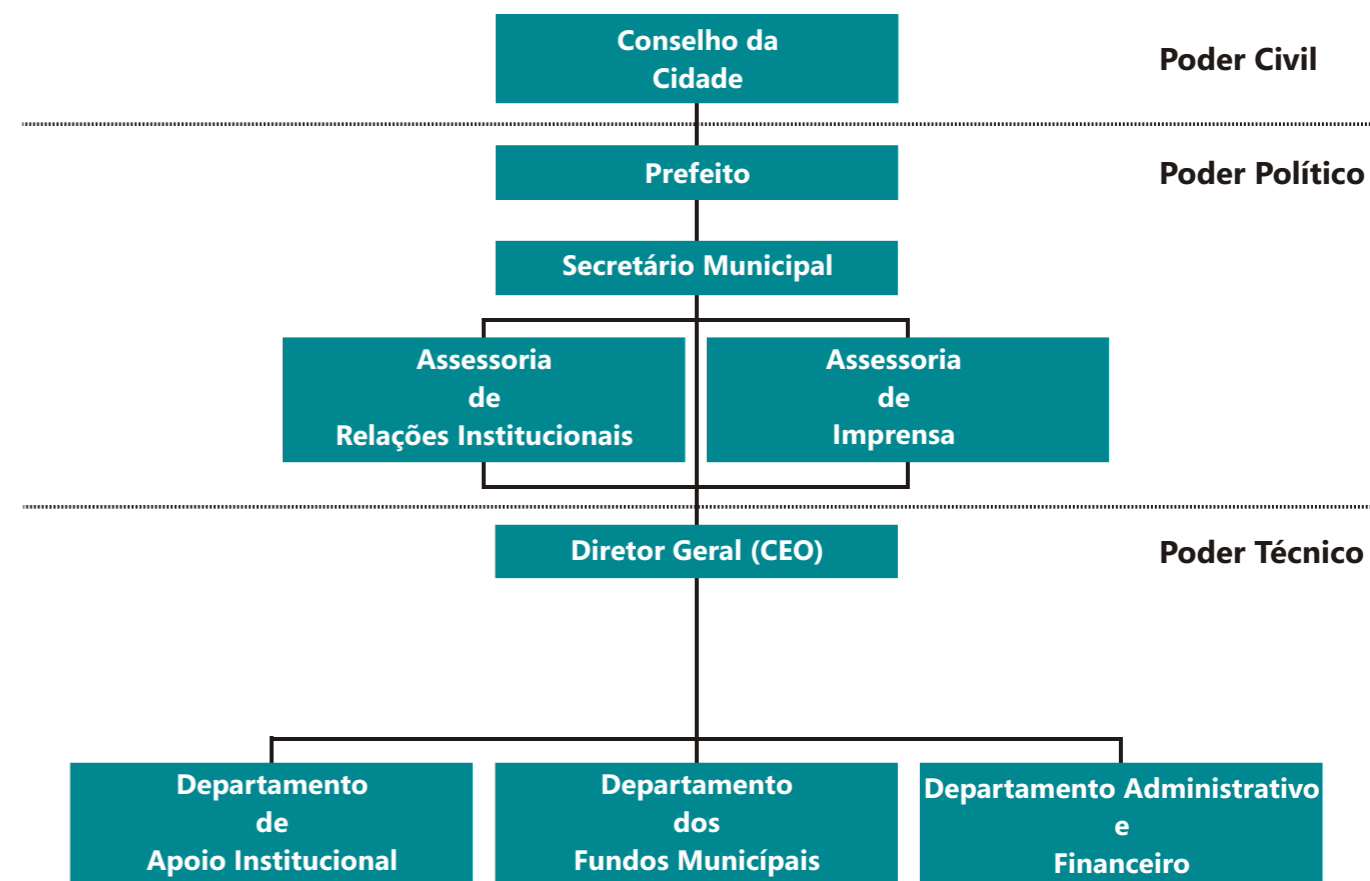
Visão

Os conselhos são órgãos consultivos importantes. Dentro disto cabe construir modelos eficientes de estrutura de tal sorte a que a comunidade possa participar dos destinos da cidade, através das Câmaras Temáticas de cada Conselho.

Objetivos

Compete à Secretaria dos Conselhos Municipais: Construir a ponte entre a Sociedade Civil Organizada e o Poder Executivo. Os Conselhos devem ser vistos como um colegiado consultivo, integrante da estrutura básica do Município tendo por finalidade a proposição de políticas públicas para a formulação ou alteração de planos municipais nas diferentes áreas de atuação.

Estrutura Organizacional da Secretaria dos Conselhos Municipais



Departamento de Apoio Institucional

Compete:

- Coordenar as ações administrativas de cada Conselho com foco na obtenção de recursos públicos Estaduais, Federais, Privados, dentro dos diferentes programas existentes
- Dar divulgação dos programas de abatimento de Imposto de Renda Pessoa Física e Jurídica quando aplicados dentro de Conselhos aprovados por lei municipal
- Manter Cadastro Atualizado das Entidades representativas da Sociedade Civil Organizada como fonte de inclusão nos diferentes Conselhos.
- Propor mudanças nas leis, oferecer sugestões para o fortalecimento dos Conselhos, criar as câmaras temáticas. Calendário de Treinamento para os Conselheiros.
- Gerenciar o COMCIDADE.

Departamento dos Fundos Municipais

Compete:

- Gerenciar administrativamente a padronização técnica dos

Fundos existentes e os fundos que vierem a ser criados.

- Manter Cadastro Atualizado das Entidades representativas da Sociedade Civil Organizada beneficiadas pelos Fundos.
- Propor mudanças nas leis, oferecer sugestões para o fortalecimento dos Fundos Oficiais da PMF.

Departamento Administrativo e Financeiro

Compete a este Departamento emprestar o apoio administrativo à Secretaria nas áreas de Recursos Humanos, do Patrimônio, Financeiro, entre outras.

Plano Municipal da Secretaria

Projetos	Descrição
Uniformização dos Conselho	Construir um modelo Padrão com destaque para as Câmaras Temáticas
Especiais	A definir
Comcidade	Contribuir na sua implantação

Anexo 1

N ^o	CONSELHO ASSUNTO	Secretaria
1	CONSELHO MUNICIPAL TRANSPORTES Lei Ordinária nº 3627 de 08/10/1991 DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE TRANSPORTES	CONTRAF
2	CONSELHO MUNICIPAL DESENVOLVIMENTO Lei Ordinária nº 1110 de 03/10/1972 CRIA CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO, REVOGA LEI Nº 788/66 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Lei Ordinária nº 2516 de 18/12/1986 ALTERA A ESTRUTURA, O FUNCIONAMENTO E A COMPETÊNCIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	Revogada pela Lei 5300
3	CONSELHO MUNICIPAL DESENVOLVIMENTO RURAL Lei Ordinária nº 4100 de 30/07/1993 CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL	Desenvolvimento Econômico
4	CONSELHO MUNICIPAL TRABALHO E EMPREGO Lei Ordinária nº 4907 de 17/06/1996 CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DE TRABALHO E EMPREGO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	Desenvolvimento Econômico
5	CONSELHO MUNICIPAL CONDIÇÃO FEMININA Lei Ordinária nº 2598 de 16/06/1987 CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DE CONDIÇÃO FEMININA "CMCF" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	Desenvolvimento Social
6	CONSELHO MUNICIPAL IDOSO. Lei Ordinária nº 5371 de 24/09/1998 DISPÕE SOBRE A POLÍTICA MUNICIPAL DO IDOSO, CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	Desenvolvimento Social
7	CONSELHO MUNICIPAL PREVENÇÃO AO USO DE DROGAS Lei Ordinária nº 3713 de 17/01/1992 CRIA O CONSELHO E SISTEMA MUNICIPAL DE PREVENÇÃO AO USO DE DROGAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Na estrutura atual consta como Entorpecentes	Desenvolvimento Social
8	CONSELHO MUNICIPAL PROMOÇÃO IGUALDADE RACIAL Lei 7507/2007 CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL - COMPIR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	Desenvolvimento Social
9	CONSELHOS TUTELARES (ECA Continente e Ilha) Lei Ordinária nº 4283 de 29/12/1993 DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DOS CONSELHOS TUTELARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	Desenvolvimento Social

10	CONSELHO MUNICIPAL DIREITOS DA PESSOA DEFICIENTE Lei Ordinária nº 7213 de 28/11/2006 DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO, COMPOSIÇÃO, ATRIBUIÇÕES E FUNCIONAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	Desenvolvimento Social
11	CONSELHO MUNICIPAL ASSISTÊNCIA SOCIAL Lei Ordinária nº 4958 de 19/07/1996 CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	Desenvolvimento Social
12	CONSELHO MUNICIPAL DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE Lei Nº 6565, de 16 de dezembro de 2004. ALTERA A LEI Nº 3794/92 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Art.12º O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente será composto, paritariamente, por 14 (catorze) membros, sendo 07(sete) representantes do Poder Público e 07 (sete) representantes da Sociedade Civil,	Desenvolvimento Social
13	CONSELHO MUNICIPAL ACOMPANHAMENTO DO FUNDEF Lei Ordinária nº 5639 de 04/02/2000 DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL E DE VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO - FUNDEF.	Educação
14	CONSELHO MUNICIPAL ALIMENTAÇÃO ESCOLAR Lei Ordinária nº 4760 de 26/10/1995 CRIA O CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	Educação
15	CONSELHO MUNICIPAL EDUCAÇÃO DE FLORIANÓPOLIS Lei Ordinária nº 3651 de 11/11/1991 CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE FLORIANÓPOLIS	Educação
16	CONSELHO MUNICIPAL CONTRIBUINTES CAPÍTULO III 07/97 Código Tributário Municipal DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES Art. 140 Os processos contenciosos serão julgados em instância única pelo Conselho Municipal de Contribuintes que será composto de 9 (nove) membros, sendo 8 (oito) Conselheiros e um Presidente.	Fazenda
17	CONSELHO MUNICIPAL DEFESA DO MEIO AMBIENTE - CONDEMA Lei Ordinária nº 4117 de 11/08/1993 CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE - CONDEMA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	Floran
18	CONSELHO MUNICIPAL CULTURA Lei Ordinária nº 2639 de 13/07/1987 CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA DE FLORIANÓPOLIS	Franklim Cascaes
19	CONSELHO MUNICIPAL CINEMA (?)	Franklim Cascaes
20	CONSELHO MUNICIPAL ESPORTES Lei Ordinária nº 1420 de 20/04/1976 CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DE ESPORTES	Fundação Esportes
21	CONSELHO MUNICIPAL DESENVOLVIMENTO URBANO Lei Ordinária nº 5300 de 08/06/1998 CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO URBANO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Fica criado o Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano (CMDU), órgão de integração e aconselhamento do sistema de planejamento do Município de Florianópolis - COMCIDADE	COMCIDADE
22	CONSELHO MUNICIPAL DEFESA DO CONSUMIDOR LEI COMP Nº 189, de 11 de outubro de 2005. DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA MUNICIPAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR (SMDC), INSTITUI A COORDENADORIA MUNICIPAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR (PROCON), A COMISSÃO MUNICIPAL PERMANENTE DE NORMATIZAÇÃO (CMPN), O CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR (CONDECON), O FUNDO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR (FMPDC) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	Defesa do Cidadão
23	CONSELHO MUNICIPAL SANEAMENTO BASICO Lei Nº 7474, de 19 de novembro de 2007. DISPÕE SOBRE A POLÍTICA MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL, CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DE SANEAMENTO, AUTORIZA CONVÊNIO COM A CASAN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS - NOVO	Saneamento
24	CONSELHO MUNICIPAL SAÚDE Lei Ordinária nº 3291 de 01/11/1989 CRIA E DEFINE ATRIBUIÇÕES AO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE	Saúde
25	CONSELHO MUNICIPAL TURISMO Lei Ordinária nº 3741 de 22/04/1992 DEFINE A POLÍTICA MUNICIPAL DE TURISMO, CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	Turismo

Anexo 2 - Comparação entre dois Conselhos

A lei 5300 revoga a lei 1110, mas não está claro.
A proposta do COMCIDADE revoga a 5.300

Lei 5300	Lei 1110
<p>Art. 5º Ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano compete:</p> <p>I - Sugerir proposições sobre as diretrizes de desenvolvimento urbano do Município;</p> <p>II - Colaborar com a Administração Municipal, na defesa dos interesses coletivos, em contraposição aos interesses individuais ou de grupos;</p> <p>III - Oferecer sugestões na elaboração de projetos de lei e decretos, necessários à atualização do Plano Diretor do Município e sua legislação complementar;</p> <p>IV - Apresentar idéias sobre a localização de áreas industriais, conjuntos habitacionais populares, complexos turísticos ou projetos de parcelamento do solo que possuam área superior a 20 (vinte) hectares;</p> <p>V - Emitir opinião sobre projetos de grande porte, de iniciativa do Poder Público, inclusive os referentes ao sistema viário, estações de tratamento de esgotos e depósitos de resíduos sólidos;</p> <p>VI - Apresentar propostas para a programação de investimentos, anual e plurianual, visando o desenvolvimento do Município</p> <p>Art. 4º Esta lei entra em vigência na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário e será regulamentada por decreto da Chefe do Poder Executivo, no prazo de 90 dias.</p>	<p>Art. 2º - O Conselho Municipal de Desenvolvimento de Florianópolis, órgão integrante do Gabinete do Prefeito, tem por finalidade:</p> <p>a) Opinar sobre matérias relacionadas com os problemas de desenvolvimento físico, social e econômico do Município;</p> <p>b) Sugerir a realização de obras e a implantação de atividades que possam determinar o desenvolvimento sócio-econômico do Município.</p> <p>c) Colaborar no desenvolvimento de uma consciência, visando a prevalência dos interesses coletivos sobre os interesses individuais ou grupais.</p>

Anexo 3 - Fundos Municipais de Florianópolis

Tipo de Fundo	Quem Gerencia
DECRETO Nº 3364/05 lei nº 5.001/96 Fundo Municipal Reequipamento Corpo Bombeiros - Funrebom	Conselho Diretor do FUNREBOM
LEI Nº 3850/92 Fundo Municipal Construção Reforma Abrigos Usuários Transporte Coletivo	Conselho Municipal de Transportes
LEI Nº 5633/99 Fundo Municipal Desenv. Rural Marinho - FUNRUMAR	IGEOF Não Regulamentado
LEI Nº 5647/00 Fundo Municipal Meio Ambiente	FLORAM Não Regulamentado
LEI Nº 7474/07 Fundo Municipal Saneamento Básico	Saneamento Habit. Não Regulamentado
LEI Nº 3252/89 Fundo Municipal do Cinema	Fundação Franklin Cascaes
LEI N. 3210/89 E 4.922/96 Fundo Municipal da Integração Social	Saneamento Habit.
LEI n. 3081/88 Fundo Municipal da Saúde	Secretaria Municipal de Saúde
Fundo Municipal Assistência Social	Secretaria do Desenvolvimento Social
Fundo Municipal Direitos da C&Adol	Secretaria do Desenvolvimento Social
Fundo Geração de Oportunidades FUNGEOF	IGEOF - Não Regulamentado
LEI N. 5494/99 Fundo Municipal da Previdência	Secretaria da Administração.
LEI Nº 4944/96 Fundo de Desenvolvimento Municipal	
LEI COMPLEMENTAR Nº 189, de 11 de outubro de 2005. Fundo Municipal de Proteção dos Direitos do Consumidor Art. 16 Fica instituído o Fundo Municipal de Proteção dos Direitos do Consumidor (FMPDC), conforme o disposto no art. 57 da Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, regulamentada pelo Decreto Federal nº 2.181, de 20 de março de 1997, com o objetivo	Secretaria Defesa do Cidadão
FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO. LEI COMPLEMENTAR Nº 310, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2007.	



Secretaria da Administração

Missão

Assegurar uma política eficiente dos Recursos Humanos do pessoal ativo e inativo. Do mesmo modo imprimir uma política eficiente do patrimônio físico municipal, das aquisições e do Fundo Municipal da Previdência Social.

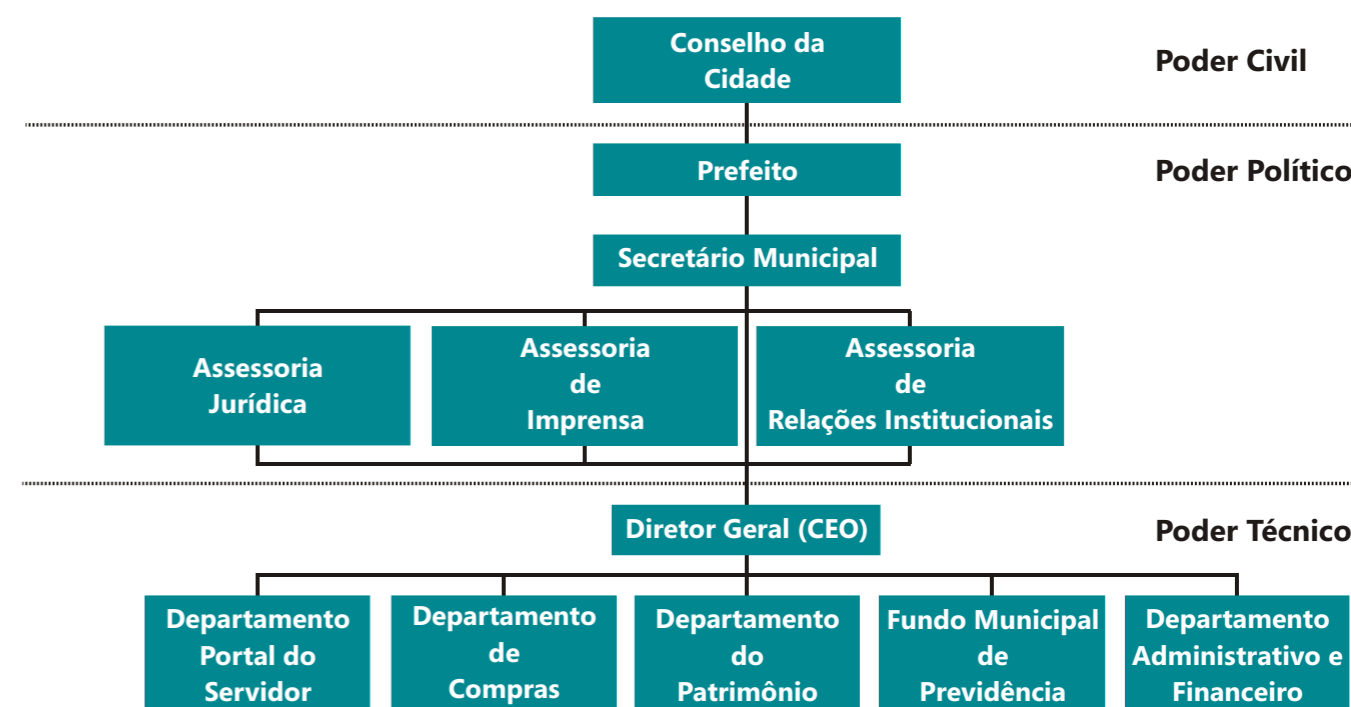
Visão

Quem faz a gestão eficiente são os funcionários. Não há "prefeitura" sem funcionários, depende deles, do seu entusiasmo, da sua motivação, o desempenho competente. Manter um eficiente sistema de pessoal significa dar cumprimento aos direitos, depois exigir as obrigações.

Objetivos

Compete à Secretaria da Administração a gestão das atividades relacionadas ao pessoal, cadastro dos bens móveis e imóveis, leilão e licitações eletrônicas, além do Fundo de Previdência, entre outros.

Estrutura Organizacional da Secretaria de Administração



Departamento PORTAL DO SERVIDOR

Compete a este Departamento as atividades relacionadas aos benefícios do trabalhador, aposentadorias, perícias médicas, treinamento, concursos, processos funcionais, legislação, formulários, entre outros.

Departamento de Compras

Compete a este Departamento as atividades relacionadas às compras realizadas pela PMF, os registros dos fornecedores, Editais de cotações, leilão eletrônica, presencial, legislação entre outras.

Departamento do Patrimônio

Compete a este Departamento o registro e controle do Patrimônio físico dos bens municipais, proceder ao levantamento dos inventários, notadamente dos bens móveis, equipamentos de informática, entre outros.

Fundo Municipal de Previdência

A Previdência Social tem como objetivo amparar e proteger o servidor e sua família nos casos de invalidez, idade avançada, reclusão ou morte daqueles de quem dependiam economicamente, sendo custeada pela contribuição dos servidores ativos, inativos e pensionistas, atuais e futuros.

O Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) é o regime em que estão inscritos exclusivamente os servidores públicos titulares de cargo efetivo (estatutários), e é estabelecido por Lei.

No município de Florianópolis, todos os servidores efetivos, ativos e inativos, da Prefeitura, Câmara Municipal e do Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis IPUF estão vinculados ao Fundo de Previdência, sendo seu Órgão Gestor, a Secretaria Municipal da Administração.

Compete à Secretaria a gestão das atividades relacionadas ao pessoal, patrimônio com cadastro dos bens móveis e imóveis, leilão e licitações eletrônicas, arquivo histórico, entre outros.

Departamento Administrativo e Financeiro

Compete a este Departamento emprestar o apoio administrativo à Secretaria nas áreas de Recursos Humanos, do Patrimônio, Financeiro, entre outras.

Plano Municipal de Administração Geral

Projetos	Descrição
Gestão do Pessoal	Política de Pessoal será adequada à realidade da moderna administração com quadros de cargos e salários da Administração Direta, das Empresas, Autarquias e Fundações, observados o Regime Único do Servidor e a sua Profissionalização. A Previdência Pública Municipal deverá merecer capítulo importante. Cumprimento à lei de Responsabilidade Fiscal.
Gestão Eficiente das Compras	Plano de Gestão
Gestão Eficiente do Patrimônio	Plano de Gestão
Gestão Eficiente das Previdência	Plano de Gestão

Anexo 1 - Verba Orçamentária para 2008

Secretaria Municipal Administração	8.036.637,00
Fundo Municipal da Previdência	37.725.149,00



Secretaria Municipal de Ciência e Tecnologia

Missão

A C&T é responsável pela formulação e implementação da Política Municipal de Ciência e Tecnologia tem suas ações pautadas no desenvolvimento do patrimônio científico e tecnológico, na cooperação e intercâmbio com outras Entidades congêneres, no estímulo a novos parques de tecnologia.

Visão

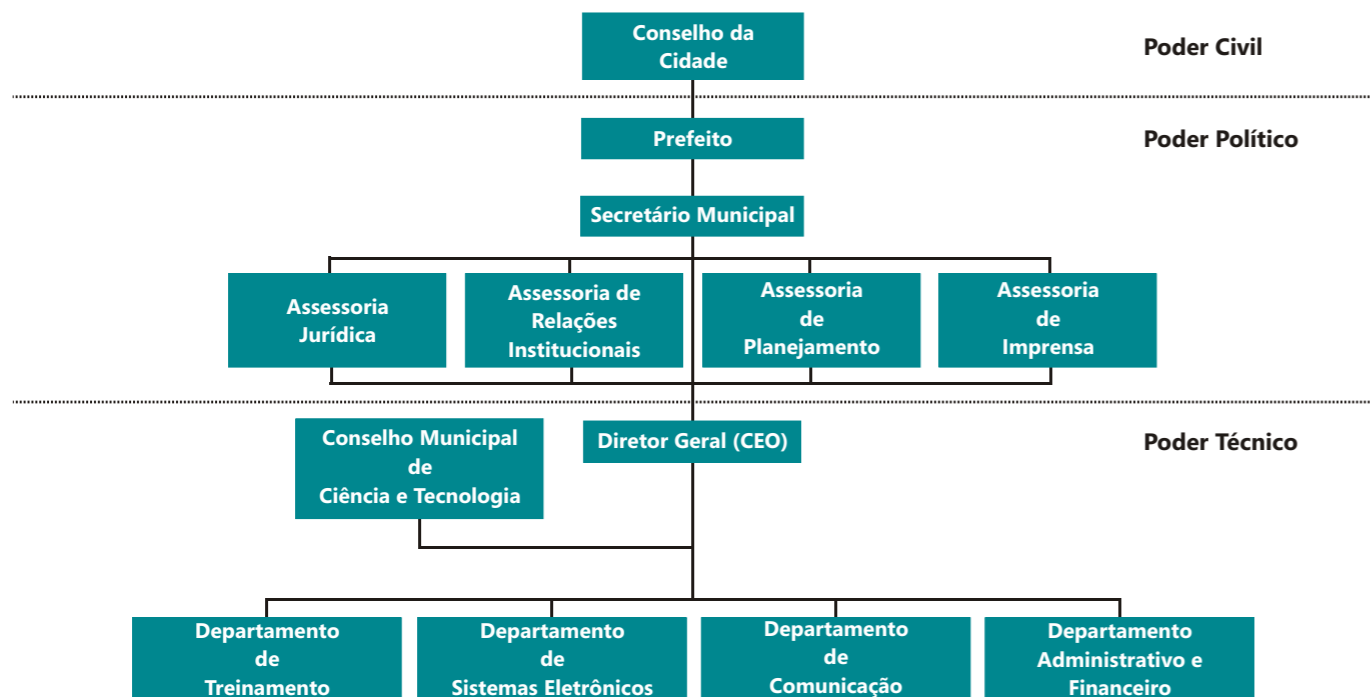
Transformar o município no maior pólo de tecnologia do Sul do Brasil através do gerenciamento de políticas e estímulos fiscais visando ao desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação no País.

Objetivos

Decreto Municipal nº. 5589, 13 de março de 2008.

O Sistema Municipal de Tecnologia de Informação e Comunicação do Município de Florianópolis tem por objetivo a normatização, padronização, orientação, aplicação e execução, no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Município de Florianópolis, da política municipal de tecnologia de informação e comunicação do município de Florianópolis.

Nova Estrutura Organizacional da Secretaria Municipal de Ciência e Tecnologia



Compete à Secretaria, em combinação com outros órgãos de C&T estaduais e federais:

- Reconhecer a importância da Ciência e Tecnologia como atividade fundamental para o futuro de nossa cidade.
- Definir a Política de Ciência e Tecnologia Municipal em combinação com as diretrizes federal e Estadual utilizando-se dos órgãos universitários locais.
- Defender a inclusão social propondo políticas, programas, projetos e ações que viabilizem o desenvolvimento municipal e à difusão de conhecimentos e tecnologias apropriadas em comunidades carentes.

- Definir os espaços físicos onde se pode explorar a atividade.
- Propor à Secretaria da Educação conteúdos programáticos do segmento.
- Centralizar as informações aos investidores, opções de financiamento, programas aplicáveis.
- Fiscalizar ou executar obras e serviços de construção dentro do Plano Municipal de Comunicações, entre outras: cidade digital (Pirai/RJ), internet pública em todos os órgãos do governo municipal
- Promover a inclusão social por meio da inclusão digital através do Governo Eletrônico Serviço de Atendimento ao

Cidadão (Gesac) do Ministério das Comunicações.

- Instituir o Governo Eletrônico
- Contribuir para a atualização do Portal da Internet, dados de informações conjunturais como aqueles destinados a espelhar a situação histórica, geográfica, cultural, econômica e financeira do Município.

Estrutura Administrativa

As atividades profissionais da Secretaria poderão ser desenvolvidas por 04 Departamentos Treinamento, Sistemas Eletrônicos, Comunicações, Administrativa e Financeira

Departamento de Treinamento

Para atingir seus objetivos compete à Secretaria desenvolver ações que levem a construir dentro da Secretaria um Núcleo de profissionais especializados a desempenhar com qualidade seu trabalho junto da população. Neste sentido, manter um forte programa de treinamento profissional para funcionários públicos concursados.

Departamento de Sistemas Eletrônicos

Cabe a este Departamento:

- Definir as Políticas e Programas de Ciência e Tecnologia
- Políticas de inclusão digital
- Implantar ou ampliar os pólos de informática
- Conceber o E-cidade ou a cidade digital (Ex. Pirai/RJ)
- Propor a "gestão eletrônica" licitações, terceirizações de serviços (outsourcing), redes de informação digital, entre outras.
- Buscar e disponibilizar recursos financeiros existentes no M&T através dos diferentes fundos existentes.

Departamento de Comunicações

Cabe a este Departamento

- Definir, em consonância com os órgãos federais, o PLANO MUNICIPAL DAS COMUNICAÇÕES, as políticas de comunicações do município, a saber: telefonia móvel, fixa, TV a cabo, TV Aberta, Radio difusão, outras.
- Políticas sobre Rádios Comunitárias
- Políticas sobre Serviços Postais em comum acordo com a ECT.

Departamento Administrativo e Financeiro

Compete a este Departamento emprestar o apoio administrativo à Secretaria nas áreas de Recursos Humanos, do Patrimônio, Financeiro, entre outras.

Proposta de um novo Conselho

CONSELHO MUNICIPAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Critério 1 - Entidades Participantes - 60% público e 40% privado

Entidades	Nº
Secretaria Casa Civil	02
Secretaria Municipal Administração	02
Secretaria Municipal Ciência e Tecnologia	05
Secretaria Municipal Desenvolvimento Econômico	02
Secretaria Municipal Educação	02
Secretaria Municipal Fazenda	02
Subtotal	13
Entidades Empresarias	05
Entidades dos Trabalhadores	02
Entidades de Profissionais Liberais	03
Total	25

Critério 2 - Câmaras Temáticas

As escolhas devem ser por Câmara Temática e cada Entidade deverá apresentar os membros com notória especialização do tema.

A Câmara é constituída, predominantemente, por representantes de entidades que tenham afinidade com o tema proposto.

Fórum

As Câmaras Temáticas são fóruns de discussão dos especialistas de cada segmento, reunidos encontram as diretrizes para o seu segmento. Quando as Câmaras discutem algum projeto que extrapola o seu segmento, são chamadas as demais Câmaras e neste caso temos o "FORUM" das Câmaras.

Câmara Temática	Nº	O que faz
Inovação Tecnológica	3	Atualização das tecnologias
Treinamento	4	Programação e conteúdos programáticos
Parques Tecnológicos	5	Espaços físicos disponíveis
E-Governo e E-cidade	5	Acompanhamento e sugestões dos sistemas
Financiamentos	4	Destinados à tecnologia
Plano Municipal de Comunicações	4	Controles e sugestões
Total	25	

Plano Municipal de Ciência e Tecnologia

O seu bairro possui boa Comunicação (telefones públicos, Correios)?

Comunicação	Sim	Não	Não Sabe	Não Resposta	Total
Região					
Canasvieiras	75,8%	22,4%	1,8%	0,0%	100%
Lagoa da Conceição	85,0%	15,0%	0,0%	0,0%	100%
Ingleses	73,5%	26,0%	0,5%	0,0%	100%
Centro	81,7%	16,4%	1,8%	0,0%	100%
Continente	88,0%	12,0%	0,0%	0,0%	100%
Sul da Ilha	63,4%	33,2%	1,0%	2,5%	100%
Total	78,0%	20,7%	0,9%	0,4%	100%

Fonte: ACIF / ESAG Jr.

Tecnologia (VEJA edição 2070)

A maior cobertura wireless

Três cidades brasileiras têm cobertura 100% wireless: a amazonense Parintins, a fluminense Pirai e a paulista Sud Mennucci. Embora esteja no meio da floresta, Parintins oferece o benefício a mais de 100 000 pessoas. Pirai tem apenas 24 000 moradores. Sud Mennucci não alcança sequer 8 000 habitantes.

A cidade mais informatizada

Fica na capital federal o maior percentual de domicílios com acesso a aparelhos de tecnologia de informação e comunicação. Em Brasília, as proporções de lares com desktops, de pessoas com notebooks e de donos de celulares são superiores às de São Paulo.

Nome do Projeto	Descrição
Parques Tecnológicos	São "cluster" de empresas que se juntam num determinado espaço para obter vantagens comparativas.
E-Governo	Sistema informatizado das atividades do Governo e disponíveis aos contribuintes e cidadãos através da Internet.
E-Cidade	<p>Dispondo ao cidadão do Município a "banda larga" da Internet de forma gratuita. Existem projetos, no Brasil e no mundo, em que se oferece a conectividade da banda larga para uma cidade inteira, ainda em fase de experimento. Abaixo, os principais exemplos:</p> <p>Sud Mennucci, São Paulo: uma torre de transmissão faz com que toda a pequena cidade, com cerca de 7500 moradores, tenha acesso à banda larga da internet, de forma gratuita e ilimitada. Para ter a conexão em casa, o morador compra uma antena e instala uma placa wireless no computador</p> <p>Pirai, Rio de Janeiro: um projeto com apoio da Unesco integrou em rede 39 edifícios públicos, vinte escolas, quatro bibliotecas e vários postos de atendimento ao cidadão. Agora, a banda larga será oferecida a domicílios e empresas privadas</p> <p>Taipé, Taiwan: metade dos habitantes possui em casa conexão sem fio à internet. Agora eles terão acesso à rede também das ruas. A companhia Nortel, que executa o projeto, começou a instalar 10 000 pontos públicos de acesso</p> <p>Mitaka, Japão: o projeto de banda larga é de 1996 e, já rendeu à cidade o título de Comunidade Inteligente do Ano, pelo forte uso da tecnologia como canal de comunicação entre a prefeitura e os cidadãos.</p> <p>Nova York, EUA: dez parques passaram a oferecer pontos gratuitos de conexão wi-fi entre eles o Central Park, o Union Square e o Washington Square Park</p>

	Rio de Janeiro: Copacabana ganhou rede sem fio em 22/07/2008 dentro do Programa Orla Digital.
Arranjos Produtivos Locais - APLs	Os Arranjos Produtivos Locais de política implantada nos anos 90 e que permitiu a criação de 250 empresas de base tecnológica implantada nas diversas incubadoras da cidade.
Centro Vocacional Tecnológico - CVT	O Centro Vocacional Tecnológico CVT pode ser um programa de governo destinado primordialmente à inclusão digital e qualificação profissional gratuita de pessoas carentes de áreas significativas economicamente de cada região.
Apoio a Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica	Com a criação de todas essas instituições, um novo norte poderá ser estabelecido e permitirá que o município entra definitivamente num dos campos de desenvolvimento mais promissores da atualidade - a inovação associada à tecnologia.

Anexo 1

Justificativa para criação Secretaria Municipal de C&T

Desde o fim da Segunda Grande Guerra os computadores passaram de artigos de laboratório, instrumentos caros disponíveis para grandes, e depois médias empresas, até se tornarem artigos de consumo, disponíveis para uso caseiro e em todas as atividades econômicas. Da mesma forma, redes de computadores evoluíram de conexões entre poucos computadores de grande porte e pequenas redes locais, à Internet, que é uma rede mundial. A capacidade de computação e a capacidade de comunicação vêm dobrando a intervalos curtos e fixos nos últimos 30 anos, caracterizando processos exponenciais.

Novos Insumos

O armazenamento de informação, a comunicação de dados e a transformação de dados em informação são novos insumos básicos da economia global. A rede computacional internacional, com seus protocolos universais abertos e extremamente flexíveis, aliada à existência de micro-computadores poderosos nas pontas de cada ramificação capilar, permitiu grande capacidade de armazenamento, alta velocidade de comunicação e transformação eficiente de dados. Essa forte mudança quantitativa leva à mudança qualitativa que é referida como "revolução".

Este novo instrumento da civilização apresenta inacreditável eficiência no compartilhamento dos meios de comunicação, efetivamente zera as distâncias entre os habitantes do planeta, e permite o acesso, a transmissão e a replicação exata de quantidades praticamente ilimitadas de informação. Ademais, o novo instrumento, devido à sua eficiência e à facilidade de comunicação que permite, é um catalizador efetivo na cooperação entre entes, mesmo que distantes.

O paradigma tecnológico e as conseqüências industriais, sociais, econômicas e culturais da era da informação serão cada vez mais sustentados por setores intensivos em conhecimento, associados às tecnologias da informação e comunicação. É bem possível que nesta nova matriz tecnológica, industrial e econômica esteja a maioria dos produtos e serviços do futuro,

que serão fundamentais para atrair investimentos e geração sustentada de trabalho e renda em qualquer país.

O Macro Setor

O conjunto do chamado macro-setor das comunicações (informática, telecomunicações, indústrias culturais) passa hoje por transformações que fazem parte da evolução global do capitalismo iniciado na década de 70, que vem acarretando mudanças significativas na órbita produtiva (sistemas flexíveis, inovações de processo e de produto, terceirização, alterações na burocracia da grande empresa

Explicando melhor. Na atualidade, a "informática" se transforma em "tecnologias da informação e da Comunicação" (TIC), integrando os seus emergentes e modernos recursos. As TICs pode ser conceituada como o conjunto dos recursos tecnológicos e computacionais para guarda de dados, geração e uso da informação e de conhecimentos. Está fundamentada nos seguintes componentes: hardware e seus dispositivos e periféricos; software e seus recursos; sistemas de telecomunicações; e gestão de dados e informações.

Avanços

Os grandes avanços de produtividade são impulsionados pela melhoria da gestão empresarial, assim como pelo progresso científico e tecnológico. A ampliação da participação brasileira no mercado mundial, assim como o incremento do mercado interno, dependerão fundamentalmente de nossa capacitação tecnológica, ou seja, de perceber, compreender, criar, adaptar, organizar e produzir insumos, produtos e serviços.

Geradora de Renda e Impostos

Alguns números impressionam por isso é importante citá-los: Segundo o DC (17/05/08) as empresas de software e serviços arrecadaram R\$ 9,9 milhões em Imposto Sobre Serviço (ISS) em Florianópolis, em 2007, duas vezes mais que o recolhido pelo Turismo.

Apenas o segmento de software da área Tecnologia da Informação (TI) contribuiu com 11% do ISS, imposto de onde vem 37% da arrecadação tributária do município. O setor ficou

atrás apenas das instituições financeiras. Além disso, segundo o Departamento de Tributos da Secretaria da Receita, o faturamento das 300 empresas de software da Capital cresceu 48% em 2007 em relação ao ano anterior, passando de R\$ 320 milhões para R\$ 476 milhões.

O bom desempenho impulsiona um mercado aquecido. A Acate estima que, apenas em Florianópolis, entre 20 e 30 empresas de base tecnológica com produtos inovadores são criadas a cada ano classificando o setor tecnológico como o maior contratador de mão-de-obra altamente qualificada do Estado.

Implantar a Secretaria

A criação da Secretaria Municipal de Ciência e Tecnologia da Informação (C&T) que passa a ser o braço tecnológico da Prefeitura. É nessa Secretaria que os principais projetos baseados na Tecnologia da Informação (TIC) serão desenvolvidos. Tem como atividades entre outras:

- Administrar a rede de dados;
- Manter o Portal na Internet;
- Implementar as melhores práticas de governo eletrônico;
- Manter-se atualizada sobre os novos conhecimentos nas Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC);
- Apoiar o processo decisório das Secretarias Municipais no que tange a adoção e uso da Tecnologia da Informação;
- Apoiar a inclusão digital no Município;
- Gerir as Atas de Registro de Preços e também os Contratos de bens e serviços de TI;
- Desenvolver a política de Tecnologia da Informação da Prefeitura;
- Manter e desenvolver novos softwares.
- Apoio à Formação Acadêmica e Profissional
- Parcerias com Instituições de Ensino
- Cidade Tecnológica
- Crítica ao Sistema Existente

Com relação ao decreto nº. 5589 DE 13 DE MARÇO DE 2008 que dispõe sobre a estruturação, organização, implantação e operacionalização do sistema municipal de tecnologia de informação e comunicação do município de Florianópolis:

A atual administração sentiu a necessidade de contar com um sistema de TICs que deve ser saudado como uma "luz positiva" pela importância que a atividade tem.

Entretanto, há equívocos quando subordina o sistema à Secretaria Municipal de Planejamento. Não cabe ao Planejamento executar, trata-se de atividade fim, logo quem planeja não executa.

Cria um órgão de Deliberação e Normatização, o Conselho Municipal de Tecnologia da Informação, uma verdadeira lástima com as seguintes representações: Secretário Municipal de Planejamento Presidente; Secretário Municipal da Receita Secretário Executivo; Secretário Municipal de Governo membro;

Secretário Municipal de Finanças membro; Secretário Municipal de Administração membro. Não faz menção a membros da sociedade civil, nem tampouco a Câmaras Temáticas.

Anexo 2 - Cargos

Nome do Cargo	O Que Faz
Analistas de sistemas computacionais	Desenvolvem e implantam sistemas informatizados dimensionando requisitos e funcionalidade do sistema, especificando sua arquitetura, escolhendo ferramentas de desenvolvimento, especificando programas, codificando aplicativos. Administram ambiente informatizado, prestam suporte técnico ao cliente e o treinam, elaboram documentação técnica. Estabelecem padrões, coordenam projetos e oferecem soluções
Engenheiro de Computação	Projetam soluções em tecnologia da informação, identificando problemas e oportunidades, criando protótipos, validando novas tecnologias e projetando aplicativos em linguagem de baixo, médio e alto nível. Implementam soluções em tecnologia da informação, gerenciam ambientes operacionais, elaboram documentação, fornecem suporte técnico e organizam treinamentos a usuários.
Engenheiro Eletrônico	Executam serviços elétricos, eletrônicos e de telecomunicações, analisando propostas técnicas, instalando, configurando e inspecionando sistemas e equipamentos, executando testes e ensaios. Projetam, planejam e especificam sistemas e equipamentos elétricos, eletrônicos e de telecomunicações e elaboram sua documentação técnica; coordenam empreendimentos e estudam processos elétricos, eletrônicos e de telecomunicações.
Operadores de equipamentos de informática Técnico em Manutenção eletrônica	Organizam a rotina de serviços e realizam entrada e transmissão de dados, operando teleimpressoras e microcomputadores. Consertam e instalam aparelhos eletrônicos, desenvolvem dispositivos de circuitos eletrônicos, fazem manutenções corretivas, preventivas e preditivas, sugerem mudanças no processo de produção, criam e implementam dispositivos de automação. Treinam, orientam e avaliam o desempenho de operadores. Estabelecem comunicação oral e escrita para agilizar o trabalho, redigem documentação técnica e organizam o local de trabalho. Podem ser supervisionados por engenheiros eletrônicos. Consertam e instalam aparelhos eletrônicos, desenvolvem dispositivos de circuitos eletrônicos, fazem manutenções corretivas, preventivas e preditivas, sugerem mudanças no processo de produção, criam e implementam dispositivos de automação. Treinam, orientam e avaliam o desempenho de operadores. Estabelecem comunicação oral e escrita para agilizar o trabalho, redigem documentação técnica e organizam o local de trabalho. Podem ser supervisionados por engenheiros eletrônicos.
Técnico em Operação e monitoramento de computadores	Operam sistemas de computadores e microcomputadores, monitorando o desempenho dos aplicativos, recursos de entrada e saída de dados, recursos de armazenamento de dados, registros de erros, consumo da unidade central de processamento (CPU), recursos de rede e disponibilidade dos aplicativos. Asseguram o funcionamento do hardware e do software; garantem a segurança das informações, por meio de cópias de segurança e armazenando-as em local prescrito, verificando acesso lógico de usuário e destruindo informações sigilosas descartadas. Atendem clientes e usuários, orientando-os na utilização de hardware e software; inspecionam o ambiente físico para segurança no trabalho.
Técnicos em sistemas da Informação	Desenvolvem sistemas e aplicações, determinando interface gráfica, critérios ergonômicos de navegação, montagem da estrutura de banco de dados e codificação de programas; projetam, implantam e realizam manutenção de sistemas e aplicações; selecionam recursos de trabalho, tais como metodologias de desenvolvimento de sistemas, linguagem de programação e ferramentas de desenvolvimento. Planejam etapas e ações de trabalho, Internet, entre outras.

PMF 2012



Secretaria Municipal de Defesa do Cidadão

Missão

Desenvolver ações de integração com a comunidade contribuindo positivamente para a ordem pública, o interesse social, a segurança comunitária, visando o bem-estar dos cidadãos, além de manter vigilância sobre o Patrimônio público, histórico, cultural e ambiental do município.

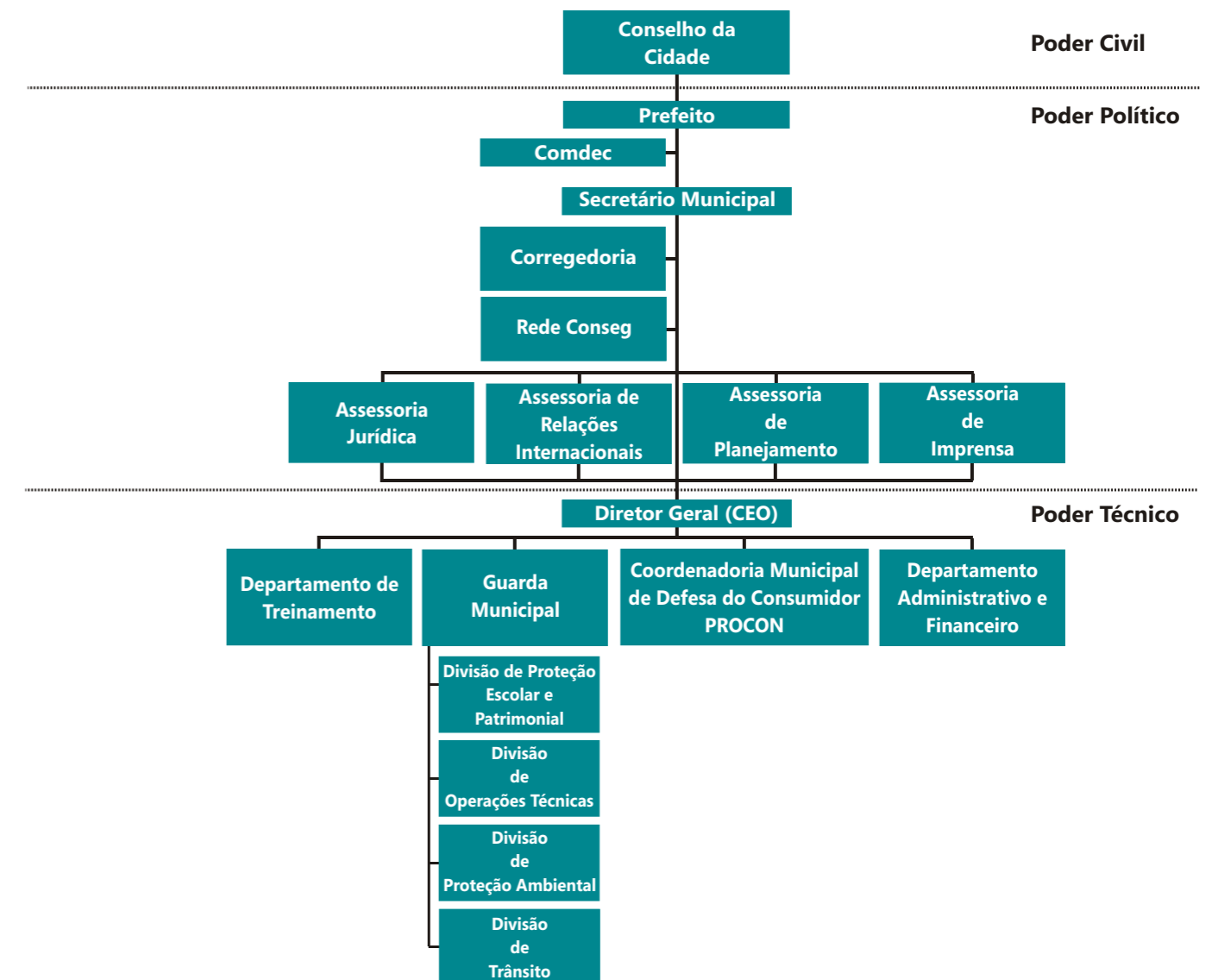
Visão

Tornar Florianópolis cidade modelo de segurança no Brasil através de parcerias com instituições públicas estaduais, federais e da sociedade civil, criando uma rede civil municipal de vigilância, representada pelos CONSEGs, de tal sorte a buscar índices de homicídios de países desenvolvidos, abaixo de 8/100.000.

Objetivos

A Secretaria Municipal de Defesa do Cidadão tem como objetivo o planejamento de ações que visam prevenir atentados à ordem pública, ao patrimônio público e privado, com vistas a dar tranquilidade aos cidadãos e turistas.

Estrutura Organizacional da Secretaria Municipal de Defesa do Cidadão



Competências

Compete a esta Secretaria, sob o comando de um profissional do Direito, preferencialmente, vindo da Promotoria Pública, em combinação com outros órgãos de segurança estadual e federal:

- 1) Definir a Política de Segurança Municipal em prol da defesa do morador e das pessoas que visitam o município;
- 2) Manter vigilância dos prédios públicos, das áreas de preservação do Patrimônio Ambiental, Histórico e Cultural;
- 3) Fiscalizar o uso adequado dos parques, jardins, monumentos;
- 4) Operar e Controlar o Sistema Eletrônico de Monitoramento de Câmaras;
- 5) Servir de Força auxiliar no combate à todas as formas de informalidade comercial;
- 6) Outras ações determinadas por lei.

Estrutura Administrativa

As atividades profissionais da Secretaria têm na Guarda Municipal o seu suporte técnico para alcançar seus objetivos. Contempla também o COMDEC, a Corregedoria e o PROCOM.

COMDEC

Compete à COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL

- Acompanhar e identificar os fatores adversos e anormais da natureza de ocorrência periódica no Município, bem como os que, estranhos à natureza possam vir a ocorrer;
- Elaborar planos gerais e setoriais para enfrentar os fatores anormais ou adversos;
- Recomendar ou sugerir, através da CEDEC, medidas específicas e prioritárias à Administração Pública, para prevenir, evitar ou sanar calamidades previsíveis;
- Organizar grupos executivos de ação continuada, permanente ou de emergência, com vista à execução dos planos aprovados.

CORREGEDORIA

Órgão dirigido por um corregedor, preferencialmente, operador do Direito, com a função de receber sugestões e reclamações sobre o serviço prestado pela Guarda Municipal, bem como instaurar processos e apurar infrações dos servidores membros da Guarda Municipal de Florianópolis.

PROCON

A Coordenadoria Municipal de Defesa do Consumidor PROCON competem às ações de planejar e executar a política do Sistema Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor, recebendo e avaliando as consultas, denúncias e sugestões dos municípios e Entidades representativas de tal sorte a manter assegurado o direito dos consumidores.

Departamento de Treinamento

Para atingir seus objetivos compete ao Departamento

desenvolver trabalhos que levem o profissional a desempenhar com qualidade suas ações junto da população. Neste sentido, manter um forte programa de treinamento profissional atingindo as áreas cultural, defesa pessoal, manipulação de armas, leis de trânsito e assim por diante. Será ocupado por técnico especializado na atividade e que entenda das necessidades básicas para a boa formação do profissional.

GUARDA MUNICIPAL

A Guarda Municipal de Florianópolis é uma corporação uniformizada, devidamente aparelhada, destinada a proteger o patrimônio, bens, serviços e instalações públicas municipais e do meio ambiente e fiscalizar o uso de vias urbanas e estradas municipais, em conformidade com o disposto no artigo 144, parágrafo 8.º da Constituição Federal e artigo 9.º incisos XIII e XVIII da Lei Orgânica Municipal.

Para melhor atingir seus objetivos a Guarda Municipal opera com quatro divisões:

- 1) Divisão de Proteção Escolar e Patrimonial a ser ocupado por um oficial da Guarda tem como objetivo efetuar rondas para proteger a população escolar e o patrimônio público.
- 2) Divisão de Operações Técnicas, a ser ocupada por oficial da Guarda onde se concentram as atividades de planejamento das ações de segurança, o controle das operações, a movimentação das viaturas, a defesa civil;
- 3) Divisão de Proteção Ambiental a ser ocupada por oficial da Guarda tem como objetivo prevenir e reprimir ações contra a flora, a fauna e o meio ambiente em geral por iniciativa própria ou por solicitação da FLORAM.
- 4) Divisão de Trânsito, a ser ocupada por um oficial da Guarda realiza o policiamento ostensivo de trânsito, orientando os motoristas observando o Código Nacional de Trânsito e as leis pertinentes.

Departamento Administrativo e Financeiro

Compete a este Departamento emprestar o apoio administrativo à Secretaria nas áreas de Recursos Humanos, do Patrimônio, Financeiro, entre outras.

PLANO MUNICIPAL DE SEGURANÇA

Quem deve gerenciar a Segurança Pública do município é a Secretaria de Defesa do Cidadão. Para não ferir as leis existentes (embora inadequadas) a Secretaria deve operar com "forças tarefas". O "Xerife" da cidade, o Secretario da Defesa do Cidadão, não deveria abdicar de suas nobres funções, deveria ser o grande Coordenador das políticas de Segurança de nossa cidade.

Crime no Canadá X Florianópolis

A taxa de crimes violentos no Canadá relacionados a armas de fogo foi de 2,4 crimes por 100 mil habitantes contra os 18 da Região Metropolitana de Florianópolis. (3º trimestre de 2007 = 4,40 x 4 = 18). Par alcançar níveis canadense termos que reduzir a

criminalidade violenta a razão de 20% a cada 04 anos 18/2008 □ 14,40/2012 □ 11,52/2016 □ 9,21/2020 □ 7,37/2024, aproximadamente, 5% ao ano.

A mais segura cidade brasileira (Veja edição 2070)

Os índices de criminalidade de Maringá, no noroeste paranaense, são comparáveis aos de Amsterdã, a capital da Holanda. Sua taxa de homicídios é de 7,9 para cada 100 000 pessoas. No resto do país, alcança 35,5. A cidade venceu o crime ao criar um canal permanente de comunicação entre a polícia e a sociedade, que, hoje, paga diretamente algumas das despesas da corporação.

Seu bairro possui policiamento suficiente?

Policiamento	Sim	Não	Não Sabe	Não Resposta	Total
Região					
Canasvieiras	23,7%	71,2%	5,0%	0,0%	100%
Lagoa da Conceição	27,0%	70,0%	2,5%	0,5%	100%
Inglese	32,5%	60,5%	7,0%	0,0%	100%
Centro	36,1%	55,3%	8,7%	0,0%	100%
Continente	32,4%	60,6%	6,9%	0,0%	100%
Sul da Ilha	35,1%	60,9%	4,0%	0,0%	100%
Total	31,1%	63,1	5,7%	0,1%	100%

Fonte: ACIF / ESAG Jr.

Seu bairro tem CONSEG (Conselho Segurança Comunitária, órgão que reúne a comunidade para tratar de segurança)?

CONSEG	Sim	Não	Não Sabe	Não Resposta	Total
Região					
Canasvieiras	32,0%	20,1%	47,9%	0,0%	100%
Lagoa da Conceição	34,5%	12,0%	53,5%	0,5%	100%
Inglese	22,5%	22,5%	55,0%	0,0%	100%
Centro	11,4%	20,5%	68,0%	0,0%	100%
Continente	15,7%	20,8%	63,4%	0,0%	100%
Sul da Ilha	28,2%	21,8%	49,0%	1,0%	100%
Total	23,9%	19,7%	56,3%	0,2%	100%

Fonte: ACIF / ESAG Jr.

Políticas públicas de segurança

Com o advento da Guarda Municipal a Prefeitura Municipal liberou quantidade expressiva do contingente policial da PM utilizado nas tarefas de controle do trânsito. Foi, certamente, uma grande contribuição do município ao Governo do Estado. A segurança tem fundamental importância nas políticas públicas voltadas ao turismo. Ninguém procura cidades inseguras. Por isso mesmo cabe ao Poder Municipal e Estadual, (e por extensão o Federal) de forma conjunta e harmônica, encaminhar soluções para aumentar o nível de segurança da cidade, em especial, nos meses de verão, quando há presença de turistas.

Os recursos materiais e financeiros existem e são adequados. Há viaturas e homens nas várias forças policiais. Propugnamos por um "CHOQUE DE GESTÃO" ONDE OS DIFERENTES ÓRGÃOS POSSAM "DIALOGAR" MAIS ENTRE SI. Disponibilizar bancos de dados e desenvolver programação conjunta pode resultar em ações exitosas.

Entre as medidas a serem negociadas com o Governo do Estado, Polícia Civil, Militares, Polícia Federal, Secretarias de Fazendas Estadual e Federal, Promotorias Estadual e Federal está a Força Tarefa para confecção de um PLANO MUNICIPAL DE SEGURANÇA estão:

Projeto	Descrição
INFOSEG	Sistema disponibiliza informações de Justiça e Segurança Pública através de uma rede privativa em âmbito nacional. Já existe. É excelente instrumento, inteligente e facilitador para o cidadão ou para os operadores da Segurança Pública. Ocorre, entretanto, que a sociedade precisa conhecer e utilizar. Vem daí a necessidade de um trabalho pedagógico junto às entidades civis. Propõe-se que os serviços de comunicação dos governos encaminhem soluções neste sentido de forma permanente.
Delegacia Eletrônica	É um serviço de registro de ocorrências disponibilizado ao Cidadão via Internet. Já existe. É excelente instrumento, inteligente e facilitador para o cidadão ou para os operadores da Segurança Pública. Ocorre, entretanto, que a sociedade precisa conhecer e utilizar. Vem daí a necessidade de um trabalho pedagógico junto às entidades civis. Propõe-se que os serviços de comunicação dos governos encaminhem soluções neste sentido de forma permanente.
Net Denúncia	É um serviço de denúncia via Internet. Já existe. É excelente instrumento, inteligente e facilitador para o cidadão ou para os operadores da Segurança Pública. Ocorre, entretanto, que a sociedade precisa conhecer e utilizar. Vem daí a necessidade de um trabalho pedagógico junto às entidades civis. Propõe-se que os serviços de comunicação dos governos encaminhem soluções neste sentido de forma permanente.
Combate à Informalidade "Esmagar a cabeça da Serpente"	Os especialistas em Segurança Pública indicam as "Forças Tarefa" como instrumento inteligente de combate à criminalidade. Em uma Sociedade complexa e heterodoxa como a nossa, o crime também se sofisticou e métodos simples e isolados não frutificam para diminuir os delitos, também cada vez mais complexos. Neste sentido há necessidade de várias especialidades operando em conjunto e mais do que isso, identificar na origem os operadores do contrabando, da pirataria, das falsificações, do tráfico de drogas. Sugere-se de forma organizada e freqüente, aconteçam operações conjuntas da Secretaria de Segurança + Polícia Federal + Secretaria de Finanças do município, do Estado e da Receita Federal + Promotorias Federal e Estadual, contra a pirataria, desmanches, clandestinidade de produtos, informalidade dos negócios e invasões, berçário de diferentes crimes, como a receptação, sonegação, lavagem do dinheiro e crime organizado. As ações devem ser freqüentes e enérgicas aplicando no limite, o que determina a Lei
Blitz Permanente	As batidas policiais de improviso em locais previamente selecionados são também um forte instrumento de prevenção ao crime em nossa cidade. Dar visibilidade policial mostrando a presença da polícia, desestimula o bandido a andar livre e solto pelas ruas da cidade e, sobretudo, criar junto do cidadão uma imagem positiva da segurança. Em outras palavras, o cidadão "precisa ver" a polícia trabalhando. Entretanto, para dar visibilidade a estas atividades a freqüência tem que ser diária em pontos alternados de nossas vias públicas.
CONSEGS	O Conselho Comunitário de Segurança é órgão consultivo e deve ser estimulado pela municipalidade e Secretaria da Segurança Pública Estadual. É a maneira inteligente de estar presente nas comunidades. Defendemos uma Rede de Consegs, em todas as Comunidades, interligados pela Internet, treinados. Seria a Comunidade cuidando da sua região. (DECRETO - 2.136, de 12 de março de 2001).
Bike Patrulha	Este projeto (Bicicleta + capacete+luvas+celular+cartão de identidade+policial, tudo dentro do padrão da PM) mostrou-se um excelente instrumento de apoio à segurança comunitária em Canasvieiras. Outras idéias semelhantes poderão surgir dentro dos Conselhos.
Registro Cadastral de Locatários	Outro bom exemplo pode ser obtido junto do CONSEG do Bairro Jurerê Internacional e a Associação dos Moradores que implantaram alguns programas de Segurança que podem ser aplicados em outras localidades. Lá em convênio com as Imobiliárias foi acordado, por exemplo, que todos os locatários deveriam ser cadastrados. Com isto os moradores passaram a ter um mínimo de controle sobre quem transita no Bairro, especialmente, na temporada de verão. Além disso, um sistema de monitoramento eletrônico ajuda a diminuir a criminalidade na região.
Fechamento de bares mais cedo	Este projeto foi aplicado com êxito na Lagoa da Conceição através de um Termo de Ajustamento de Conduta promovido pela Procuradoria Estadual com os bares encerrando suas atividades a partir de um determinado horário. Vale observar que este projeto também vem sendo adotado em Diadema, na grande São Paulo, em pontos considerados críticos, com excelentes resultados.
Combate às Drogas	Trata-se de assunto complexo que vai além das atividades puramente policiais. Entretanto, no âmbito de abrangência policial, cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente que proíbe a venda de bebidas alcoólicas às crianças e aos adolescentes menores de 18 anos. Relativamente a outras drogas, como anfetaminas, cocaína, maconha, opiáceos entre outras os esforços policiais devem ser dirigidos ao combate à traficância, usando, especialmente, órgãos de inteligência, para atacar o pequeno quanto o grande atacadista destes produtos.
Convênio com Polícia Militar	Segurança se faz com instrumentos adequados e principalmente, com inteligência. A Polícia Militar dispõe de um Centro de Monitoramento por Câmeras de TV, abrangendo o Centro e parte do Estreito. A proposta é que se use todo este equipamento para ampliar o seu raio de ação em outras partes da cidade. De outro modo, em Convênio com a Prefeitura e a Polícia Militar poder-se-ia usar o mesmo equipamento ou sistema em outros Distritos e bairros da capital, notadamente, Canasvieiras, Ingleses, Lagoa da Conceição e Trindade.
Corrupção Policial ou de agentes da Guarda Municipal	A desonestidade e o excesso de violência de alguns agentes corroem a confiança da população naqueles que deveriam garantir sua segurança e dificultam o combate ao crime. Portanto aplicar a lei no seu limite
Treinamento aos Agentes	Nada é mais desastroso do que agentes mal treinados. Perde-se a confiança e resgatá-la leva anos. A polícia brasileira é uma das mais ineficientes do mundo. Nada menos que 97% dos casos de homicídio ficam sem solução no país, contra 30% nos Estados Unidos e no Japão. A incompetência policial aumenta a sensação de impunidade dos bandidos. Uma das razões do fraco desempenho da polícia brasileira são falhas no recolhimento das provas deixadas na cena do crime.
Eficiência da Justiça	Um processo judicial no Brasil demora em média doze anos para ser concluído. Nos Estados Unidos, somente quatro meses. De cada 100 processos que entram em todos os níveis do Judiciário, apenas quarenta são julgados no mesmo ano. A demora não decorre da falta de magistrados. O país tem uma média de 7,73 juizes para cada 100.000 habitantes, média superior ao mínimo recomendado pela ONU
Prisões adequadas	Qualquer estratégia que pretenda diminuir o crime precisa incluir uma reforma completa das cadeias e penitenciárias. Os especialistas concordam que não há como diminuir os índices de criminalidade sem um sistema carcerário eficiente. Não é crível que tenhamos celulares, drogas, armas dentro de nossas prisões.

Anexo1 - Verba Orçamentária para 2008

Secretaria Municipal Defesa do Cidadão	8.929.214,00
--	--------------

Anexo 2

Projeções da População

Ano	A2000	A2007	A2020	A2025	A2030
01. Continente	71.860	89.964	140.700	163.113	184.548
02. Área Central	141.714	177.421	277.478	321.680	363.954
03. Cachoeira Bom Jesus	11.457	14.343	22.431	26.004	29.421
04. Canasvieiras	9.352	11.708	18.310	21.226	24.015
05. Ratoles	2.620	3.280	5.130	5.947	6.728
06. Santo Antonio Lisboa	4.914	6.152	9.621	11.153	12.618
07. Ingleses Rio Vermelho	14.952	18.720	29.277	33.940	38.400
08. Pântano do Sul	5.294	6.627	10.364	12.014	13.592
09. Campeche	16.845	21.090	32.983	38.237	43.262
10. Ribeirão da Ilha	18.586	23.268	36.390	42.186	47.730
11. Barra da Lagoa	3.995	5.001	7.821	9.066	10.257
12. Lagoa	9.224	11.548	18.060	20.936	23.687
13. São João Rio Vermelho	6.072	7.601	11.887	13.780	15.590
Total	316.885	396.723	620.452	719.282	813.802
Taxa crescimento		3,2%	3,5%	3%	2,5%
Crescimento pessoas		79.838	223.729	98.830	94.520

Anexo 3

LEI COMPLEMENTAR Nº 321 de 04 de abril de 2008.

ALTERA DISPOSITIVOS E INCLUI ARTIGOS A LEI COMPLEMENTAR Nº 119 DE 24 DE JUNHO DE 2003 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Povo de Florianópolis, por seus representantes, aprova e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Os arts. 1º, 2º, 3º, 4º, 5º e 6º da Lei Complementar nº 119 de 2003 passam a ter as seguintes redações:

"Art. 1º Fica criada a Secretaria Municipal de Defesa do Cidadão, órgão da Administração Direta, tendo como objetivo a proteção do patrimônio, dos bens, dos serviços e das instalações públicas municipais, do meio ambiente; o ordenamento e a fiscalização do trânsito e a defesa civil; educação e defesa do consumidor e a colaboração nos assuntos de segurança pública conforme competências estabelecidas em lei.

Art. 2º A Secretaria Municipal de Defesa do Cidadão será composta pela:

a) Guarda Municipal: órgão de serviço essencial da Prefeitura, corporação uniformizada, armada e devidamente aparelhada, destinada a proteger o patrimônio, os bens, os serviços e as instalações públicas municipais e o meio ambiente e fiscalizar o uso de vias urbanas e estradas municipais, em conformidade com a legislação vigente;

b) Comissão Municipal de Defesa Civil (COMDEC): criada

pela Lei nº 1.178 de 12 de novembro de 1973;

c) Corregedoria: órgão dirigido por um corregedor, com a função de receber sugestões e reclamações sobre o serviço prestado pela Guarda Municipal, bem como instaurar processos e apurar infrações dos servidores membros da Guarda Municipal de Florianópolis;

d) Vigia: zelar pelo patrimônio da Prefeitura Municipal de Florianópolis, atuando nos postos de serviços, executando tarefas inerentes ao serviço de vigilância; e

e) Coordenadoria Municipal de Defesa do Consumidor (PROCON): criada pela Lei Complementar nº 189 de 2005.

Anexo 4

LEI Nº 1178/73

CRIA NO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS, A "COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL" (COMDEC)

O Povo de Florianópolis, por seus representantes, decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica criada, no Município de Florianópolis, a COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL (COMDEC).

Art. 2º - O Órgão criado pela presente Lei será constituído por representantes das seguintes entidades:

- I - Prefeitura Municipal
- II - Governo do Estado
- III Comunidade

Anexo 5**LEI COMPLEMENTAR Nº 189, de 11 de outubro de 2005.**

DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA MUNICIPAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR (SMDC), INSTITUI A COORDENADORIA MUNICIPAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR (PROCON), A COMISSÃO MUNICIPAL PERMANENTE DE NORMATIZAÇÃO (CMPN), O CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR (CONDECON), O FUNDO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR (FMPDC) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Faço Saber a todos os habitantes do Município de Florianópolis que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º A presente Lei Complementar estabelece a organização do Sistema Municipal de Defesa do Consumidor (SMDC), nos termos da Lei nº 8.078/90 e Decreto nº 2.181/97.

Art. 2º São órgãos do Sistema Municipal de Defesa do Consumidor (SMDC):

I - a Coordenadoria Municipal de Defesa do Consumidor (PROCON);

II - o Conselho Municipal de Defesa do Consumidor (CONDECON) e

III - a Comissão Municipal Permanente de Normatização (CMPN).

Parágrafo único. Integram o Sistema Municipal de Defesa do Consumidor os órgãos federais, estaduais e municipais e as entidades privadas que se dedicam à proteção e defesa do consumidor, sediadas no município, observando o disposto nos incisos I e II do art. 5º da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985.

Anexo 6**CONSEGS**

O Conselho Comunitário de Segurança é órgão consultivo e deve ser estimulado pela municipalidade. É a maneira inteligente de estar presente nas comunidades. A proposta é criar uma Rede de Consegs, em todas as Comunidades, interligados pela Internet, treinados. Seria a Comunidade cuidando da sua região. (DECRETO - 2.136, de 12 de março de 2001).

FUNREBOM

A lei 5001/96 estabelece a segurança contra incêndios em edificações, cria o fundo municipal de reequipamento do Corpo de Bombeiros e o decreto nº 3364, de 18 de abril de 2005, regulamenta as disposições da lei nº 5001, de 12 de dezembro de 1996, que instituiu o FUNDO MUNICIPAL DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS FUNREBOM.

Anexo 7 - Dados de SC

Número de Boletins de Ocorrência Registrado - Polícia Civil
Total de ocorrências de crimes e contravenções registradas na forma de Boletins de Ocorrência da Polícia Civil por Regiões Territoriais

Ocorrência	Região da Grande Florianópolis	Região Sul	Região Norte	Região do Vale do Itajaí	Região Planalto	Região Oeste	Total do Estado
Homicídios Dolosos	38	8	28	34	11	20	139
Número Total	0,441	0,089	0,218	0,237	0,209	0,210	0,2333
Taxa por 100.000 hab.	4,408	0,886	2,182	2,374	2,092	2,104	2,333
Suicídio	10	15	21	32	9	18	105
Número Total	0,116	0,166	0,164	0,223	0,171	0,189	0,1762
Taxa por 100.000 hab.	1,160	1,662	1,637	2,231	1,712	1,894	1,762
Latrocínio	1	0	1	5	1	0	8
Número Total	0,012	0,000	0,008	0,035	0,019	0,000	0,0134
Taxa por 100.000 hab.	0,116	0,000	0,078	0,349	0,190	0,000	0,134
Roubo (diversos)	738	293	599	1.021	118	154	2.923
Número Total	8,560	3,247	4,668	7,119	2,244	1,620	4,9058
Taxa por 100.000 hab.	85,604	32,466	46,681	71,189	22,443	16,201	49,058
Roubo a Banco	2	0	6	7	1	0	16
Número Total	0,023	0,000	0,047	0,049	0,019	0,000	0,0269
Taxa por 100.000 hab.	0,232	0,000	0,468	0,488	0,190	0,000	0,269
Estupro	20	21	19	20	21	39	140
Número Total	0,232	0,233	0,148	0,139	0,399	0,410	0,2350
Taxa por 100.000 hab.	2,320	2,327	1,481	1,395	3,994	4,103	2,350
Furto (diversos)	4.014	2.47	2.813	4.500	1.274	2.341	17.352
Número Total	46,595	26,671	21,922	31,376	24,231	24,628	29,1224
Taxa por 100.000 hab.	465,951	266,708	219,222	313,763	242,305	246,281	291,224
Furto de veículos	304	312	376	655	71	230	1.948
Número Total	3,526	3,571	2,930	4,567	1,350	2,420	3,2694
Taxa por 100.000 hab.	35,262	34,571	29,302	45,670	13,504	24,197	32,694
Furto em Residência Comercial	210	258	234	328	64	215	1.309
Número Total	2,436	2,859	1,824	2,287	1,217	2,262	2,1969
Taxa por 100.000 hab.	24,359	28,588	18,236	22,870	12,172	22,619	21,969
Furto de veículos	1.093	1.239	1.465	1.591	591	1.108	7.087
Número Total	12,678	13,729	11,417	11,093	11,240	11,657	11,8943
Taxa por 100.000 hab.	126,782	137,288	114,170	110,933	112,404	116,565	118,943
Furto em Estabelecimento Comercial	416	377	365	7025	180	361	2,424
Número Total	4,825	4,177	2,845	5,055	3,423	3,798	4,0683
Taxa por 100.000 hab.	48,254	41,774	28,445	50,551	34,235	37,978	40,683
Acidente de Trânsito com Vítima Fatal	25	32	37	39	16	46	195
Número Total	0,290	0,355	0,288	0,272	0,304	0,484	0,3273
Taxa por 100.000 hab.	2,900	3,546	2,883	2,719	3,043	4,839	3,275

Fonte: Secretaria de Segurança Pública de Santa Catarina 3º Trimestre de 2007.

Anexo 8 - Crimes no Canadá

Data for homicide and robbery represent 100% coverage.							
Firearm-related violent crime for selected offences by census metropolitan area, 2006							
	Firearm-related homicide		Firearm-related robbery		Total victims of firearm-related violent crime		
	number	rate ¹	number	rate ¹	number	rate ¹	% of total violent crime
Census metropolitan area (CMA)							
500,000 and over population							
Vancouver ²	15	0.7	408	18.7	455	45.3	3.3
Winnipeg	7	1.0	123	16.9	315	43.9	2.8
Toronto	34	0.6	995	18.4	1,993	40.4	4.1
Calgary	6	0.5	133	12.0	388	35.2	3.9
Montréal	25	0.7	645	17.4	1,291	34.9	3.1
Edmonton	15	1.4	168	15.9	306	28.9	2.9
Ottawa ³	8	0.9	138	15.6	226	25.5	3.6
Québec	0	0.0	67	9.2	132	18.2	1.9
Hamilton	3	0.4	111	15.8	94	18.1	2.0
100,000 to less than 500,000 population							
Regina	2	1.0	35	17.5	78	38.9	2.2
Halifax	3	0.8	116	30.4	141	36.9	2.4
Saskatoon	2	0.8	39	15.9	80	33.1	1.7
St. Catharines-Niagara	1	0.2	60	13.8	123	28.3	3.7
Gatineau ⁴	2	0.7	24	8.3	79	27.2	2.1
London	0	0.0	55	11.6	122	25.8	2.8
Greater Sudbury	0	0.0	13	8.0	34	21.0	2.0
Windsor	2	0.6	16	4.8	57	18.9	1.8
Kitchener	1	0.2	24	4.9	75	15.3	1.8
Kingston	1	0.7	8	5.2	18	11.7	1.1
Saguenay	0	0.0	1	0.7	16	11.0	1.1
Thunder Bay	1	0.8	4	3.2	13	10.6	0.6
Victoria	0	0.0	15	4.4	34	10.0	0.9
St. John's	0	0.0	10	5.5	14	7.8	0.8
Sherbrooke	0	0.0	5	3.4	6	4.1	0.4
Trois-Rivières	0	0.0	1	0.7	4	2.7	0.3
Abbotsford	2	1.2	25	15.2
Saint John	0	0.0	5	5.1
Oshawa	0	0.0
Canada	190	0.6	3,671	11.3	8,105	27.5	2.4

.. not available for a specific reference period
 1. Rates are calculated per 100,000 population.
 2. Data for total violent crime in Vancouver represent 46% of the population. Data for homicide and robbery represent 100% coverage.
 3. Ottawa refers to the Ontario part of the Ottawa-Gatineau CMA.



Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico

Missão

A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico tem como propósito fomentar o desenvolvimento econômico dos diversos setores do município de Florianópolis, com políticas públicas ambientalmente sustentáveis, de forma a minimizar as desigualdades sociais, promovendo melhorias da qualidade de vida do munícipe, criando alternativas de autogestão, com valorização do trabalho e distribuição de renda, integrando suas ações para geração de oportunidades com as demais áreas do desenvolvimento, em especial com a formação educacional, e turismo.

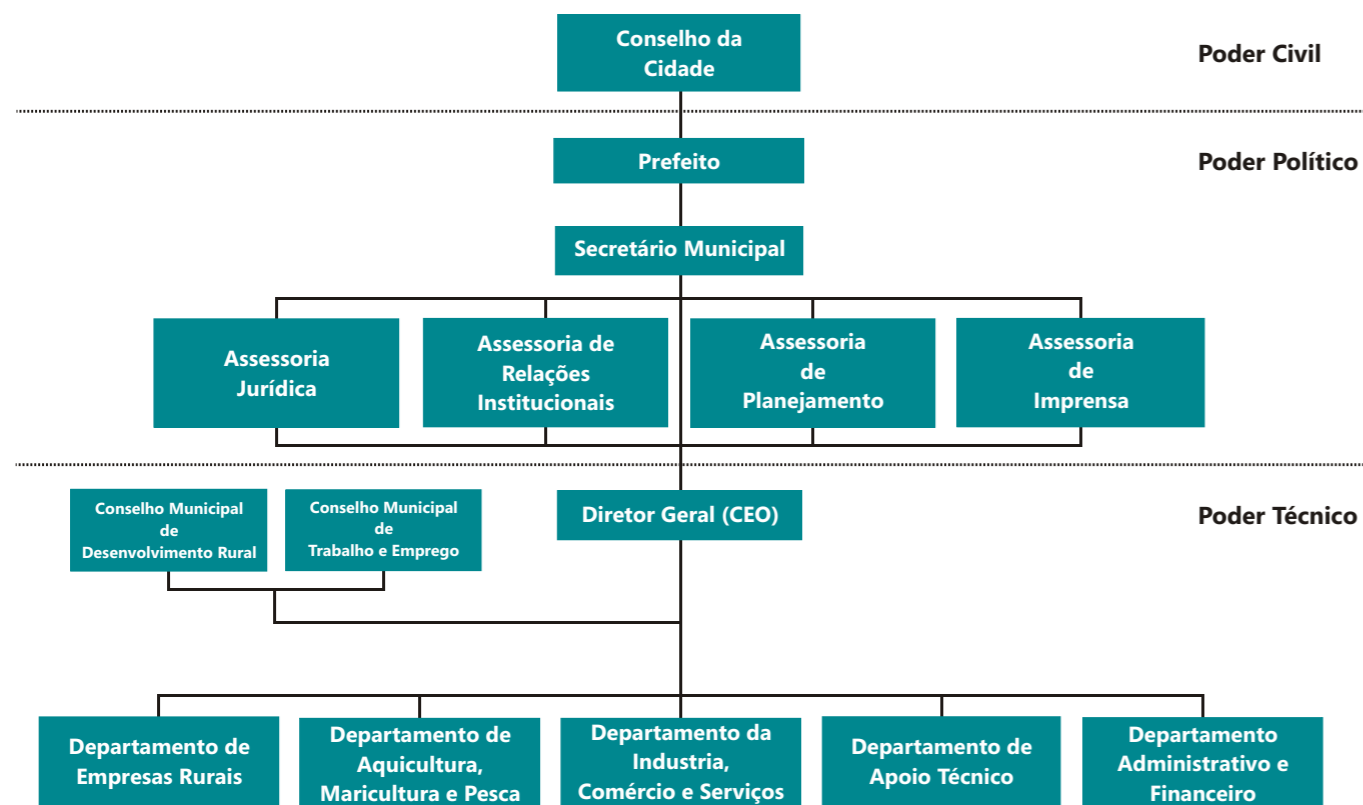
Visão

Ser reconhecida como uma Secretaria Municipal eficiente e eficaz que contribui efetivamente para o desenvolvimento econômico e social do município, tornando Florianópolis um lugar cada vez melhor para trabalhar, investir e viver.

Objetivos

Cabe a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico identificar áreas potenciais para a implementação de projetos que promovam o desenvolvimento econômico e social local em prol da defesa do micro e pequeno empreendedor, como fontes geradoras de renda e emprego. Apoiada na tríplice aliança: governo, iniciativa privada e sociedade organizada, deve promover programas de fomento e incentivos fiscais às atividades industriais, comerciais, agricultura familiar, pesca e serviços compatíveis com a vocação da economia local, no sentido de atrair e reter empresas para estimular a competitividade do mercado no Município.

Estrutura Organizacional da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico



Compete a esta Secretaria as ações pertinentes à produção, através de 05 Departamentos

- 1) Departamento de Micro e Pequenas Empresas Rurais
- 2) Departamento da Pesca Marítima, Aqüicultura e Maricultura
- 3) Departamento de Micro e Pequenas empresas de Comércio, Indústria e Serviços
- 4) Departamento de apoio Técnico
 - o Comissão Mista: Banco de Projetos Públicos e Privados
- 5) Departamento Administrativo e Financeiro

Estes setores estarão linkados ao Ministério do Desenvolvimento Econômico, Agricultura, Turismo e Secretaria da Pesca e Secretarias Estaduais de Desenvolvimento. Um dos objetivos é poder “conversar” com outros órgãos congêneres do Governo Federal e Estadual.

Departamento de Empresas Rurais

- Compete a este Departamento:
- o Definir o Programa de apoio rural do Município em consonância com as Diretrizes do Governo Federal e Municipal
 - o Transferir ao homem campestre mais tecnologia para produzir mais e melhor
 - o Estimular o Cooperativismo dentro dos seguintes programas:
 - 1) Programa de Desenvolvimento da Floricultura e plantas ornamentais
 - 2) Programa de Desenvolvimento da Fruticultura Alternativa
 - 3) Programa de Cultivo de Especiarias
 - 4) Programa de plantas medicinais, chás, etc.

Departamento de Aqüicultura, Maricultura e Pesca

- Compete a este departamento:
- o Definir o Programa de Pesca do Município em consonância com as Diretrizes do Governo Federal e Municipal
 - o Contribuir na definição dos espaços para fazendas marinhas (ostras e moluscos)
 - o Estimular o cooperativismo no setor
 - o Transferir tecnologias que agreguem valor e produtividade ao setor
 - o Contribuir para eventos que divulguem o segmento.
 - o Contribuir no Zoneamento Econômico Ecológico

Departamento da Indústria, Comércio e Serviços

- Compete a este departamento:
- o Definir o Programa de Apoio à indústria e comércio do Município em consonância com as Diretrizes do Governo Federal e Municipal
 - o Incentivar a presença de empresas “não poluentes” em especial projetos de investimentos voltados a serviços como Shoppings, Resorts, Universidades, Serviços em Geral e colocá-los como ação prioritária do seu planejamento.
 - o Apoiar fortemente o Projeto Sapiens Park extraordinário

projeto receptor de centenas de empresas.

- o Buscar formas de apoio a financiamentos oficiais.
- o Buscar os apoios necessários junto do Ministério do Desenvolvimento, notadamente, às micros e EPPs.
- o Implementar políticas nas áreas da capacitação profissional de empregados e treinamento em Comércio exterior.
- o Apoiar fortemente a Geração de Empregos através de Feiras Comerciais e Serviços, eventos dos mais variados tipos, religiosos, históricos, verão, entre outros.
- o Difundir e incentivar Programa do Artesanato local combinado com programas existentes no Ministério do Desenvolvimento e Secretaria Estadual.
- o Programa Brasil (Florianópolis) Empreendedor em conjunto com o SEBRAE

Departamento de Apoio Técnico

- Espaço do empreendedor,
Compete a este Departamento:
- o Banco de Projetos Públicos e Privados organizando e disponibilizando projetos públicos e privados com possibilidades de investimentos no município de Florianópolis. Indicará os benefícios fiscais, se existir, as fontes públicas de financiamentos e os espaços destinados para os projetos.
 - o Consultas Prévias sistema eletrônico.
 - o Alvarás de Funcionamento sistema eletrônico
 - o Lei de Incentivos Refis e incentivos do IPTU e ISS d município
 - o Código Tributário - simplificação
 - o Mapa do Zoneamento áreas onde se pode empreender
 - o Balcão Municipal do Emprego oferta e procura de vagas no município.

Departamento Administrativo e Financeiro

Compete a este Departamento emprestar o apoio administrativo à Secretaria nas áreas de Recursos Humanos, do Patrimônio, Financeiro, entre outras.

Plano Municipal de Desenvolvimento Econômico

Projeto	Descrição
Setor Rural	Estimular o Cooperativismo dentro dos seguintes programas: 1. Programa de Desenvolvimento da Floricultura e plantas ornamentais 2. Programa de Desenvolvimento da Fruticultura Alternativa 3. Programa de Cultivo de Especiarias 4. Programa de plantas medicinais, chás, entre outras Ações: Em conexão com as áreas afins de Universidades Federal, Estadual, Privadas, com as agências de fomento estadual CEPA, CIDASC, EPAGRI, Secretaria da Agricultura Estadual, construir o Plano Municipal de tal sorte a privilegiar os micros e pequenos agricultores do interior da Ilha com monoculturas alternativas possíveis em pequenas espaços.
Setor Aqüicultura, Maricultura e Pesca	Estimular o Cooperativismo dentro dos seguintes programas: Aqüicultura/Maricultura (arte de criar e multiplicar animais e plantas aquáticas). Ações: Florianópolis desponta como líder na criação de ostras. É preciso organizar o setor, apoiá-lo, encontrar outros tipos de moluscos, dar os caminhos profissionais. São urgentes as necessidades do Zoneamento Ecológico Econômico Costeiro como forma de se definir as fazendas marinhas. Pesca Ações: Construir o Programa de Pesca do Município em consonância com as Diretrizes do Governo Federal e Estadual buscando no cooperativismo a união dos pescadores. De comum acordo com a Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca buscar os recursos, benefícios, incentivos ao segmento lá disponibilizados.
Indústria, Comércio e Serviços	Ações Programa de Apoio à Indústria e Comércio e Serviços do Município em consonância com as Diretrizes do Governo Federal e Estadual, incentivando a presença de empresas "não poluentes" em especial projetos de investimentos voltados a serviços como Shoppings, Resorts, Universidades, Serviços em Geral e colocá-los como ação prioritária do seu planejamento. Apoiar fortemente o Projeto Sapiens Park extraordinário projeto receptor de centenas de empresas, buscar formas de apoio a financiamentos oficiais, buscar os apoios necessários junto do Ministério do Desenvolvimento, notadamente, às micros e EPPs. Implementar políticas nas áreas da capacitação profissional de empregados e treinamento em Comércio exterior, apoiar fortemente a Geração de Empregos através de Feiras Comerciais e Serviços, eventos dos mais variados tipos, religiosos, históricos, verão, entre outros. Difundir e incentivar Programa do Artesanato local combinado com programas existentes no Ministério do Desenvolvimento e Secretaria Estadual, Programa Brasil (Florianópolis) Empreendedor em conjunto com o SEBRAE. Programa de apoio Técnico Espaço do empreendedor, com Banco de Projetos Públicos e Privados organizando e disponibilizando projetos públicos e privados com possibilidades de investimentos no município de Florianópolis. Indicará os benefícios fiscais, se existir, as fontes públicas de financiamentos e os espaços destinados para os projetos. Contribuir com a Secretaria de C&T no sentido de agilizar Consultas Prévias sistema eletrônico, Alvarás de Funcionamento sistema eletrônico, entre outros. Defender um forte programa de Lei de Incentivos Refis e incentivos do IPTU e ISS do município, no sentido de fazer da política fiscal um indutor de desenvolvimento econômico de regiões que se queira desenvolver.
Lei de Incentivos Fiscais	Construir uma lei de incentivos fiscais (Ex: lei hotel) com viés de política econômica privilegiando algumas regiões que se queira desenvolver ou então alguns segmentos específicos como a indústria de software. Criar o Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico o FUNDEC em substituição ao IGEOF. Incentivos possíveis ● Isenção do Imposto sobre a Propriedade Territorial e Urbana (IPTU) pelo prazo de até 10 anos incidentes sobre a construção ou acréscimos realizados no imóvel, inclusive nos casos de imóveis locados, desde que no contrato de locação esteja previsto o recolhimento do referido imposto como ônus do locatário. ● Isenção da Taxa de Licença para Estabelecimento. ● Isenção das Taxas de Licença para Execução de Obras, Taxa de Vistoria Parcial ou Final de Obras, incidentes sobre a construção, reforma ou acréscimos realizados no imóvel objeto do empreendimento. ● Redução da base de cálculo em até 60% (sessenta por cento), respeitada a alíquota mínima do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) incidentes sobre o valor da mão de obra contratada, para execução das obras de construção ou acréscimos realizados no imóvel. ● Isenção da Taxa de Vigilância Sanitária, por 10 anos para empresas que exerçam atividades sujeitas ao seu pagamento. ● Redução da base de cálculo em até 60% (sessenta por cento), respeitada a alíquota mínima do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, por dois anos, independentemente da atividade exercida.
Espaço do Empreendedor	Construir em comum acordo com a Secretaria de C&T o "Espaço do Empreendedor" onde se possa fazer consultas sobre a lei de incentivos existentes, Consultas sobre o zoneamento, usos comerciais e de serviços, usos industriais, periculosidade, consultas de viabilidade técnica, alvará provisório, consulta a processos, entre outros
Empresa Rápida	Construir junto da Prefeitura um sistema ágil de abertura de empresa de tal sorte que num mesmo dia e num só lugar seria possível: ● Obter a inscrição do CNPJ ● Inscrição da Fazenda Nacional ● Alvará de Funcionamento da Prefeitura Municipal e o CMC (sem ônus para micro, EPPs e Profissionais autônomos) ● Ato constitutivo e Autenticação dos livros comerciais Abertura e encerramento de empresas em 24 horas via processo administrativo
Adesão ao Simples Nacional	Preparar lei sobre esta adesão
Oceanário	Há um oceanário em Lisboa, é um grande aquário, hoje é uma grande atração. Podemos fazer o mesmo em Floripa com impacto imediato sobre a vinda de turistas.

Anexo 1 - Conselho(s) Municipal

CONSELHO MUNICIPAL DESENVOLVIMENTO
Lei Ordinária nº 1110 de 03/10/1972
CRIA CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO, REVOGA LEI Nº 788/66 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Lei Ordinária nº 2516 de 18/12/1986
ALTERA A ESTRUTURA, O FUNCIONAMENTO E A COMPETÊNCIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

CONSELHO MUNICIPAL DESENVOLVIMENTO RURAL
Lei Ordinária nº 4100 de 30/07/1993
CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL

CONSELHO MUNICIPAL TRABALHO E EMPREGO
Lei Ordinária nº 4907 de 17/06/1996
CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DE TRABALHO E EMPREGO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Anexo 2 - Verba Orçamentária para 2008

Secretaria inexistente em 2008.

As atividades do IGEOF extintas estes recursos seriam repassados para esta Secretaria.

Instituto Geração de Oportunidades IGEOF	1.396.274
Fundo Geração de Oportunidades FUNGEOF	642.641
Total	2.038.915

FUNDO DE GERAÇÃO DE OPORTUNIDADES FUNGEOF gerenciado pela Secretaria

Anexo3

Pessoal Técnico
Administrador
Economista
Engenheiro florestal
Engenheiro agrônomo
Engenheiro de pesca
Auxiliares Técnicos
Auxiliares Administrativos
Auxiliares Serviços Gerais

Anexo 4 - Banco de Projetos

Projeto	Descrição
Programa de Apoio à Indústria e Comércio e Serviços do Município	Atualização legislação abertura feriados e domingos; atualização do Código Tributário; políticas de incentivos fiscais; abertura rápida de empresas (Petrópolis), atualização Código de Posturas, entre outras.
Programa de Cultivo de Especiarias	Novas atividades em pequenos espaços
Programa de Desenvolvimento da Floricultura e plantas ornamentais	Novas atividades em pequenos espaços
Programa de Desenvolvimento da Fruticultura Alternativa	Novas atividades em pequenos espaços
Programa de plantas medicinais, chás	Novas atividades em pequenos espaços
Programa Pesca do Município	Espaços para fazendas marinhas; estímulo à cooperativas.
Projeto Comunicações	TV, Telefones, Internet, transmissão de dados.
Projeto Energia	Solar, Eólica, elétrica
Projeto Novo Aeroporto	Manter conexão com todas as atividades
Projetos Transporte Teleférico	SISTELI
Projetos Transportes Marítimos	Atracadouros e Marinas
Sapiens Park	O Sapiens é um Parque de Inovação pensado para promover e fortalecer os setores econômicos que já são a vocação de Florianópolis como o turístico, serviços e tecnologia, sem deixar de lado as questões prioritárias como o meio ambiente e o bem estar da sociedade. Busca consolidar Florianópolis como a Capital do Conhecimento, construindo um ambiente com altíssima tecnologia onde a criação de novas competências, conhecimentos e valores devem ser utilizados como o principal fator de Sustentabilidade e Competitividade.
Projeto Remoção Penitenciária	Desativar, licitar, construir PPP.



Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social

Missão

Contribuir para o equilíbrio entre as classes sociais através de ações que levem ao equilíbrio social contribuindo para o desenvolvimento físico e mental das crianças, proteção aos idosos, promovendo a cidadania nos diferentes distritos do município.

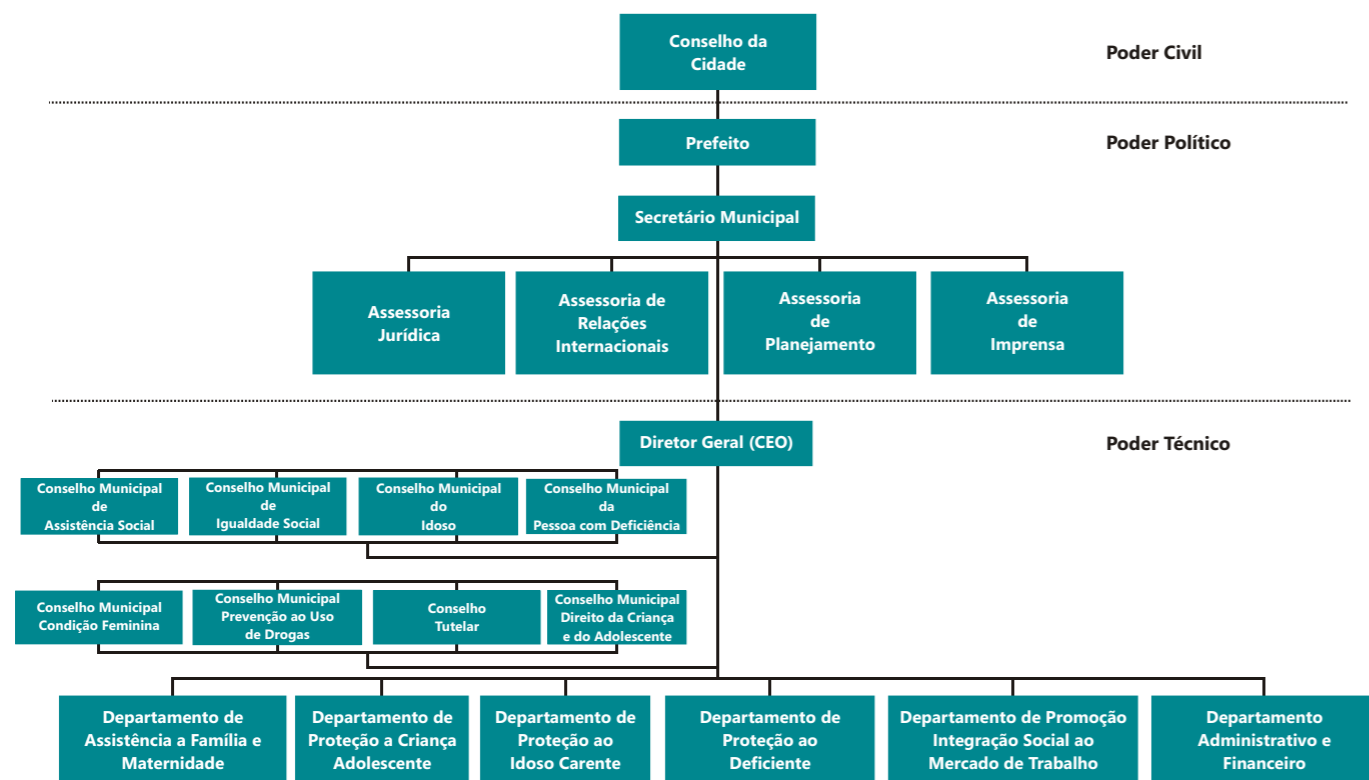
Visão

Conceber Florianópolis como referência em atendimento social.

Objetivos

Compete a esta Secretaria a gestão da Política Social do Município, promover a universalização dos direitos das pessoas com vistas a inclusão social. Essa universalização segue as normas e diretrizes da Política Nacional de Assistência Social PNAS, que tem sido colocada em prática por meio do Sistema Único de Assistência Social SUAS - devendo assegurar que os princípios da Lei Orgânica da Assistência Social LOAS - sejam postos em prática a partir de ações integradas nas três esferas de governo para garantir os direitos universais.

Estrutura Organizacional da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social



Art. 2º lei municipal 4958/96 - A Assistência Social tem por objetivos:

- I - Proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
- II - O Amparo às crianças e adolescentes carentes;
- III - Promoção da Integração ao mercado de trabalho;
- IV - Habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;
- V - Garantia de 01(um) salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso, que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família.

1) Departamento de Assistência à Família e Maternidade

Compete a este Departamento desenvolver os programas relacionados à Assistência à Família e Maternidade, dentro de programas próprios do município ou vinculados ao Governo do Estado e Federal.

2) Departamento de Proteção à Criança e Adolescente

Compete a este Departamento desenvolver os programas relacionados à Assistência à Proteção à criança e Adolescente dentro de programas próprios do município ou vinculados ao Governo do Estado e Federal.

3) Departamento de Proteção ao Idoso Carente

Compete a este Departamento desenvolver os programas relacionados à Assistência ao idoso carente dentro de programas próprios do município ou vinculados ao Governo do Estado e Federal.

4) Departamento de Proteção ao Deficiente

Compete a este Departamento desenvolver os programas relacionados à Assistência à Proteção ao Deficiente carente dentro de programas próprios do município ou vinculados ao Governo do Estado e Federal.

5) Departamento de Promoção da Integração Social ao mercado de trabalho

A Política de Promoção da Integração Social esta focada dentro dos objetivos do Fundo de Integração Social, instituído pela lei municipal 3210/89, que são o assentamento de famílias de baixa renda bem como a sua integração no ambiente social, gerando, sobretudo, oportunidades de emprego.

6) Departamento Administrativo e Financeiro

Compete a este Departamento emprestar o apoio administrativo à Secretaria nas áreas de Recursos Humanos, do Patrimônio, Financeiro, entre outras.

Plano Municipal de Assistência Social

Departamento	Programa
Departamento de Assistência Social	1.1. Bolsa Família Gestão do Programa Bolsa Família é um programa federal de transferência de renda desenvolvido pela MDS (Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome) que unificou todos os 4 (quatro) benefícios sociais (Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Cartão Alimentação e o Auxílio Gás) do Governo Federal em um único programa com a finalidade de transferência direta de renda para assegurar um mínimo à alimentação, mediante compensações por parte do beneficiado. Gestão do Cadastro Único - O CadÚnico constitui uma base de informações que pode ser usada pelos governos municipais, estaduais e federal para obter o diagnóstico socioeconômico das famílias cadastradas, possibilitando a análise das suas principais necessidades. O cadastramento das famílias é executado pelos municípios por meio da coleta de dados das famílias de baixa renda em formulário específico para esse fim. Os cadastros são processados pelo Agente Operador do Cadastro Único CAIXA que é o órgão responsável por atribuir a cada pessoa da família cadastrada um número de identificação social (NIS).
	1.2 PAIF O Programa de Atenção Integral à Família (PAIF) é o principal programa de Proteção Social Básica, do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Desenvolve ações e serviços básicos continuados para famílias em situação de vulnerabilidade social na unidade do CRAS. Os Centros de Referência de Assistência Social são espaços físicos públicos onde são necessariamente ofertados os serviços do PAIF, e podem oferecer outros serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básico relativos às seguranças de rendimento, autonomia, acolhida, convívio ou vivência familiar e comunitária. É um benefício não-contributivo, ou seja, o beneficiário não precisa ter contribuído anteriormente para a Previdência Social.
	1.3. RENDA MÍNIMA Renda Mínima é um programa de transferência de renda da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social destinado a famílias de baixa renda, tendo como principal critério a matrícula e a permanência dos seus filhos de 6 (seis) a 15 (quinze) anos de idade na escola. São beneficiárias as Famílias que residem no município há pelo menos 2 (dois) anos; Famílias com renda por pessoa inferior a ½ (meio) salário mínimo; Famílias com filhos e/ou dependentes, sendo que pelo menos um deles deva ter idade inferior a 16 (dezesseis) anos e todos, filhos e/ou dependentes com idade entre 6 (seis) e 15 (quinze) anos, devam estar matriculados em escola pública ou particular (com 100% de bolsa). Trata-se de programa alternativo, ou seja, tem caráter municipal.
	1.4 Banco de Alimentos O Banco de Alimentos tem como objetivo coletar alimentos fora dos padrões de comercialização, mas que não apresentem nenhuma restrição de caráter sanitário ou seja, são próprios para o consumo humano por meio da articulação do maior número possível de doadores, a fim de minimizar as necessidades básicas da população em situação de vulnerabilidade alimentar e nutricionais.
	1.5 Troca Troca Cesta Cheia Programa de inclusão social e promoção da saúde pública do governo municipal. O morador de baixa renda se cadastra, recebe semanalmente, uma cesta de 10 kilos mediante pagamento de R\$5,00. Entretanto se juntar cerca de 150 garrafas pet de dois litros ou 75 latas de refrigerante poderá trocar o material pela cesta com 10 quilos de alimentos, sem pagar os R\$ 5 semanais. A venda dos produtos recicláveis reverte para o programa.

Departamento Proteção à Criança e Adolescente	<p>2.1. Sempre Alerta Programa "Sempre Alerta" destinado ao enfrentamento à Violência, Abuso e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes. São ações no âmbito da Política Nacional de Assistência Social e do Sistema Único de Assistência Social - SUAS/NOB, de atendimento e proteção social especial à crianças, adolescentes e seus familiares vitimizados ou em risco de violência, abuso e exploração sexual. Funciona integrado ao ECA Estatuto da Criança e do Adolescente.</p> <p>2.2. PETI Programa de Erradicação do Trabalho Infantil é um programa de transferência direta de renda do Governo Federal para famílias de crianças e adolescentes envolvidos no trabalho precoce. Tem como objetivo retirar crianças e adolescentes de 7 a 15 anos do trabalho perigoso, penoso, insalubre e degradante, que colocam em risco a saúde, a segurança e o desenvolvimento desses sujeitos sociais em formação. É um programa federal de erradicação das piores formas de trabalho infantil, entre elas coletor e/ou separador de materiais recicláveis (latinha, pet, papéis, papelão e outros), vendedor ambulante nas ruas (balas, flores, sândalo, chaveiros e outros), guardador de veículos, malabares, mendicância e trabalho doméstico. Como estímulo à saída da situação de trabalho, a família recebe uma bolsa mensal de R\$ 40,00 (por criança retirada do trabalho infantil). Em contrapartida, as famílias têm de participar de atividades sócio-educativas e de qualificação profissional, assegurar matrícula e frequência escolar de seus filhos e fazê-los frequentar a jornada ampliada (pós-escola).</p> <p>2.3. PROGRAMA AGENTE JOVEM O Programa Agente Jovem é um programa do MDS (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e tem como objetivo o desenvolvimento pessoal, social e comunitário de jovens em situação de risco e vulnerabilidade social, na faixa etária de 15 a 17 anos. Podem-se implantar Núcleos nos bairros periféricos da capital, caracterizados, sobretudo pelo alto índice de violência juvenil e elevada concentração de população jovem. Em cada núcleo pode-se agrupar 25 jovens, acompanhados por um profissional - Educador/a Social. Cada jovem participante recebe mensalmente uma Bolsa-auxílio.</p> <p>Formação e Qualificação para o Trabalho A qualificação para o trabalho são ações ofertadas através de cursos profissionalizantes em Marcenaria, Pintura, Grafiteagem, Desenho Técnico, Música, Artes, Danças, entre outras.</p> <p>2.4. REDE ACOLHEDORA A Rede Acolhedora funcionam como a porta de entrada para crianças, adolescentes, adultos, famílias e idosos em situação de rua. Equipadas com dormitórios, refeitórios e vestiários, uma ou mais Centrais de Recepção representam o momento inicial do processo de acolhimento e/ou reinserção familiar. Funcionam todos os dias durante 24 horas, inclusive nos finais de semana e feriados. Tanto são recebidas pessoas que foram abordadas nas ruas por técnicos da Rede Acolhedora quanto aqueles que procuram assistência de forma espontânea. No local, após o preenchimento do cadastro de cada beneficiário, é avaliado caso a caso e qual a ação mais adequada. O objetivo é recepcionar, identificar, acolher e encaminhar essa população para a Rede de Proteção Social ou o retorno à terra natal.</p>
Departamento Proteção ao Idoso Carente	<p>3.1. BPC Benefício de Prestação Continuada - e um direito garantido pela Constituição Federal de 1988 e consiste no pagamento de 01 (um) salário mínimo mensal às pessoas com 65 anos ou mais de idade e à pessoas com deficiência incapacitante para a vida independente e para o trabalho, onde em ambos os casos a renda per capita familiar seja inferior a ¼ do salário mínimo. O BPC também encontra amparo legal na Lei 10.741, de 1º de outubro de 2003 que institui o Estatuto do Idoso. O Benefício é gerido pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) a quem compete sua gestão, acompanhamento e avaliação e, ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) a sua operacionalização. Os recursos para custeio do BPC provem do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS). Atende idosos e pessoas com deficiência.</p> <p>3.2. Programa de Atenção à Pessoa Idosa PAPI Centraliza suas perspectivas no respeito e no resgate da memória da cidadania e do bem estar social do idoso, como sujeito de direitos, independente de sua condição racial, de gênero, espiritual, financeira, cultural ou social, buscando a melhoria na qualidade de vida. Atende o público idoso, a partir de 60 anos, que se encontra em situação de risco social ou interessado em participar de grupos distribuídos em bairros da Capital. Oferece orientações específicas e encaminhamentos aos serviços sócio-assistenciais do município.</p>
Departamento Proteção ao Deficiente	<p>4.1. BPC Benefício de Prestação Continuada é um direito garantido pela Constituição Federal de 1988 e consiste no pagamento de 01 (um) salário mínimo mensal às pessoas com 65 anos ou mais de idade e à pessoas com deficiência incapacitante para a vida independente e para o trabalho, onde em ambos os casos a renda per capita familiar seja inferior a ¼ do salário mínimo. O BPC também encontra amparo legal na Lei 10.741, de 1º de outubro de 2003 que institui o Estatuto do Idoso. O Benefício é gerido pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) a quem compete sua gestão, acompanhamento e avaliação e, ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) a sua operacionalização. Os recursos para custeio do BPC provem do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS). Atende idosos e pessoas com deficiência.</p> <p>4.2. Programa Deficiente Feliz A Política de Atenção à Pessoa com Deficiência tem o objetivo de trabalhar a violação dos direitos da pessoa com deficiência e suas famílias, além de articular, monitorar e desenvolver ações intersetorializadas específicas que lhes garantam esses direitos. Há duas possibilidades: □ Atendimento Domiciliar - o objetivo deste programa é apoiar e orientar a família na adequação do ambiente, no processo de socialização e integração à comunidade com vistas a melhoria de vida</p> <p>Centro Municipal de Apoio a Pessoa Deficiente é para oferecer atendimento especializado às pessoas com deficiência, através de uma ação intersetorial integrada entre as Secretarias de Desenvolvimento Social, Saúde e Educação, visando a habilitação e a reabilitação, através de serviços especializados, de crianças adolescentes e jovens com deficiência, distúrbio de comportamento e/ou de aprendizagem, buscando dar-lhes condições para o exercício pleno de sua cidadania.</p>
Departamento Promoção da Integração Social ao mercado de trabalho	A Política de Promoção da Integração Social esta focada dentro dos objetivos do Fundo de Integração Social, instituído pela lei municipal 3210/89, que são o assentamento de famílias de baixa renda bem como a sua integração no ambiente social, gerando, sobretudo, oportunidades de emprego. Projetos a definir.

Anexo 1- Conselho(s) Municipal

1	CONSELHO MUNICIPAL CONDIÇÃO FEMININA Lei Ordinária nº 2598 de 16/06/1987 CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DE CONDIÇÃO FEMININA "CMCF" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS
2	CONSELHO MUNICIPAL IDOSO. Lei Ordinária nº 5371 de 24/09/1998 DISPÕE SOBRE A POLÍTICA MUNICIPAL DO IDOSO, CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
3	CONSELHO MUNICIPAL PREVENÇÃO AO USO DE DROGAS Lei Ordinária nº 3713 de 17/01/1992 CRIA O CONSELHO E SISTEMA MUNICIPAL DE PREVENÇÃO AO USO DE DROGAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Na estrutura atual consta como Entorpecentes
4	CONSELHO MUNICIPAL PROMOÇÃO IGUALDADE RACIAL LEI 7507/2007 CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL - COMPIR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
5	CONSELHOS TUTELARES (ECA Continente e Ilha) Lei Ordinária nº 4283 de 29/12/1993 DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DOS CONSELHOS TUTELARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
6	CONSELHO MUNICIPAL DIREITOS DA PESSOA DEFICIENTE Lei Ordinária nº 7213 de 28/11/2006 DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO, COMPOSIÇÃO, ATRIBUIÇÕES E FUNCIONAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS
7	CONSELHO MUNICIPAL ASSISTÊNCIA SOCIAL Lei Ordinária nº 4958 de 19/07/1996 CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
8	CONSELHO MUNICIPAL DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE LEI Nº 6565, de 16 de dezembro de 2004. ALTERA A LEI Nº 3794/92 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Art.12º O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente será composto, paritariamente, por 14 (catorze) membros, sendo 07(sete) representantes do Poder Público e 07 (sete) representantes da Sociedade Civil,

Anexo 2 - Verba Orçamentária para 2008

Leis municipal 4958 e 3210, regulamentam a matéria.

Fundo Municipal de Integração Social 48 milhões

Fundo Municipal da Assistência Social 26 milhões

Fundo Municipal Direito da Criança e Adolescente 3,4 milhões

Secretaria Municipal de Assistência Social	6.539.340,00
Fundo Municipal Assistência Social	26.259.300,00
Fundo Municipal Direitos da C&Adol	3.485.000,00
Assistência Social Secretaria do Governo	3.224.000,00
Subtotal	39.507.640,00
Fundo Municipal da Integração Social. Destinado a construções de baixa renda.	48.037.850,00
Total Geral	87.545.490,00

PMF 2012



Secretaria Municipal de Educação

Missão

A educação deve ser vista como a única via do desenvolvimento humano capaz de retirar da pobreza as pessoas desprovidas de cidadania, excluídas. Florianópolis deve, constitucionalmente, por isso mesmo, aprimorar o seu sistema de ensino, oferecer serviços educacionais de qualidade como forma de dar a seus filhos melhoria do padrão de vida.

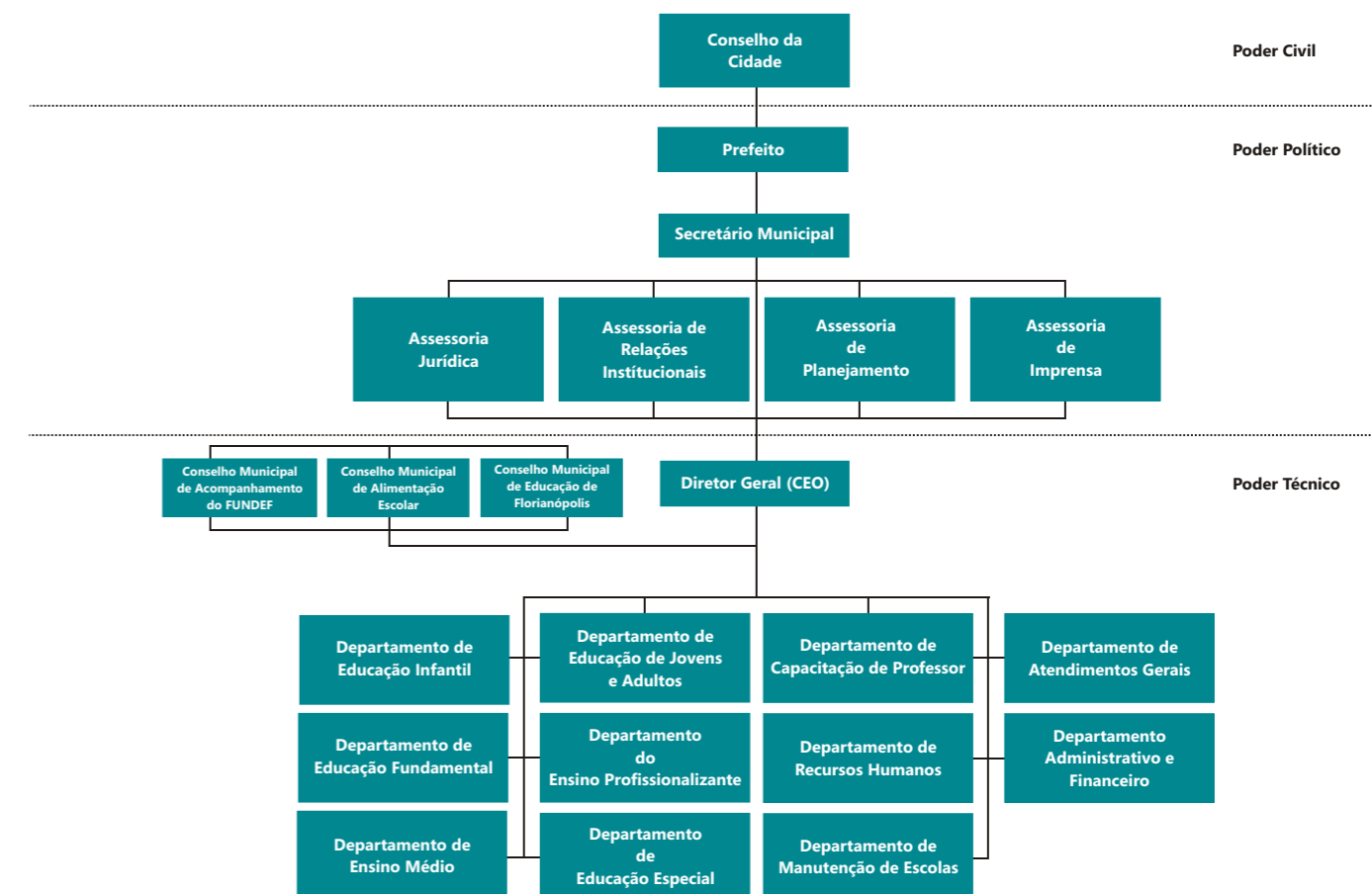
Visão

Conceber Florianópolis com educação de qualidade, sem analfabetos e com um IDEB Índice de Desenvolvimento da Educação Básica de nível 6,5.

Objetivos

A Secretaria Municipal de Educação tem por finalidade a gestão da política municipal de educação tomando como base de seu universo a Educação Básica que é composta pela Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. O objetivo da Educação Básica é assegurar a todos os cidadãos a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhes os meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores [LDBEN Art. 21 e 22]. Dois são os principais documentos norteadores da Educação Básica: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e o Plano Nacional de Educação - PNE, Lei nº 10.172/2001, regidos, naturalmente, pela Constituição da República Federativa do Brasil. É dentro deste universo que se move a Secretaria Municipal de Educação. Para medir a aprendizagem dos alunos do ensino fundamental e médio o Ministério da Educação passou a usar o indicador IDEB Índice de Desenvolvimento da Educação Básica. O IDEB é o resultado da combinação das notas da Prova Brasil e das taxas de aprovação dos estudantes. A média 6 é alcançada pelos Países desenvolvidos. Para alcançar esta meta o município precisa: boas instalações, bons professores, bons conteúdos programáticos

Estrutura Organizacional da Secretaria Municipal de Educação



Departamento de Educação Infantil (até 06 anos)

A educação infantil, primeira etapa da educação básica tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. A educação infantil será oferecida em: creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade; pré-escolas, para crianças de quatro a seis anos de idade." [LDB art. 29 e 30] nos 12 distritos do município.

Departamento de Ensino Fundamental (dos 06 aos 15 anos)

O ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante:

I - o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo.

II - a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade.

III - o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores.

IV - o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social." (Redação dada pela Lei nº 11.274, de 2006).

Departamento de Ensino Médio (dos 15 anos em diante)

O Ensino Médio tem início pós-ensino fundamental a partir dos 15 anos. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional LDB, Lei nº 9.394/96, estabeleceu como sendo dever do Estado a progressiva extensão da obrigatoriedade do Ensino Médio. O Plano Nacional de Educação, Lei nº 10.172/2001, sancionado pelo Congresso Nacional em 2001, estabeleceu metas para a educação no Brasil. Uma das mais importantes metas do Plano Nacional de Educação no que tange o Ensino Médio é a garantia do acesso a todos aqueles que concluíam o Ensino Fundamental. Vale ressaltar que o PNE estabelece aos Municípios a educação infantil como prioridade, e ao Estado, o ensino médio. Resulta desta "divisão" enorme equívoco operacional o município e o Estado agindo de forma independente dentro da Educação Básica. Cabe ao Departamento coordenar esforços no sentido de adequar as necessidades municipais do Ensino Médio com o interesse da autoridade Estadual. Reside aqui uma das maiores dificuldades de se implantar o Ensino Profissionalizante sob coordenação municipal.

Departamento de Educação de Jovens e Adultos (EJA)

É responsabilidade deste Departamento traçar diretrizes políticas e pedagógicas que busquem garantir aos jovens e

adultos que não tiveram acesso à escola ou dela foram excluídas, o direito de educação ao longo da vida. A Constituição Federal determina como um dos objetivos do Plano Nacional de Educação a integração de ações do poder público que conduzam à erradicação do analfabetismo (art. 214, I).

Departamento do Ensino Profissionalizante

O município de Florianópolis tem carências acentuadas no atendimento às vagas oferecidas pelo mercado de trabalho. Faltam técnicos especializados em todas as áreas. Compete à Rede de Ensino Municipal suprir estas deficiências. A integração da educação profissional com o ensino médio é um dos focos do Plano de Desenvolvimento da Educação Básica (PDE). Há recursos no Governo Federal através do programa Brasil Profissionalizado. O objetivo é construir um novo modelo para o ensino médio e combinar formação geral, científica e cultural com a formação profissional dos estudantes. O decreto federal 6.302 de 12/12/2007 instituiu o Programa Brasil Profissionalizado e a RESOLUÇÃO Nº 62, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2007 estabelece as diretrizes para a assistência financeira a Estados, Distrito Federal e Municípios no âmbito do Programa Brasil Profissionalizado. Poderão apresentar propostas os Estados, o Distrito Federal e os Municípios que tenham aderido formalmente ao Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, de que trata o Decreto no 6.094, de 24 de abril de 2007. Cabe a este Departamento em combinação com o Departamento de Ensino Médio gestionar ações junto ao Governo do Estado para suprir as deficiências citadas.

Departamento de Educação Especial

Compete a este Departamento gerenciar a educação destinada a pessoas portadoras de deficiência física ou incapacitadas para a vida independente. Gerenciar o CAP - Centro de Apoio Pedagógico para Atendimento as Pessoas com Deficiência Visual.

Departamento de Capacitação Profissional de Professores - Cecapro

Compete ao Departamento a formação do Magistério. Sem prejuízo de projetos municipais próprios, abaixo estão os programas do Ministério da Educação para formação continuada de professores das redes públicas de educação e, também, o Pro-infantil que é dirigido a professores que atuam na educação infantil sem a formação mínima exigida por lei.

- Rede Nacional de Formação Continuada de Professores
- Pró-Letramento
- Pró-Licenciatura
- Pro-infantil
- Programa Ética e Cidadania
- Programa de Incentivo à Formação Continuada de Professores do Ensino Médio

A melhoria da qualidade do ensino um dos objetivos centrais

do Plano Nacional de Educação e será alcançada se for promovida, ao mesmo tempo.

- a formação profissional inicial;
- as condições de trabalho, salário e carreira;
- A formação continuada.

A simultaneidade dessas três condições, mais do que uma conclusão lógica, é uma lição extraída da prática. O gestor público deverá perseguir ininterruptamente estas condições.

Departamento de Atendimento Gerais

Compete a este Departamento o atendimento da alimentação escolar, transporte escolar, uniformes, bolsas escolares, entre outras.

Departamento de Manutenção das Escolas

Compete a este Departamento:

Fiscalizar ou executar obras e serviços de construção e manutenção dentro do Plano Municipal de Manutenção das Escolas Públicas Municipais

Em respeito aos deficientes físicos, idosos, obesos, entre outros, envidará esforços para que os acessos aos estabelecimentos sejam adaptados a este segmento da população.

Examinar em conjunto com a Secretaria da Ciência e Tecnologia da viabilização de Redes de Tecnologia da Informação em todas as escolas municipais.

Departamento Administrativo e Financeiro

Compete a este Departamento as atividades de registro dos dados numéricos relacionados a: Finanças e Contabilidade, Compras, Patrimônio, Serviços Gerais (manutenção, veículos, almoxarifado), estatísticas.

Departamento de Recursos Humanos

Compete a este Departamento o gerenciamento dos recursos humanos da Secretaria, concursos, avaliação de desempenho, registros diversos, entre outros.

Resolução nº 05/05 do ministério da Educação cria a área Profissional de Serviços de Apoio Escolar, com 4 habilitações iniciais: Secretaria Escolar ● Alimentação Escolar ● Multimeios Didáticos ● Infra-estrutura material e ambiental

Portaria Normativa nº 25 de 31 de maio de 2007 do Ministério da Educação instituiu o Programa de Formação Inicial em Serviço dos Profissionais da Educação Básica dos Sistemas de Ensino Público Pró-funcionário.

Programa Nacional do Livro Didático - Pnld, Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio - Pnlem e na execução e acompanhamento da Política de Formação de Leitores, que compreende, entre outras ações, o Programa Nacional Biblioteca da Escola/Pnbe, os Centros de Leitura e Multimídia e a Revista LeituraS.

Plano Municipal da Educação**A cidade mais alfabetizada (Veja Edição 2070)**

Menos de 1% da população com mais de 15 anos de São João do Oeste, no oeste catarinense, é analfabeta. A taxa é semelhante à do Japão. A erradicação do analfabetismo se deve ao empenho de padres de origem alemã, que construíram uma igreja e uma escola na cidade logo que a região foi povoada, nos anos 30.

A cidade com maior frequência escolar (Veja Edição 2070)

Desde 2006 não há evasão escolar em Orindiúva, no noroeste paulista. A conquista, semelhante à da Finlândia, garantiu ao município o primeiro lugar no ranking de responsabilidade fiscal e social elaborado pela Confederação Nacional dos Municípios.

Você acredita que seu bairro precisa de mais creches, escolas primárias e/ou escolas secundárias?

Bairro	Escolas	Não Resposta	Creches	Escolas Primárias	Escolas Secundárias	Não Sabe	Possui número suficiente de todos os níveis escolares	TOTAL
Canasvieiras		0,0%	68,9%	51,6%	50,7%	9,1%	8,2%	100%
Centro		0,0%	35,2%	24,7%	23,3%	24,2%	30,1%	100%
Continente		0,0%	61,1%	43,5%	35,6%	13,9%	13,0%	100%
Ingleses		0,0%	63,5%	48,0%	44,0%	14,0%	9,0%	100%
Lagoa da Conceição		0,0%	67,0%	47,5%	45,5%	14,5%	8,5%	100%
Sul da Ilha		0,5%	70,3%	44,1%	52,0%	8,4%	5,4%	100%
Total		0,1%	60,7%	43,1%	41,6%	14,1%	12,6%	100%

Fonte: ACIF / ESAG Jr.

Para a entrada no mercado de trabalho você prefere fazer:

Bairro	Ensino Profissionalizante e Superior	Ensino Profissionalizante	Ensino Superior	Não Faria	Outros	Não Resposta	TOTAL
Canasvieiras		51,1%	36,1%	10,5%	1,4%	0,9%	100%
Lagoa da Conceição		33,5%	48,0%	17,0%	1,5%	0,0%	100%
Ingleses		44,5%	42,0%	10,5%	2,0%	1,0%	100%
Centro		36,1%	51,1%	8,2%	3,7%	0,9%	100%
Continente		37,5%	50,0%	10,2%	0,5%	1,9%	100%
Sul da Ilha		38,1%	52,0%	7,4%	2,5%	0,0%	100%
Total		40,2%	46,5%	10,6%	1,9%	0,8%	100%

Fonte: ACIF / ESAG Jr.

Para medir a aprendizagem dos alunos do ensino fundamental e médio o Ministério da Educação passou a usar o indicador IDEB Índice de Desenvolvimento da Educação Básica. O IDEB é o resultado da combinação das notas da Prova Brasil e das taxas de aprovação dos estudantes. A média 6,5 é o limite inferior alcançado pelos Países desenvolvidos. No Brasil e em nossa cidade a média esta em 4,2. A meta da Secretaria deverá ser a média 6,5. Para alcançar esta meta o município precisa: boas instalações, bons professores, bons conteúdos programáticos.

Projeções da População

Ano	A2000	A2007	A2020	A2025	A2030
01. Continente	71.860	89.964	140.700	163.113	184.548
02. Área Central	141.714	177.421	277.478	321.680	363.954
03. Cachoeira Bom Jesus	11.457	14.343	22.431	26.004	29.421
04. Canasvieiras	9.352	11.708	18.310	21.226	24.015
05. Ratoles	2.620	3.280	5.130	5.947	6.728
06. Santo Antonio Lisboa	4.914	6.152	9.621	11.153	12.618
07. Ingleses Rio Vermelho	14.952	18.720	29.277	33.940	38.400
08. Pântano do Sul	5.294	6.627	10.364	12.014	13.592
09. Campeche	16.845	21.090	32.983	38.237	43.262
10. Ribeirão da Ilha	18.586	23.268	36.390	42.186	47.730
11. Barra da Lagoa	3.995	5.001	7.821	9.066	10.257
12. Lagoa	9.224	11.548	18.060	20.936	23.687
13. São João Rio Vermelho	6.072	7.601	11.887	13.780	15.590
Total	316.885	396.723	620.452	719.282	813.802
Taxa crescimento		3,2%	3,5%	3%	2,5%
Crescimento pessoas		79.838	223.729	98.830	94.520

Fonte IBGE. Previsão ACIF

Nível	Programa
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO INFANTIL (até 06 anos)	Garantir vagas em creches para todos os Distritos do município. Buscar parcerias com o Governo Estadual e Federal.
DEPARTAMENTO DE ENSINO FUNDAMENTAL (dos 06 aos 15 anos)	Garantir vagas para todos os jovens em todos os Distritos do Município. Buscar parcerias com o Governo Estadual e Federal.
DEPARTAMENTO DE ENSINO MÉDIO (dos 15 anos em diante)	Inserir nas escolas de Ensino Médio, cursos profissionalizantes de tal sorte que em 08 anos, pelo menos, 50% das vagas já sejam nesta modalidade. Buscar parcerias com o Governo Estadual e Federal. Vale ressaltar que o Ensino Médio é prioridade do Estado. Para alcançar esta meta há que se ter "convênios operacionais".
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (qualquer idade)	Garantir vagas a todos os Jovens e adultos através do uso intensivo de todos os espaços escolares, notadamente no período noturno. Buscar parcerias com o Governo Estadual e Federal.
DEPARTAMENTO DO ENSINO PROFISSIONALIZANTE	Programar novos investimentos em escolas técnicas (ou nas escolas de nível médio existentes) oferecendo vagas suficientes para atender as demandas da sociedade. Buscar parcerias com o Governo Estadual e Federal. Em 08 anos atingir 50% das escolas de ensino médio. Alternativamente pode-se construir o "Palácio da Ciência e Tecnologia" local de estudos e pesquisas com ensino profissionalizante. Parceiros nacionais e internacionais ajudariam na viabilização do projeto.
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	Garantir educação destinada a pessoas portadoras de deficiência física ou incapacitadas para a vida independente.
ESCOLAS	Programa de construção e recuperação de escolas municipais, carteiras e bibliotecas.
TREINAMENTO DE PROFESSORES	Forte programa de reciclagem dos professores e auxiliares.

Anexo 1 - Atual Estrutura da Secretaria de Educação

Nº	Órgãos
01	Gabinete do Secretário Secretária do Secretário Secretaria do Gabinete Secretaria Adjunta Assessor Administrativo Assessora de Ensino Assessor Técnico Receptionistas (02)
02	Administração Escolar Coordenadoria de Articulação de Pessoal Coordenadoria de Eventos Coordenadoria de Desenvolvimento de Pessoal
03	Departamento de Educação continuada
04	Departamento de Educação Fundamental Coordenador Articulação Pedagógica Coordenador Educação Especial Coordenador Escola Aberta para a cidadania Coordenador ONGs e CECs
05	Assessora Técnica especialista (13) Departamento Educação Infantil Coordenação da Articulação Pedagógica Coordenação Administrativo-pedagógico Coordenação dos Centros de Educação Infantil
06	Departamento de Infra-estrutura Coordenação de Manutenção das Escolas
07	Mídia e Conhecimento Coordenadoria de Bibliotecas Escolares Coordenadoria de Tecnologia Educacional
08	Departamento de Planejamento Planejamento e Controles Estatísticas Formulários Informática Administrativa das Unidades Escolares Captação de Recursos Transporte Escolar Gratuito
09	Departamento de Recursos Físicos e Financeiros Coordenadoria Financeira Coordenadoria Apoio (ASG) Coordenadoria Almoxarifado Coordenadoria Alimentação Escolar
10	Coordenadoria de Legislação e
11	CAP - Centro de Apoio Pedagógico para Atendimento as Pessoas com Deficiência Visual

Anexo 2 - Conselho(s) Municipal

1	CONSELHO MUNICIPAL ACOMPANHAMENTO DO FUNDEF Lei Ordinária nº 5639 de 04/02/2000 DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL E DE VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO - FUNDEF.	Educação
2	CONSELHO MUNICIPAL ALIMENTAÇÃO ESCOLAR Lei Ordinária nº 4760 de 26/10/1995 CRIA O CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	Educação
3	CONSELHO MUNICIPAL EDUCAÇÃO DE FLORIANÓPOLIS Lei Ordinária nº 3651 de 11/11/1991 CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE FLORIANÓPOLIS	Educação

Comissão de Licitação**Anexo 3 - Verba Orçamentária para 2008**

Secretaria Municipal Educação	158.467.091,00
--------------------------------------	-----------------------

Anexo 4 - FUNDEB

FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

Em 20 de junho de 2007 foi sancionada a Lei Nº 11.494/2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB. O novo Fundo substitui o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF.

Anexo 5 - IDEB 2005 e Projeções para o BRASIL

	Anos Iniciais do Ensino Fundamental				Anos Finais do Ensino Fundamental				Ensino Médio			
	IDEB Observado		Metas		IDEB Observado		Metas		IDEB Observado		Metas	
	2005	2007	2007	2021	2005	2007	2007	2021	2005	2007	2007	2021
TOTAL	3,8	4,2	3,9	6,0	3,5	3,8	3,5	5,5	3,4	3,5	3,4	5,2
Dependência Administrativa												
Pública	3,6	4,0	3,6	5,8	3,2	3,5	3,3	5,2	3,1	3,2	3,1	4,9
Federal	6,4	6,2	6,4	7,8	6,3	6,1	6,3	7,6	5,6	5,7	5,6	7,0
Estadual	3,9	4,3	4,0	6,1	3,3	3,6	3,3	5,3	3,0	3,2	3,1	4,9
Municipal	3,4	4,0	3,5	5,7	3,1	3,4	3,1	5,1	2,9	3,2	3,0	4,8
Privada	5,9	6,0	6,0	7,5	5,8	5,8	5,8	7,3	5,6	5,6	5,6	7,0

Fonte: Saeb e Censo Escolar.

IDEBs observados em 2005-2007 e Metas para rede Estadual - SANTA CATARINA

Fases de Ensino	IDEB Observado		Metas Projetadas							
	2005	2007	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Anos Iniciais do Ensino Fundamental	4,3	4,7	4,3	4,7	5,1	5,3	5,6	5,9	6,1	6,4
Anos Finais do Ensino Fundamental	4,1	4,1	4,1	4,3	4,5	4,9	5,3	5,5	5,8	6,0
Ensino Médio	3,5	3,8	3,5	3,6	3,8	4,0	4,4	4,8	5,1	5,3

Fonte: Saeb e Censo Escolar.

IDEBs observados em 2005-2007 e Metas para rede Municipal - FLORIANOPOLIS

Ensino Fundamental	IDEB Observado		Metas Projetadas							
	2005	2007	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Anos Iniciais	4,2	5,0	4,3	4,6	5,0	5,3	5,5	5,8	6,1	6,3
Anos Finais	4,0	4,2	4,0	4,2	4,4	4,8	5,2	5,5	5,7	5,9

Fonte: Prova Brasil e Censo Escolar

Esta é a média das escolas municipais. Há escolas em situações absolutamente desconfortável necessitando de apoios específicos.



**Secretaria
Municipal da
Fazenda**

Missão

A missão da Secretaria esta centrada na arrecadação das receitas municipais, nas transferências legais como forma de suprir os recursos necessários à realização dos projetos públicos visando a melhoria da população.

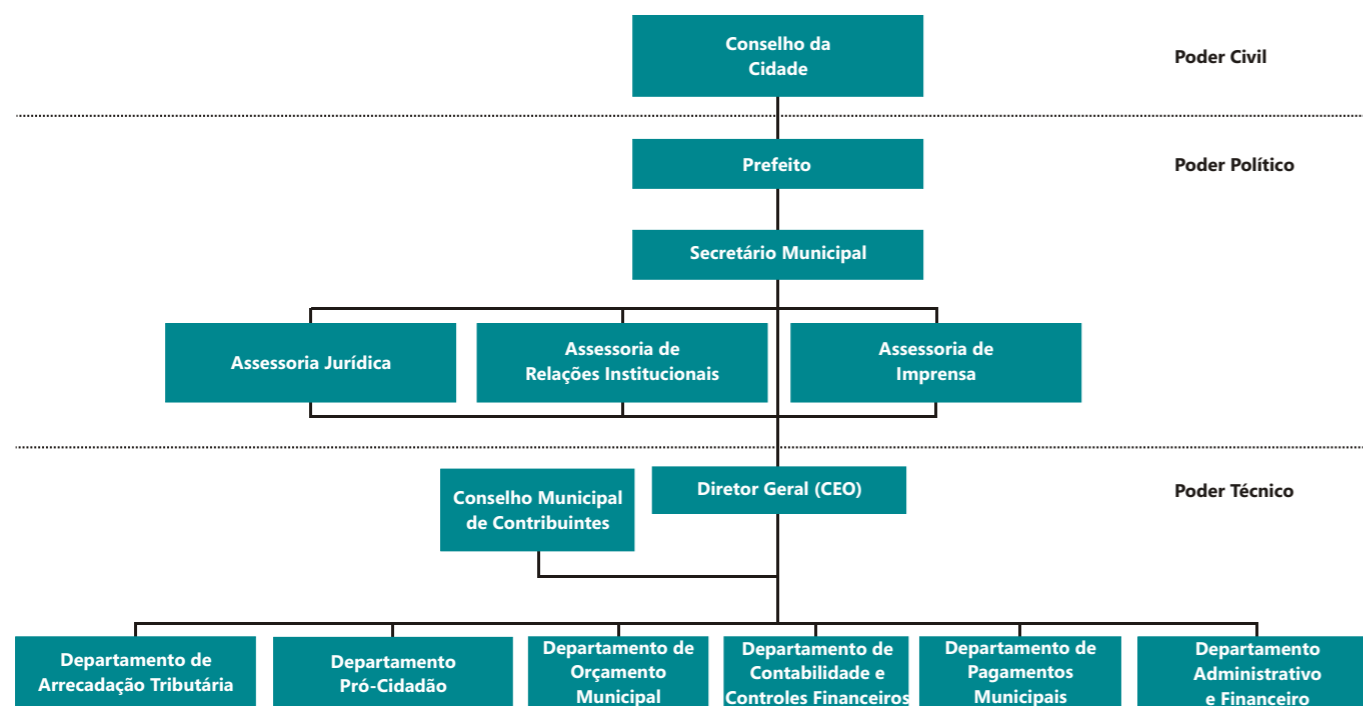
Visão

Desenvolver um sistema tributário ágil, eficiente e racional, que contemple a justiça tributária, observando a capacidade contributiva das pessoas e das empresas.

Objetivos

Compete à Secretaria a gestão eficiente das atividades relacionadas ao recolhimento dos tributos municipais sobre serviços, sobre imóveis, direitos e transferências do Estado e União e o pagamento das obrigações do município. Sua meta é obter arrecadação real igual ou superior ao exercício anterior.

Estrutura Organizacional da Secretaria da Fazenda



Departamento Arrecadação Tributária (IPTU, ISS, ITBI, TAXAS, SIMPLES)

Compete a este Departamento as ações administrativas que levem ao recolhimento dos tributos municipais. Propor alterações no Código Tributário Municipal.

- Divisão Dívida Ativa (Refinanciamentos)
- Divisão Tributos Mobiliários
- Divisão Tributos Imobiliários
- Divisão Rendas e Transferências

Departamento Pró-Cidadão

Compete a este Departamento o gerenciamento do Centro de Atendimento ao Cidadão- Pró-Cidadão. É um projeto que reúne, em um mesmo espaço, todos serviços prestados pela administração municipal ao cidadão.

Atualmente já estão em funcionamento unidades na Lagoa da Conceição, Ingleses, Canasvieiras, Continente e Rio Tavares, além do atendimento central que funciona na rua Felipe Schmidt, 165, esquina com a Deodoro.

Dentro da nova proposta o Pró-Cidadão funcionaria dentro das Secretarias Regionais do Continente, Norte, Sul, Leste e Centro.

Regionais	Distritos e Respectivos Bairros Oficial do Município
Centro	Área insular Monte Verde, Saco Grande I e II, Itacorubi, Trindade, Santa Mônica, Córrego Grande, Pantanal, Saco dos Limões, Costeira do Pirajubaé, José Mendes, Prainha e Centro.
Continente	Área continental Balneário, Canto, Estreito, Capoeiras, Coloninha, Bom Abrigo, Abraão, Monte Cristo, Pró-Morar, Sapé, Vila São João e outras
Leste	SÃO JOÃO DO RIO VERMELHO: Moçambique, Parque Florestal e a própria sede Distrital de que é a São João do Rio Vermelho. LAGOA DA CONCEIÇÃO: Costa da Lagoa, Praia e Parque da Galheta, Praia da Joaquina, Lagoa da Conceição, Canto da Lagoa, Retiro da Lagoa, Praia Mole e Porto da Lagoa. BARRA DA LAGOA: Barra da Lagoa e Fortaleza.
Norte	CANASVIEIRAS: Canasvieiras e as praias de Canasvieiras, Daniela, Jurerê Internacional, Forte e as localidades de Vargem Pequena, Ponta Grossa e Lamim. CACHOEIRA DO BOM JESUS: Cachoeira do Bom Jesus, Vargem do Bom Jesus, Vargem Grande, Ponta das Canas e Lagoinha. INGLESES DO RIO VERMELHO: Brava e Santinho e as localidades de Capivari e Aranhas. CACHOEIRA DO BOM JESUS: Cachoeira do Bom Jesus, Vargem do Bom Jesus, Vargem Grande, Ponta das Canas e Lagoinha. RATONES: a sua sede é a própria localidade de Ratones. SANTO ANTÔNIO DE LISBOA: Cacupé, Sambaqui, Barra do Sambaqui e Santo Antônio de Lisboa.
Sul	RIBEIRÃO DA ILHA: Alto Ribeirão, Barro Vermelho, Caiacangaçu, Caeira da Barra do Sul, Carianos, Costeira do Ribeirão, Freguesia do Ribeirão, Praia do Naufragados, Tapera e Sertão do Peri. PÂNTANO DO SUL: Praia da Solidão, Praia do Saquinho, Praia do Pântano do Sul, Lagoinha do Leste, Praia do Matadeiro, Praia do Matadeiro, Praia da Armação, Lagoa do Peri e Costa de Dentro. CAMPECHE: Morro das Pedras, Praia do Campeche, Campeche e Rio Tavares.

Departamento do Orçamento Municipal

Compete a este Departamento a confecção e o controle do orçamento municipal, as orientações pertinentes, as recomendações sobre o comportamento das Receitas e Despesas.

- Divisão de Receitas
- Divisão de Despesas
- Divisão de Investimentos

Departamento de Contabilidade e Controles Financeiros

Compete a este Departamento os registros dos atos e fatos da Administração Pública e que envolvam entradas e saídas de recursos e o seu controle financeiro.

- Divisão de Contas Patrimoniais
- Divisão de Contas de Resultado

Departamento de Pagamentos Municipais

Compete a este Departamento o registro, controle e a liquidação das despesas contraídas pelo município, dos contratos de terceiros e dos contratos bancários.

Departamento de Administrativo e Financeiro

Compete a este Departamento emprestar o apoio administrativo à Secretaria nas áreas de Recursos Humanos, do Patrimônio, Financeiro, entre outras.

Plano Municipal da Fazenda

Projeto	Descrição
REFIS 240	Construir um projeto de lei para encaminhar à Câmara Municipal com vistas à recuperação de créditos judiciais e extrajudiciais podendo o contribuinte dispor de até 240 meses para pagar a sua dívida, mediante atualização monetária e juros. Este projeto será concebido segundo o montante a ser pago de tal sorte que débitos menores terão prazos menores.
Código do Contribuinte	Contribuir na formulação do Código do Contribuinte
Empresa Rápida	Construir junto com a Secretaria de Ciências e Tecnologia e Secretaria do Desenvolvimento Econômico um sistema ágil de abertura de empresa de tal sorte que num mesmo dia e num só lugar seria possível: <ul style="list-style-type: none"> ● Obter a inscrição do CNPJ ● Inscrição da Fazenda Nacional ● Alvará de Funcionamento da Prefeitura Municipal e o CMC (sem ônus para micro, EPPS e Profissionais autônomos) ● Ato constitutivo e Autenticação dos livros comerciais ● Abertura e encerramento de empresas em 24 horas via processo administrativo
Gestão Fiscal e Reforma Tributária	Rever e atualizar o Código Tributário. Nossa legislação tributária é uma lástima. A Reforma Tributária Municipal - Praticar a Racionalidade e a Justiça Tributária de acordo com a capacidade contributiva de cada cidadão. IPTU, "INTER-VIVOS" ISS E TAXAS, todos devem estar ajustados a renda média da população. Desempenho da boa Gestão fiscal Enxugamento de Despesas Correntes para utilizá-las nos Investimentos de infra-estrutura.
Estímulo à Ordem Econômica	O gestor público organizará a economia municipal respeitando a valorização do trabalho, a iniciativa privada, assegurando a sua participação nas mudanças a serem propostas. Serão assegurados à microempresa e a empresa de pequeno porte, tratamento jurídico diferenciado, visando incentivá-las pela simplificação de suas obrigações administrativas e tributárias. Sempre que possível atribuir à iniciativa privada a execução dos serviços públicos quer pelo regime de concessão, permissão ou licitação. A sazonalidade do segmento turístico deverá ser considerada. De outro lado os impostos devem cumprir uma função de equilíbrio na economia, portanto, alíquotas diferenciadas de IPTU e ISS devem ser consideradas, para incrementar o desenvolvimento em regiões do município. Ex. Abatimento do IPTU se o município desejar desenvolver o Sul da Ilha.

Anexo 1 - Conselho(s) Municipal

CONSELHO MUNICIPAL CONTRIBUINTES CAPÍTULO III 07/97 Código Tributário Municipal DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES Art. 140 Os processos contenciosos serão julgados em instância única pelo Conselho Municipal de Contribuintes que será composto de 9 (nove) membros, sendo 8 (oito) Conselheiros e um Presidente.	Fazenda
---	---------

Anexo 2 - Verba Orçamentária para 2008

Secretaria Municipal da Receita	39.052.772,00
Secretaria de Finanças	3.584.304,00
Total	42.637.076,00

PMF 2012



Secretaria Municipal de Infra-Estrutura e Mobilidade Urbana

Missão

Realizar os projetos públicos com eficiência e racionalidade, utilizando-se das técnicas e das tecnologias mais atualizadas, primando pela qualidade dos serviços, pelo atendimento das necessidades dos moradores, notadamente das crianças, idosos e portadores de deficiências físicas.

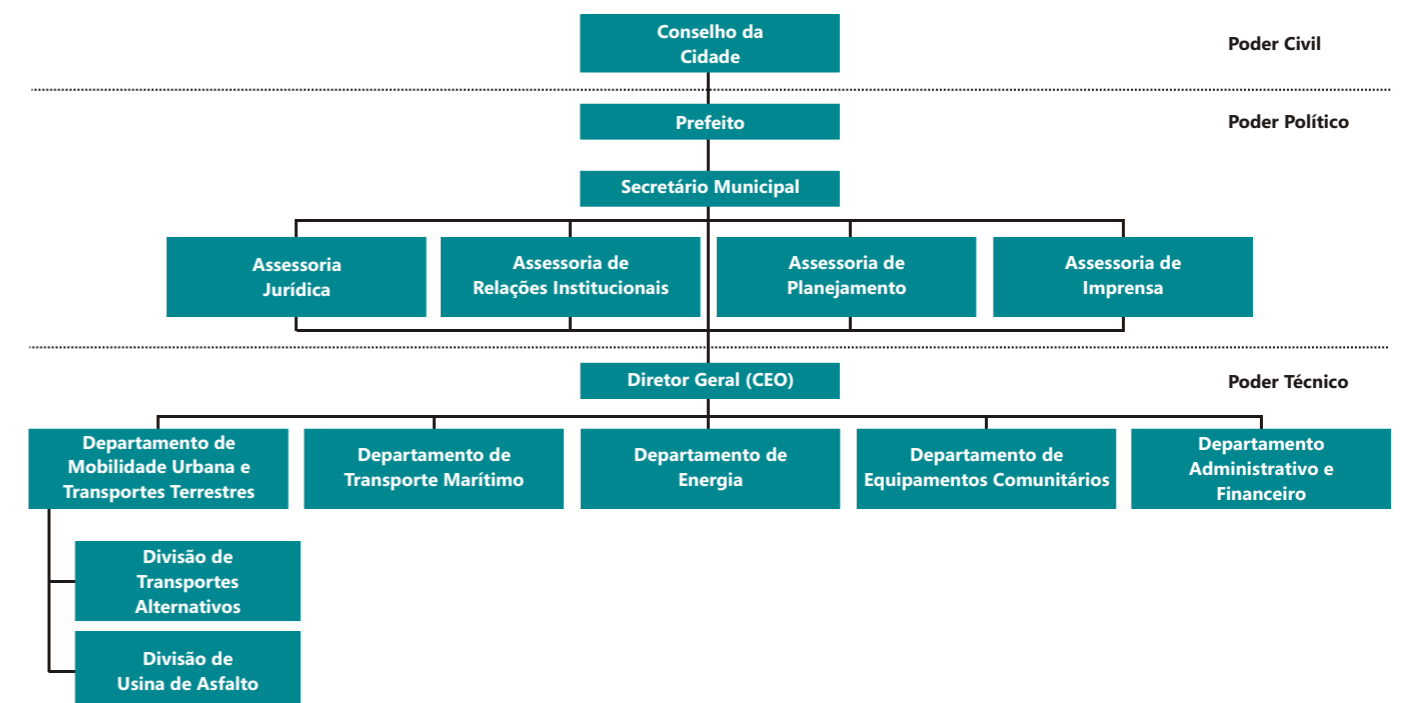
Visão

Contemplar o município como referência nacional das obras públicas, pela eficiência nos gastos, pela beleza estética dos projetos e, sobretudo, pela utilização e serventia dos equipamentos.

Objetivos

Esta Secretaria em combinação com o IPUF, Conselho Municipal de Transportes e COMTRAF, compete as ações que levam ao desenvolvimento de sistemas integrados de transporte rodoviário, marítimo, transportes alternativos como forma de oferecer serviços de qualidade a todos os moradores e visitantes, além de executar todos os projetos relacionados aos equipamentos comunitários.

Estrutura Organizacional da Secretaria de Infra-Estrutura e Mobilidade Urbana



Departamento da Mobilidade Urbana e Transportes Terrestres

Compete a este Departamento:

- Fiscalizar ou executar obras e serviços de construção e manutenção dentro do Plano Municipal do Sistema Transportes: Vias Arteriais, Vias Principais, Vias Coletoras, Vias Sub-Coletoras, Vias Locais, Vias Preferenciais de Pedestres, Vias Panorâmicas, Ciclovias, rampas de acesso a terminais, acostamentos, pontes, túneis, entre outros.
- Fiscalizar ou executar obras e serviços de construção e manutenção de áreas desapropriadas, urbanizadas, desfavelizadas.
- Em respeito aos deficientes físicos, idosos, obesos, entre outros, envidará esforços para que os sistemas de transportes e o próprio sistema viário sejam adaptados a este segmento da população.

Divisão de Transportes Alternativos

- Recepcionar e estimular os projetos de transportes alternativos como as ciclovias, os teleféricos, Veículos Leves sobre Trilhos VLT entre outros, encaminhando-os, imediatamente ao IPUF.
- Fiscalizar ou executar obras e serviços de construção e manutenção destes transportes.

Divisão de Usina de Asfalto

- Fabricação de Asfalto

Departamento de Transportes Marítimo

- Fiscalizar ou executar obras e serviços de construção e manutenção dentro do Plano Municipal do Gerenciamento Costeiro (ZEEC)
- Fiscalizar ou executar obras e serviços de construção e manutenção de alargamentos de praias.
- Estimular a construção de Marinas, trapiches e atracadouros ao longo de nossa costa atendendo o determinado pelo Zoneamento Ecológico Costeiro ZEEC.

Departamento de Energia

Compete a este Departamento:

- Fiscalizar ou executar obras e serviços de construção dentro do Plano Municipal de energia, entre outras: energia solar, energia eólica, gás, elétrica
- Gerenciar os Serviços de Iluminação Urbana
- Fiscalizar ou executar outros projetos especiais.

Departamento de Equipamentos Comunitários

Compete a este Departamento

- Fiscalizar ou executar obras e serviços de construção dentro do Plano Municipal de Equipamentos Comunitários Praças e Jardins; Cemitérios; Calçadas, Cidade do idoso, Patrimônio Histórico, Postos de saúde, escolas, Passarela Nego Querido, entre outros

- Fiscalizar ou executar a instalação equipamentos de sinalização do município.
- Fiscalizar ou executar o projeto do Centro Administrativo - Paço Municipal
- Fiscalizar ou executar o projeto do Arquivo Histórico Municipal
- Fiscalizar ou executar projetos de Contenção e Estabilização de Encostas
- Fiscalizar ou executar outros projetos especiais

Departamento Administrativo e Financeiro

Compete a este Departamento emprestar o apoio administrativo à Secretaria nas áreas de Recursos Humanos, do Patrimônio, Financeiro, entre outras.

Plano Municipal de Infra-Estrutura e Mobilidade Urbana

O seu bairro possui iluminação pública?

Bairro	Iluminação Pública	Suficiente	Insuficiente	Não Sabe	Não Resposta	TOTAL
Canasvieiras		81,3%	17,4%	0,9%	0,5%	100%
Lagoa da Conceição		78,5%	21,0%	0,0%	0,5%	100%
Ingleses		80,0%	19,5%	0,5%	0,0%	100%
Centro		87,7%	11,9%	0,5%	0,0%	100%
Continente		87,0%	13,0%	0,0%	0,0%	100%
Sul da Ilha		72,3%	25,7%	1,5%	0,5%	100%
Total		81,3%	17,9%	0,6%	0,2%	100%

Fonte: ACIF / ESAG Jr.

O seu bairro possui problemas de calçadas (passeio)?

Bairro	Calçadas	Sim	Não	Não Sabe	Não Resposta	TOTAL
Canasvieiras		68,9%	30,6%	0,5%	0,0%	100%
Lagoa da Conceição		78,5%	21,0%	0,5%	0,0%	100%
Ingleses		79,0%	21,0%	0,0%	0,0%	100%
Centro		61,6%	37,9%	0,5%	0,0%	100%
Continente		69,0%	30,1%	0,9%	0,0%	100%
Sul da Ilha		85,1%	11,9%	1,0%	2,0%	100%
Total		73,4%	25,7%	0,6%	0,3%	100%

Fonte: ACIF / ESAG Jr.

Projeto	Descrição
Navega Floripa	O ZEEC (Zoneamento Econômico Ecológico Costeiro) deverá informar os espaços para construção dos terminais marítimos. Sistema integrado de "Ferry boat" com pelo menos duas linhas Centro-Norte-Centro e Centro-Sul-Centro. O Sistema se integra aos terminais rodoviários. A solução passa por equipamentos do tipo FERRY BOAT embarcação para transporte de passageiros e automóveis. Este equipamento pode transportar 200,300,500 passageiros e até 100 veículos. Este equipamento já é utilizado na travessia Salvador/Itaparica. O veículo precisa apenas de meio metro de água para atracar ou navegar. Segundo os especialistas ele se aplicaria de forma excepcional para nossa região.
Atracadoiro para Navios de Cruzeiro	Concluir os estudos técnicos em andamento, realizar estudos necessários e adequação a legislação turística para a implantação de píer para navios de cruzeiro. Atividade turística pelo mar - Por não dispor, hoje, de um Porto Turístico adequado, a Ilha de Santa Catarina inviabiliza toda uma gama de potenciais atracamentos de embarcações turísticas ou de lazer, desde grandes transatlânticos de passagem pela costa Sul do Brasil, até passeios e pequenas viagens com embarcações menores. Com um Porto Turístico, cruzeiros, navios e outros viajantes náuticos poderiam aportar mais segura e confortavelmente na região, gerando uma teia de receitas e atividades econômicas com benefício para a comunidade e o comércio locais em diversos níveis: do pescador ao dono de restaurante, passando pela área de transportes, hotelaria, varejo, cultura e lazer de um modo geral. Visitas e passeios náuticos incrementados - Com um Porto Turístico no Norte da Ilha, os passeios náuticos ao Complexo de Fortalezas poderiam ser ainda melhor estruturados, facilitados e incrementados, assim como os passeios ecológicos nas Ilhas de Anhatomirim, Arvoredo, Deserta, por exemplo, para observação de aves, baleias e golfinhos, estimulando o ecoturismo e a educação ambiental, em crescente e reconhecida expansão no Brasil e no mundo. Também seriam opções alternativas passeios a praias e regiões vizinhas como Governador Celso Ramos, Bombinhas, Porto Belo, etc. Pesca esportiva - A existência de um Porto de Turismo cria condições também mais estimulantes e facilitadas para que embarcações levem turistas e nativos para atividades de pesca esportiva que oferece amplas opções no litoral da região, ao contrário da costa de outros Estados como o Rio Grande do Sul, ou mesmo países vizinhos como a Argentina. Esportes náuticos, lazer e recreação - As atividades náutico - esportiva e de lazer e recreação no litoral já são relativamente desenvolvidas na região, mas podem ser ainda muito mais dinamizadas e tornarem-se mais atraentes do ponto de vista turístico a partir da criação de um Porto Turístico na Ilha de Santa Catarina. Eventos podem ser incentivados, unindo a estrutura do turismo aos organizadores de competições, torneios, regatas e outras promoções esportivas e recreacionais.
Túneis	A definir

Sistema Rodoviário	<ul style="list-style-type: none"> ● Composto pelas SCs e vias coletoras principais o sistema precisa sofrer alargamentos, acostamentos, repavimentação e sinalização adequada. Há um desejo de que Município assuma os trechos dessas rodovias estaduais, ou seja, precisamos "desestadualizar", antes, porém, o Estado deve fazer os investimentos necessários. ● Pardais e Semáforos Florianópolis precisa ser dotada de uma sinalização moderna e, sobretudo, eficiente e educativa. As formas de sinalização atuais, notadamente, semáforos, pardais e lombadas, são arcaicas, irritam os motoristas e pouco contribuem para a educação no trânsito. A cidade deve buscar outras opções como os Controladores Eletrônicos de Velocidade, do tipo torres com display, mono ou bi-direcional (alguns já em operação), implantação de traffic calmings (nivelamento de circulação de pedestres), "vibradores" de trânsito, entre outros. ● Os túneis, dada a condição geográfica do município, são necessários e simplificam o sistema de transporte. Exemplo é o túnel Antonieta de Barros, na Via Expressa Sul. Algumas intervenções pontuais para alargamento das vias coletoras principais também são desejáveis. O IPUF e CONTRAF através de estudos de engenharia deverão identificar estas necessidades. ● Quer nos ônibus tradicionais, quer nos "Amarelinhos" atualizar e aperfeiçoar o sistema de transporte urbano buscando a tarifa única metropolitana
Quarta Ponte	<p>O Projeto de duplicação da Via Expressa e a construção de uma quarta ponte ligando o Continente à Ilha de Santa Catarina foi apresentado ao Governo Estadual/DEINFRA em 19/03/2007. A proposta é do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Santa Catarina (Crea-SC), subscrita pela ACIF. O projeto prevê a construção de mais duas pistas em cada lado da Via Expressa e de uma nova ponte entre as duas que são utilizadas hoje para o tráfego de veículos, a Colombo Salles e a Pedro Ivo Campos. A idéia é de que a ponte ligue o Continente ao Túnel Antonieta de Barros, no Centro. As estatísticas mostram que as pontes Colombo Salles e Pedro Ivo têm o maior volume de travessia por mar do País: 150 mil veículos por dia. Esse valor é quase 20 vezes maior que em 1986, quando havia apenas a Colombo Salles (8 mil veículos/dia), e já supera a previsão anterior para 2010. Segundo especialistas se a decisão não for tomada rapidamente o sistema viário da região entrará em colapso até 2014.</p>
SISTELI	<p>Sistema de Teleféricos de Florianópolis Teleféricos deve ser examinado como alternativas complementar ao Transporte de massa. Custo zero para os municípios atingidos. O projeto é de uma funcionalidade extraordinária. Teria início nas proximidades do Shopping Itaguaçu e iria até a Lagoa da Conceição numa extensão de 20 km. Contaria com 08 estações, em cada estação teria uma central de serviços, shoppings, supermercados, correios bancos, etc. A tecnologia é européia, os investimentos serão privados, em torno de 250 milhões de euros. O Governo não desembolsa um tostão basta apenas que ele autorize a concessão e ajude na remoção dos óbices, das licenças ambientais.</p>
VLT	<p>O Veículo Leve sobre Trilhos Deve ser examinado como alternativas complementar ao Transporte de massa.</p>
Aeroporto	<p>Embora de responsabilidade da INFRAERO o projeto Aeroporto deve ser "coordenado" pela PMF/IPUF por se tratar de um dos mais importantes equipamentos turísticos da cidade. O seu entorno, os acessos, tudo deve ser examinado sob uma ótica técnica.</p>
Energia	<ul style="list-style-type: none"> ● Gerenciar os Serviços de Iluminação Pública ● Plano Municipal de energia, entre outras: energia solar, energia eólica, gás, elétrica ● Projetos Especiais
Equipamentos comunitários	<ul style="list-style-type: none"> ● Projeto do Centro Administrativo - Paço Municipal ● Projeto do Arquivo Histórico Municipal ● Projeto Municipal de Praças e Jardins ● Projeto Municipal de Revitalização dos Distritos ● Projeto de Revitalização do Centro

Conselho(s) Municipal -Verba Orçamentária para 2008

Secretaria Municipal Obras

116.387.426,00



**Secretaria
de Saneamento
Ambiental e Habitação**

Missão

Prestar serviços públicos de qualidade nas áreas do saneamento ambiental (água, esgoto, lixo e drenagens) e habitação, promovendo o crescimento urbano sustentável, através de ações voltadas a melhoria da qualidade de vida, da preservação ambiental e do desenvolvimento sócio-econômico.

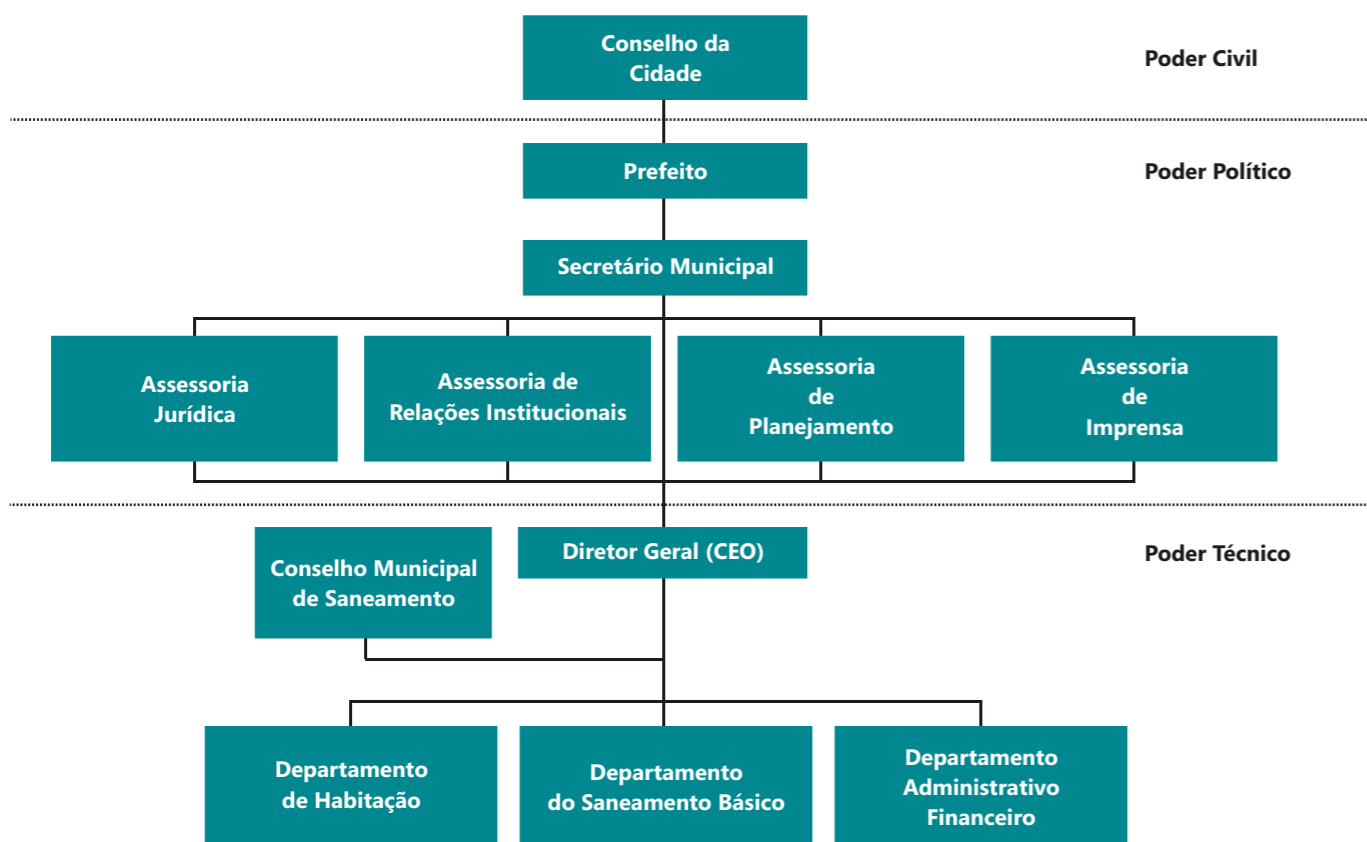
Visão

Ser reconhecida por sua excelência na gestão do plano municipal do saneamento básico com vistas a eliminar todo e qualquer vestígio de poluição ambiental notadamente nas baías, nas lagoas e nos rios do município, contribuindo para alcançar um IDH de país desenvolvido, saltando dos atuais 0,875 para o da Noruega de 0,965.

Objetivos

Compete à Secretaria, em combinação com outros órgãos da Administração Federal e Estadual desenvolver as políticas de habitação/desfavelização e do saneamento ambiental conforme previsto na lei municipal 7474/2007.

Estrutura Organizacional da Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento



Compõe os órgãos desta Secretaria:

Departamento de Habitação

Este Departamento tem como missão impedir a favelização de nosso município mediante as seguintes diretrizes:

- Definir uma política municipal e regional de habitação em combinação com os municípios da região conurbada, órgãos estaduais e federais.
- Articular ações junto das instituições públicas e privadas buscando os recursos, as parcerias que tenham como objetivo a construção de centros de casas populares.
- Incentivar projetos de casas populares que barateiam os custos do imóvel
- Garantir nos loteamentos selecionados acesso a água potável, transporte público de qualidade, serviços públicos disponíveis, notadamente, saúde, segurança, e saneamento básico.
- Manter estreito relacionamento com o Ministério das Cidades que tem como missão, ações diretas de desfavelização ou urbanização.
- Garantir recursos financeiros para a realização dos programas.

Departamento do Saneamento Básico

Este Departamento tem como missão assegurar o previsto dentro da lei municipal 7474/07 que trata sobre o Plano do Saneamento Básico.

- Construir o Plano Municipal do Saneamento Básico, licitando os projetos técnicos dos diferentes serviços água, esgoto, drenagens e coleta de resíduos sólidos, de forma global, para os 13 Distritos Administrativos.
- Fiscalizar ou executar obras e serviços dentro do PMSB, a manutenção com base nos projetos técnicos, após serem examinados pelo Conselho Municipal de Saneamento, Conselho do Meio Ambiente e FLORAN.
- De comum acordo com o Conselho Municipal de Saneamento e a Agência Reguladora, recepcionar todas as sugestões que tenham por objetivo melhorar o sistema de abastecimento dos serviços.
- Manter estreito relacionamento com o Ministério das Cidades que tem como missão ações diretas de Saneamento Básico.
- Subsidiariamente, colabora com a Secretaria de Infra-estrutura urbana.

Departamento Administrativo e Financeiro

Compete a este Departamento emprestar o apoio administrativo à Secretaria nas áreas de Recursos Humanos, do Patrimônio, Financeiro, entre outras.

Plano Municipal de Saneamento Ambiental e Habitação

A cobertura de saneamento de Florianópolis atinge aproximadamente 46,30 da população. Sucede que o centro, densamente povoado, distorce a realidade do esgotamento sanitário. Há outro aspecto importante, todo o sistema esta precarizado a ponto de ninguém poder se utilizar das águas da Baía Norte ou Sul. Os Distritos da cidade ou não tem sistema de saneamento ou contam com pequenas intervenções que não resolvem o problema.

Florianópolis precisa de 250 a 300 milhões de reais para o segmento, dinheiro que o poder público não tem. Permanecendo o modelo institucional de exploração dos serviços atual os problemas deverão continuar.

Solução

1) Licitar os projetos de engenharia para todos os 12 distritos geográficos. Deverão indicar o modelo de operacionalização, ou seja, se serão sistemas independentes por distritos, onde serão instaladas as ETE (Estação de Tratamento de Esgoto), os investimentos de cada sistema e assim por diante.

2) Encaminhar estes projetos à Câmara de Vereadores para aprovação e indicação de prioridades da sua execução.

3) Licitar finalmente os projetos para indicar quem será a operadora do (s) sistema(s). (Não obstante a lei municipal 7474 nomear a CASAN como operadora a lei federal 11.445 determina a licitação dos serviços)

Em 08 anos Florianópolis poderá ter 100% de água e esgoto tratado, com remoção das ETEs.

Macro objetivo - sair de 46,30/2008 → 71/2012 → 100/ 2016

O seu bairro possui problemas de drenagem de água da chuva?

Drenagem da água da chuva	Sim	Não	Não Sabe	Não Resposta	TOTAL
Região					
Canasvieiras	76,3%	21,9%	1,8%	0,0%	100%
Lagoa da Conceição	71,5%	26,5%	2,0%	0,0%	100%
Inglese	77,5%	20,5%	2,0%	0,0%	100%
Centro	49,3%	44,7%	5,9%	0,0%	100%
Continente	53,2%	43,5%	3,2%	0,0%	100%
Sul da Ilha	65,8%	29,7%	2,5%	2,0%	100%
Total	65,4%	31,4%	2,9%	0,3%	100%

Fonte: ACIF / ESAG Jr.

O seu bairro possui fornecimento de água?

Fornecimento de Água	Suficiente	Insuficiente	Não Sabe	Não Resposta	TOTAL
Região					
Canasvieiras	31,1%	65,8%	2,3%	0,9%	100%
Lagoa da Conceição	68,0%	29,5%	2,0%	0,5%	100%
Inglese	44,0%	53,5%	2,5%	0,0%	100%
Centro	83,1%	14,2%	2,7%	0,0%	100%
Continente	87,0%	12,5%	0,5%	0,0%	100%
Sul da Ilha	64,9%	31,7%	3,0%	0,5%	100%
Total	63,1%	34,4%	2,1%	0,3%	100%

Fonte: ACIF / ESAG Jr.

O seu bairro possui saneamento básico?

Saneamento Básico	Suficiente	Insuficiente	Não Sabe	Não Resposta	TOTAL
Região					
Canasvieiras	29,7%	66,2%	3,7%	0,5%	100%
Lagoa da Conceição	28,0%	70,5%	1,0%	0,5%	100%
Inglese	20,0%	77,5%	2,5%	0,0%	100%
Centro	63,9%	31,5%	4,6%	0,0%	100%
Continente	59,7%	35,6%	4,6%	0,0%	100%
Sul da Ilha	27,2%	72,3%	0,0%	0,5%	100%
Total	38,6%	58,4%	2,8%	0,2%	100%

Fonte: ACIF / ESAG Jr.

Projeto	Descrição
Água	Abastecimento de água potável para consumo humano em todos os Distritos do Município - lei 7474/2007
Esgoto	Manter sistemas de esgotamento sanitário em todos os Distritos do Município - lei 7474/2007. O Boletim de número 03 de 14/12/2007, da FATMA informava que 22 pontos de praias do município estavam impróprias para banho. Florianópolis é uma das piores capitais em cobertura de esgotamento sanitário. Além do mais, é preciso remover a ETE "pinicão" na cabeceira das pontes e a ETE da Beira Mar.
Drenagens	Parceria com a COMCAP manter Plano Municipal de drenagens - lei 7474/2007.
Lixo	Parceria com a COMCAP manter Plano municipal de coleta de Resíduos sólidos - lei 7474/2007
Desfavelização	<p>1. Remoção da Favela</p> <p>A favela representa o descaso, a ausência do Governo em políticas habitacionais. As pessoas que as habitam são oprimidas, mal vistas, freqüentemente, sem endereço. Nestes ambientes a bandidagem se instala, os planos de segurança não prosperam. A Polícia tem dificuldade de transitar, os bandidos assumem o controle "social". A ocupação de áreas dominadas pelo tráfico tem que começar por minucioso mapeamento das favelas. A desfavelização é um bom projeto para dar segurança à população e cidadania aos favelados. Sempre haverá resistência à remoção (os exemplos são robustos, vide Rio de Janeiro), entretanto, cabe ao Governo convencer as famílias das melhorias em se viver conjuntos habitacionais decentes. Para resolver este problema o Governo precisa implementar uma política habitacional de Conjuntos Populares. Como temos poucos espaços no interior da Ilha, urge construir Consórcios públicos com os municípios da Região Conurbada. A questão do transporte coletivo com foco na tarifa metropolitana deverá ser considerada. O êxito de conjuntos populares reside no fácil acesso à mobilidade urbana.</p> <p>2. Urbanização da Favela</p> <p>Nos espaços em que isto é possível o Poder Público Municipal deverá urbanizar o espaço favelado levando os equipamentos comunitários básicos escola, saúde, segurança e infraestrutura. Projetos como "Revitalização do Morro da Cruz" via PAC são bem-vindos, desde que haja compensações sociais por parte dos moradores, ou seja, que eles passem a ser os fiscais do Meio Ambiente.</p>
Habitação	<p>Moradias</p> <p>Serão necessárias nos próximos 12 anos 55.923 casas, investimentos estimados 4,4 bilhões e anuais de 372 milhões. Entre 2020 e 2030, mais 48.342 casas, investimentos de 3,8 bilhões. Em razão da valorização dos terrenos a previsão é de casas e/ou aptos. em torno de 80 mil. A cidade pode comportar estes investimentos, devendo, entretanto, canalizá-los para áreas ainda a explorar como o Sul da Ilha. Neste sentido cabem incentivos como a isenção parcial de ISS e IPTU. O Poder Público deverá incentivar imóveis verticais ocupando de forma racional os espaços disponíveis e combatendo de forma enérgica as ocupações irregulares. Os imóveis devem prever o uso intensivo de garagens e não havendo sistema de esgotamento sanitário incentivar sistemas próprios de beneficiamento dos esgotos.</p> <p>Segundo o IBGE em 2001 os domicílios permanentes eram de 108.456 unidades. Levamos 280 anos para construí-las. Portanto, sem considerar o déficit existente hoje (estimado entre 10 e 12 mil unidades), em pouco mais de 20 anos, precisamos dobrar as moradias na cidade. É um desafio monumental, será o mesmo que construir outra cidade igual a atual.</p> <p>Urge projetar em parceria com a iniciativa privada "Cidades Inteligentes" ocupando de forma racional os distritos e os grandes espaços disponíveis no interior da Ilha. Nas cidades inteligentes estariam presentes todos os serviços e a infra-estrutura necessária. Áreas Exclusivas Residenciais (ARE) não são recomendadas, privilegiam o automóvel, afastam as pessoas, deixam os bairros "sem vida".</p>

Anexo 1**HABITAÇÃO - Planejamento Municipal Necessidades Básicas****Projeções da População**

Ano	A2000	A2007	A2020	A2025	A2030
01. Continente	71.860	89.964	140.700	163.113	184.548
02. Área Central	141.714	177.421	277.478	321.680	363.954
03. Cachoeira Bom Jesus	11.457	14.343	22.431	26.004	29.421
04. Canasvieiras	9.352	11.708	18.310	21.226	24.015
05. Rationes	2.620	3.280	5.130	5.947	6.728
06. Santo Antonio Lisboa	4.914	6.152	9.621	11.153	12.618
07. Ingleses Rio Vermelho	14.952	18.720	29.277	33.940	38.400
08. Pântano do Sul	5.294	6.627	10.364	12.014	13.592
09. Campeche	16.845	21.090	32.983	38.237	43.262
10. Ribeirão da Ilha	18.586	23.268	36.390	42.186	47.730
11. Barra da Lagoa	3.995	5.001	7.821	9.066	10.257
12. Lagoa	9.224	11.548	18.060	20.936	23.687
13. São João Rio Vermelho	6.072	7.601	11.887	13.780	15.590
Total	316.885	396.723	620.452	719.282	813.802
Taxa crescimento		3,2%	3,5%	3%	2,5%
Crescimento pessoas		79.838	223.729	98.830	94.520
Casa média 04 pessoas			55.923	24.712	23.630
Média anual casa			4.301	4.942	4.726

Fonte IBGE. Previsão ACIF

Desfavelização, Transporte de Massa e Tarifa Única

O Foco deve ser metropolitano, continuar perseguindo o ideal de eliminar as favelas no município. Reconstruir onde possível, retirar as famílias dos pontos de riscos, construir Consórcios Públicos com outros municípios para a solução dos problemas.

Não há possibilidade de se fazer Políticas de Habitação sem resolver o Transporte Coletivo de massa. O transporte público urbano deve ser objeto de interesse dos prefeitos da região metropolitana. Alcança a maioria absoluta da sociedade em especial os trabalhadores. Assuntos como a Tarifa Única Social Metropolitana deve ser objeto de estudos imediatos.

Foco no social

Dada a complexidade da vida moderna as cidades se expandem e os mais pobres são empurrados para as periferias das cidades. É um processo lento, gradual e inexorável. Decorre deste processo histórico que os mais pobres serão sempre os mais apenados na questão do transporte. Como necessitam trabalhar, tem que se deslocar para o centro das cidades. As tarifas são fixadas tendo o custo como referência, quanto mais altos esses custos, mais elevada é a tarifa. Face aos aspectos econômicos e tecnológicos por que passa a economia, os salários não acompanham estes aumentos e se estabelece o impasse. O transporte coletivo urbano deve ser tratado como um direito do cidadão e um dever do Estado, como é a educação e a saúde. Então o poder público (Município, Estado e a União),

deve garantir políticas sociais que visem à redução das tarifas favorecendo, certamente, os mais pobres.

Anexo 2**1) SERVIÇO DE ÁGUA E ESGOTO DE FLORIANÓPOLIS**

A CASAN - Companhia Catarinense de Águas e Saneamento, é uma sociedade de economia mista, criada em 31 de dezembro de 1970 através da Lei Estadual n.º 4.547 e constituída em 02 de julho de 1971 com o objetivo de coordenar o planejamento e executar, operar e explorar os serviços públicos de esgotos e abastecimento de água potável, bem como realizar obras de saneamento básico, em convênio com municípios do Estado.

A CASAN atua por meio de convênios de concessão firmados com as prefeituras municipais. Quando estes convênios se encerram, eles podem ser renovados ou não, ficando o sistema, neste caso, administrado pelo próprio município.

2) FOCO NA REGIÃO METROPOLITANA

Do ponto de vista técnico, há unanimidade qualquer modelo de saneamento ambiental deveria ter foco na Região Metropolitana. Vivemos um espaço conurbado e, portanto, são inúmeros os projetos que devem ser tratados metropolitanamente, entre eles a Água e o Esgotamento Sanitário.

Lei 162 de 06.01.98 Esta lei é de 06 de janeiro de 1998 e instituiu as Regiões Metropolitanas de Santa Catarina, entre elas a Região de Florianópolis. Esta lei atende aos termos do artigo

114 da Constituição Estadual.

A Região Metropolitana de Florianópolis compõe-se de 9 municípios: Águas Mornas, Antônio Carlos, Biguaçu, Florianópolis, Governador Celso Ramos, Palhoça, Santo Amaro da Imperatriz, São José e São Pedro de Alcântara. Tem como escopo definir as prioridades de intervenção que o Conselho de Desenvolvimento Metropolitano achar conveniente, em especial na programação de serviços comuns, tais como: segurança, água, saneamento básico, transportes coletivos terrestres e marítimos, vias de acesso, coleta de lixo, deliberar, enfim, sobre qualquer matéria de interesse regional.

Neste sentido os municípios poderão criar consórcios intermunicipais para a realização de ações, obras e serviços de interesse comum. A Lei criou o Fundo de Desenvolvimento Metropolitano de Florianópolis, cujas receitas poderão vir de diversas fontes: Recursos orçamentários da União, Estados e Municípios, Operações de crédito Federal, Estadual e Municipal, Rendas de Contribuição de melhorias e taxas diversas, recursos internacionais de entidades públicas e privadas.

Trata-se de um formidável instrumento de políticas públicas e, entretanto, desde a sua promulgação, pouco se prosperou nos objetivos. Muitos projetos de interesse mútuo como a Água e Saneamento Básico, Coleta de Lixo, Drenagens, Via Expressa, Sistema Integrado de Transportes, Crematório, Tarifas única de Transportes e outros poderiam ser viabilizados com o esforço conjunto deste instrumento.

Em 28.02.05, através da lei estadual nº 284, conhecida como Reforma Administrativa do Governo Luiz Henrique da Silveira, foram revogados os artigos 11 a 24 da lei em epígrafe para atender a criação da Secretaria de Desenvolvimento Regional.

Entretanto, para atender ao recomendado por este projeto, os técnicos concluíram pela necessidade de um organismo próprio para a Região, suprapartidário, supramunicipal e, sobretudo, com agilidade própria. Este organismo é o Conselho Metropolitano da Região de Florianópolis.

3) CONTRATOS DE CONCESSÕES COM A CASAN-VENCIMENTOS

Prefeitura	Início	Vencimento	Observação
1.Florianópolis		24.02.2007	Prorrogado o Convênio por mais 20 anos, lei municipal 7474
2.Santo Amaro		26.06.2005	
3.Palhoça		28.07.2007	
4.São Jose	16.10.97	16.10.2027	
5.Biguaçu		28.08.2005	
6.Águas Mornas		23.08.2013	
7.Antônio Carlos		09.06.2005	Serviço Municipal
8.S. Pedro Alcântara	-	-	Serviço Municipal
9.Celso Ramos	-	-	

Fonte: Abes

Com relação à Grande Florianópolis, a CASAN é a responsável pelo atendimento dos serviços de água e esgoto através de um sistema integrado FLORIANÓPOLIS / SANTO AMARO / PALHOÇA / SÃO JOSÉ / BIGUAÇU.

4) COBERTURA ÁGUA E SANEAMENTO BÁSICO R. METROPOLITANA

O quadro abaixo revela a precariedade dos serviços, notadamente, esgotamento sanitário. Florianópolis conta com 46% de cobertura, Biguaçu é zero e Palhoça, menos de 1%.

Cidade	População (01.07.05)	Água % 2004	Esgoto % 2004
Santo Amaro	17.793	91,50	21,40
Biguaçu	56.857	84,07	-
Palhoça	124.239	80,09	0,90
São José	196.907	81,36	27,40
Florianópolis	396.778	77,23	46,30
Total	792.574	-	41,3

Fonte: CASAN

5) QUADRO DE FATURAMENTO DE ÁGUA REGIÃO METROPOLITANA

O Sistema de Água e Esgoto de Florianópolis e Região é absolutamente superavitário. Introduzidos mecanismos de gestão eficiente o sistema pode gerar superávits anuais de mais de 60 milhões. Com estes recursos não faltariam interessados em investir nos serviços. Em menos de 05 anos a maioria dos problemas no segmento estariam resolvidos.

Cidade	Faturado m ³	Produzido m ³	Faturado R\$
Santo Amaro	575.745	1.025.287	1.093.915
Biguaçu	1.580.238	2708.595	3.002.452
Palhoça	4.434.920	7.369.060	8.470.697
São José	8.381.128	13.648.707	16.007.954
Florianópolis	21.421.777	30.429.184	16.007.954
Total	36.393.808	55.180.833	69.490.612
Receita Esgoto		41,3% X 0,8	22.959.698
Água + Esgoto			92.450.310
Perdas médias	34,00%		M3 = R\$1,90

Fonte: CASAN

Estudos comparativos preliminares indicam que uma organização eficiente poderá alcançar níveis de eficiência superiores a 33%. Assim pode-se avaliar que há possibilidades concretas de o faturamento atingir R\$ 120 milhões. De outro lado consultas efetuadas junto a algumas Entidades (privadas e de economia mista) indicam que o superávit financeiro pode alcançar até 50%. Projetando para a Região Metropolitana, poderemos ter um excedente mensal de R\$ 5,0 milhões (R\$ 60 milhões anuais) e em 10 anos, o equivalente a R\$ 600 milhões.

6) INVESTIMENTOS ATÉ 2015 (POPULAÇÃO ESTIMADA DE 980.981)

Localção	Água	Esgoto	Total
Norte da Ilha	18.000.000	55.269.000	73.269.000
Leste/Oeste Ilha	7.000.000	62.092.000	69.092.000
Sul da Ilha	14.000.000	19.439.000	33.439.000
Florianópolis	39.000.000	136.800.000	175.800.000
São José	10.000.000	84.600.000	94.600.000
Palhoça	10.000.000	73.800.000	83.800.000
Biguaçu	14.000.000	33.600.000	47.600.000
Santo Amaro	48.000.000	7.800.000	55.800.000
Total da RM	121.000.000	336.600.000	457.600.000

Fonte: ABES

7. LEI MUNICIPAL 7474 E POLÍTICA TARIFÁRIA

A LEI Nº 7474, de 19 de novembro de 2007 dispõe sobre a política municipal de saneamento ambiental, cria o Conselho Municipal de Saneamento, autoriza a criação da Agência Reguladora, Fundo Municipal de Saneamento Básico e o convênio com a CASAN.

As políticas tarifárias praticadas pelas diferentes Companhias de Água e Esgoto são, via de regra, calcadas dentro do modelo PLANASA/BNH da década de 70, do século passado. Por este modelo, desponta uma metodologia de cálculo (Lei Federal 6528) onde nem sempre os custos são tomados com o referencial do preço da tarifa. Em vez disso, embute-se um preço social onde os grandes municípios demandantes de água e esgoto acabam financiando os municípios menores. Chama-se a isto de subsídios cruzados. A maioria da população desconhece este receituário financeiro. De outro lado embutem-se despesas de toda ordem, mesmo que não sejam necessárias, "são despesas políticas". Este quadro preocupante ocorre com nossos serviços locais. Razão disso é uma das tarifas mais caras do País. Com o advento da Agência Reguladora e Conselho Municipal de Saneamento este quadro deverá sofrer alterações.

8. PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO (PMSB)

O PMSB deverá incorporar, obrigatoriamente, os seguintes elementos:

a) diagnóstico, com indicadores, apontando as causas das deficiências detectadas;

b) objetivos e metas de curto, médio e longo prazo, (até 20 anos) estabelecendo prioridades para a universalização e soluções graduais e progressivas;

c) programas, projetos e ações necessárias para atingir os objetivos e metas compatíveis com o Plano Plurianual e outras correlatas, identificando possíveis fontes de financiamento;

d) ações para emergências e contingências, priorizando funções essenciais relacionadas à saúde pública;

e) mecanismos e procedimentos para a avaliação sistemática da eficiência e eficácia dos sistemas de operação de saneamento;

f) sustentabilidade econômico-financeira assegurada.

9. MODELO IDEAL PARA A REGIÃO METROPOLITANA

Este modelo foi sugerido em 2007 pela ACIF e outras Entidades que participaram do "Projeto Novo Modelo para Água e Saneamento da Região da Grande Florianópolis". Vale observar que a lei 7474 adotou este modelo.

**Novo Modelo para Águas e Saneamento
Região da grande Florianópolis**



Anexo 3

1. PAC - Saneamento Básico para Florianópolis - Em milhões

Projeto	Invest Federal	Orçto. Federal	Fincto Casan	Casan R.Próp.	Total
Ampliação esgoto Canasvieira/Cach.	5,6	0	5,6	1,0	6,6
Complem. Esgoto Jurere e Daniela	19,6	0	19,6	3,5	23,1
Implantação Esgoto Campeche	23	23	0	5,8	28,8
Implantação Esgoto Lamim	0,7	0	0,7	0,1	0,8
Implantação Esgoto S.A. Lisboa	10,2	0	10,2	1,1	11,3
Implantação Esgoto Tapera	2,3	0	2,3	0,3	2,5
Implantação Esgoto Pântano do Sul	15	0	15	1,7	16,7
Implantação Ribeirão da Ilha	10,3	0	10,3	1,1	11,5
Em recursos nominais	86,7	23	63,7	14,6	101,3
Em percentual		22,7%	62,8%	14,5%	100%

Fonte: Ministério do Planejamento

Vale ressaltar que do quadro acima, míseros 22,7% são recursos do Governo Federal, o resto é financiamento ou contrapartidas locais.

2. PAC Urbanização de Favelas

Projeto	Invest Federal	Orçto. União	Fincto	Contrapartida	Inv. Total
Morro da Cruz	33,9	25	8,9	13,6	47,4

Neste projeto a União entrou com aproximadamente 50%, o que foi um avanço.

Anexo 4 - Distritos Administrativos de Florianópolis**NORTE**

Canasvieiras: apesar da origem remota, sua oficialização como freguesia ocorreu a partir da Lei Provincial nº 008 de 15/04/1835. Sua área é 29,30 Km², sendo que dele fazem parte: a sede de Canasvieiras e as praias de Canasvieiras, Daniela, Jurerê Internacional, Forte e as localidades de Vargem Pequena, Ponta Grossa e Lamim.

Cachoeira do Bom Jesus: foi criado pela Lei Municipal nº 394 de 19/02/1916. Sua área é 30,37 Km², fazem parte desse Distrito as seguintes localidades: Cachoeira do Bom Jesus, Vargem do Bom Jesus, Vargem Grande, Ponta das Canas e Lagoinha.

Inglês do Rio Vermelho: originou-se a partir de um Decreto de 11/08/1831. Sua área é 20,47 Km², fazem parte dele: as praias de Inglêses, Brava e Santinho e as localidades de Capivari e Aranhas.

Ratões: foi criado pela Lei nº 620 de 21/06/1934, desmembrando-se do Distrito de Santo Antônio de Lisboa. Sua área é 33,12 Km², a sua sede é a própria localidade de Ratões.

Santo Antônio de Lisboa: originou-se a partir da Provisão Régia de 26/10/1751. Sua área é 22,45 Km², fazem parte as localidades: Cacupé, Sambaqui, Barra do Sambaqui e Santo Antônio de Lisboa.

CENTRO

Sede: Florianópolis como Distrito Sede foi regulamentado pela Lei Complementar nº 001/97 de 29/09/1997. Sua área total é 74,54 Km², composta em duas áreas: na parte continental total 12,1 Km² e a parte insular com 62,44 Km². Fazem parte as localidades na área continental: Balneário, Canto, Estreito, Capoeiras, Colônia, Bom Abrigo, Abraão, Monte Cristo, Pro-Morar, Sapé, Vila São João e outras; na área insular: Monte Verde, Saco Grande I e II, Itacorubi, Trindade, Santa Mônica, Córrego Grande, Pantanal, Saco dos Limões, Costeira do Pirajubaé, José Mendes, Prainha e Centro.

LESTE

Lagoa da Conceição: teve origem a partir da Provisão Régia de 07/06/1750. Sua área é 55,28 Km², sendo que dele fazem atualmente parte as localidades: Costa da Lagoa, Praia e Parque da Galheta, Praia da Joaquina, Lagoa da Conceição, Canto da Lagoa, Retiro da Lagoa, Praia Mole e Porto da Lagoa.

Barra da Lagoa: criado a partir da recente Lei nº 4806/95 de 21/12/1995. Sua área é 4,75 Km², desmembrado do Distrito da Lagoa da Conceição, mais precisamente, a localidade da Barra da Lagoa e Fortaleza.

São João do Rio Vermelho: originou-se a partir da Resolução Régia de 11/08/1831. Sua área é 31,68 Km², fazem parte dele as seguintes localidades: Moçambique, Parque

Florestal e a própria sede do Distrito de que é a São João do Rio Vermelho.

SUL

Ribeirão da Ilha: foi criado a partir de um Alvará Régio, datado de 11/07/1809. Sua área é 51,54 km², fazem parte as localidades: Alto Ribeirão, Barro Vermelho, Caiacangaçu, Caeira da Barra do Sul, Carianos, Costeira do Ribeirão, Freguesia do Ribeirão, Praia do Naufragados, Tapera e Sertão do Peri. A localidade do Morro das Pedras, atualmente faz parte do Distrito do Campeche.

Pântano do Sul: originou-se a partir da Lei nº 1042/66 de 12/08/1966 e instalado em 10/12/1967. Sua área é 47,68 Km², sendo que dele fazem parte as seguintes localidades: Praia da Solidão, Praia do Saquinho, Praia do Pântano do Sul, Lagoinha do Leste, Praia do Matadeiro, Praia do Matadeiro, Praia da Armação, Lagoa do Peri e Costa de Dentro.

Campeche: foi criado recentemente pela Lei nº 4805/95 de 21/12/1995. Sua área é 35,32 Km², desmembrou-se do Distrito da Lagoa da Conceição. Fazem parte do Campeche as seguintes localidades: Morro das Pedras, Praia do Campeche, Campeche e Rio Tavares.

Anexo 5**DENSIDADE ILHA SANTA CATARINA X MANHATTAN**

Estado de New York - capital Albany
Cidade de New York

1. Manhattan (Condado ou Município de Nova Iorque)

É um dos 62 condados do Estado americano de Nova Iorque, É UMA ILHA e um dos cinco distritos da cidade de Nova Iorque. Manhattan possui uma área de 85 km², uma população de 1.537.195 habitantes, e uma densidade populacional de 25.849,9 hab/km² (segundo o censo nacional de 2000). Manhattan foi fundado em 1683. Localizam-se em Manhattan os principais centros financeiros e comerciais de Nova Iorque. O condado de Nova Iorque é um dos menores condados do país em extensão territorial, e o mais densamente habitado do país.

É onde se situam Times Square, Central Park, e a Brooklyn Bridge, a ponte que une Manhattan a Brooklyn.

Evolução da densidade de Manhattan

Ano	Habitante
1790	33.311
1840	312.710
1890	1.515.301
1910	2.762.522
1920	2.284.103
1930	1.867.312
1960	1.698.281
1990	1.487.536
2000	1.537.195

2. Ilha de Santa Catarina

A ilha de Santa Catarina é parte do município de Florianópolis e situa-se no oceano Atlântico, no litoral sul do Brasil, no centro do litoral do Estado de Santa Catarina. Tem cerca de 54Km de comprimento (norte-sul) por no máximo 18Km de largura (leste-oeste), ao norte, totalizando uma área de 433Km².

A maior parte do município de Florianópolis (97,23%), capital do Estado, fica na ilha de Santa Catarina. É a maior ilha de um arquipélago constituído por mais de 20 ilhas. De acordo com o IBGE, em 2007 viviam em Florianópolis 396.723 habitantes.

3. Densidade Demográfica comparada

Cidade/Ilha	Tamanho Ilha	População	Densidade km/ha
Manhattan*	85 km ²	1.537.195	25.850
Ilha SC**	433 km ²	396.723	916
		1.312.281(1)	

(Estudos realizados pela prof. Alina G. Santiago/UFSC, indicam que a capacidade da Ilha é de aproximadamente 1,3 milhões, resultando uma densidade de 3030 ha/km, número alcançável em 2050)

4. Outras Ilhas

Cidade/Ilha	Tamanho Ilha	População	Densidade km/ha
Vitória/ES*	93 km ²	313.312	3.280,90**
São Luiz/MA*	827 km ²	978.824	1.048,35**

*População estimada em julho de 2005

**Censo de 2000

Anexo 6 - Verba Orçamentária para 2008

Secretaria Municipal Saneamento Ambiental Habitação	1.527.996,00
Fundo Municipal da Integração Social	48.037.850,00
Total	49.565.846,00

Vale observar os recursos destinados ao Saneamento. Ver adiante PAC

Anexo 7 - Conselho(s) Municipal

CONSELHO MUNICIPAL SANEAMENTO BASICO LEI Nº 7474, de 19 de novembro de 2007. DISPÕE SOBRE A POLÍTICA MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL, CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DE SANEAMENTO, AUTORIZA CONVÊNIO COM A CASAN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS - NOVO	Saneamento
--	------------

Anexo 8**LEI 11.107 DE 06.04.2005 - LEI DOS CONSÓRCIOS****Consórcio - Objetivos**

Os Consórcios Públicos foram instituídos pela Lei nº 11.107 de 6 de abril de 2005 e tem como objetivo criar as normas necessárias para que os agentes públicos, a União, os Estados, Municípios, bem como suas Autarquias, Fundações e Empresas Públicas, possam, através de uma associação, realizar objetivos de interesse comum.

Estes Consórcios podem se constituir sob uma associação pública ou pessoa jurídica de direito privado.

Podem firmar Convênios, contratos, acordos de qualquer natureza, receber auxílios, contribuições e subvenções governamentais. Os consórcios públicos poderão emitir documentos de cobrança e exercer atividades de arrecadação de tarifas e outros preços públicos pela prestação de serviços.

Consórcio Público na Região conurbada

A Região Metropolitana da Grande Florianópolis, compreendendo, principalmente, Florianópolis, São José, Palhoça, Santo Amaro e Biguaçu, é uma área conurbada e propicia a receber projetos através deste mecanismo.

A reunião de vários municípios para resolver problemas comuns, além dos benefícios sociais indiscutíveis, proporciona, também, a redução dos custos dos diferentes projetos. Entre estes podemos destacar:

- Habitação
- Água e Esgoto
- Coleta de Lixo, Usinas de Reciclagem e Aterros Sanitários
- Educação
- Saúde
- Segurança
- Obras Públicas, drenagens, Vias expressas, Avenidas, pontes, etc.
- Meio ambiente, erosões, parques municipais, etc.
- Atividades meio Programas de informatização, Treinamento de Funcionários
- Gestão Administrativa (ou fiscal)



PMF 2012

Secretaria Municipal de Saúde

Missão

Desenvolver ou apoiar programas de trabalho e projetos relacionados com a saúde pública, individual e coletiva, estimular projetos de saneamento ambiental com vistas a oferecer serviços de qualidade e em quantidade suficiente à população.

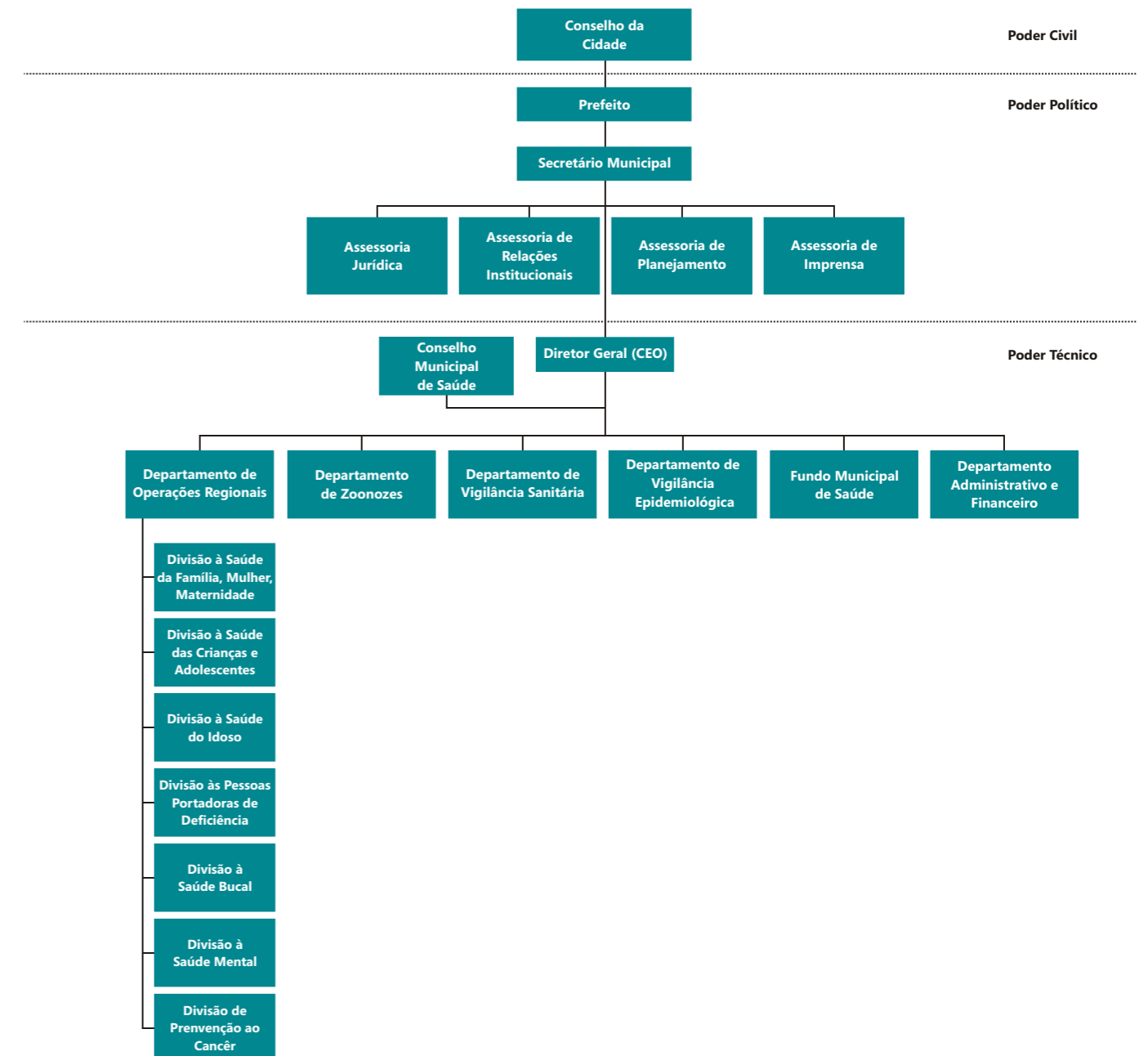
Visão

Empregar esforços para dar ao município, no âmbito da saúde, índices de desenvolvimento humano compatíveis com o mundo desenvolvido, liderado pela Noruega com 0,968.

Objetivos

Compete a esta Secretaria a gestão da Política da Saúde do Município, promovendo a universalização dos serviços.

Estrutura Organizacional da Secretaria Municipal de Saúde



Conselho Municipal de Saúde

Compete ao Conselho Municipal de Saúde

- Definir as Diretrizes políticas de saúde do Município, devendo as instituições integrantes do Sistema Municipal de Saúde desenvolver suas atividades com base nas orientações emanadas do Conselho.
- Acompanhar a Programação e Orçamentação Integrada para a operacionalização do Sistema Municipal de Saúde.
- Discutir, avaliar e aprovar os planos de aplicação dos recursos financeiros do Fundo Municipal de Saúde.
- Discutir, avaliar e aprovar as prestações de contas dos recursos repassados, receitas e despesas realizados pelo Fundo Municipal de Saúde.

Fundo Municipal da Saúde - FMS

Tem como objetivo desenvolver ou apoiar programas de trabalho e projetos relacionados com a saúde pública, individual e coletiva, e com o meio ambiente, no âmbito do Município de Florianópolis. O Fundo Municipal de Saúde - FMS tem duração indeterminada, natureza contábil, gestão autônoma e será administrado pela Secretaria Municipal de Saúde do Município de Florianópolis. Cabe ao Secretário Municipal de Saúde a movimentação, a aplicação e administração dos recursos do Fundo Municipal de Saúde - FMS, através da Unidade de Apoio Administrativo e em conjunto com o servidor designado pelo Senhor Prefeito Municipal.

Previsão Orçamentária 2008: R\$179.686.756

Departamento Operações Regionais

Integrada à Secretaria do Desenvolvimento social compete a este departamento as ações de saúde nas Regionais Sul, Norte, Leste, Oeste, Centro e Continente. Estão subordinadas ao Departamento os Postos de Saúde e as policlínicas.

Divisões:

- Saúde à família, à mulher, à maternidade
- Saúde às crianças e adolescentes
- Saúde ao Idoso
- Saúde pessoas portadoras de deficiência
- Saúde Bucal
- Saúde Mental
- Prevenção Câncer

Departamento de Zoonozes

Finalidade de recepcionar, controlar e proteger as populações de animais bem como prevenir doenças que tenham origem nestas populações.

Departamento de Vigilância Sanitária

Compete a este Departamento a Política Sanitária do Município conforme previsto no Código de Posturas.

- A Prefeitura exercerá, em colaboração com as autoridades sanitárias do Estado, severa fiscalização sobre a produção, o

comércio e o consumo dos gêneros alimentícios em geral.

- A fiscalização sanitária abrangerá a higiene e limpeza das vias públicas, dos lotes e das edificações, da alimentação, dos cemitérios e dos matadouros e dos açougues.

Departamento de Vigilância Epidemiológica

Compete a este Departamento:

- Controle da Vacinação individual ou coletiva
- Controle e investigação das causas das doenças
- Registros no SINAN sistema de informações de Agravos de Notificação

Departamento Administrativo e Financeiro

Compete a este Departamento emprestar o apoio administrativo à Secretaria nas áreas de Recursos Humanos, do Patrimônio, Financeiro, Logística, entre outras.

Plano Municipal da Saúde

Saúde (Veja Edição 2070)



A maior proporção de idosos

Nada menos que 9% da população de São Paulo é constituída por pessoas com mais de 60 anos. Ao todo, são 970 000 cidadãos. A maioria deles mora em bairros de alta renda, como Higienópolis e Jardim Paulista.

A maior proporção de médicos

O Brasil precisaria ter um médico para cada 1 000 habitantes. Tem um para cada 600 ou seja, está acima do recomendado pela ONU. Em Niterói, no Grande Rio, essa relação chega a ser de um médico para cada 94 pessoas.

A menor mortalidade infantil

Janaúba está situada em uma das regiões mais pobres de Minas Gerais, mas registra apenas 4,1 óbitos por cada 1 000 nascidos. A média nacional é de 25 óbitos por 1 000 nascidos. Janaúba alcançou o índice, melhor que o americano e equivalente ao suíço, nesta década, graças a um programa que deu atenção especial às gestantes e às crianças em situação de risco. Há apenas oito anos, a mortalidade infantil atingia 31 em cada 1 000 nascidos no município.

O melhor sistema de saúde

Santa Cruz do Sul é mais conhecida como a capital do fumo. No nordeste gaúcho, a cidade abriga o maior complexo beneficiador de fumo da América Latina. Mas gasta 30% do seu orçamento com saúde. A cobertura do sistema público alcança 90% da população, muito acima do padrão de 25% recomendado pela Organização Mundial de Saúde.

A maior proporção de vegetarianos

Um em cada 7 000 habitantes de Florianópolis é vegetariano. A cidade também é, proporcionalmente, a mais amigosa para os adeptos dessa dieta. Uma associação vegetariana recomenda nada menos que 43 restaurantes para a turma que evita carne.

O centro de saúde de sua região é:

Situação Centros de Saúde	Funcional	Deixa a desejar	Não Funciona	Não Resposta	TOTAL
Região					
Canasvieiras	18,7%	58,4%	6,8%	15,5%	100%
Lagoa da Conceição	33,0%	53,0%	2,5%	11,5%	100%
Ingleses	30,5%	48,5%	8,5%	12,5%	100%
Centro	32,0%	32,0%	4,1%	32,5%	100%
Continente	30,6%	50,9%	3,7%	14,8%	100%
Sul da Ilha	30,2%	55,4%	2,5%	11,9%	100%
Total	29,1%	49,6%	4,7%	16,6%	100%

Fonte: ACIF / ESAG Jr.

Projeções da População

Ano	A2000	A2007	A2020	A2025	A2030
01. Continente	71.860	89.964	140.700	163.113	184.548
02. Área Central	141.714	177.421	277.478	321.680	363.954
03. Cachoeira Bom Jesus	11.457	14.343	22.431	26.004	29.421
04. Canasvieiras	9.352	11.708	18.310	21.226	24.015
05. Rationes	2.620	3.280	5.130	5.947	6.728
06. Santo Antonio Lisboa	4.914	6.152	9.621	11.153	12.618
07. Ingleses Rio Vermelho	14.952	18.720	29.277	33.940	38.400
08. Pântano do Sul	5.294	6.627	10.364	12.014	13.592
09. Campeche	16.845	21.090	32.983	38.237	43.262
10. Ribeirão da Ilha	18.586	23.268	36.390	42.186	47.730
11. Barra da Lagoa	3.995	5.001	7.821	9.066	10.257
12. Lagoa	9.224	11.548	18.060	20.936	23.687
13. São João Rio Vermelho	6.072	7.601	11.887	13.780	15.590
Total	316.885	396.723	620.452	719.282	813.802
Taxa crescimento		3,2%	3,5%	3%	2,5%
Crescimento pessoas		79.838	223.729	98.830	94.520

Fonte IBGE. Previsão ACIF

Projeto	Descrição
Zoonozes	Plano Municipal de Prevenção com vistas a recepcionar, controlar e proteger as populações de animais bem como prevenir doenças que tenham origem nestas populações. O Plano abrangerá os 12 distritos do município.
Vigilância Sanitária	Plano Municipal de Vigilância Sanitária com vistas a exercer, em colaboração com as autoridades sanitárias do Estado, severa fiscalização sobre a produção, o comércio e o consumo dos gêneros alimentícios em geral. A fiscalização sanitária abrangerá a higiene e limpeza das vias públicas, dos lotes e das edificações, da alimentação, dos cemitérios e dos matadouros e dos açougues. O Plano abrangerá os 12 distritos do município.
Vigilância Epidemiológica	Plano Municipal de Vigilância Epidemiológica com vistas ao controle da vacinação individual ou coletiva, controle e investigação das causas das doenças. O Plano abrangerá os 12 distritos do município.
Brasil Sorridente (Ministério Saúde)	O Brasil Sorridente é um programa que engloba diversas ações do Ministério da Saúde e busca melhorar as condições de saúde bucal da população brasileira. Em Florianópolis há um projeto denominado "Odontomóvel" sob direção da Dra. Priscila Guida. Atinge até 3.000 crianças mês nos mais diferentes distritos. Com pequeno Investimento Público poderásen a redenção de muitas crianças no interior da Ilha e Continente.
Doe vida. Doe Órgãos (Ministério Saúde)	Órgãos, tecidos, medula óssea e sangue podem salvar vidas. O Município deveria desenvolver um programa nesta direção.
SAMU - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Ministério Saúde)	O Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) é a forma pela qual o Ministério da Saúde implementa a assistência pré-hospitalar no âmbito do SUS.
Farmácia Popular (Ministério Saúde)	A Farmácia Popular do Brasil é um programa do Governo Federal para ampliar o acesso da população aos medicamentos considerados essenciais. A Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), órgão do Ministério da Saúde é executora do Programa.
Programa Saúde da Família (Ministério Saúde)	O principal propósito do Programa Saúde da Família é reorganizar a prática da atenção à saúde em novas bases e substituir o modelo tradicional, levando a saúde para mais perto das famílias e, com isso, melhorar a qualidade de vida dos brasileiros.
Bancos de Leite Humano (Ministério Saúde)	Ação conjunta realizada pela Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ e o Programa Nacional de Incentivo ao Aleitamento Materno - PNAM, com o objetivo de promover uma expansão quali-quantitativa dos Bancos de Leite Humano no Brasil
Cartão Nacional de Saúde (Ministério Saúde)	O objetivo do Cartão Nacional de Saúde é facilitar o atendimento, possibilitando uma identificação mais rápida do paciente, a marcação de consultas e exames e melhorar o acesso aos medicamentos fornecidos pela rede do SUS.
Programa Nacional de Controle do Câncer do Colo do Útero e de Mama - Viva Mulher (Ministério Saúde)	Tem como objetivo principal reduzir, substancialmente, o número de mortes causadas pelo câncer do colo do útero e de mama, permitindo à mulher um acesso mais efetivo ao diagnóstico precoce pelo exame Papanicolaou e exame clínico das mamas, além do tratamento adequado do tumor.
Integração	A Comissão Intergestores Bipartite, CIB, é o fórum de negociação entre o Estado e os Municípios na implantação e operacionalização do Sistema Único de Saúde, SUS.

Anexo 1 - Conselho Municipal de Saúde

LEI N.º 3291/89 - Cria e define atribuições ao Conselho Municipal de Saúde

LEI N.º 3970/93 - Altera a redação e cria artigo e parágrafo da Lei N.º 3291, de 19 de Novembro de 1989 que trata do Conselho Municipal de Saúde.

Conselho Municipal da Saúde

N	Entidades	Representante
07	Representante de Entidades populares	1.Sac-Soc. Amigos Campeche 2. Amocan Ass.Moradores Do Campeche 3. App Rio Vermelho 4. Acari-Moradores Angra Dos Reis 5. Oab 6. Ccba-Cons. Com.Agronômica Serte 7.Acojar-Santa Mônica 8. Associação Rondonistas De Sc 9.Seove S.Esp.Obreira Prece Instituto de Prevenção à Cegueira
04	Entidades Sindicais dos trabalhadores	Asaprev - Associação Aposentados e Pensionistas da Previdência Social
01	Entidade Patronal Pública	
01	ONG ligada a portadores patologias crônicas	1. Acic Associação Catarinense Para Integração Do Cego 2.Acam Associação Catarinense de Assistência Ao Mucoviscidótico
03	Representantes Municipais SUSP, Saúde, Educação	Susp,Saúde, Educação
02	Representantes G.Estadual SUS e SEDUMA	Secretaria de Estado da Saúde 2. Secretaria de Estado Desenvolvimento Sustentavel
03	Entidades sindicais e profissionais da Saúde	Conselho Regional De Odontologia De Santa Catarina Cro/Sc 2. Associação Catarinense De Medicina Acm 3. Conselho Regional De Enfermagem De Santa Catarina 4. Cress Conselho Regional De Serviço Social 5. Crefito 10 - Conselho Regional De Fisioterapia E Terapia Ocupacional Da 10ª Região 6. Conselho Regional De Educação Física
02	Entidades Sindicais e Associações trabalhadores da saúde do serviço público	Sindsaude - Sindicatos Dos Trabalhadores Na Saúde De Florianópolis 2. Sindprevs - Sindicato Dos Trabalhadores Em Saúde E Previdência Do Serviço Público Federal No Estado De Santa Catarina
01	Representante de Laboratórios e Análises Clínicas	Sindlab Sindicato De Laboratórios De Analise Clinicas
01	Representante da Universidade Federal	Ufsc
01	Representante da Associação dos Hospitais	Ahesc Hospital De Caridade
26		

Críticas:

1. É possível constatar que o Conselho esta formado de forma inadequada. Precisa ser resgatado o valor dos técnicos na formação do Conselho. Estão inseridas as "Comunidades", entretanto, freqüentemente, seus Presidentes, não tem a capacidade de entender a complexidade da formulação de um Plano de Saúde e seus respectivos gastos. Como se observa há predominância dos trabalhadores o que por si só, já evidencia ausência de paridade.

2. Estão previstos para 2008 gastos da ordem de 179 milhões de reais. Não se vê técnicos representantes dos Contadores, por exemplo.

3. Há superposição de Entidades como "Patologias crônicas". O Conselho é municipal, portanto os técnicos têm que ser municipais. UFSC, Governo do Estado, e Entidades como a Secretaria da Educação, SUSP, deveriam ser substituídas por órgãos municipais.

4. O Distrito do Campeche comparece com duas Entidades.

Abaixo uma nova proposição do Conselho

Primeiro Critério por Entidade

Representantes	Entidade	Total
1. Comunitários	Norte, Sul, Leste, Centro, Continente	08
2. Patronais	Hospital, Laboratório	03
3. Trabalhadores Saúde	Sindicatos ou Associações	03
4. Profissionais Liberais Saúde	Conselhos Regionais/Seção Florianópolis, de Medicina, Odontologia, Farmácia, Enfermagem, Fisioterapia, Educação Física	03
5. Profissionais Gestão Pública	Conselho Regional de Contabilidade, de Economia, Administração, Sindicato dos Contadores.	06
6. Município	Secretaria da Saúde, Desenvolvimento Social	03
Total		26

Segundo Critério por categoria técnica

Categoria Técnica	Quem ocupa	Total
Zoonozes	Técnicos especializados no segmento	2
Vigilância Sanitária	Técnicos especializados no segmento	2
Vigilância Epidemiológica	Técnicos especializados no segmento	2
Saúde das crianças	Técnicos especializados no segmento	3
Saúde das mulheres	Técnicos especializados no segmento	3
Saúde dos idosos	Técnicos especializados no segmento	3
Saúde dos Deficientes	Técnicos especializados no segmento	3
Saúde de Prevenção câncer	Técnicos especializados no segmento	2
Saúde Mental	Técnicos especializados no segmento	2
Saúde Bucal	Técnicos especializados no segmento	2
Orçamento	Técnicos especializados no segmento	2
Total		26

OBS: Estes técnicos podem ser indicados das Entidades.

Anexo 2 - Conselho(s) Municipal

CONSELHO MUNICIPAL SAÚDE Lei Ordinária nº 3291 de 01/11/1989 CRIA E DEFINE ATRIBUIÇÕES AO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE	Saúde
---	-------

Verba Orçamentária para 2008

Fundo Municipal da Saúde	179.686.756,00
---------------------------------	-----------------------

O fundo cobre as despesas da Secretaria da Saúde



Secretaria Municipal de Turismo

Missão

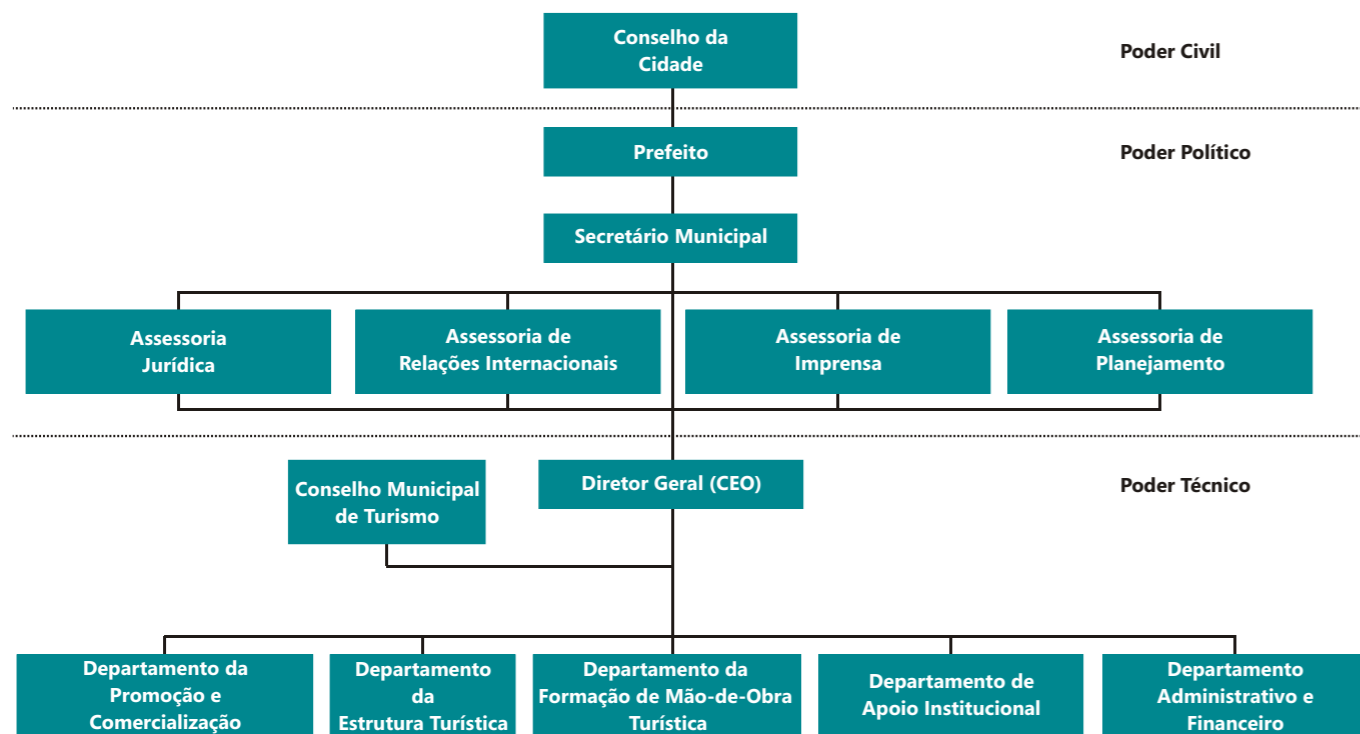
Promover o desenvolvimento do turismo como atividade econômica sustentável cujos investimentos vão determinar a geração de renda, impostos, divisas e sobretudo, emprego, com vistas a trazer o bem estar a seus cidadãos e visitantes.

Visão

Promover com excelência o turismo, em consonância com a política de desenvolvimento econômico e social do Governo de Santa Catarina e do Brasil para que Florianópolis seja referência internacional em Turismo de qualidade.

Objetivos

Definir a Política Municipal de Turismo em parceria com Entidades Privadas, Públicas e o Conselho Municipal de Turismo, baseada em produtos turísticos de qualidade, contemplando a riqueza natural, histórica, cultural e gastronômica da cidade.

Estrutura Organizacional da Secretaria de Turismo

Compete a esta Secretaria:

- Definir a Política Municipal de Turismo em parceria com as Entidades privadas e Públicas e o Conselho Municipal de Turismo.
- Manter estrita observância ao que se passa no âmbito do Ministério do Turismo, do Conselho Nacional de Turismo, na Secretaria Estadual de Turismo, Santur, entre outras.
- Calendário de Eventos
- Prodetur Programa de Desenvolvimento do Turismo (Investimentos)
- Desenvolvimento de destinos e produtos turísticos municipal

- Desenvolvimento da promoção e marketing turístico municipal
- Outros programas e projetos especiais e vinculados à área do turismo.

Departamento da Promoção e Comercialização

Coordenar e integrar a participação governamental e da iniciativa privada facilitando a promoção e o apoio à comercialização dos produtos e destinos com fortalecimento de sua distribuição no mercado nacional e internacional.

- Campanhas Institucionais para vender a cidade
- Participação em Feiras e Eventos

- Outras

Departamento da Estrutura Turística

Organizar o setor para conduzir o desenvolvimento da atividade turística em seu conjunto, incluindo os organismos especializados, tanto os públicos como os privados diretos e indiretos, mas correlacionados nas relações de produção e comercialização dos múltiplos serviços que compõem a super-estrutura turística.

- Operadoras;
- Agências de Turismo;
- Receptivos;
- Meios de Hospedagem;
- Bares e Restaurantes;
- Santur;
- Policias Militar, Civil, GMF, Federal, Rodoviária, MPF e MPE, SRF, SER, SEM.

Departamento da Formação de Mão de Obra Turística

- Discutir critérios de certificação ocupacional e de competências específicas para orientar a formação profissional e articular ações e programas de capacitação profissional, com vistas à oferta e à demanda, para melhorar a qualidade dos serviços.
- Treinamento (SENAC, SESC, SENAI, SEBRAE, Escolas Técnicas, Outras)

Departamento de Apoio Institucional**(Projetos com Fundação Franklim Cascaes)**

- Identificar e propor adequações na Legislação Turística para o ordenamento e normatização das atividades, entre outros, Plano diretor, Plano Municipal do Gerenciamento Costeiro, Zoneamento Ecológico Econômico Costeiro (ZECC)
- Defender propostas de superação do Turismo sazonal
- Defender propostas de um "simples" postal para as pequenas e médias empresas.
- Distribuição racional dos equipamentos turísticos pelos quadrantes da Ilha mediante incentivos fiscais
- Disponibilização, revisão e ampliação de novas propostas de linhas de crédito e financiamento para o turismo; identificação das dificuldades dos empreendedores privados na interpretação das linhas de crédito disponíveis, além do apoio, identificação, elaboração e o cadastramento de projetos para captação de investimentos e grupos de consumo no Brasil. Bancos Oficiais (BNDES, BRDE, BADESC, CEF, BB, BESC) Bancos Privados nacionais e Internacionais
- Manter atualizada as opções turísticas como o nudismo, mar, trilhas, arborismo, surf, festas religiosas, entre outras. Ver os projetos do SEBRAE e outros, para a Região Metropolitana.

Departamento Administrativo e Financeiro

Compete a este Departamento emprestar o apoio administrativo à Secretaria nas áreas de Recursos Humanos, do

Patrimônio, Financeiro, entre outras.

Plano Municipal de Turismo

Quando fala sobre turismo, o francês Jean-Claude Baumgarten presidente do Conselho Mundial de Viagem e Turismo (em inglês, WTTC), cita Dubai como exemplo de atrativos naturais. Em outras palavras, planejamento de longo prazo e investimentos em infra-estrutura ditam as regras. A infra-estrutura, aliás, é considerada por Baumgarten como um dos três principais desafios da indústria de turismo - os outros dois são preocupação ambiental e mão-de-obra qualificada. (Ver Fundação F.Cascaes)

Estrutura Institucional

- Ministério do Turismo
- Secretaria Estadual do Turismo
- Secretaria Municipal do Turismo
- Conselho Municipal de Turismo
- Conselho Estadual de Turismo

Projeto	Descrição
Promoção e Comercialização	Coordenar e integrar a participação governamental e da iniciativa privada facilitando a promoção e o apoio à comercialização dos produtos e destinos com fortalecimento de sua distribuição no mercado nacional e internacional. Campanhas Institucionais para vender a cidade, Participação em Feiras e Eventos, Outras. Projetos Metropolitanos como os desenvolvidos pelo SEBRAE devem merecer atenção. Fenastra, Procissão Senhor dos Passos, Festival de Teatro Isnard Azevedo, outros.
Estrutura Turística	Organizar o setor para conduzir o desenvolvimento da atividade turística em seu conjunto, incluindo os organismos especializados, tanto os públicos como os privados diretos e indiretos, mas correlacionados nas relações de produção e comercialização dos múltiplos serviços que compõem a super-estrutura turística. Operadoras, Agências de Turismo, Receptivos, etc.
Formação de Mão de obra turística	Discutir critérios de certificação ocupacional e de competências específicas para orientar a formação profissional e articular ações e programas de capacitação profissional, com vistas à oferta e à demanda, para melhorar a qualidade dos serviços. Treinamento (SENAC, SESC, SENAI, SEBRAE, Escolas Técnicas, Outras).
Apoio Institucional	Identificar e propor adequações na Legislação Turística para o ordenamento e normatização das atividades, entre outros, Plano diretor, Plano Municipal do Gerenciamento Costeiro, Zoneamento Ecológico Econômico Costeiro (ZEEC), Defender propostas de superação do Turismo sazonal, mudança das férias escolares, férias do trabalhador em 3 períodos, Defender propostas de um "simples" postal para as pequenas e médias empresas.
PROJETO MONUMENTA	O Monumenta é o programa de recuperação sustentável do patrimônio histórico urbano brasileiro tombado pelo IPHAN e sob tutela federal. Tem por objetivo preservar as áreas urbanas prioritárias do patrimônio histórico e artístico urbano sob proteção federal, estimulando sua sustentabilidade. Há muitos prédios tombados no Centro de Florianópolis, então cabe um projeto desta envergadura. Este projeto também esta inserido dentro da Fundação Franklim Cascaes que deverá ser a sua executora.
Viva o Turismo	Mudança das férias escolares, férias do trabalhador em 3 períodos com vistas a superar a sazonalidade.
Projetos SEBRAE "SIMPLES" postal	São vários produtos da Região Metropolitana. Defender junto da ECT custos mais baratos para as micro e pequenas empresas inclusive do turismo.
Turismo e as Férias Escolares	O Turismo tem sua predominância quando das férias escolares, sejam as férias de verão ou de inverno. Fora destas duas temporadas temos o turismo de eventos, turismo da terceira idade e os turistas "independentes". Para alavancar o turismo é preciso remover as barreiras que impedem o seu desenvolvimento. Neste particular é preciso examinar a questão das férias escolares. Santa Catarina poderia dar o exemplo e Florianópolis tomar a iniciativa de conduzir um processo político que culmine com um novo calendário escolar. Exemplificando Janeiro e fevereiro, na sua integralidade, seriam férias de verão. As férias de julho, poderiam ser partilhadas em 3 períodos de 10 dias, sempre próximas de feriados. Negociações com os Sindicatos dos Professores, Associação de Paes e Mestres, Diretores e Secretarias estadual e municipais, certamente se chegaria a um bom encaminhamento desta proposta. Há de se ressaltar que esta sugestão deveria ser examinada à luz da CLT, ou seja, provocar uma alteração da legislação trabalhista para que o empregado possa fruir suas férias em até 3 (três) períodos e não como atualmente, com apenas 2 (dois) sendo um com um mínimo de 20 dias. Assim, a bancada de deputados federal do Estado deveria ser mobilizada para apresentar projeto de Lei neste sentido.
PONTE HERCÍLIO LUZ	Apoiar fortemente a conclusão da Ponte Hercílio Luz, nome que homenageia o seu idealizador, é uma das maiores pontes pênseis do mundo, cuja construção data de 14 novembro de 1922 e sua inauguração em 13 de maio de 1926. Com seus 820 metros de comprimento e estrutura de aço, tornou-se símbolo da cidade.
ENGORDAMENTO DE PRAIA	Praias de Canasvieiras, Cachoeira do Bom Jesus, Ponta das Canas, Ingleses (Norte da Ilha) e avenida Beira-mar Norte (Centro) no Programa de Desenvolvimento do Turismo (Prodetur).
JARDIM BOTÂNICO	Jardim Botânico é uma iniciativa extraordinária para estudos da fauna e flora e, sobretudo, um investimento limpo, sem efeitos colaterais ao meio ambiente e, sobretudo gerador de empregos.

Anexo 1 - INFRA-ESTRUTURA TURISMO

Em visita a Santa Catarina, 21/05/2008, ministra do Turismo anunciou investimentos que beneficiaram 26 municípios do estado. Estes foram os projetos financiáveis. Nenhum destes projetos beneficiou Florianópolis.

Nome do Projeto
CENTRO DE COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS ARTESANAIS.
CONSERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE ACESSO A RODOVIAS E ESTRADAS
CONSTRUÇÃO DA CASA DO TURISTA
CONSTRUÇÃO DA PRAÇA DO PESCADO
CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE EVENTOS
CONSTRUÇÃO DE PORTAL TURÍSTICO
CONSTRUÇÃO DE PRAÇA PÚBLICA NO CENTRO DO MUNICÍPIO.
CONSTRUÇÃO DE PRAÇA/PARQUE PÚBLICO
IMPLANTAÇÃO DE CENTRO DE INFORMAÇÕES TURÍSTICAS
IMPLANTAÇÃO DE SEGUNDA ETAPA DO PARQUE SINO DA PAZ
IMPLANTAÇÃO DE SINALIZAÇÃO INDICATIVA E TURÍSTICA
IMPLANTAÇÃO DE SINALIZAÇÃO TURÍSTICA
IMPLANTAÇÃO DO MIRANTE DE ITAPEMA
IMPLANTAÇÃO DO MIRANTE NA COMUNIDADE DE SÃO MIGUEL
PAISAGISMO NOS PORTAIS DA CIDADE
PAVIMENTAÇÃO DAS RUAS PADRE HUMBERTO OENING
RECONSTRUÇÃO DE PONTE
RECUPERAÇÃO, REVITALIZAÇÃO E REESTRUTURAÇÃO DE PRAÇA
REFORMA DA PISTA REMATES
REURBANIZAÇÃO DE VIA PÚBLICA E PASSEIOS DA ORLA DO CENTRO HISTÓRICO
REVITALIZAÇÃO DA GRUTA NOSSA SENHORA DA SAÚDE DE SÃO MIGUEL
REVITALIZAÇÃO DO TREVO DE ACESSO AO BALNEÁRIO TERMAS GRAVATAL
REVITALIZAÇÃO E REURBANIZAÇÃO DA ORLA DE MEIA PRAIA
URBANIZAÇÃO DE ORLA FLUVIAL

Anexo 2

PRODETUR-SUL Programa de Desenvolvimento do Turismo do Sul do Brasil

Os projetos abaixo foram resultado de "oficinas" realizadas em Itapema e Camboriú durante o ano de 2004. O Programa exige processo participativo, isto é, a sociedade precisa ser ouvida. De fato foram feitas algumas oficinas, mas, a preocupação dos entrevistados não observou, SMJ, o caráter seletivo dos projetos e, sobretudo, projetos de "infra-estrutura". Como demonstrado abaixo, há que se fazer ajustes, posto que, alguns projetos estão em desacordo com um Programa de Desenvolvimento Turístico.

Projeto	R\$ (em mil reais)
01. Adequação de plano diretor (Florianópolis)	250
02. Fortalecimento da gestão pública municipal (Florianópolis)	200
03. Revitalização do patrimônio cultural Centro/Ribeirão da Ilha/Santo A Lisboa	3.000
04. Elaboração de plano de manejo do parque florestal da Lagoa do Peri	180
05. Reestruturação do circuito dos fortes (sinalização, receptivo, etc) (Florianópolis)	2.000
06. Urbanização da rodovia BR 282 (trecho da BR 101 à Ilha de Santa Catarina)	1.800
07. Construção trapiches municipais orlas da Lagoa, Barra da Lagoa, Ponta Canas	600
08. Construção de terminal marítimo de passageiros (Canasvieiras/Ingleses)	2.000
09. Implementação de rodovia turística (Praia do Santinho) (Florianópolis)	3.000
10. Construção de mirante da Baleia Franca no Pântano do Sul (Florianópolis)	200
11. Implementação de rodovia turística (Lagoa da Conceição) (Florianópolis)	6.000
12. Saneamento básico (rede e estação de esgoto Lagoa e Norte da Ilha)	18.000
13. Recuperação da Ponte Hercílio Luz (1ª Etapa) (Florianópolis)	12.000
Total	49.230

Projetos a ser incluídos em substituição aos propostos:

- Acesso Rodoviário ao novo terminal de passageiros/Aeroporto Hercílio Luz
- Acostamentos, Duplicação e Recapeamento da 401 melhorias seus trevos
- Acostamentos, Recapeamento Rodovias Estaduais 400//402/403/404/405/406
- Plano Municipal do Saneamento Básico
- Projetos de Desfavelização
- Túnel de ligação Itacorubi/Lagoa

Os recursos do Prodetur são importantes devendo ser aplicados exclusivamente em Investimentos Líquidos de Capital, notadamente, em infra-estrutura.

Anexo 3 - Câmaras Temáticas

O Conselho Nacional de Turismo agrupa 08 temas, com o objetivo de identificar e discutir as questões fundamentais do setor e propor ações para resolução dos problemas e entraves, necessários à consecução de planos turísticos. Para manter “diálogo” com o CNT recomendamos manter as mesmas Câmaras acrescentando dentro delas, os assuntos que interessa examinar e apoiar.

Cada Câmara é constituída, predominantemente, por representantes de entidades que tenham afinidade com o tema proposto. Por exemplo se o assunto for Transporte Aéreo, o Superintendente da Infraero ou seu representante, deverá fazer parte desta “subcâmara”.

Fórum

Todas as Câmaras se reúnem num Fórum para aprovar os temas examinados nas diferentes subcâmaras. Trata-se de mais um “ator” para auxiliar a cidade a ter turismo de qualidade. Vale ressaltar que muitas destas atividades são realizadas por outras Secretarias. Não há turismo sem infra-estrutura, sem promoção, por exemplo.

Câmaras

Câmara	O que Faz (Sub-Câmaras)
Infra Estrutura	Promover articulações e criar condições para disponibilizar as facilidades de infra-estrutura pública necessárias à viabilização dos investimentos privados e melhorar a competitividade e qualidade dos destinos turísticos no município. 1. Transporte (viário, marítimo, aéreo, teleféricos) 2. Água e Saneamento 3. Comunicações 4. Energia 5. Habitação (desfavelização) 6. Drenagens 7. Coleta de Resíduos Sólidos (Beneficiamento) 8. Projeto Bandeira Azul
Promoção e Comercialização	Coordenar e integrar a participação governamental e da iniciativa privada facilitando a promoção e o apoio à comercialização dos produtos e destinos com fortalecimento de sua distribuição no mercado nacional e internacional. 1. Campanhas Institucionais para vender a cidade 2. Participação em Feiras e Eventos
Qualificação da Super-Estrutura	Organizar o setor para conduzir o desenvolvimento da atividade turística em seu conjunto, incluindo os organismos especializados, tanto os públicos como os privados diretos e indiretos, mas correlacionados nas relações de produção e comercialização dos múltiplos serviços que compõem a super-estrutura turística. 1. Operadoras 2. Agencias de Turismo 3. Receptivos 4. Meios de Hospedagem 5. Bares e Restaurantes 6. Santur 7. Policias Militar, Civil, GMF, Federal, Rodoviária 8. MPF e MPE, SRF,SER,SRM
Legislação	Identificar e propor adequações na Legislação Turística para o ordenamento e normatização das atividades 1. Plano diretor 2. Plano Municipal do Gerenciamento Costeiro 3. Zoneamento Ecológico Econômico Costeiro (ZECC) (Ex - Plano Municipal do Ordenamento Náutico)
Regionalização	Promover o ordenamento, a qualificação e a diversificação da oferta turística de forma integrada e participativa. 1. Distribuição racional dos equipamentos turísticos pelos quadrantes da Ilha mediante incentivos fiscais 2. Utilização dos conceitos de “bandeira azul” sobre balneabilidade das praias.
Financiamento e Investimento	Disponibilização, revisão e ampliação de novas propostas de linhas de crédito e financiamento para o turismo; identificação das dificuldades dos empreendedores privados na interpretação das linhas de crédito disponíveis, além do apoio, identificação, elaboração e o cadastramento de projetos para captação de investimentos e grupos de consumo no Brasil. 1. Bancos Oficiais (BNDES, BRDE, BADESC, CEF, BB, BESC) 2. Bancos Privados nacionais e Internacionais
Qualificação Profissional	Discutir critérios de certificação ocupacional e de competências específicas para orientar a formação profissional e articular ações e programas de capacitação profissional, com vistas à oferta e à demanda, para melhorar a qualidade dos serviços. 1. Treinamento (SENAC, SESC, SENAI, SEBRAE, Escolas Técnicas, Outras)
Segmentação	Identificar e propor ações, meios e instrumentos que promovam o ordenamento dos principais segmentos turísticos do país, como etapa estruturante do processo de adequação, diversificação e integração da oferta turística. 1. Opções para o turista (nudismo, mar, trilhas, arvorismo, surf, festas religiosas, entre outras) Ver o projeto do SEBRAE para a Região Metropolitana.

Anexo 4 - Verba Orçamentária para 2008

Sob a rubrica de "Cultura" encontramos verbas nestes três órgãos. As verbas se misturam às atividades, não há critérios conhecidos na sua distribuição.

144 Secretaria Municipal de Turismo (1) 22.202.823,00

(1) As verbas se misturam às atividades culturais

Anexo 5 - Conselho(s) Municipal

CONSELHO MUNICIPAL TURISMO Lei Ordinária nº 3741 de 22/04/1992 DEFINE A POLÍTICA MUNICIPAL DE TURISMO, CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	Turismo
---	---------

Conselho Atual

Entidades	Membros
Secretaria Municipal de Transportes e Obras	01
Secretaria de Urbanismo e Serviços Públicos	01
Patrimônio Histórico e Artístico Municipal	01
Agentes de Viagem	01
Transportadores	01
Entidades Ecológicas	01
Indústria Hoteleira	01
Movimento Comunitário	01
Comércio e Indústria	01
Câmara Municipal de Florianópolis	01
Total	10

Proposta de um novo Conselho 40% área Pública e 60% área privada.

Entidades	Membros
Secretaria Municipal Defesa do Cidadão	01
Secretaria Municipal Saneamento Ambiental e Habitação	01
Secretaria Municipal de Turismo	01
Companhia Melhoramentos da Capital	01
Companhia Municipal de Engenharia de Transportes	01
Fundação Cultural de Florianópolis - Franklin Cascaes	01
Instituto Planejamento Urbano de Florianópolis IPUF	02
Total área pública	08
Abrasel Associação Brasileira de Bares e Restaurantes de Florianópolis	01
Associação Brasileira da Indústria Hoteleira (ABIH-SC)	01
Associação Brasileira de Empresas de Eventos (ABEOC)	01
Associação Comercial e CDL	02
Conselho Municipal da Cultura membro Entidades privadas	02
Conselho Municipal do Turismo membro Entidades privadas	02
Florianópolis Convention Bureau	01
Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares de Florianópolis	01
Transportadores de Fretamento e Turismo de Florianópolis	01
Total	20

Anexo 6**Turismo no Brasil (Veja edição 2070)****O centro da culinária caprina**

Desde os anos 80 a pernambucana Petrolina, no Vale do São Francisco, alardeia ter o maior complexo gastronômico de carne de bode do mundo, o Bodódromo. Em seus dez restaurantes e 22 quiosques, pode-se degustar iguarias como a pizza e o sushi de bode, além, é claro, da clássica buchada.

O principal destino do turismo de lazer

São Paulo é a cidade que mais recebe estrangeiros, mas quem passa por lá só quer saber de trabalho. O Rio de Janeiro é o destino de 30% dos estrangeiros que buscam diversão no Brasil.

A maior corrida de jegues

Em Panelas, no agreste pernambucano, disputa-se a maior corrida de jumentos do mundo. A competição encerra o Festival Nacional de Jericos, realizado em maio há 36 anos. A já lendária jumenta Motoquinha se sagrou tetracampeã. A última edição foi disputada por noventa animais.

A maior receptora de cruzeiros marítimos

Em 1995, Búzios, no Rio, recebeu o primeiro transatlântico de turismo que aportou no país. Desde então, já acolheu 104 escalas. Os 200 000 turistas de cruzeiros que o município recebe injetam 50 milhões de dólares na economia local em uma única temporada.



**Secretaria
Municipal de
Urbanismo e
Serviços Públicos**

Missão

Observar o cumprimento dos códigos municipais de Posturas, de Obras, do Plano Diretor, entre outros com vistas a assegurar ocupação legal do solo, o disciplinamento construtivo, a manutenção da ordem pública.

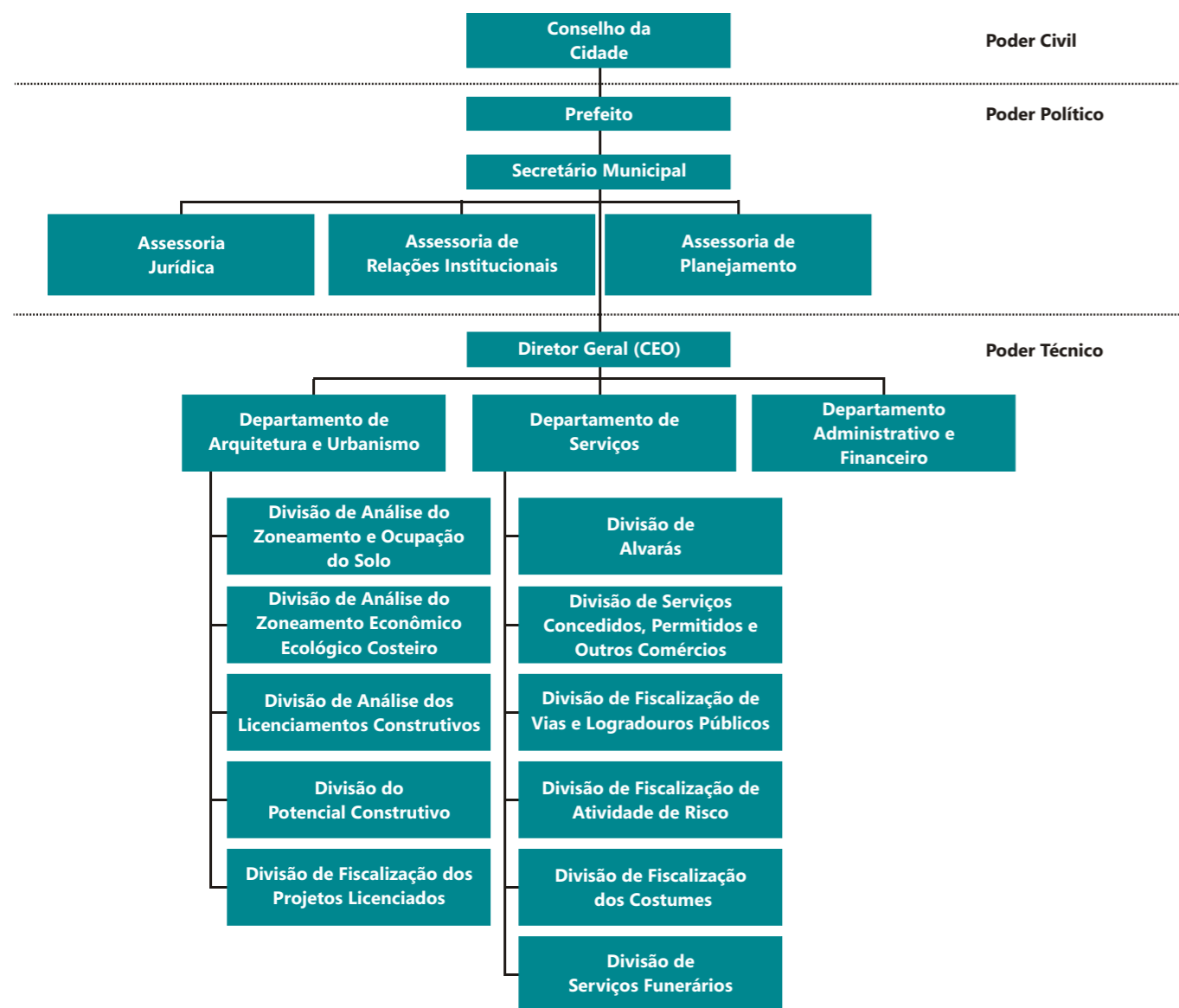
Visão

Construir um sistema de orientação e fiscalização ágil, eficiente em que o cidadão tenha disponibilizado por meios eletrônicos as suas reivindicações.

Objetivos

Esta Secretaria compreende as ações que levem, de forma legal, à fiscalização do uso e ocupação do solo, da orla marítima, do respeito ao Código de Obras, Plano Diretor e Código de Posturas.

Estrutura Organizacional da Secretaria de SUSP



Verba Orçamentária para 2008

Secretaria Municipal Urbanismo S. Públicos 10.300.731,00

Departamento de Arquitetura e Urbanismo

Composto de várias divisões esta afeto a este Departamento o exame das possibilidades construtivas, reformas e loteamentos, como segue:

Divisão de Análise Zoneamento e Ocupação do Solo

Compete a esta Divisão analisar as condições legais de construção de projetos construtivo e/ou loteamento, nas diferentes regiões de nosso município verificando sua adequação ao Plano Diretor.

Divisão de Análise Zoneamento Ecológico Econômico Costeiro

Compete a esta Divisão analisar as condições de construção de projetos construtivos na orla marítima de nosso município verificando sua adequação ao Plano Diretor e Zoneamento Econômico, Ecológico Costeiro.

Divisão de Análise Licenciamentos Construtivos

- Compete a esta divisão a emissão do Alvará de Construção
- Unidade de projetos Unifamiliares
- Unidade de Projetos Multifamiliares
- Unidade de Projetos Loteamentos
- Projetos Especiais

Divisão do Potencial Construtivo

Compete a esta divisão dar a conhecer o potencial construtivo mediante exame da "transferência do direito de construir e do solo criado".

Divisão de Fiscalização Projetos Licenciados

Compete a esta Divisão a fiscalização dos projetos em andamento.

Departamento de Serviços Públicos

Divisão de Alvarás

Compete a esta Divisão o gerenciamento, orientação, confecção e emissão dos Alvarás de construção nova ou Reformas, Alvarás Comercial e Alvarás Publicitário, após a análise dos setores competentes. Da mesma forma será expedido o "habite-se Imobiliário" para obras novas após o final da obra. O "habite-se Profissional" será exigido para a abertura do estabelecimentos comerciais, industriais ou de serviços.

Divisão de Serviços Concedidos, Permitidos e outros comércios

Compete a esta divisão o gerenciamento dos contratos de Serviços Concessionários e Permissionários, do comércio ambulante, Feiras livres, veículos de tração animal, do comércio localizado, das atividades industriais, dos agenciadores,

carregadores e vendedores diversos.

Divisão de Fiscalização Vias e Logradouros Públicos

Compete exercer a fiscalização sobre o estado das vias e logradouros públicos, monturos, obstáculos, buracos, danificações, os passeios e calçadas, conservação dos terrenos, alinhamento dos imóveis com as normas públicas, tapumes, queimadas, placas publicitárias, construções clandestinas, entre outros.

Divisão de Fiscalização Atividades de Risco

Compete exercer a vigilância sobre atividades relacionadas a explosivos e inflamáveis, Serviços Concessionários e Permissionários, do comércio ambulante, Feiras livres, veículos de tração animal, do comércio localizado, das atividades industriais, dos agenciadores, carregadores e vendedores diversos, do comércio clandestino e das atividades em geral.

Divisão Fiscalização dos Costumes

Compete exercer as funções de polícia estabelecendo medidas preventivas e repressivas no sentido de garantir a ordem, a moralidade e a segurança pública notadamente, de estabelecimentos que forem danosos à saúde, ao sossego do público, aos bons costumes, à segurança pública, entre outros.

Divisão de Serviços Funerários

Compete a esta divisão o gerenciamento dos serviços funerários do município bem como a fiscalização da manutenção dos cemitérios.

Departamento Administrativo e Financeiro

Compete a este Departamento emprestar o apoio administrativo à Secretaria nas áreas de Recursos Humanos, do Patrimônio, Financeiro, entre outras.

Plano Municipal dos Serviços Públicos

Projeto	Descrição
Prefeitura Rápida	Construir em combinação com a Secretaria de Ciência e Tecnologia a "Prefeitura Rápida" com os serviços sendo oferecidos via internet.
Tolerância 40 horas	Nenhuma solicitação demandará mais do que 5 dias úteis para informar o requerente sobre o andamento do processo, se a informação a ser prestada esta dentro da Prefeitura. Na hipótese de o requerente ter que apresentar mais documentação, a tolerância se inicia pelo novo protocolo. A tolerância abrange entre outros: a emissão dos Alvarás de construção nova ou Reformas, Alvarás Comercial e Alvarás Publicitário, o "habite-se Imobiliário" e o "habite-se Profissional".
Espaço do Empreendedor	Construir em comum acordo com a Secretaria de C&T, e Secretaria do Desenvolvimento Econômico o "Espaço do Empreendedor" consultas sobre o zoneamento, usos comerciais e de serviços, usos industriais, periculosidade, consultas de viabilidade técnica, alvarás, consulta a processos, entre outros, tudo via Internet



14. Secretarias Regionais

Secretaria Regional do Continente

Missão

Articular as ações municipais na região, possibilitando a integração das diversas Secretarias, racionalizando recursos, dando atendimento integral às necessidades dos cidadãos, além de supervisionar e coordenar as atividades e o funcionamento dos serviços públicos de cada área de atuação.

Visão

Ser referência para a comunidade na solução das suas necessidades com vistas a transformar a Região em espaços agradáveis para se viver, para trabalhar, dentro de uma visão ambiental de preservação e de desenvolvimento auto-sustentável.

Objetivos

Como "braço" avançado do Poder Executivo Municipal a Secretaria tem como finalidade atender as requisições dos contribuintes locais, primando pela qualidade dos serviços públicos e equipamentos comunitários.

Estrutura Organizacional da Secretaria Regional do Continente**Departamento de Equipamentos Comunitários**

Será ocupado por profissional registrado no CREA para o bom desempenho das atividades do Departamento

Compete a este Departamento

- Fiscalizar ou executar obras e serviços de construção dentro do Plano Municipal de Equipamentos Comunitários: Praças e Jardins; Cemitérios; Calçadas; Iluminação Pública; Pontos de ônibus, táxis, drenagens, lixo, limpeza urbana, anúncios publicitários, entre outros.
- Fiscalizar ou executar outras obras e serviços de construção atribuídos.

Departamento do Pró-Cidadão

Recepcionar os requerimentos do cidadão e prestar de forma eficiente e rápida a solicitação. Centralizado na Secretaria da Fazenda.

Saúde, Educação, Cultura, Segurança e Assistência Social

Respondem administrativamente, ao Secretário Regional, profissionalmente, aos seus Secretários. Caberá a harmonização das funções ser examinada, conjuntamente, pelos Secretários envolvidos.

Departamento Administrativo e Financeiro

Compete a este Departamento emprestar o apoio administrativo à Secretaria nas áreas de Recursos Humanos, do Patrimônio, Financeiro, entre outras.

Plano Distrital da Secretaria

Educação/Saúde/Segurança/Cultura/Assistência Social

Projeto	Descrição
Educação	Projeto Municipal da Secretaria da Educação
Saúde	Projeto Municipal da Secretaria da Saúde
Segurança	Projeto Municipal da Secretaria Defesa do Cidadão
Cultura	Projeto Municipal de Cultura da Fundação Franklim Cascaes. Previsão de Casa da Cultura Distrital (uma em cada distrito)
Assistência Social	Projeto Municipal da Secretaria de Assistência Social
Reivindicações	Utilizar o Conselho Municipal de cada Segmento

Infra-estrutura - Energia, Água e Saneamento, Transportes, Comunicações, Habitação, Equipamentos comunitários

Projeto	Descrição	Tipo de Equipamento	
		Sim	Não
Energia	Plano Municipal de Energia da Secretaria de Infra-estrutura		
Saneamento Ambiental	Plano Municipal do Saneamento (drenagens, água, esgoto e lixo) da Secretaria do Saneamento e Habitação. Todos os 12 distritos. Drenagens com recuperação das margens ciliares de acordo com Plano Municipal do Meio ambiente conduzido pela FLORAM.		
Transportes	Plano Municipal de Transportes da Secretaria da Infra-estrutura e Companhia de Engenharia de Transportes - CONTRAF		
Comunicações	Plano Municipal de Comunicações da Secretaria de Ciência e Tecnologia, envolvendo o E-cidade, E-Governo, Telefonia móvel, TV a cabo, entre outras.		
Habitação	Plano Municipal de Habitação/Desfavelização da Secretaria do Saneamento e habitação.		
Pró-Cidadão	A definir		
Equipamentos Comunitários			

(1) Rua (anotar a rua que se quer a calçada). Registrar para os demais equipamentos.

Anexo 1 - Secretarias Regionais

- Secretaria Regional Continente
- Secretaria Regional Leste
- Secretaria Regional Norte
- Secretaria Regional Sul

As SECRETARIAS REGIONAIS são bases de apoio comunitário para aproximar os serviços públicos do cidadão comum e do contribuinte. Dentro das discussões do Plano Diretor foi uma aspiração dos Distritos. Vale ressaltar que o Continente, conta hoje com uma base de apoio denominada de Secretaria do Continente com verba orçamentária própria.

São projetadas 04 Secretarias Regionais, excetuando o Centro onde se localiza a Sede do Executivo Municipal.

Norte, Sul, Leste, Continente.

Centralizar as atividades de Planejamento é fundamental para o bom desempenho e controle da cidade. Por isso mesmo estas atividades não são inseridas nestas Secretarias.

Bairros componentes da Secretaria

Continente	Área continental
	Balneário, Canto, Estreito, Capoeiras, Coloninha, Bom Abrigo, Abraão, Monte Cristo, Pro-Morar, Sapé, Vila São João e outras

As atividades macro continuarão com as Secretarias Centrais. O Planejamento macro da cidade deve ser centralizado no IPUF.

A Secretaria Regional vai abrigar atividades específicas de atendimento ao cidadão, notadamente, requerimentos, saúde, educação, segurança, assistência social. As Intendências serão extintas.

- Pró-cidadão
- Setor da Secretaria da Saúde
- Setor da Secretaria da Educação
- Setor da Secretaria de Defesa do Cidadão
- Setor da Secretaria do Desenvolvimento Social
- Setor de Equipamentos Comunitários
 - Praças e Jardins; Cemitérios; Calçadas; Iluminação Pública; Pontos de ônibus, táxis, drenagens, lixo, limpeza urbana, anúncios publicitários, entre outros.

Infra-estrutura e Mobilidade Urbana, Saneamento, entre outros, conquanto sejam atividades específicas de interesse da população, serão centralizadas nas Secretarias Centrais. Toda a área de fiscalização será centralizada nas Secretarias Centrais, não obstante, cada funcionário da Secretaria Regional e os cidadãos de forma particular sejam fiscais dos códigos municipais.

Os espaços físicos deverão estar localizados em áreas tais que atendam os diferentes Distritos envolvidos. Por exemplo, a Secretaria Regional Norte, Leste e Sul deveriam se situar próximas dos terminais urbanos.

Anexo 2 - Verba Orçamentária para 2008

Secretaria Municipal Continente	10.441.324,00
--	----------------------

Anexo 3 - Pesquisa

Ver nas Secretarias Centrais



Secretaria Regional Leste

Missão

Articular as ações municipais na região, possibilitando a integração das diversas Secretarias, racionalizando recursos, dando atendimento integral às necessidades dos cidadãos, além de supervisionar e coordenar as atividades e o funcionamento dos serviços públicos de cada área de atuação.

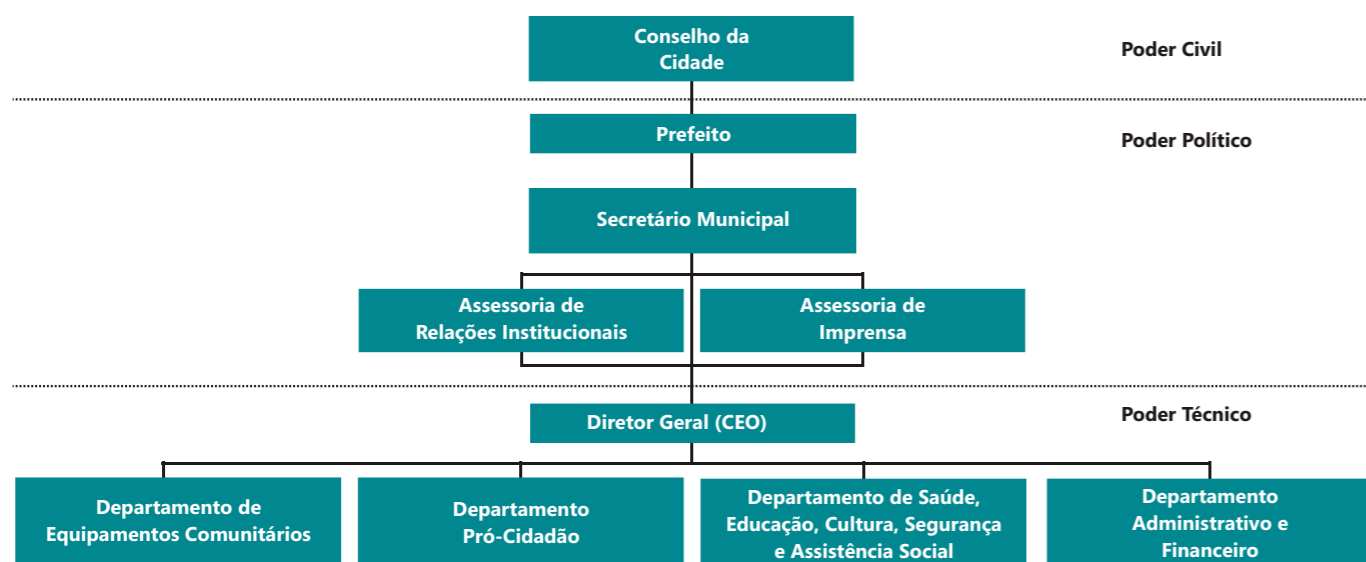
Visão

Ser referência para a comunidade na solução das suas necessidades com vistas a transformar a Região em espaços agradáveis para se viver, para trabalhar, dentro de uma visão ambiental de preservação e de desenvolvimento auto-sustentável.

Objetivos

Como "braço" avançado do Poder Executivo Municipal a Secretaria tem como finalidade atender as requisições dos contribuintes locais, primando pela qualidade dos serviços públicos e equipamentos comunitários.

Estrutura Organizacional da Secretaria Regional Leste



Departamento de Equipamentos Comunitários

Será ocupado por profissional registrado no CREA para o bom desempenho das atividades do Departamento

Compete a este Departamento

- Fiscalizar ou executar obras e serviços de construção dentro do Plano Municipal de Equipamentos Comunitários: Praças e Jardins; Cemitérios; Calçadas; Iluminação Pública; Pontos de ônibus, táxis, drenagens, lixo, limpeza urbana, anúncios publicitários, entre outros.
- Fiscalizar ou executar outras obras e serviços de construção atribuídos.

Departamento do Pró-Cidadão

Recepcionar os requerimentos do cidadão e prestar de forma eficiente e rápida a solicitação. Centralizado na Secretaria da Fazenda.

Saúde, Educação, Cultura, Segurança e Assistência Social

Respondem administrativamente, ao Secretário Regional, profissionalmente, aos seus Secretários. Caberá a harmonização das funções ser examinada, conjuntamente, pelos Secretários envolvidos.

Departamento Administrativo e Financeiro

Compete a este Departamento emprestar o apoio administrativo à Secretaria nas áreas de Recursos Humanos, do Patrimônio, Financeiro, entre outras.

Plano Distrital da Secretaria

Educação/Saúde/Segurança/Cultura/Assistência Social

Projeto	Descrição
Educação	Projeto Municipal da Secretaria da Educação
Saúde	Projeto Municipal da Secretaria da Saúde
Segurança	Projeto Municipal da Secretaria Defesa do Cidadão
Cultura	Projeto Municipal de Cultura da Fundação Franklim Cascaes. Previsão de Casa da Cultura Distrital (uma em cada distrito)
Assistência Social	Projeto Municipal da Secretaria de Assistência Social
Reivindicações	Utilizar o Conselho Municipal de cada Segmento

Infra-estrutura - Energia, Água e Saneamento, Transportes, Comunicações, Habitação, Equipamentos comunitários

Projeto	Descrição		
Energia	Plano Municipal de Energia da Secretaria de Infra-estrutura		
Saneamento Ambiental	Plano Municipal do Saneamento (drenagens, água, esgoto e lixo) da Secretaria do Saneamento e Habitação. Todos os 12 distritos. Drenagens com recuperação das margens ciliares de acordo com Plano Municipal do Meio ambiente conduzido pela FLORAM.		
Transportes	Plano Municipal de Transportes da Secretaria da Infra-estrutura e Companhia de Engenharia de Transportes - CONTRAF		
Comunicações	Plano Municipal de Comunicações da Secretaria de Ciência e Tecnologia, envolvendo o E-cidade, E-Governo, Telefonia móvel, TV a cabo, entre outras.		
Habitação	Plano Municipal de Habitação/Desfavelização da Secretaria do Saneamento e habitação.		
Pró-Cidadão	A definir		
Equipamentos Comunitários	Tipo de Equipamento	Sim	Não
	Praça e Jardins		
	Calçadas		
	Iluminação Pública		
	Cemitério		
	Pontos Fixos de Taxis		
	Pontos Fixos de Ônibus de linha		
	Pontos Fixos de Ônibus de Turismo		
	Pontos de Coleta de Lixo		
Pontos de Coleta de Catadores			
Ciclovias localizadas			
Revitalização do espaço (Rua, avenida, praça)			

(1) Rua (anotar a rua que se quer a calçada). Registrar para os demais equipamentos.

Anexo 1 - Secretarias Regionais

- Secretaria Regional Continente
- Secretaria Regional Leste
- Secretaria Regional Norte
- Secretaria Regional Sul

As SECRETARIAS REGIONAIS são bases de apoio comunitário para aproximar os serviços públicos do cidadão comum e do contribuinte. Dentro das discussões do Plano Diretor foi uma aspiração dos Distritos. Vale ressaltar que o Continente, conta hoje com uma base de apoio denominada de Secretaria do Continente com verba orçamentária própria.

São projetadas 04 Secretarias Regionais, excetuando o Centro onde se localiza a Sede do Executivo Municipal.

Norte, Sul, Leste, Continente.

Centralizar as atividades de Planejamento é fundamental para o bom desempenho e controle da cidade. Por isso mesmo estas atividades não são inseridas nestas Secretarias.

Bairros componentes da Secretaria

Leste	SÃO JOÃO DO RIO VERMELHO: Moçambique, Parque Florestal e a própria sede Distrital de que é a São João do Rio Vermelho. LAGOA DA CONCEIÇÃO: Costa da Lagoa, Praia e Parque da Galheta, Praia da Joaquina, Lagoa da Conceição, Canto da Lagoa, Retiro da Lagoa, Praia Mole e Porto da Lagoa. BARRA DA LAGOA: Barra da Lagoa e Fortaleza.
-------	--

As atividades macro continuarão com as Secretarias Centrais. O Planejamento macro da cidade deve ser centralizado no IPUF.

A Secretaria Regional vai abrigar atividades específicas de atendimento ao cidadão, notadamente, requerimentos, saúde, educação, segurança, assistência social. As Intendências serão extintas.

- Pró-cidadão
- Setor da Secretaria da Saúde
- Setor da Secretaria da Educação
- Setor da Secretaria de Defesa do Cidadão
- Setor da Secretaria do Desenvolvimento Social
- Setor de Equipamentos Comunitários
 - Praças e Jardins; Cemitérios; Calçadas; Iluminação Pública; Pontos de ônibus, táxis, drenagens, lixo, limpeza urbana, anúncios publicitários, entre outros.

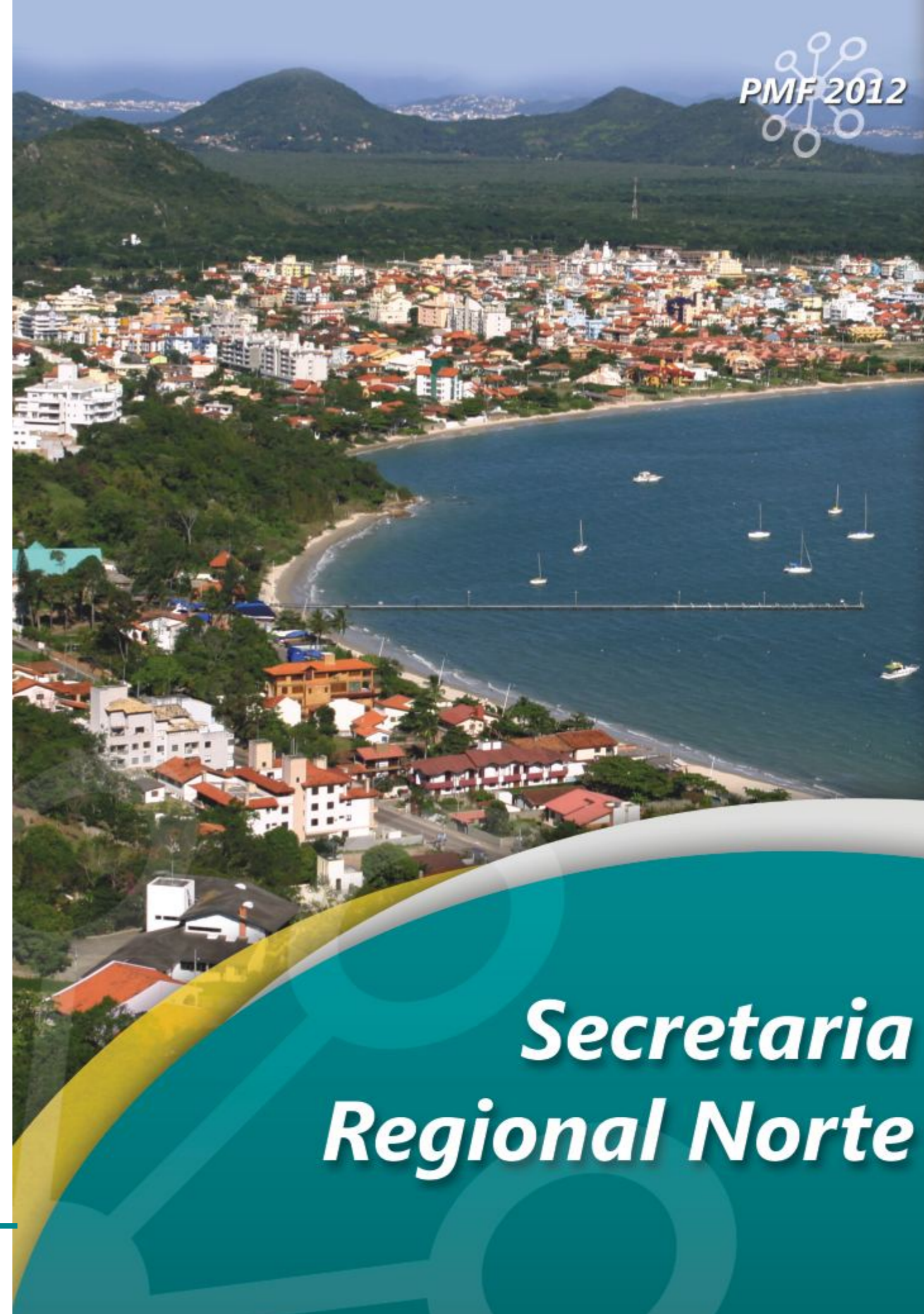
Infra-estrutura e Mobilidade Urbana, Saneamento, entre outros, conquanto sejam atividades específicas de interesse da população, serão centralizadas nas Secretarias Centrais. Toda a área de fiscalização será centralizada nas Secretarias Centrais, não obstante, cada funcionário da Secretaria Regional e os cidadãos de forma particular sejam fiscais dos códigos municipais.

Os espaços físicos deverão estar localizados em áreas tais que atendam os diferentes Distritos envolvidos. Por exemplo, a

Secretaria Regional Norte, Leste e Sul deveriam se situar próximas dos terminais urbanos.

Anexo 2 - Verba Orçamentária para 2008**Previsão Secretaria Municipal LESTE****Anexo 3 - Pesquisa**

Ver nas Secretarias Centrais



Missão

Articular as ações municipais na região, possibilitando a integração das diversas Secretarias, racionalizando recursos, dando atendimento integral às necessidades dos cidadãos, além de supervisionar e coordenar as atividades e o funcionamento dos serviços públicos de cada área de atuação.

Visão

Ser referência para a comunidade na solução das suas necessidades com vistas a transformar a Região em espaços agradáveis para se viver, para trabalhar, dentro de uma visão ambiental de preservação e de desenvolvimento auto-sustentável.

Objetivos

Como "braço" avançado do Poder Executivo Municipal a Secretaria tem como finalidade atender as requisições dos contribuintes locais, primando pela qualidade dos serviços públicos e equipamentos comunitários.

Estrutura Organizacional da Secretaria Regional Norte**Departamento de Equipamentos Comunitários**

Será ocupado por profissional registrado no CREA para o bom desempenho das atividades do Departamento

Compete a este Departamento

- Fiscalizar ou executar obras e serviços de construção dentro do Plano Municipal de Equipamentos Comunitários: Praças e Jardins; Cemitérios; Calçadas; Iluminação Pública; Pontos de ônibus, táxis, drenagens, lixo, limpeza urbana, anúncios publicitários, entre outros.
- Fiscalizar ou executar outras obras e serviços de construção atribuídos.

Departamento do Pró-Cidadão

Recepcionar os requerimentos do cidadão e prestar de forma eficiente e rápida a solicitação. Centralizado na Secretaria da Fazenda.

Saúde, Educação, Cultura, Segurança e Assistência Social

Respondem administrativamente, ao Secretário Regional, profissionalmente, aos seus Secretários. Caberá a harmonização das funções ser examinada, conjuntamente, pelos Secretários envolvidos.

Departamento Administrativo e Financeiro

Compete a este Departamento emprestar o apoio administrativo à Secretaria nas áreas de Recursos Humanos, do Patrimônio, Financeiro, entre outras.

Plano Distrital da Secretaria

Educação/Saúde/Segurança/Cultura/Assistência Social

Projeto	Descrição
Educação	Projeto Municipal da Secretaria da Educação
Saúde	Projeto Municipal da Secretaria da Saúde
Segurança	Projeto Municipal da Secretaria Defesa do Cidadão
Cultura	Projeto Municipal de Cultura da Fundação Franklim Cascaes. Previsão de Casa da Cultura Distrital (uma em cada distrito)
Assistência Social	Projeto Municipal da Secretaria de Assistência Social
Reivindicações	Utilizar o Conselho Municipal de cada Segmento

Infra-estrutura - Energia, Água e Saneamento, Transportes, Comunicações, Habitação, Equipamentos comunitários

Projeto	Descrição		
Energia	Plano Municipal de Energia da Secretaria de Infra-estrutura		
Saneamento Ambiental	Plano Municipal do Saneamento (drenagens, água, esgoto e lixo) da Secretaria do Saneamento e Habitação. Todos os 12 distritos. Drenagens com recuperação das margens ciliares de acordo com Plano Municipal do Meio ambiente conduzido pela FLORAM.		
Transportes	Plano Municipal de Transportes da Secretaria da Infra-estrutura e Companhia de Engenharia de Transportes - CONTRAF		
Comunicações	Plano Municipal de Comunicações da Secretaria de Ciência e Tecnologia, envolvendo o E-cidade, E-Governo, Telefonia móvel, TV a cabo, entre outras.		
Habitação	Plano Municipal de Habitação/Desfavelização da Secretaria do Saneamento e habitação.		
Pró-Cidadão	A definir		
Equipamentos Comunitários	Tipo de Equipamento	Sim	Não
	Praça e Jardins		
	Calçadas		
	Iluminação Pública		
	Cemitério		
	Pontos Fixos de Taxis		
	Pontos Fixos de Ônibus de linha		
	Pontos Fixos de Ônibus de Turismo		
	Pontos de Coleta de Lixo		
Pontos de Coleta de Catadores			
Ciclovias localizadas			
Revitalização do espaço (Rua, avenida, praça)			

(1) Rua (anotar a rua que se quer a calçada). Registrar para os demais equipamentos.

Anexo 1 - Secretarias Regionais

- Secretaria Regional Continente
- Secretaria Regional Leste
- Secretaria Regional Norte
- Secretaria Regional Sul

As SECRETARIAS REGIONAIS são bases de apoio comunitário para aproximar os serviços públicos do cidadão comum e do contribuinte. Dentro das discussões do Plano Diretor foi uma aspiração dos Distritos. Vale ressaltar que o Continente, conta hoje com uma base de apoio denominada de Secretaria do Continente com verba orçamentária própria.

São projetadas 04 Secretarias Regionais, excetuando o Centro onde se localiza a Sede do Executivo Municipal.

Norte, Sul, Leste, Continente.

Centralizar as atividades de Planejamento é fundamental para o bom desempenho e controle da cidade. Por isso mesmo estas atividades não são inseridas nestas Secretarias.

Bairros componentes da Secretaria

Norte	CANASVIEIRAS: Canasvieiras e as praias de Canasvieiras, Daniela, Jurerê Internacional, Forte e as localidades de Vargem Pequena, Ponta Grossa e Lamim. CACHOEIRA DO BOM JESUS: Cachoeira do Bom Jesus, Vargem do Bom Jesus, Vargem Grande, Ponta das Canas e Lagoinha. INGLESES DO RIO VERMELHO: Brava e Santinho e as localidades de Capivari e Aranhas. CACHOEIRA DO BOM JESUS: Cachoeira do Bom Jesus, Vargem do Bom Jesus, Vargem Grande, Ponta das Canas e Lagoinha. RATONES: a sua sede é a própria localidade de Ratones. SANTO ANTÔNIO DE LISBOA: Cacupé, Sambaqui, Barra do Sambaqui e Santo Antônio de Lisboa.
-------	---

As atividades macro continuarão com as Secretarias Centrais. O Planejamento macro da cidade deve ser centralizado no IPUF.

A Secretaria Regional vai abrigar atividades específicas de atendimento ao cidadão, notadamente, requerimentos, saúde, educação, segurança, assistência social. As Intendências serão extintas.

- Pró-cidadão
- Setor da Secretaria da Saúde
- Setor da Secretaria da Educação
- Setor da Secretaria de Defesa do Cidadão
- Setor da Secretaria do Desenvolvimento Social
- Setor de Equipamentos Comunitários

○ Praças e Jardins; Cemitérios; Calçadas; Iluminação Pública; Pontos de ônibus, táxis, drenagens, lixo, limpeza urbana, anúncios publicitários, entre outros.

Infra-estrutura e Mobilidade Urbana, Saneamento, entre outros, conquanto sejam atividades específicas de interesse da

população, serão centralizadas nas Secretarias Centrais. Toda a área de fiscalização será centralizada nas Secretarias Centrais, não obstante, cada funcionário da Secretaria Regional e os cidadãos de forma particular sejam fiscais dos códigos municipais.

Os espaços físicos deverão estar localizados em áreas tais que atendam os diferentes Distritos envolvidos. Por exemplo, a

Secretaria Regional Norte, Leste e Sul deveriam se situar próximas dos terminais urbanos.

Anexo 2 - Verba Orçamentária para 2008**Previsão Secretaria Municipal NORTE****Anexo 3 - Pesquisa**

Ver nas Secretarias Centrais



Secretaria Regional Sul

Missão

Articular as ações municipais na região, possibilitando a integração das diversas Secretarias, racionalizando recursos, dando atendimento integral às necessidades dos cidadãos, além de supervisionar e coordenar as atividades e o funcionamento dos serviços públicos de cada área de atuação.

Visão

Ser referência para a comunidade na solução das suas necessidades com vistas a transformar a Região em espaços agradáveis para se viver, para trabalhar, dentro de uma visão ambiental de preservação e de desenvolvimento auto-sustentável.

Objetivos

Como "braço" avançado do Poder Executivo Municipal a Secretaria tem como finalidade atender as requisições dos contribuintes locais, primando pela qualidade dos serviços públicos e equipamentos comunitários.

Estrutura Organizacional da Secretaria Regional Sul**Departamento de Equipamentos Comunitários**

Será ocupado por profissional registrado no CREA para o bom desempenho das atividades do Departamento

Compete a este Departamento

- Fiscalizar ou executar obras e serviços de construção dentro do Plano Municipal de Equipamentos Comunitários: Praças e Jardins; Cemitérios; Calçadas; Iluminação Pública; Pontos de ônibus, táxis, drenagens, lixo, limpeza urbana, anúncios publicitários, entre outros.
- Fiscalizar ou executar outras obras e serviços de construção atribuídos.

Departamento do Pró-Cidadão

Recepcionar os requerimentos do cidadão e prestar de forma eficiente e rápida a solicitação. Centralizado na Secretaria da Fazenda.

Saúde, Educação, Cultura, Segurança e Assistência Social

Respondem administrativamente, ao Secretário Regional, profissionalmente, aos seus Secretários. Caberá a harmonização das funções ser examinada, conjuntamente, pelos Secretários envolvidos.

Departamento Administrativo e Financeiro

Compete a este Departamento emprestar o apoio administrativo à Secretaria nas áreas de Recursos Humanos, do Patrimônio, Financeiro, entre outras.

Plano Distrital da Secretaria

Educação/Saúde/Segurança/Cultura/Assistência Social

Projeto	Descrição
Educação	Projeto Municipal da Secretaria da Educação
Saúde	Projeto Municipal da Secretaria da Saúde
Segurança	Projeto Municipal da Secretaria Defesa do Cidadão
Cultura	Projeto Municipal de Cultura da Fundação Franklim Cascaes. Previsão de Casa da Cultura Distrital (uma em cada distrito)
Assistência Social	Projeto Municipal da Secretaria de Assistência Social
Reivindicações	Utilizar o Conselho Municipal de cada Segmento

Infra-estrutura - Energia, Água e Saneamento, Transportes, Comunicações, Habitação, Equipamentos comunitários

Projeto	Descrição		
Energia	Plano Municipal de Energia da Secretaria de Infra-estrutura		
Saneamento Ambiental	Plano Municipal do Saneamento (drenagens, água, esgoto e lixo) da Secretaria do Saneamento e Habitação. Todos os 12 distritos. Drenagens com recuperação das margens ciliares de acordo com Plano Municipal do Meio ambiente conduzido pela FLORAM.		
Transportes	Plano Municipal de Transportes da Secretaria da Infra-estrutura e Companhia de Engenharia de Transportes - CONTRAF		
Comunicações	Plano Municipal de Comunicações da Secretaria de Ciência e Tecnologia, envolvendo o E-cidade, E-Governo, Telefonia móvel, TV a cabo, entre outras.		
Habitação	Plano Municipal de Habitação/Desfavelização da Secretaria do Saneamento e habitação.		
Pró-Cidadão	A definir		
Equipamentos Comunitários	Tipo de Equipamento	Sim	Não
	Praça e Jardins		
	Calçadas		
	Iluminação Pública		
	Cemitério		
	Pontos Fixos de Taxis		
	Pontos Fixos de Ônibus de linha		
	Pontos Fixos de Ônibus de Turismo		
	Pontos de Coleta de Lixo		
	Pontos de Coleta de Catadores		
	Ciclovias localizadas		
	Revitalização do espaço (Rua, avenida, praça)		

(1) Rua (anotar a rua que se quer a calçada). Registrar para os demais equipamentos.

Anexo 1 - Secretarias Regionais

- Secretaria Regional Continente
- Secretaria Regional Leste
- Secretaria Regional Norte
- Secretaria Regional Sul

As SECRETARIAS REGIONAIS são bases de apoio comunitário para aproximar os serviços públicos do cidadão comum e do contribuinte. Dentro das discussões do Plano Diretor foi uma aspiração dos Distritos. Vale ressaltar que o Continente, conta hoje com uma base de apoio denominada de Secretaria do Continente com verba orçamentária própria.

São projetadas 04 Secretarias Regionais, excetuando o Centro onde se localiza a Sede do Executivo Municipal.

Norte, Sul, Leste, Continente.

Centralizar as atividades de Planejamento é fundamental para o bom desempenho e controle da cidade. Por isso mesmo estas atividades não são inseridas nestas Secretarias.

Bairros componentes da Secretaria

Sul	RIBEIRÃO DA ILHA: Alto Ribeirão, Barro Vermelho, Caiacangaçu, Caeira da Barra do Sul, Carianos, Costeira do Ribeirão, Freguesia do Ribeirão, Praia do Naufragados, Tapera e Sertão do Peri. PÂNTANO DO SUL: Praia da Solidão, Praia do Saquinho, Praia do Pântano do Sul, Lagoinha do Leste, Praia do Matadeiro, Praia do Matadeiro, Praia da Armação, Lagoa do Peri e Costa de Dentro. CAMPECHE: Morro das Pedras, Praia do Campeche, Campeche e Rio Tavares.
-----	--

As atividades macro continuarão com as Secretarias Centrais. O Planejamento macro da cidade deve ser centralizado no IPUF.

A Secretaria Regional vai abrigar atividades específicas de atendimento ao cidadão, notadamente, requerimentos, saúde, educação, segurança, assistência social. As Intendências serão extintas.

- Pró-cidadão
- Setor da Secretaria da Saúde
- Setor da Secretaria da Educação
- Setor da Secretaria de Defesa do Cidadão
- Setor da Secretaria do Desenvolvimento Social
- Setor de Equipamentos Comunitários

● Praças e Jardins; Cemitérios; Calçadas; Iluminação Pública; Pontos de ônibus, táxis, drenagens, lixo, limpeza urbana, anúncios publicitários, entre outros.

Infra-estrutura e Mobilidade Urbana, Saneamento, entre outros, conquanto sejam atividades específicas de interesse da população, serão centralizadas nas Secretarias Centrais. Toda a área de fiscalização será centralizada nas Secretarias Centrais, não obstante, cada funcionário da Secretaria Regional e os cidadãos de forma particular sejam fiscais dos códigos municipais.

Os espaços físicos deverão estar localizados em áreas tais que atendam os diferentes Distritos envolvidos. Por exemplo, a Secretaria Regional Norte, Leste e Sul deveriam se situar próximas dos terminais urbanos.

Anexo 2 - Verba Orçamentária para 2008**Previsão Secretaria Municipal SUL****Anexo 3 - Pesquisa**

Ver nas Secretarias Centrais

As Entidades que compõem a Administração Indireta são órgãos auxiliares da Administração Direta devendo operar dentro de modernas técnicas administrativas. Estas Entidades implementam as políticas para os setores que representam, estabelecem as diretrizes, metas e as prioridades dentro de cada segmento.

Administração Indireta	
01	Agência Reguladora de Água e Saneamento Básico
02	Companhia Melhoramentos da Capital
03	Companhia Municipal de Engenharia de Transportes
04	Fundação Cultural de Florianópolis - Franklin Cascaes
05	Fundação Municipal de Esportes
06	Fundação Municipal do Meio Ambiente
07	Instituto Planejamento Urbano de Florianópolis - IPUF



AMAS - Agência Municipal de Águas e Saneamento Básico

Missão

A AMAS tem como missão a definição de regras estáveis e capazes de assegurar o aprimoramento do desempenho dos serviços públicos concebidos dentro do plano municipal do saneamento básico (água, esgoto, lixo e drenagens) tornando-os mais eficientes, regulares e com preços módicos.

Visão

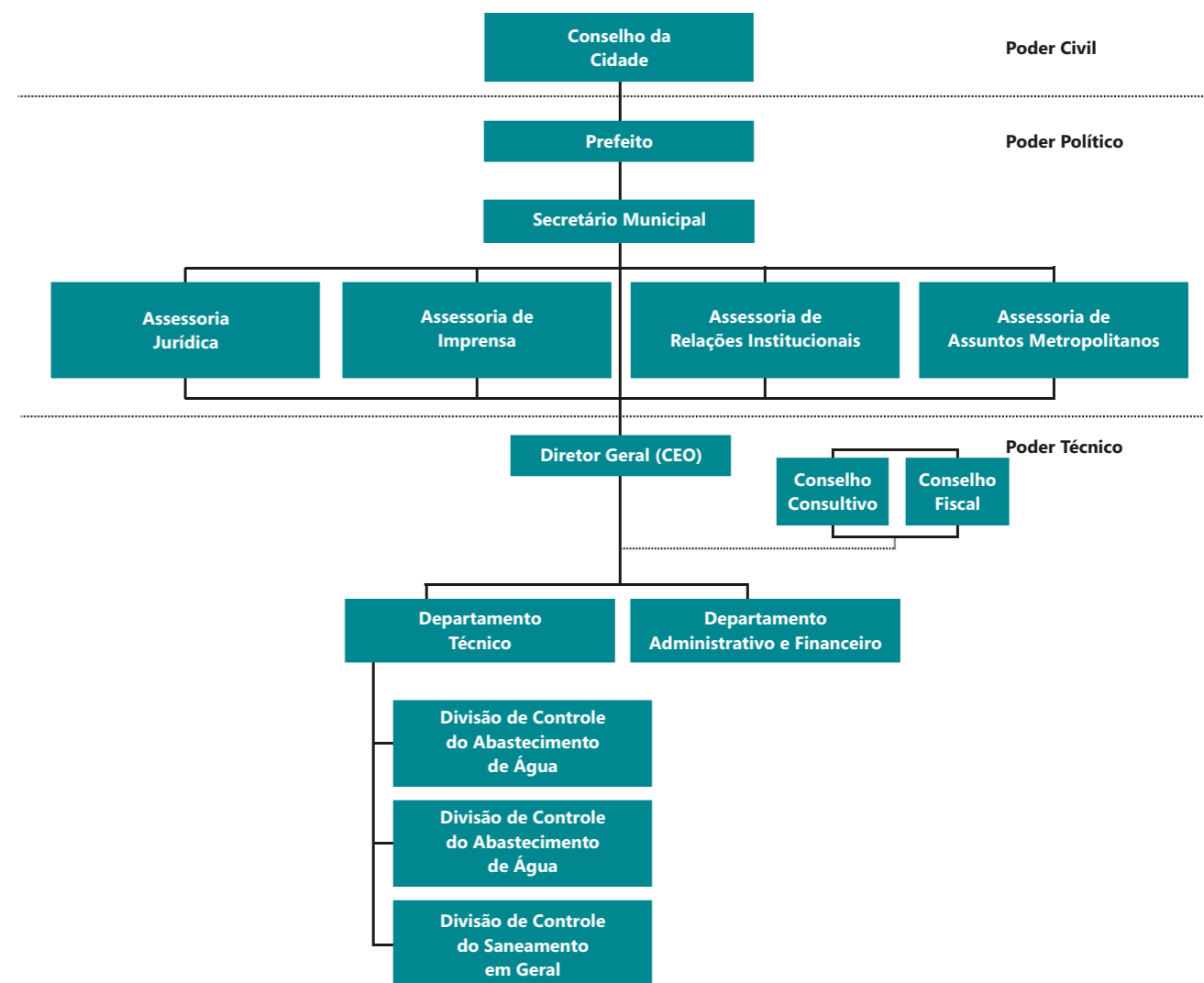
Contribuir com o fim da poluição ambiental em todas as suas formas, dar balneabilidade a todas as nossas praias, transformando o município em exemplo de gestão ambiental contribuindo para alcançar um IDH de país desenvolvido, saltando dos atuais 0,875 para o da Noruega de 0,965.

Objetivos

Constituem finalidades básicas da AMAS:

- I- regular, controlar, fiscalizar, com poder de policia, a qualidade ambiental das bacias hidrográficas dos corpos de água, superficiais ou subterrâneos, fluentes, emergentes, contidos ou acumulados, de domínio municipal bem como os serviços públicos de abastecimento de água, esgotamento sanitário e saneamento básico em geral.
- II- disciplinar, em caráter normativo, a implementação, a operacionalização, o controle e a avaliação dos instrumentos das Políticas de Saneamento Básico do Município.

Estrutura Organizacional da AMAS



01	Presidência
	Gabinete da Presidência - Assessoria Jurídica
	Gabinete da Presidência - Assessoria de Imprensa
	Gabinete da Presidência - Assessoria Relações Institucionais
	Gabinete da Presidência - Unidade de Apoio Administrativo
	Gabinete da Presidência - Assessoria Assuntos Metropolitanos
	Diretor Geral (CEO)
02	Departamento Técnico
03	Departamento Administrativo e Financeiro

Departamento Técnico

Compete ao Departamento Técnico

- Coordenar os estudos tarifários e análises das propostas de revisão de tarifas, com base nos regimes e condições estabelecidas nos instrumentos de outorga para prestação dos serviços, visando a manutenção do seu equilíbrio econômico-financeiro;
- Acompanhar, sistematicamente, a evolução dos custos de investimento e de prestação dos serviços, visando comparar os níveis de eficiência em vários sistemas e prestadores de serviços e garantir parâmetros de comparação;
- Propor, mediante estudos, os processos e formas tarifárias para a exploração dos serviços públicos regulados; acompanhar, sistematicamente, a evolução dos custos de investimento e de prestação dos serviços, visando comparar os níveis de eficiência em vários sistemas e prestadores de serviços e garantir parâmetros de comparação;
- Analisar e se manifestar conclusivamente sobre todas e quaisquer solicitações dos contratados, concessionários ou permissionários em matéria tarifária, particularmente nos casos de pedidos de revisão visando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro dos serviços;

Divisão de Controle do Sistema de Abastecimento de Água

Ao Serviço de Controle do Sistema de Abastecimento de Água caberá:

- realizar estudos e fornecer elementos técnicos para definição e/ou modificação dos padrões de operação e de prestação de serviços de abastecimento de água;
- elaborar as propostas de normas, regulações e instruções técnicas para definição dos padrões de serviço, fiscalização e acompanhamento da prestação dos serviços;
- promover, de modo sistemático ou em regime especial, a fiscalização e verificação, em campo, do funcionamento dos sistemas de abastecimento de água e do cumprimento dos padrões estabelecidos para os serviços regulados, identificando e tratando os desvios constatados, inclusive mediante autuações e sanções cabíveis;
- realizar, diretamente ou através de terceiros, auditorias e processos de certificação técnica nos sistemas, elaborando e

apresentando seus resultados e propostas de medidas corretivas;

- montar base de dados e executar pesquisas e tratamento de dados e informações em suporte às atividades da AMAS;
- montar e administrar as bases de dados sobre os serviços públicos regulados, mantendo-as atualizadas e disponíveis para utilização;
- Encaminhar ao Diretor Técnico as matérias que julgue necessárias à análise e parecer do Conselho Municipal do Saneamento.

Divisão de Controle do Sistema de Esgotamento Sanitário

Ao Serviço de Controle do Sistema de Esgotamento Sanitário caberá:

- realizar estudos e fornecer elementos técnicos para definição e/ou modificação dos padrões de operação e de prestação de serviços de esgotamento sanitário;
- elaborar as propostas de normas, regulações e instruções técnicas para definição dos padrões de serviço, fiscalização e acompanhamento da prestação dos serviços;
- promover, de modo sistemático ou em regime especial, a fiscalização e verificação, em campo, do funcionamento dos sistemas de esgotamento sanitário e do cumprimento dos padrões estabelecidos para os serviços regulados, identificando e tratando os desvios constatados, inclusive mediante autuações e sanções cabíveis;
- realizar, diretamente ou através de terceiros, auditorias e processos de certificação técnica nos sistemas, elaborando e apresentando seus resultados e propostas de medidas corretivas;
- montar base de dados e executar pesquisas e tratamento de dados e informações em suporte às atividades da AMAS;
- montar e administrar as bases de dados sobre os serviços públicos regulados, mantendo-as atualizadas e disponíveis para utilização;
- Encaminhar ao Diretor Técnico as matérias que julgue necessárias à análise e parecer do Conselho Municipal dos Serviços de Água e Esgoto.

Divisão de Controle do Saneamento em Geral

Ao Serviço de Controle do Saneamento em geral caberá:

- realizar estudos e fornecer elementos técnicos para definição e/ou modificação dos padrões de operação e de prestação de serviços como drenagens, coleta de resíduos sólidos, poluição ambiental de rios e lagoas, entre outros.
- elaborar as propostas de normas, regulações e instruções técnicas para definição dos padrões de serviço, fiscalização e acompanhamento da prestação dos serviços;
- Encaminhar ao Diretor Técnico as matérias que julgue necessárias à análise e parecer do Conselho Municipal de Saneamento.

Departamento Administrativo e Financeiro

Compete a este Departamento:

- Gerir os recursos humanos, financeiros e patrimoniais do Instituto Agência, assumindo, em conjunto com o Diretor Presidente, a função de ordenador das despesas.

Inserção do Conselho Consultivo

O Conselho Consultivo é órgão auxiliar da administração da AMAS. Composto pelos segmentos representativos ligados a área de atuação desta agência municipal, tem a nobre missão de oferecer as diretrizes, os caminhos que devem ser seguidos para o abastecimento de água e saneamento. O número de componentes poderá ser de até 42 entidades.

Novo Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal é um órgão de controle interno, composto de "X" titulares e "X" suplentes com vistas a examinar as contas, os livros contábeis e quaisquer outros atos e fatos administrativos ou financeiros.

Plano Municipal da Amas

Projeto	Descrição
Tolerância zero	Aplicar as penalidades previstas na lei para as operadoras licitadas do Plano Municipal do Saneamento Básico drenagens, água, esgoto e lixo.
Tarifa Justa	Proceder aos cálculos com informações técnicas para adequar a tarifa aos custos da operadora como determina a lei. Despesas desnecessárias não farão parte da tarifa.
Agenda 21+	A Agenda 21 será a orientadora das ações da AMAS contribuindo para um Meio Ambiente saudável e sustentável.

Anexo 1 - Cargos

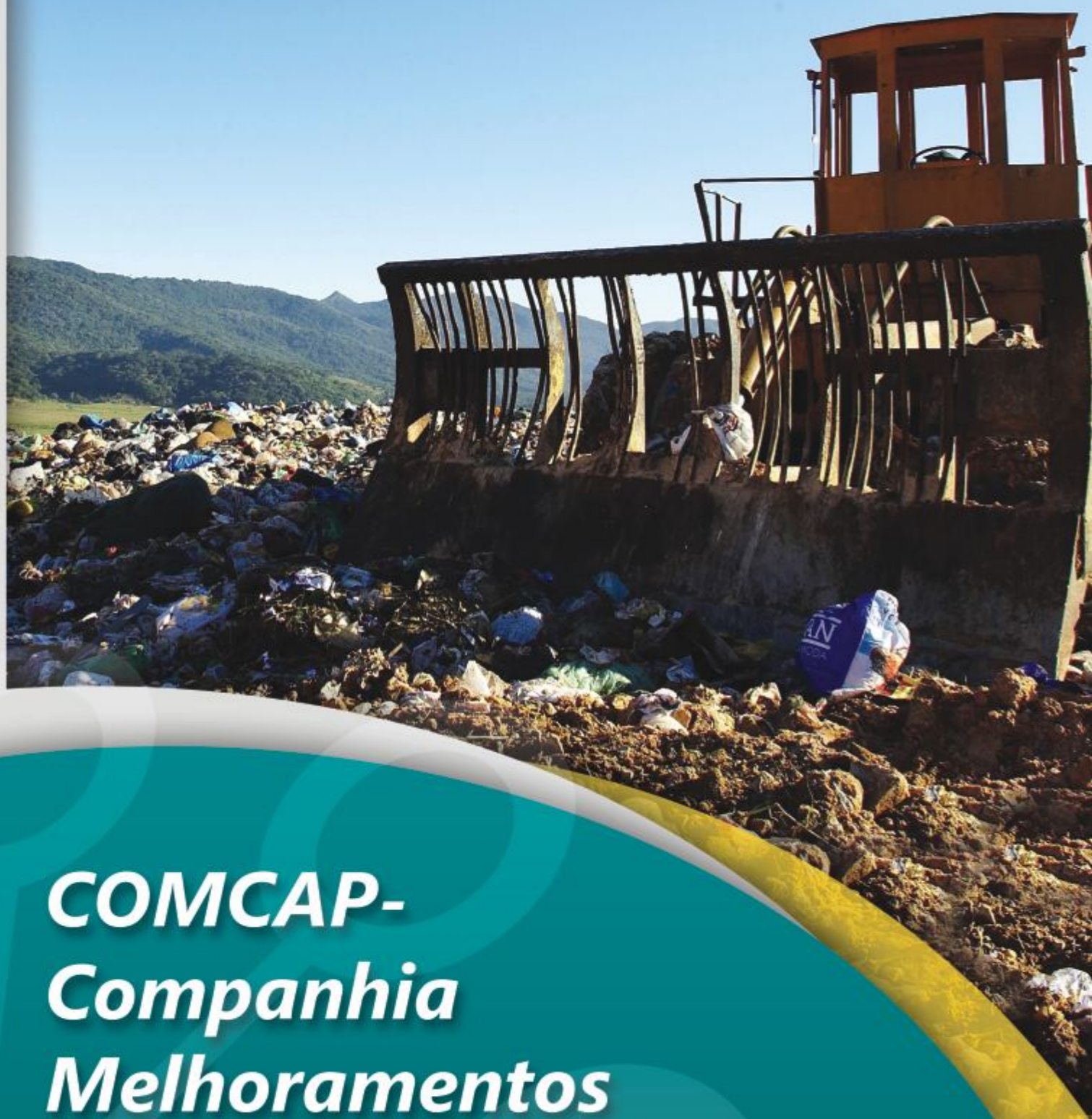
Pessoal Técnico

Administrador
 Analista de Sistemas
 Biólogo (Ambiental/vegetal)
 Biólogo (animal/micro)
 Economista
 Engenheiro (Hidrologia)
 Engenheiro agrimensor/cartógrafo
 Engenheiro civil (saneamento)
 Estatístico
 Oceanógrafo (biológica)
 Oceanógrafo (física)
 Oceanógrafo (geologia)
 Auxiliares Técnicos
 Auxiliares Administrativos
 Auxiliares Serviços Gerais

Anexo 2 - Tabela de Receitas - Projeções

Para viabilizar os custos administrativos a AMAS deverá contar com Receitas de sua fiscalização sobre as faturas da Coleta dos resíduos, água, esgoto e drenagens. A tabela abaixo revela que uma taxa entre 2 e 2,5% deverá cobrir as despesas, estimadas em 180 mil reais por mês. Estimam-se receitas de água e esgoto para Florianópolis da ordem de 9 milhões mês mais as receitas sobre Resíduos e drenagens.

Taxas	Despesa Mês	Receita Mês
1%	180.000	18.000.000
2%		9.000.000
2,5%		7.200.000
3%		6.000.000
3,5%		5.140.000
4%		4.500.000



COMCAP- Companhia Melhoramentos da Capital

Missão

Manter a limpeza urbana, recolher o lixo gerado pela mão do homem, notadamente os resíduos sólidos de toda a natureza, contribuir com a eliminação das fontes poluidoras do ambiente e o desenvolvimento auto-sustentável dentro de um modelo de gestão que privilegie os preceitos da Agenda 21.

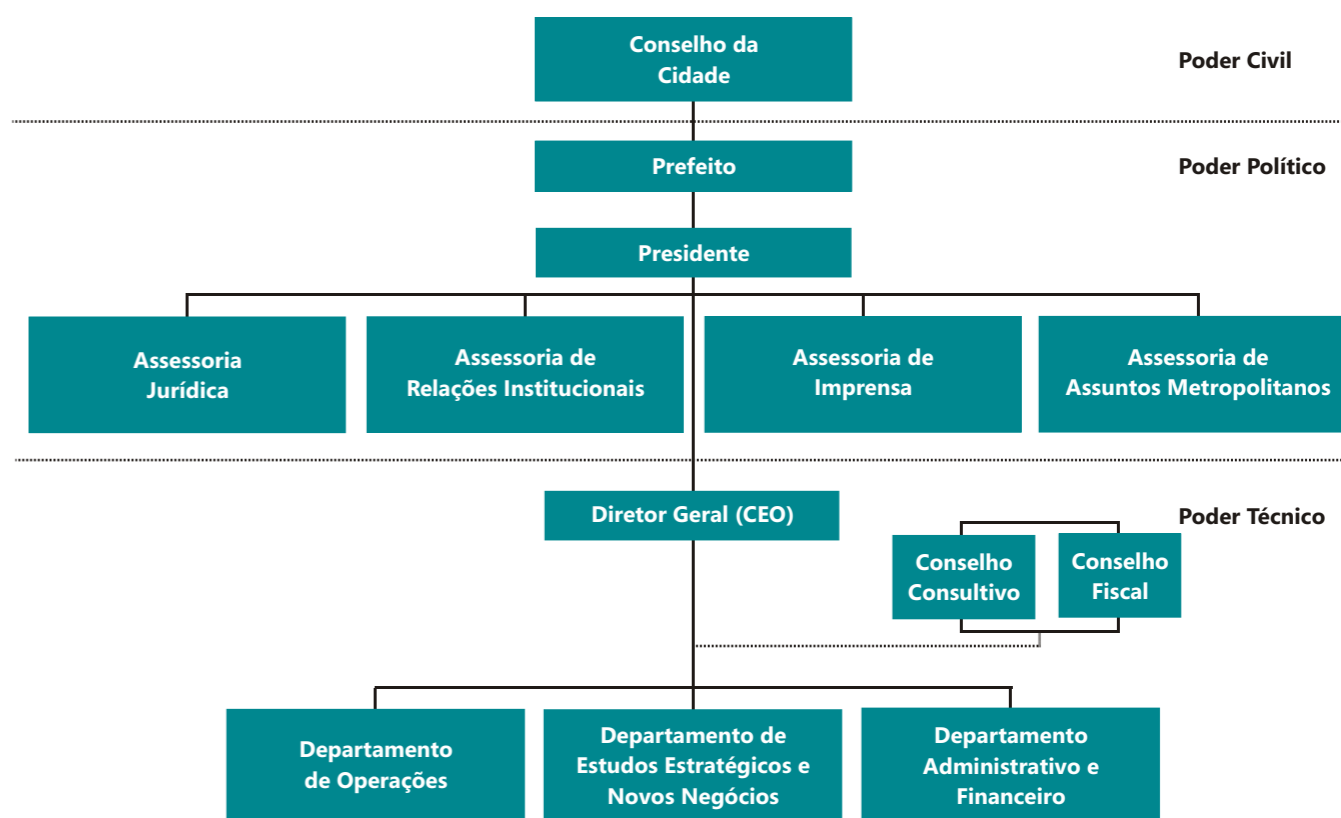
Visão

Levar o município de Florianópolis a ser referência nacional em limpeza urbana mantendo asseados os logradouros públicos, as praias, os parques públicos, exigindo destinação adequada do tratamento e disposição final do lixo. Induzir e apoiar ações integradas de educação ambiental na rede municipal de ensino voltadas à formação de uma consciência coletiva de preservação da natureza, da valorização dos recursos naturais e da harmonização do homem com o seu habitat.

Objetivos

A COMCAP tem como finalidades os serviços de limpeza pública na cidade de Florianópolis, destacando: Coleta de lixo domiciliar, Remoção de lixo pesado, Coleta de lixo seletivo, Remoção de entulho e de varrição com caixas brooks e caminhão caçamba, Capina mecanizada, Capina manual, Roçagem, Limpeza de canais e valas a céu aberto, Varrição, Administração de estacionamentos e sanitários públicos, Limpeza em eventos, festas populares, religiosas, Programas de mutirões desenvolvidos pela Prefeitura Municipal.

Estrutura Organizacional da COMCAP



A COMCAP precisa se atualizar, despertar para as modernas técnicas de processamento dos resíduos sólidos e tudo o mais que se relacionar ao lixo urbano.

01	Presidência
	Gabinete da Presidência - Assessoria Jurídica
	Gabinete da Presidência - Assessoria de Imprensa
	Gabinete da Presidência - Assessoria Relações Institucionais
	Gabinete da Presidência - Unidade de Apoio Administrativo
	Gabinete da Presidência - Assessoria Assuntos Metropolitanos
	Diretor Geral (CEO)
02	Departamento de Operações
03	Departamento de Estudos Estratégicos
04	Departamento Administrativo e Financeiro

Departamento de Operações

Compete a este Departamento a limpeza urbana, rios e canais, varrição, entre outros.

Departamento de Estudos Estratégicos e Novos Negócios

Compete a este Departamento o planejamento da Empresa para o futuro buscando novos negócios, transformando as atividades da Empresa em ativos financeiros.

Plano Municipal da COMCAP

Projeto	Descrição
Disque-Limpeza	Através do telefone 0800 a população tem um canal direto com a empresa tanto para solicitar serviços quanto para denunciar.
Serviços Teceirizados	A cidade de São Paulo, POR EXEMPLO, tem diversas empresas que prestam serviços de limpeza urbana, como varrição de ruas, remoção de entulho, coleta de resíduos domiciliares ou de saúde. <ul style="list-style-type: none"> □ Empresas que prestam serviços de coleta e transporte de resíduos de construção civil □ Empresas que prestam serviços para grandes geradores de resíduos □ Empresas credenciadas para serviços de limpeza urbana (varrição e complementares) □ Empresas prestadoras de serviço para Coleta Seletiva No verão isto deveria ser utilizado.
Abertura de Capital	Abrir o capital da COMCAP com vistas ao ingresso de novos aportes de capital
Consórcio Público Intermunicipal de Lixo	A conurbação é fato presente na nossa Região. É preciso encontrar soluções conjuntas para problemas comuns. O lixo é uma dessas atividades que precisam ser tratadas de forma conjunta. O gerenciamento dos resíduos sólidos requer conhecimentos técnicos e sobretudo treinamento avançado em técnicas de processamento. Nossa cidade é ocupada por órgãos federais. Em 2006, o decreto federal 5.940/2006 obrigou as instituições públicas federais entregarem para cooperativas de catadores os resíduos existentes. Os lixões a céu aberto tem seus dias contados. Consórcio Público dos 05 municípios conurbados poderá explorar moderna indústria de reciclagem do Lixo.
E-Lixo - O Lixo Eletrônico	Uma das principais causas atuais e futuras de agressão ao meio ambiente deverá vir do lixo eletrônico, compreendendo os restos de computadores, monitores, telefones, pilhas, entre outros. Técnicos afirmam que um monitor pode conter até 03 kilos de material pesado, altamente tóxico. Já há tecnologia disponível para aproveitar todos os restos de materiais descartados. Vale ressaltar que a tecnologia dá saltos de 18 em 18 meses, o que coloca cada vez mais "produtos eletrônicos descartáveis". Outro problema são as pilhas e baterias. Como a população não sabe a gravidade da sua poluição, descarta no lixo comum e tudo isso vai parar no lixão de Tijuquinha contaminando o meio ambiente. Já existe tecnologia de reciclagem de pilhas e baterias onde os materiais pesados são transformados em óxido metálico usado na fabricação de corantes para a indústria.

Departamento Administrativo e Financeiro

Compete a este departamento o registro de todos os atos e fatos contábeis, financeiros e dos Recursos Humanos da Companhia.

Inserção do Conselho Consultivo

O Conselho Consultivo é órgão auxiliar da administração da COMCAP. Composto pelos segmentos representativos ligados a área de atuação desta empresa pública, tem a nobre missão de oferecer as diretrizes e os caminhos que devem ser seguidos para a coleta de resíduos. O número de componentes poderá ser de até 42 entidades.

Novo Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal é um órgão de controle interno, composto de "X" titulares e "X" suplentes com vistas a examinar as contas, os livros contábeis e quaisquer outros atos e fatos administrativos ou financeiros.

Troca Troca de Garrafas PET (Junto com FLORAM)	Uma das pragas dos entupimentos de drenos, riachos, rios, canais, bueiros são as garrafas PET. "É preciso que tenhamos boas idéias que façam a população guardá-las e trocá-las por algo útil. Há vários programas no país e até no mundo sobre isso. Curitiba programa "Câmbio Verde" dá direito a um vale alimento Cuiabá projeto "Vale Luz" desconto na conta de luz. Aliás seria uma boa contribuição da Concessionária para as vantagens que tem com a cidade. Berlim Lá a troca se dá por vale supermercado. Os programas pressupõem uma recicladora de plástico.
Energia vinda do Lixo	Ninguém desconhece a imensa fonte de energia que há por sobre o lixo o gás metano, utilizado como gás de cozinha. Muitas cidades brasileiras já vem utilizando esta fonte alternativa. Em SP o gás metano abastece 300 mil pessoas retirado do aterro Bandeirantes. A tecnologia é a mesma utilizada no aterro de Nova Iguaçu na Baixada Fluminense.
Reciclagem de entulhos	Uma das principais geradora de lixo urbano é a construção civil. São milhões de toneladas de entulhos misturadas ao lixo e que ocupam muito espaço no lixão. Mas em algumas cidades brasileiras, a reciclagem do entulho tornou-se fonte de matéria-prima para a construção civil e gera emprego e renda. Em Belo Horizonte (MG), o uso do entulho reciclado para a construção de casas e pavimentação de ruas permitiu uma economia superior a 10 milhões de reais nos cofres do município. Em São José do Rio Preto (SP), a destinação correta do entulho reforçou a renda de caçambeiros, carroceiros e catadores.
Reciclagem do Óleo (Junto com FLORAN)	Um dos principais poluidores do meio ambiente é o óleo de cozinha servido. Estima-se que um litro de óleo servido contamine 1 milhão de litros de água. É preciso, portanto fortalecer programas como o Re-Óleo da ACIF projeto pioneiro em operação há mais de 10 anos.
Troca Troca Cesta Cheia (Secretaria do Desenvolvimento Social)	Programa de inclusão social, promoção da saúde pública, meio ambiente, do governo municipal. O morador de baixa renda se cadastra, recebe, semanalmente, uma cesta de 10 kilos mediante pagamento de R\$5,00. Entretanto se juntar cerca de 150 garrafas pet de dois litros ou 100 latas de refrigerante poderá trocar o material pela cesta com 10 quilos de alimentos, sem pagar os R\$ 5 semanais. A venda dos produtos recicláveis reverte para o programa.
Unidades de Triagem	O prefeito Fogaça e o DMLU assinam convênio com a Associação Anjos da Ecologia e colocam em operação a 15ª Unidade de Triagem de lixo em Porto Alegre. Serão mais 80 empregos diretos, com renda mensal média de R\$ 480,00, destinados aos moradores da antiga Vila dos Papeleiros. O prédio de 500 metros quadrados, na Ramiro Barcelos, entre a Voluntários e a Castelo Branco, foi construído com recursos do Fundo Financeiro para o Desenvolvimento dos Países da Bacia do Prata (Fonplata) através do PIEC - Programa Integrado Entrada da Cidade.
Educação ambiental Drenagem	Manter programa de educação ambiental ligada ao lixo urbano. Prevenir as enchentes é muito mais fácil e barato do que remediar os estragos causados pela chuva forte. Medidas simples podem ajudar a reduzir o risco de alagamentos.
Projeto Câmara dos Deputados	Frente Parlamentar Ambientalista e a Comissão de Meio Ambiente e de Desenvolvimento Sustentável (CMADS) da Câmara Federal lançaram, em Brasília, a "Plataforma Ambiental aos Municípios" uma agenda de propostas destinada aos candidatos a prefeitos e vereadores. De acordo com a agenda institucional da Plataforma Ambiental, entre as ações mais específicas da agenda estão a criação de um Sistema Municipal de Meio Ambiente, que integre os sistemas estadual e nacional; a instituição do Fundo Municipal de Meio Ambiente, gerido e administrado pelo órgão municipal competente; a implementação de compras públicas sustentáveis; a discussão e a implantação da Agenda 21 local, a partir das diretrizes e objetivos propostos pela Agenda 21 brasileira a promoção da educação ambiental. (17/07/2008)

Anexo 1 - Verba Orçamentária para 2008

Para as atividades da COMCAP foram alocadas verbas orçamentárias de 59,2 milhões.

Companhia Melhoramentos da Capital Comcap

59.205.044,00

Anexo 2 - PROGRAMA DE COLETA SELETIVA

MATERIAIS RECICLÁVEIS.

Os materiais mais comuns encontrado no lixo urbano e que podem ser reciclados são:

- Plásticos;
- Garrafas, embalagens de produtos de limpeza;
- Potes de cremes, xampus;
- Tubos e canos;
- Brinquedos;
- Sacos, sacolas e saquinhos de leite;
- Isopor.

ALUMÍNIO:

- Latinhas de cerveja e refrigerante;
- Esquadrias e molduras de quadros;

METAIS FERROSOS:

- Molas e latas.

PAPEL E PAPELÃO:

- Jornais, revistas, impressos em geral;
- Papel de fax;
- Embalagens longa-vida.

VIDRO:

- Frascos, garrafas;
- Vidros de conserva.

MATERIAIS NÃO RECICLÁVEIS:

- Cerâmicas;
- Vidros pirex e similares;
- Acrílico;
- Lâmpadas fluorescentes;
- Papéis plastificados, metalizados ou parafinados (embalagens de biscoito, por exemplo)
- Papéis carbono, sanitários, molhados ou sujos de gordura;
- Fotografias;
- Espelhos;
- Pilhas e baterias de celular (estes devem ser devolvidos ao fabricante);
- Fitas e etiquetas adesivas.

Anexo 3 - Responsabilidade pelo Lixo

Típos de Lixo	Responsável
Domiciliar	Prefeitura
Comercial	Prefeitura
Público	Prefeitura
Serviços da Saúde	Gerador
Industrial	Gerador
Portos, aeroportos, terminais rodoviários	Gerador
Entulhos	Gerador

Fonte: Prefeitura de SP



COMTRAF
Companhia Municipal
de Engenharia de
Transportes e Tráfego

Missão

Gerenciar o transporte e o trânsito de Florianópolis, priorizando o transporte coletivo de qualidade, oferecendo condições ao cidadão de se deslocar com conforto e segurança.

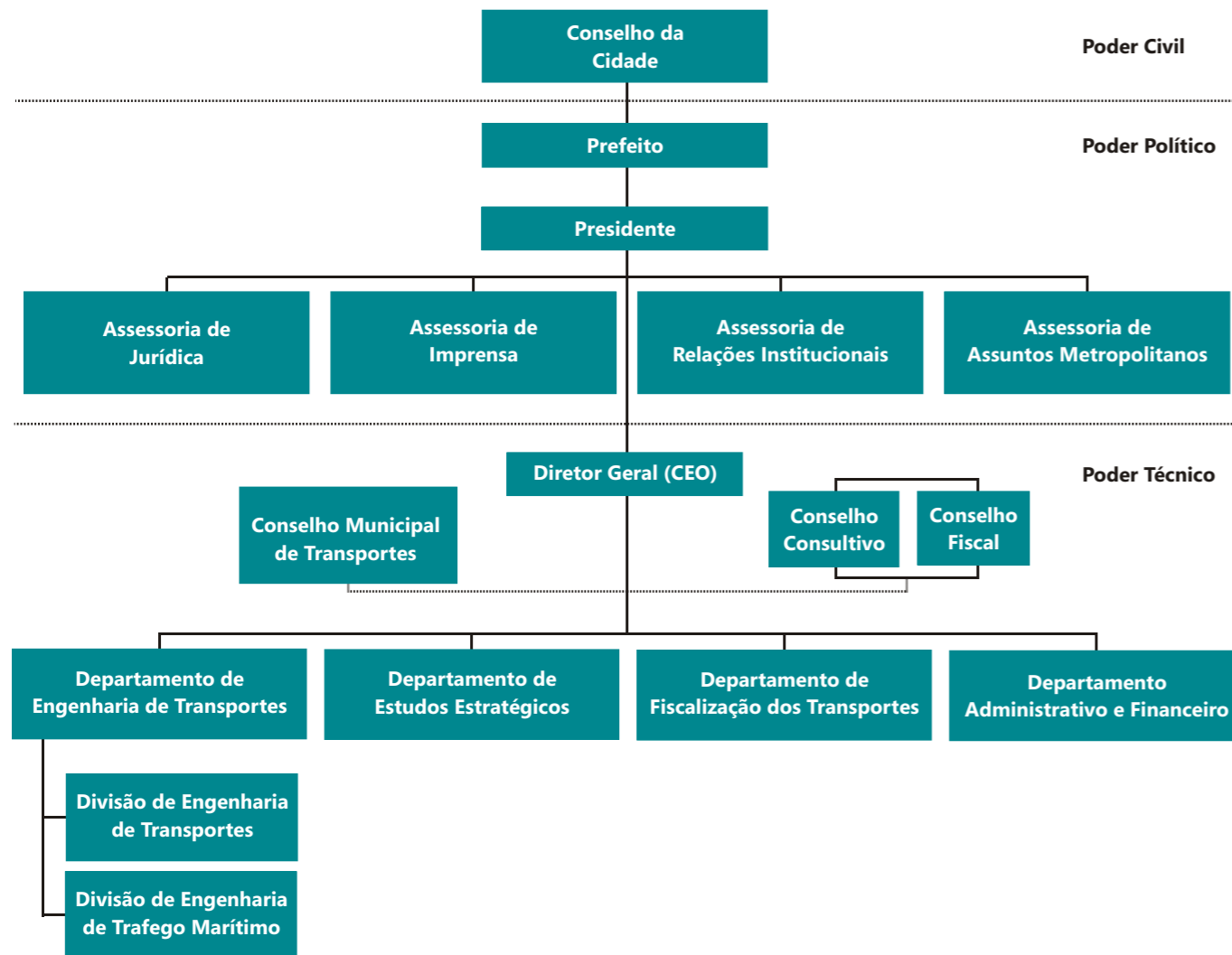
Visão

Transformar Florianópolis em referência nacional em mobilidade urbana.

Objetivos

- Gerenciar os serviços de transporte coletivos (ônibus, barcas, teleféricos e outros) e outras modalidades do transporte público (táxi, escolar, fretamento e outros);
- Atuar na operação do trânsito urbano e seu sistema viário.
- Gerenciar os sistemas de multas e infrações;
- Controlar os estacionamentos rotativos (zona azul);
- Desenvolver estratégias de educação do trânsito;
- Atuar no planejamento urbano municipal junto ao IPUF.

Estrutura Organizacional da COMTRAF



01	Presidência Gabinete da Presidência - Assessoria Jurídica Gabinete da Presidência - Assessoria de Imprensa Gabinete da Presidência - Assessoria Relações Institucionais Gabinete da Presidência - Unidade de Apoio Administrativo Gabinete da Presidência - Assessoria Assuntos Metropolitanos
02	Diretor Geral (CEO) Departamento de Transportes Públicos • Divisão de Engenharia de Transportes Terrestre • Divisão de Engenharia de Transportes Marítimo
03	Departamento de Estudos Estratégicos
04	Departamento de Fiscalização dos Transportes
05	Departamento Administrativo e Financeiro

Departamento de Transportes Públicos

- Compete a este Departamento
- Gerenciar os serviços de transporte coletivos (ônibus, barcas, teleféricos e outros) e outras modalidades do transporte público (táxi, escolar, fretamento e outros).
 - Desenvolver política municipal, com visão regional, proporcionando a integração multimodal dos transportes marítimo, rodoviário e aéreo;
 - Desenvolver política tarifária com estudos de modelos e estruturas de remuneração da prestação de serviços para orientação do Poder Executivo na aplicação das tarifas;
 - Gerenciar e fiscalizar a operação das concessionárias ou permissionárias do sistema, bem como os terminais urbanos, pontos de paradas e táxi.

Departamento de Engenharia de Tráfego

- Atuar na operação do trânsito urbano e seu sistema viário.
- Elaboração de planos de operação dos corredores viários;
 - Implantação e manutenção da sinalização vertical, horizontal e semafórica; e
 - Desenvolvimento de política de aprovação de empreendimentos de impacto, baseada no estudo de pólos geradores de tráfego.

Departamento de Estudos Estratégicos

- Compete a este Departamento
- Desenvolver estratégias que visem a qualidade da mobilidade no curto e longo prazos.
 - Atuar no planejamento urbano municipal junto ao IPUF, definindo diretrizes para o transporte público e sistema viário em conjunto com as estratégias do município.
 - Contribuir para constituir o "Conselho Metropolitano de Transporte" que aos moldes do atual Conselho Municipal de Transporte, promove o aperfeiçoamento da frota, define as rotas e tem a função de Agência Reguladora.

- Definir uma política municipal, preferencialmente, regional de transporte urbano de qualidade em combinação com os municípios da região conurbada, órgãos estaduais e federais.
- Avaliar periodicamente a qualidade da mobilidade urbana do município, construir estatísticas, estabelecer metas, entre outras ações de melhoria contínua.
- Desenvolver e implementar estratégias de educação do trânsito, mobilizando toda a sociedade, inclusive as crianças.
- Em respeito aos deficientes físicos, idosos, obesos, entre outros, envidará esforços para que os sistemas de transportes e o próprio sistema viário sejam adaptados a este segmento da população.

Departamentos de Multas e Infrações

- Aplicar as penalidades e recolher as multas correspondentes pelo não cumprimento das normas reguladoras dos sistemas de transporte e trânsito, bem como cobrar e arrecadar taxas pelos serviços de estacionamentos rotativos.
- Gerenciamento das multas aplicadas municipais e outros Estados
 - Gerenciamento junto a JARI-Junta de Recursos de Infrações
 - Gerenciamento do Guinchamento
 - Gerenciamento da Zona Azul
 - Gerenciamento dos Estacionamentos

Departamento Administrativo e Financeiro

- Compete a este Departamento:
- Gerir os recursos humanos, financeiros e patrimoniais da empresa, assumindo, em conjunto com o Diretor Presidente, a função de ordenador das despesas.

Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal é um órgão de controle interno, composto de "X" titulares e "X" suplentes com vistas a examinar as contas, os livros contábeis e quaisquer outros atos e fatos administrativos ou financeiros.

Inserção do Conselho Consultivo

O Conselho Consultivo é órgão auxiliar da administração da COMTRAF. Composto pelos segmentos representativos ligados a área de atuação desta empresa pública, tem a nobre missão de oferecer as diretrizes e os caminhos que devem ser seguidos para a coleta de resíduos.

Conselho Consultivo

Critério 1 - Entidades Participantes - 60% público e 40% privado

Entidades	Número
COMTRAF	02
Secretaria Municipal Defesa do Cidadão	02
Secretaria Municipal Ciência e Tecnologia	05
Secretaria Municipal Desenvolvimento Econômico	02
Secretaria Municipal Fazenda	02
Subtotal	13
Entidades Empresarias	05
Entidades dos Trabalhadores	02
Entidades de Profissionais Liberais	03
Total	25

Critério 2 - Câmaras Temáticas

As escolhas devem ser por Câmara Temática e cada Entidade deverá apresentar os membros com notória especialização do tema.

A Câmara é constituída, predominantemente, por representantes de entidades que tenham afinidade com o tema proposto.

Câmara Temática	Número
Gerenciamento de Multas	05
Gerenciamento de Serviços de Transportes	05
Gerenciamento de políticas tarifárias	05
Gerenciamento de Corredores viários	05
Gerenciamento da sinalização	05
Total	25

Fórum

As Câmaras Temáticas são fóruns de discussão dos especialistas de cada segmento, reunidos encontram as diretrizes para o seu segmento. Quando as Câmaras discutem algum projeto que extrapola o seu segmento, são chamadas as demais Câmaras e neste caso temos o "FORUM" das Câmaras.

Proposta de um novo Conselho

CONSELHO MUNICIPAL DE TRANSPORTES PUBLICOS

Atual composição do Conselho

Entidades	Número
Representantes do Executivo Municipal	01
Câmara de Vereadores	01
Sindicatos de Trabalhadores	01
Sindicatos Patronais	01
Associação e Conselho Comunitários - UFECO	02
Entidades Estudantis	00
Instituto Técnico de Administração e Gerência - ITAG	00
Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos - DIEESE	00
Núcleo de Transportes - Prefeitura Municipal de Florianópolis	01
Núcleo de Transportes - Universidade Federal de Santa Catarina	00
Total	07

Criticas:

Presença da UFSC, DIEESE, são entidades estranhas no Conselho, ausência de paridade entre os interessados. De outro lado a própria lei "esqueceu" de indicar representantes para algumas Entidades. Por ser um órgão de extrema sensibilidade social, outras Entidades deverão ser inseridas.

Sugestões Novo Conselho

Entidades	Número
Representantes do Executivo Municipal	01
Núcleo de Transportes - Prefeitura Municipal de Florianópolis	01
Sindicatos dos Trabalhadores em Transportes Públicos	02
Sindicatos Patronais em Transportes Públicos	02
Associação e Conselho Comunitários - UFECO	02
Associação Comercial e Industrial de Florianópolis e CDL	02
Sindicato dos Contabilistas da Grande Florianópolis	02
Conselho Regional de Contabilidade	02
Total	14

Plano Municipal de Transportes

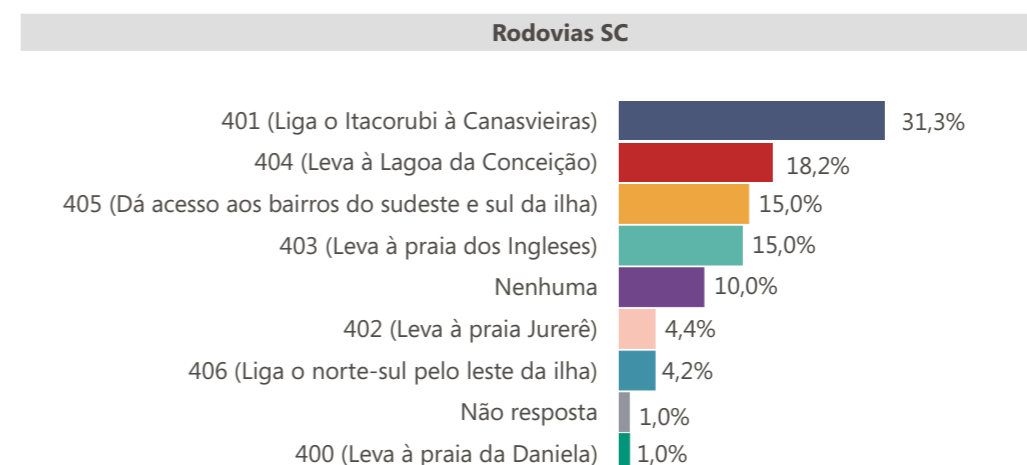
A COMTRAF não é uma operadora dos transportes coletivos atividades que cabe a iniciativa privada. A COMTRAF é uma "Agência Reguladora" do tráfego urbano.

O trânsito no seu bairro é:

Região	Trânsito	Não Resposta	Muito Bom	Bom	Depende	Regular	Ruim	Péssimo	Não tem Opinião Formada	Total
Canasvieiras		0,9%	1,4%	37,0%	6,4%	34,2%	11,0%	8,2%	0,9%	100%
Lagoa da Conceição		0,5%	0,5%	9,5%	17,5%	19,5%	19,0%	31,5%	2,0%	100%
Inglese		1,0%	0,5%	31,0%	7,0%	36,0%	11,0%	13,0%	0,5%	100%
Centro		1,4%	2,3%	29,2%	5,0%	32,4%	16,0%	12,2%	0,9%	100%
Continente		0,9%	0,5%	28,7%	0,5%	38,9%	20,4%	10,2%	0,0%	100%
Sul da Ilha		1,0%	0,0%	22,3%	5,9%	42,1%	10,9%	17,8%	0,0%	100%
Total		1,0%	0,9%	26,5%	6,9%	33,9%	14,7%	15,4	0,7%	100%

Fonte: ACIF / ESAG Jr.

Qual das rodovias SC você mais transita?



Fonte: ACIF / ESAG Jr.

Qual a sua opinião, de maneira geral, sobre a situação desta rodovia quanto ao acostamento?

Rodovia SC	Acostamento	Não Resposta	Muito Boa	Boa	Regular	Ruim	Péssimo	Não Sabe	Total
Não Resposta		92,3%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	7,7%	100%
400 (Leva a praia da Daniela)		0,0%	8,3%	16,7%	33,3%	25,0%	16,7%	0,0%	100%
401 (Liga o Itacorubi à Canasvieiras)		0,0%	0,8%	14,8%	28,8%	28,2%	24,4%	3,1%	100%
402 (Leva a praia Jurerê)		0,0%	1,8%	16,4%	41,8%	18,2%	20,0%	1,8%	100%
403 (Leva a praia dos Ingleses)		0,0%	2,1%	28,2%	34,0%	17,6%	17,0%	1,1%	100%
404 (Leva a Lagoa da Conceição)		0,0%	0,4%	12,3%	31,1%	32,0%	23,7%	0,4%	100%
405 (Dá acesso aos bairros sudeste e sul da ilha)		0,0%	0,0%	8,5%	34,4%	29,1%	24,9%	3,2%	100%
406 (Liga o norte-sul pelo leste da ilha)		0,0%	1,9%	15,1%	30,2%	26,4%	24,5%	1,9%	100%
Nenhuma		95,2%	0,0%	0,0%	0,0%	0,8%	0,0%	4,0%	100%
Total		10,4%	0,9%	13,9%	28,3%	23,9%	20,3%	2,3%	100%

Fonte: ACIF / ESAG Jr.

Qual a sua opinião, de maneira geral, sobre a situação desta rodovia quanto a sinalização?

Sinalização	Não Resposta	Muito Boa	Boa	Regular	Ruim	Péssimo	Não Sabe	Total
Rodovia SC								
Não Resposta	92,3%	0,0%	7,7%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100%
400 (Leva a praia da Daniela)	0,0%	8,3%	25,0%	25,0%	25,0%	8,3%	8,3%	100%
401 (Liga o Itacorubi à Canasvieiras)	0,0%	1,5%	29,0%	30,3%	20,9%	16,3%	2,0%	100%
402 (Leva a praia Jurerê)	0,0%	3,6%	34,5%	29,1%	16,4%	12,7%	3,6%	100%
403 (Leva a praia dos Ingleses)	0,0%	0,5%	23,4%	36,2%	22,3%	17,0%	0,5%	100%
404 (Leva a Lagoa da Conceição)	0,0%	1,3%	28,9%	35,1%	19,3%	14,5%	0,9%	100%
405 (Dá acesso aos bairros sudeste e sul da ilha)	0,0%	0,5%	24,9%	32,8%	23,3%	15,9%	2,6%	100%
406 (Liga o norte-sul pelo leste da ilha)	0,0%	1,9%	22,6%	39,6%	22,6%	13,2%	0,0%	100%
Nenhuma	95,2%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,8%	4,0%	100%
Total	10,4	1,2%	24,4	29,4%	18,8%	13,9%	1,9%	100%

Fonte: ACIF / ESAG Jr.

Você acha o transporte marítimo em Florianópolis:

Transporte Marítimo	Não Resposta	Necessário como transporte coletivo	Necessário Somente para turismo	Desnecessário	Não tem Opinião Formada	TOTAL
Região						
Canasvieiras	1,4%	60,7%	21,5%	5,9%	10,5%	100%
Lagoa da Conceição	0,5%	70,0%	17,5%	4,0%	8,0%	100%
Ingleses	0,5%	62,5%	23,5%	4,0%	9,5%	100%
Centro	1,8%	64,4%	21,0%	2,7%	10,0%	100%
Continente	1,4%	68,1%	19,4%	1,9%	9,3%	100%
Sul da Ilha	2,0%	60,4%	20,3%	5,4%	11,9%	100%
Total	1,3%	64,3%	20,5%	4,0%	9,9%	100%

Fonte: ACIF / ESAG Jr.

A cidade de Florianópolis necessita da construção de equipamentos náuticos como marinas ou atracadouros?

Equipamentos Náuticos	Não Resposta	Sim	Não	Não Sabe	TOTAL
Região					
Canasvieiras	1,4%	76,7%	7,8%	14,2%	100%
Lagoa da Conceição	1,0%	66,5%	16,5%	16,0%	100%
Ingleses	0,5%	77,5%	7,5%	14,5%	100%
Centro	1,8%	77,6%	9,6%	11,0%	100%
Continente	0,9%	73,1%	9,7%	16,2%	100%
Sul da Ilha	2,5%	66,3%	16,3%	14,9%	100%
Total	1,4%	73,1%	11,1%	14,4%	100%

Fonte: ACIF / ESAG Jr.

O seu bairro possui pontos de táxi:

Pontos de Taxis	Suficiente	Insuficiente	Não Sabe	Não Resposta	TOTAL
Região					
Canasvieiras	20,5%	70,3%	8,2%	0,9%	100%
Lagoa da Conceição	38,5%	53,5%	7,5%	0,5%	100%
Ingleses	8,0%	85,0%	6,5%	0,5%	100%
Centro	63,9%	32,0%	1,8%	2,3%	100%
Continente	51,9%	42,6%	4,6%	0,9%	100%
Sul da Ilha	8,4%	85,1%	4,5%	2,0%	100%
Total	32,4%	60,9%	5,5%	1,2%	100%

Fonte: ACIF / ESAG Jr.

O transporte urbano do seu bairro é:

Transporte Urbano	Não Resposta	Muito Bom	Bom	Regular	Ruim	Péssimo	Não tem Opinião Formada	TOTAL
Região								
Canasvieiras	0,9%	2,0%	39,3%	33,8%	11,0%	10,0%	2,7%	100%
Lagoa da Conceição	1,0%	0,0%	33,0%	34,0%	20,5%	7,0%	4,5%	100%
Ingleses	1,0%	2,5%	38,0%	34,0%	10,5%	9,0%	5,0%	100%
Centro	2,3%	5,9%	45,7%	28,3%	5,0%	6,4%	6,4%	100%
Continente	0,9%	4,2%	59,7%	23,6%	7,9%	1,9%	1,9%	100%
Sul da Ilha	2,0%	1,5%	43,6%	30,7%	13,4%	5,9%	3,0%	100%
Total	1,4%	2,3%	43,4%	30,7%	11,2%	6,7%	3,9%	100%

Fonte: ACIF / ESAG Jr.

A tarifa única é uma boa iniciativa?

Tarifa Única	Não Resposta	Sim	Não	Não tem Opinião Formada	TOTAL
Região					
Canasvieiras	0,9%	74,9%	16,9%	7,3%	100%
Lagoa da Conceição	1,5%	57,5%	28,5%	12,3%	100%
Ingleses	1,5%	77,0%	14,0%	7,5%	100%
Centro	2,3%	68,5%	17,8%	14,4%	100%
Continente	1,4%	53,7%	36,1%	8,8%	100%
Sul da Ilha	3,0%	65,8%	24,8%	6,4%	100%
Total	1,8%	66,2%	23,0%	9,0%	100%

Fonte: ACIF / ESAG Jr.

Planejamento e Operação do Trânsito Urbano

Segundo os especialistas a solução do sistema viário estará sujeito também:

- Ocupação do uso do solo incentivar o uso da ocupação do solo, nos distritos, fazendo com que as “cidades” distritais tenham todos os serviços. Com isto se evitam idas e vindas desnecessárias.
- Racionalização do Sistema de Transporte Coletivo atual, com perspectiva da Região Metropolitana.

Projeto	Descrição
Navega Floripa	O ZEEC (Zoneamento Econômico Ecológico Costeiro) deverá informar os espaços para construção dos terminais marítimos. Sistema integrado de “Ferry boat” com pelo menos duas linhas Centro-Norte-Centro e Centro-Sul-Centro. O Sistema se integra aos terminais rodoviários. A solução passa por equipamentos do tipo FERRY BOAT embarcação para transporte de passageiros e automóveis. Este equipamento pode transportar 200, 300, 500 passageiros e até 100 veículos. Este equipamento já é utilizado na travessia Salvador/Itaparica. O veículo precisa apenas de meio metro de água para atracar ou navegar. Segundo os especialistas ele se aplicaria de forma excepcional para nossa região.
MARINAS e Atracadouros Túneis	O ZEEC é o que podemos denominar de Plano Diretor do Mar. Trabalho técnico resultante do convênio ACIF/IPUF produziu o “Ordenamento Náutico” do município indicando os pontos de investimento para atracadouros e Marinas. A definir
Sistema Rodoviário	<ul style="list-style-type: none"> ● Composto pelas SCs e vias coletoras principais o sistema precisa sofrer alargamentos, acostamentos, repavimentação e sinalização adequada. Há um desejo de que Município assumas os trechos dessas rodovias estaduais, ou seja, precisamos “desestadualizar”, antes, porém, o Estado deve fazer os investimentos necessários. ● Pardais e Semáforos Florianópolis precisa ser dotada de uma sinalização moderna e, sobretudo, eficiente e educativa. As formas de sinalização atuais, notadamente, semáforos, pardais e lombadas, são arcaicas, irritam os motoristas e pouco contribuem para a educação no trânsito. A cidade deve buscar outras opções como os Controladores Eletrônicos de Velocidade, do tipo torres com display, mono ou bi-direcional (alguns já em operação), implantação de traffic calmings (nivelamento de circulação de pedestres), “vibradores” de trânsito, entre outros. ● Os túneis, dada a condição geográfica do município, são necessários e simplificam o sistema de transporte. Exemplo é o túnel Antonieta de Barros, na Via Expressa Sul. Algumas intervenções pontuais para alargamento das vias coletoras principais também são desejáveis. O IPUF e CONTRAF através de estudos de engenharia deverão identificar estas necessidades ● Quer nos ônibus tradicionais, quer nos “Amarelinhos” atualizar e aperfeiçoar o sistema de transporte urbano buscando a tarifa única metropolitana e serviços de qualidade.
Quarta Ponte	O Projeto de duplicação da Via Expressa e a construção de uma quarta ponte ligando o Continente à Ilha de Santa Catarina foi apresentado ao Governo Estadual/DEINFRA em 19/03/2007. A proposta é do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Santa Catarina (Crea-SC), inscrita pela ACIF. O projeto prevê a construção de mais duas pistas em cada lado da Via Expressa e de uma nova ponte entre as duas que são utilizadas hoje para o tráfego de veículos, a Colombo Salles e a Pedro Ivo Campos. A idéia é de que a ponte ligue o Continente ao Túnel Antonieta de Barros, no Centro. As estatísticas mostram que as pontes Colombo Salles e Pedro Ivo têm o maior volume de travessia por mar do País: 150 mil veículos por dia. Segundo especialistas se a decisão não for tomada rapidamente o sistema viário da região entrará em colapso até 2014.
SISTELI	O Sistema de Teleférico Integrado de Florianópolis deve ser examinado como alternativa complementar ao Transporte de massa. Tecnologia limpa, sustentável de reduzido impacto ambiental e amplamente utilizada no mundo. A proposta contempla mais de 20 km de extensão passando por estações de integração multimodal servidas de ampla rede de serviços à população e ao turista. Com investimentos integrais da iniciativa privada, visa oferecer deslocamentos de qualidade, com conforto e pontualidade. São previstos 40.000 novos empregos
VLT	O Veículo Leve sobre Trilhos Deve ser examinado como alternativas complementar ao Transporte de massa. Entretanto os primeiros estudos indicam enormes complexidades a serem vencidas, o custo do investimento, o financiamento e a geografia do município.
Aeroporto	Embora de responsabilidade da INFRAERO o projeto Aeroporto deve ser “coordenado” pela PMF/IPUF por se tratar de um dos mais importantes equipamentos turísticos da cidade. O seu entorno, os acessos, tudo deve ser examinado sob uma ótica técnica.
Programa de Identificação Automática de Veículos	O SINIAV Sistema Nacional de Identificação Automática de Veículos foi criado pela Resolução nº 212/2006 do Conselho Nacional de Trânsito a partir de uma necessidade levantada pela CET-SP. Tem o objetivo de proporcionar uma gestão do tráfego notadamente eficiente ao melhorar a fluidez do trânsito, aumentar a eficiência da fiscalização, diminuir o número de acidentes, melhorar a segurança, instrumentalizar a Segurança Pública e reduzir a inadimplência dos proprietários de veículos.

Anexo 1

Porque uma Empresa de Economia Mista

A COMTRAF contaria com mais agilidade administrativa na busca dos objetivos a que se propõe.

Receitas e Despesas

A Empresa será superavitária com o ingresso dos recursos das multas, zona azul, IPVA, e, sobretudo, pela prestação de serviços à Prefeitura na área do trânsito (ou então com recursos orçamentários).

1. Receitas Permanentes do IPUF orçamento 2008

Título da Receita	Valor
Rec. Remun. Banc. Multa Trânsito - IPUF	482.841
Rec. Remun. Banc. Zona Azul - IPUF	125.000
Multa Prevista Legislação Trânsito - IPUF	27.374.592
Receitas Zona Azul - IPUF	3.895.000
Cota-Parte do IPVA	41.828.759
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - IPVA	(5.575.774)
Total dos rendimentos fixos	68.130.418

2. Receitas Eventuais, previdenciárias e de Convênios do IPUF - orçamento 2008

Título da Receita	Valor
Contrib. de Serv. Ativo Civil - IPUF	461.292
IRRF s/ Outros Rendimentos Terceiros	57.745
Transf. Conv. Minixt. de Esportes/ Turismo – IPUF	1.700.000
Outros Conv. EMBRATUR/PRODETUR - IPUF	450.000
Outras Transf. Conv. Gov. Estado - IPUF	474.000
Outras Receitas - IPUF	14.445
Contribuição Patronal - Inativo Civil - IPUF	66.242
Contrib. Patr. de Serv. Ativo Civil - IPUF	1.050.000
Transf. de Instituições Privadas - IPUF	1.070.000
Operação de Crédito Interna BNDES/PMAT- IPUF	260.000

Orçamento de 2008

	Secretaria Municipal de Transportes e Terminais	7.052.050,00
	Total dos rendimentos fixos	68.130.418
	Total dos rendimentos variáveis	5.603.724
Total		80.786.192,00

Anexo 2 - Frota de Veículos (só Florianópolis)

Tipo de Veículo	Número
Automóvel	151.233
Caminhão	3.135
Caminhonetes	8.587
Micro-ônibus	803
Motocicleta	27.376
Motonetas	4.100
Ônibus	1.468
Trator de Rodas	412
Total EM 2007 (2,0 ha)	197.114
Previsão 2020 (1,8 ha)	345.000
Previsão 2030 (1,5 ha)	542.000

Fonte IBGE. Previsão ACIF

Se com a frota atual já encontramos problemas é de se imaginar o que vai acontecer nos próximos 12 anos com mais 150 mil novos veículos. O transporte coletivo deve ser incentivado encontrando novas alternativas de transporte. Poucas cidades do Brasil têm as condições de resolver esta questão quanto Florianópolis.

Anexo 3- TRANSPORTE COLETIVO DA REGIÃO METROPOLITANA

(parte do trabalho apresentado pela ACIF sobre transporte coletivo)

A Associação Comercial e Industrial de Florianópolis, atenta ao que se passa com o transporte coletivo da capital, vem à presença das autoridades municipais, estaduais e federais dar a sua contribuição neste que é, hoje, um dos principais problemas não só de Florianópolis, como de toda a Região Metropolitana.

Primeiro Passo - Transporte coletivo urbano direito do cidadão

Foco no social

Dada a complexidade da vida moderna as cidades se expandem e os mais pobres são empurrados para as periferias das cidades. É um processo lento, gradual e inexorável. Decorre deste processo histórico que os mais pobres serão sempre os mais apenados na questão do transporte. Como necessitam trabalhar, tem que se deslocar para o centro das cidades. As tarifas são fixadas tendo o custo como referência, quanto mais altos esses custos, mais elevada é a tarifa. Face aos aspectos econômicos e tecnológicos por que passa a economia, os salários não acompanham estes aumentos e se estabelece o impasse. O transporte coletivo urbano deve ser tratado como um direito do cidadão e um dever do Estado, como é a educação e a saúde.

Então o poder público (Município, Estado e a União), deve garantir políticas sociais que visem à redução das tarifas

favorecendo, certamente, os mais pobres.

Segundo Passo - Implantação da Região Metropolitana

A Região Metropolitana da Grande Florianópolis foi criada pela lei complementar estadual número 162 de 06 de janeiro de 1998. A Região Metropolitana de Florianópolis se compõe de 9 municípios: Águas Mornas, Antônio Carlos, Biguaçu, Florianópolis, Governador Celso Ramos, Palhoça, Santo Amaro da Imperatriz, São José e São Pedro de Alcântara. Tem como escopo definir as prioridades de intervenção que o Conselho de Desenvolvimento Metropolitano achar conveniente, em especial na programação de serviços comuns, tais como: TRANSPORTE COLETIVO TERRESTRES E MARÍTIMOS, segurança, água e saneamento básico, vias de acesso, coleta de lixo, poluição das Baías Norte e Sul, cursos sobre Administração Pública, deliberar, enfim, sobre qualquer matéria de interesse regional.

Trata-se de um formidável instrumento de políticas públicas e, entretanto, desde a sua promulgação, pouco se prosperou nos objetivos. Muitos projetos de interesse mútuo como o SISTEMA INTEGRADO DE TRANSPORTES e outros poderiam ser viabilizados com o esforço conjunto deste instrumento. De outro modo a lei permite a criação de Consórcios Intermunicipais para a obtenção de financiamentos que viabilizem projetos de interesse comum.

Terceiro Passo - Projeto de Lei instituindo o subsídio Municipal Regional

As receitas e o lucro justo são fatores fundamentais para manter o equilíbrio financeiro e continuar com empresas saudáveis. Não há qualidade sem custos então estes continuariam a ser calculados normalmente. Há planilhas técnicas que podem demonstrar em centavos o custo de qualquer empresa de transportes. O que deve ficar claro é que cada empresa tem seus custos diferenciados quer por linhas ou no seu todo, mas isto, também não seria impedimento para a implantação da tarifa social metropolitana.

O foco da fixação da tarifa seria, então, calculado pela ótica social. A cidade é construída por todos e onde todos pagam, os mais beneficiados seriam os que moram mais distantes.

O valor deste subsídio pode e deve ser discutido em fórum apropriado (Conselho de Desenvolvimento Metropolitano e Câmaras de Vereadores) mas seria de tal magnitude a tranquilizar a população metropolitana de nossa região.

Quarto passo - Ações junto ao Ministério das Cidades

Constituir uma Comissão Municipal/Estadual para desenvolver ações junto ao Ministério das Cidades no sentido de viabilizar um projeto de lei cujo objetivo seria a retirada dos pesados encargos tributários que pesam sobre os preços dos insumos e equipamentos no transporte coletivo. Estima-se que 50% dos custos de um ônibus, sejam impostos. Vale ressaltar que há precedentes (Lei 9445 de 14/03/1997) na remoção de

tributos sobre o óleo diesel para as colônias de pescadores de todo o Brasil e para a região amazônica.

Anexo 4 - CONSELHO MUNICIPAL TRANSPORTES

Lei Ordinária nº 3627 de 08/10/1991

DISPÕES SOBRE A CRIAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE TRANSPORTES

Anexo 5 - Cargos

- Pessoal Técnico
- Administrador
- Analista de Sistemas
- Arquiteto paisagista
- Arquiteto urbanista
- Economista
- Engenheiro (Elétrico)
- Engenheiro agrimensor/cartógrafo
- Engenheiro civil (hidrologia)
- Engenheiro civil (portos e Marinas)
- Engenheiro civil (rodovias)
- Engenheiro civil (transportes e trânsito)
- Engenheiro Civil Transportes Trânsito
- Engenheiro Civil (túneis, pontes, viadutos)
- Estatístico
- Políticas Públicas e Gestão
- Auxiliar Técnico
- Auxiliares Administrativos
- Auxiliares Serviços Gerais

Anexo 6

LEI Nº 2990/88

DISPÕE SOBRE A IMPLANTAÇÃO DE TRANSPORTE COLETIVO ESPECIAL, DENOMINADO "BONDINHO AÉREO"

Faço saber a todos os habitantes do Município de Florianópolis, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a implantar o Sistema de Transporte Coletivo Especial, chamando de "BONDINHO AÉREO", com o objetivo de colaborar e expandir a indústria de turismo na Ilha de Santa Catarina.

Art. 2º - O Município poderá, caso haja interesse, conceder a exploração dos serviços a terceiros, mediante processo licitatório prévio.

Art. 3º - Para a implantação do Sistema, poderá a Prefeitura criar, no Orçamento Municipal, item próprio para a receita e despesa.

Art. 4º - O Poder Executivo baixará decreto estabelecendo o regulamento, localização e as bases para a exploração do Serviço Público de que trata a presente Lei.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal, em Florianópolis, aos 28 de julho de 1988.

EDISON ANDRINO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal



Fundação Cultural de Florianópolis - Franklin Cascaes

Missão

Promover as artes em todas as suas dimensões, propiciar condições adequadas a que o povo se expresse nos seus cultos, costumes, crenças, comportamentos, valores, na sua produção humana, com vistas a congregar os segmentos sociais, preservando a memória histórica, artística e cultural do município.

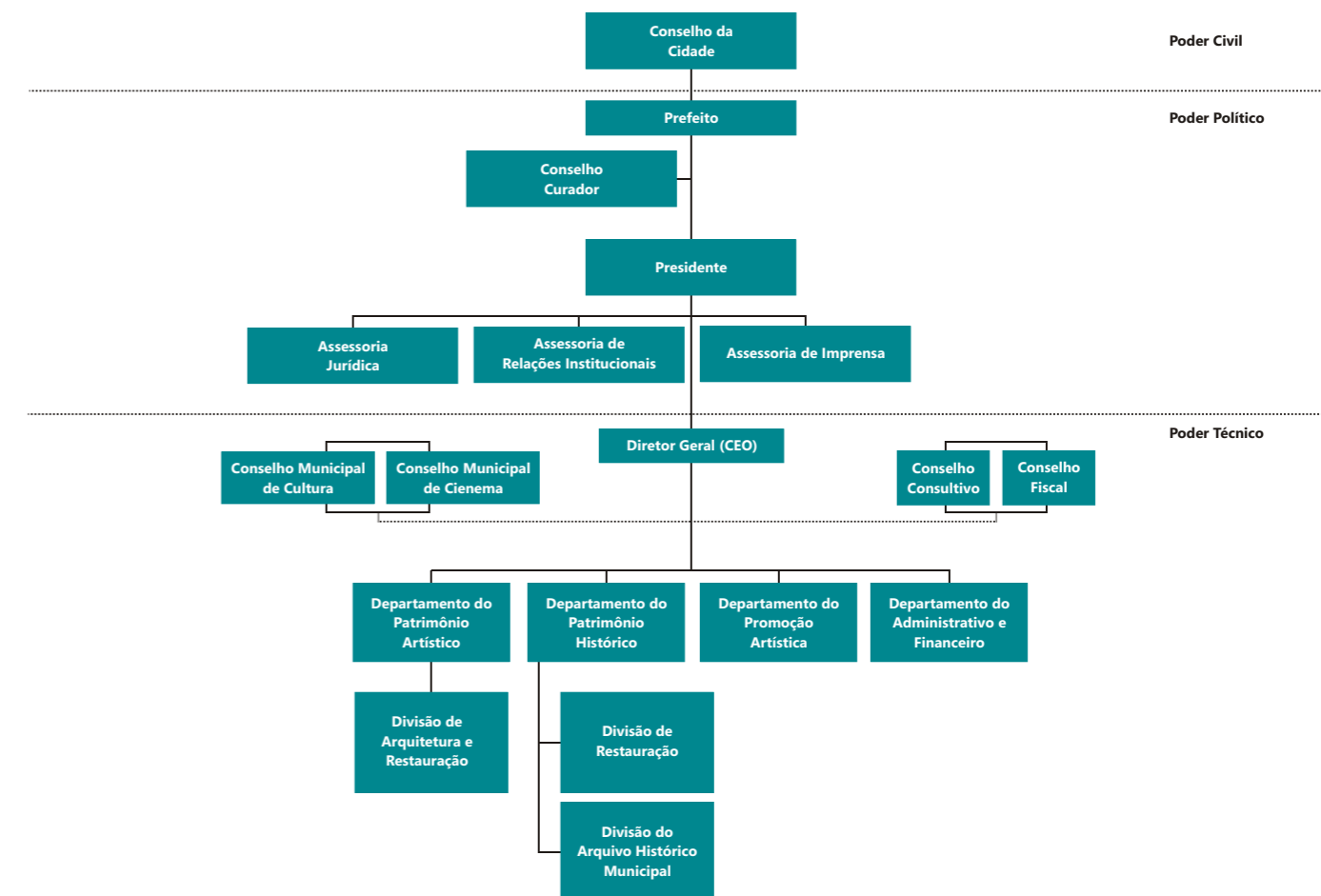
Visão

Contribuir para que o município resgate a memória histórica, cultural e artística dos seus antepassados, do presente e projete uma sociedade voltada ao respeito de suas raízes marco primeiro para a identidade de um povo, seu orgulho e auto-estima.

Objetivos

Fundada pela lei municipal 2647/87 compete à Fundação Franklin Cascaes a política cultural da cidade, de acordo com os artigos 215 e 216 da CF, coordenando, organizando e promovendo a oferta múltipla e pluralista de bens e serviços culturais, abrindo possibilidades de inter-relação com os vários segmentos da sociedade nos seus 12 distritos. A Fundação tem importante papel na divulgação da nossa cultura, instrumento poderoso de atração turística. Vale ressaltar que este gerenciamento do patrimônio cultural municipal compreende os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. A Constituição também estabelece que cabe ao poder público, com o apoio da comunidade, a proteção e a preservação do patrimônio histórico e artístico do país.

Estrutura Organizacional da Fundação Franklin Cascaes



Novo Conselho Curador

Compete ao Conselho Curador a aprovação dos planos anuais e plurianuais da Política Cultural do Município.

N	Membros
01	Prefeito Municipal - Presidente
01	Instituto Planejamento Urbano de Florianópolis – IPUF
01	Secretaria da Casa Civil
01	Fundação Cultural Florianópolis - Franklin Cascaes
01	Fundação Municipal Esportes
01	Secretaria Municipal Ciência e Tecnologia
01	Secretaria Municipal Educação
01	Secretaria Municipal Fazenda
01	Secretaria Municipal Turismo
01	Secretaria Regional Continente
01	Secretaria Regional Leste
01	Secretaria Regional Norte
01	Secretaria Regional Sul
13	

Inserção do Conselho Consultivo

O Conselho Consultivo é órgão auxiliar da Administração da Fundação. Composto pelos segmentos representativos da cultura local, tem a nobre missão de oferecer as diretrizes, os caminhos que devem seguir a cultura local, quer na promoção do artista, na promoção de eventos, quer na área dos investimentos. O número de componentes poderá ser de até 42 duas entidades culturais.

Membros	Número
Segmentos Culturais	34
Universidade Estadual de Santa Catarina/ UDESC	02
Universidades Privadas com Sede na Capital	02
Escolas Públicas e Privadas	02
Escolas Especiais	02
Total	42

Inserção das Câmaras Temáticas

As Câmaras Temáticas estão inseridas dentro do Conselho Consultivo. A Fundação Franklim Cascaes agrupa 07 temas, com o objetivo de identificar e discutir as questões fundamentais do setor e propor ações para resolução dos problemas e entraves, necessários à consecução de planos culturais.

Cada Câmara é constituída, predominantemente, por representantes de entidades que tenham afinidade com o tema proposto. Por exemplo se o assunto for Artes Cênicas os seus representantes, deverão exercer alguma atividade relacionada ao palco (artista, diretor, técnico)

Fórum

As Câmaras Temáticas são fóruns de discussão dos especialistas de cada segmento, reunidos encontram as diretrizes para o seu segmento. Quando as Câmaras discutem algum projeto que extrapola o seu segmento, são chamadas as demais Câmaras e neste caso temos o "FORUM" das Câmaras.

Câmaras Temáticas	Área de Atuação	Nº
Artes Cênicas	Programação anual e plurianual vinculada a teatro e circo	06
Artes Musicais	Programação anual e plurianual vinculada à musica em todos os seus segmentos	06
Artes Visuais	Programação anual e plurianual vinculada a pintura, desenhos, iconografia e escultura	06
Danças	Programação anual e plurianual vinculada às expressões do corpo em movimento.	06
Letras e Literatura	Programação anual e plurianual vinculada à literatura, ao livro, a bibliotecas.	06
Cinema	Programação anual e plurianual vinculada memória cinematográfica, áudio visual, arte digital,	06
Bens Imateriais	Programação anual e plurianual vinculada a bens intangíveis como Procissão S dos Passos.	06
Total		42

Após implantação criar o Regimento Interno das Câmaras.

Novo Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal é um órgão de controle interno, composto de "X" titulares e "X" suplentes com vistas a examinar as contas, os livros contábeis e quaisquer outros atos e fatos administrativos ou financeiros.

Nova Diretoria Executiva

A Diretoria Executiva tem como atribuições a gestão de toda a Política Cultural afeta à Fundação. O quadro Diretivo se compões da estrutura abaixo:

01	Presidência
	Gabinete da Presidência – Assessoria Jurídica
	Gabinete da Presidência – Assessoria de Imprensa
	Gabinete da Presidência – Assessoria Relações Institucionais
	Gabinete da Presidência - Unidade de Apoio Administrativo
	Diretor Geral (CEO)
02	Departamento do Patrimônio Artístico
03	Departamento do Patrimônio Histórico
04	Departamento da Promoção Artística
05	Departamento Administrativo e Financeiro
	• Comissão de Avaliação do Patrimônio Cultural – apreciação e deliberação sobre questões de patrimônio edificado e sítios urbanos de interesse histórico e cultural. (Ver com Sandra)

Departamento do Patrimônio Artístico

Compete a este Departamento o gerenciamento do acervo artístico-cultural do município, inclusive os imóveis tombados. Compõe esse acervo obras de Pintura, Escultura, Desenho, Gravura e Fotografia dos artistas locais, estaduais, brasileiros e estrangeiros em qualquer tempo. Os acervos que constituem esse patrimônio poderão estar abrigados nos seguintes espaços: Museus, Órgãos Públicos, Palácios, Casas particulares, espaços públicos externos, praças e Jardins e assim por diante. Todo o acervo deverá estar disponibilizado no Portal da Fundação.

- **Divisão de Arquitetura e Restauração**

Compete a manutenção e restauração do Patrimônio Artístico Cultural através de técnicos especializados.

Departamento do Patrimônio Histórico

Compete a este departamento a guarda do acervo histórico-documental do município, a catalogação, conservação e preservação das fontes referenciais sobre a história da cidade. Faz parte do acervo, entre outros: livros, manuscritos, periódicos, mapas, plantas e projetos arquitetônicos, material iconográfico (desenhos e aquarelas), rótulos, embalagens, fitas magnéticas, discos em vinil, cd's, fotografias em papel. Além de manter viva a memória histórica da cidade permite acesso aos pesquisadores, estudantes e ao público em geral.

- **Divisão de Restauração**

Compete a manutenção e restauração do Patrimônio Histórico através de técnicos especializados.

- **Divisão do Arquivo Histórico Municipal**

O Arquivo Histórico é um órgão da Prefeitura Municipal de Florianópolis, criado pela Lei Municipal nº 4.491 de 14 de setembro de 1994, sendo inaugurado no dia 19 de dezembro de 1995. Está subordinado à Secretaria Municipal da Administração.

Com o encaminhamento dos documentos históricos que encontram-se nos vários órgãos da Prefeitura Municipal de Florianópolis, cabe ao Arquivo Histórico organizar estes

documentos para deixá-los disponíveis aos pesquisadores, estudantes e a população em geral.

NB: funcionava junto da Secretaria de Administração

Departamento da Promoção Artística

Compete a este Departamento estabelecer o Plano de duração Plurianual visando o desenvolvimento cultural do município e a integração das ações entre o Poder Público e Privado que conduzam à defesa e valorização do patrimônio cultural municipal, promoção e difusão dos bens culturais, formação de pessoal qualificado nos diferentes segmentos, entre outros:

Departamento Administrativo e Financeiro

Compete a este Departamento:

- Gerir os recursos humanos, financeiros e patrimoniais do Instituto Agência, assumindo, em conjunto com o Diretor Presidente, a função de ordenador das despesas.

Plano Municipal de Cultura - Ações Administrativas

Tipo de Arte	Ação
Núcleo das Artes Cênicas	Programação anual e plurianual vinculada a teatro e circo
Núcleo das Artes Musicais	Programação anual e plurianual vinculada à música em todos os seus segmentos
Núcleo das Artes Visuais	Programação anual e plurianual vinculada a pintura, desenhos, iconografia e escultura
Núcleo das Danças	Programação anual e plurianual vinculada às expressões do corpo em movimento.
Núcleo das Letras	Programação anual e plurianual vinculada à literatura, ao livro, a bibliotecas.
Núcleo do Cinema	Programação anual e plurianual vinculada memória cinematográfica, áudio visual, arte digital,
Núcleo dos Bens Imateriais	Programação anual e plurianual vinculada a bens intangíveis como Procissão S dos Passos.

Plano Municipal de Cultura Investimentos

Nome do Projeto	Descrição
Biblioteca Central Municipal	A Biblioteca Central Municipal "DV" subordinada à Fundação Franklim Cascaes será um centro de cultura, estudos e pesquisa. Contará com o acervo de livros históricos e modernos, mídia eletrônica, entre outras.
Casa da Cultura Distrital	Construir em cada Distrito a Casa da Cultura "DV" centro de atração da tradição, do folclore, do artesanato local. O conjunto deverá representar fonte de turismo do Distrito.
Aquisição de acervos	Programa de aquisição de acervos particulaes e de interesse da cultura municipal.
PROJETO MONUMENTA (em colaboração com a SECRETARIA DE TURISMO)	O Monumenta é o programa de recuperação sustentável do patrimônio histórico urbano brasileiro tombado pelo IPHAN e sob tutela federal. Tem por objetivo preservar as áreas urbanas prioritárias do patrimônio histórico e artístico urbano sob proteção federal, estimulando sua sustentabilidade. Há muitos prédios tombados no Centro de Florianópolis, então cabe um projeto desta envergadura
Museu Nacional do Mar	Transformar a antiga fortaleza Santa Bárbara, onde funciona hoje a Fundação Franklim Cascaes, em Museu Nacional do Mar. Este projeto já esta sendo desenvolvido pela ACIF e Sociedade Amigos da Marinha/SOAMAR.
Arquivo Histórico Municipal	Construção do Arquivo Histórico Municipal órgão de fundamental importância para a conservação, identificação, ordenação e divulgação do valioso conjunto documental produzido pela administração pública municipal desde a sua fundação. Concepção moderna com forte utilização dos meios eletrônicos. (Patrimônio Histórico)
Museu eletrônico	SISTEMA MUNICIPAL DE MUSEUS – SMM O SMM tem como objetivos coordenar as ações administrativas que levem ao conhecimento das obras de artes espalhadas pelo município quer nas mãos do poder público como nas mãos das pessoas. O museu é um espaço físico, mas a tecnologia nos propicia o espaço eletrônico. Há obras de arte junto de muitas famílias. Não se trata de "desapropriar" as peças senão catalogá-las e colocá-las à disposição do público via internet.
Revitalização Fortalezas	Eram 11, restam 08 das quais 04 restauradas precariamente. Trata-se do maior acervo patrimonial do município. Foram os pontos iniciais da soberania nacional.
REVITALIZAÇÃO DE ESPAÇOS CULTURAIS DISTRITAIS	Compete ao IPUF disponibilizar projetos de revitalização dos espaços culturais distritais como Santo Antônio, Ribeirão da Ilha entre outros. Quem tem projeto tem interessados em investir.

SISTEMA BRASILEIRO DE MUSEU

O Sistema Brasileiro de Museus - SBM, criado pelo Decreto nº 5.264, de 5 de novembro de 2004, é um marco na atuação das políticas públicas voltadas para o setor museológico. Seu estabelecimento cumpre uma das premissas na Política Nacional de Museus, ou seja, a constituição de uma ampla e diversificada rede de parceiros que, somando esforços, contribuam para a valorização, a preservação e o gerenciamento do patrimônio cultural brasileiro sob a guarda dos museus, de modo a torná-los cada vez mais representativo da diversidade étnica e cultural do país.

O SBM tem a finalidade de facilitar o diálogo entre museus e instituições afins, objetivando a gestão integrada e o desenvolvimento dos museus, acervos e processos museológicos brasileiros. Além disso, o SBM propicia o fortalecimento e a criação dos sistemas regionais de museus, a institucionalização de novos sistemas estaduais e municipais de museus e a articulação de redes temáticas de museus. Também é atribuição do SBM propor a criação e o aperfeiçoamento de instrumentos legais para o melhor desempenho e desenvolvimento das instituições museológicas no Brasil.

Implementação da Política Estadual de Museus SEM/SC

SISTEMA ESTADUAL DE MUSEUS - SEM

- O SEM coordenado pela Fundação Catarinense de Cultura, tem como objetivos a implementação do Sistema Estadual de Museus através das seguintes ações:
- Oficinas de capacitação em patrimônio cultural;
- Assessoria Técnica aos museus do Estado;
- Elaboração e distribuição de Cartilhas, divulgando padrões e procedimentos técnico-científicos, aos profissionais de museus;
- Estímulo aos museus do Estado para o cadastramento no SEM/SC e, no Cadastro Nacional de Museus, IPHAN/MINC;
- Boletins Informativos do SEM/SC, encaminhados via postal;
- Atualização do cadastro dos museus do Estado;
- Reuniões do Comitê Gestor

SISTEMA MUNICIPAL DE MUSEUS - SMM

O SMM tem como objetivos coordenar as ações administrativas que levem ao conhecimento das obras de artes espalhadas pelo município quer nas mãos do poder público como nas mãos das pessoas. O museu é um espaço físico, mas a tecnologia nos propicia o espaço eletrônico. Há obras de arte junto de muitas famílias. Não se trata de "desapropriar" as peças senão catalogá-las e colocá-las à disposição do público via internet.

Sistema Nacional de Cultura

O Sistema Nacional de Cultura (SNC) é uma das principais metas da atual gestão federal no campo da cultura. Estados, Distrito Federal (DF) e Municípios, representados pelos respectivos responsáveis pela cultura, vêm definindo, com a União, uma agenda para coordenar planos e ações públicas para

a cultura em todo o país. Para alcançar estes objetivos vale observar:

- Programa e Ações do Ministério da Cultura
- Secretaria Estadual da Cultura
- Fundação Catarinense de Cultura
- Conselho Estadual de Cultura
- Conselho Nacional de Cultura
- IPHAN Instituto Patrimônio Histórico
- Lei Federal de Incentivo à Cultura (Lei nº 8.313/91)
- Lei do Audiovisual (Lei nº 8.685/93)
- Lei Estadual de Incentivo à Cultura (Lei nº 10.929/98)
- Decreto Estadual 3.604/98.
- Lei municipal 3659/91
- Decretos municipais 636/92 e 362/98

SISTEMA CATARINENSE DE CULTURA

A Fundação Catarinense de Cultura, pessoa jurídica de direito público interno, foi instituída pelo Decreto Estadual nº 7.439, de 24 de abril de 1979, e mantida pela Lei Estadual nº 9.831, de 17 de fevereiro de 1995. Tem sob sua responsabilidade o Teatro Álvaro de Carvalho, o complexo cultural do Centro Integrado de Cultura que compreende o Teatro Ademir Rosa, o Museu de Arte de Santa Catarina, o Museu da Imagem e do Som, as Oficinas de Arte e o Espaço Cultural Lindolf Bell.

Administra também a Casa da Alfândega, a Biblioteca Pública de Santa Catarina, a Escolinha de Artes, o Museu Etnográfico Casa dos Açores em Biguaçu, o Museu Casa de Campo Governador Hercílio Luz em Rancho Queimado e o Museu Nacional do Mar em São Francisco do Sul.

Os principais objetivos da Fundação Catarinense de Cultura são executar a política de apoio à cultura; formular, coordenar e executar programas de incentivo às manifestações artístico-culturais; estimular a pesquisa da arte e da cultura, apoiar instituições culturais públicas e privadas, incentivar a produção e a divulgação de eventos culturais e integrar a comunidade às atividades culturais.

Anexo 1 - Estrutura atual

A Fundação opera com os seguintes órgãos:

- Conselho Deliberativo
- Superintendente
- Coordenadoria Geral
- Coordenadoria de Teatro
- Coordenadoria de Eventos Comunitários
- Coordenadoria de Artes
- Coordenadoria de Patrimônio

Anexo 2 - Conselho(s) Municipal

CONSELHO MUNICIPAL CULTURA Lei Ordinária nº 2639 de 13/07/1987	Franklim Cascaes
CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA DE FLORIANÓPOLIS	
CONSELHO MUNICIPAL CINEMA	Franklim Cascaes

Anexo 3 - Verba Orçamentária para 2008

Sob a rubrica de "Cultura" encontramos verbas nestes três órgãos. As verbas se misturam às atividades, não há critérios conhecidos na sua distribuição.

Fundação Franklim Cascaes	6.658.027,00
Instituto Planejamento Urbano IPUF	6.170.000,00
Secretaria Municipal de Turismo (1)	8.701.000,00
Fundo Municipal do Cinema	350.000,00
Total	21.879.027,00

(1) As verbas se misturam às atividades turísticas

Anexo 4 - Cargos

Pessoal Técnico
 Administrador
 Analista de Sistemas
 Arquiteto paisagista
 Arquiteto de Restaurações
 Arquiteto urbanista
 Antropólogo Cultural (especialista em folclore)
 Arqueólogo
 Engenheiro civil (edificações)
 Técnico em Artes Cênicas 2º grau
 Técnico em Artes Musicais 2º grau
 Técnico em Artes Visuais 2º grau
 Técnico em Danças 2º grau
 Técnico em Literatura 2º grau
 Técnico em Cinema 2º grau
 Técnico em Bens Imateriais 2º grau
 Auxiliares Administrativos 2º grau
 Auxiliares Serviços Gerais 2º grau



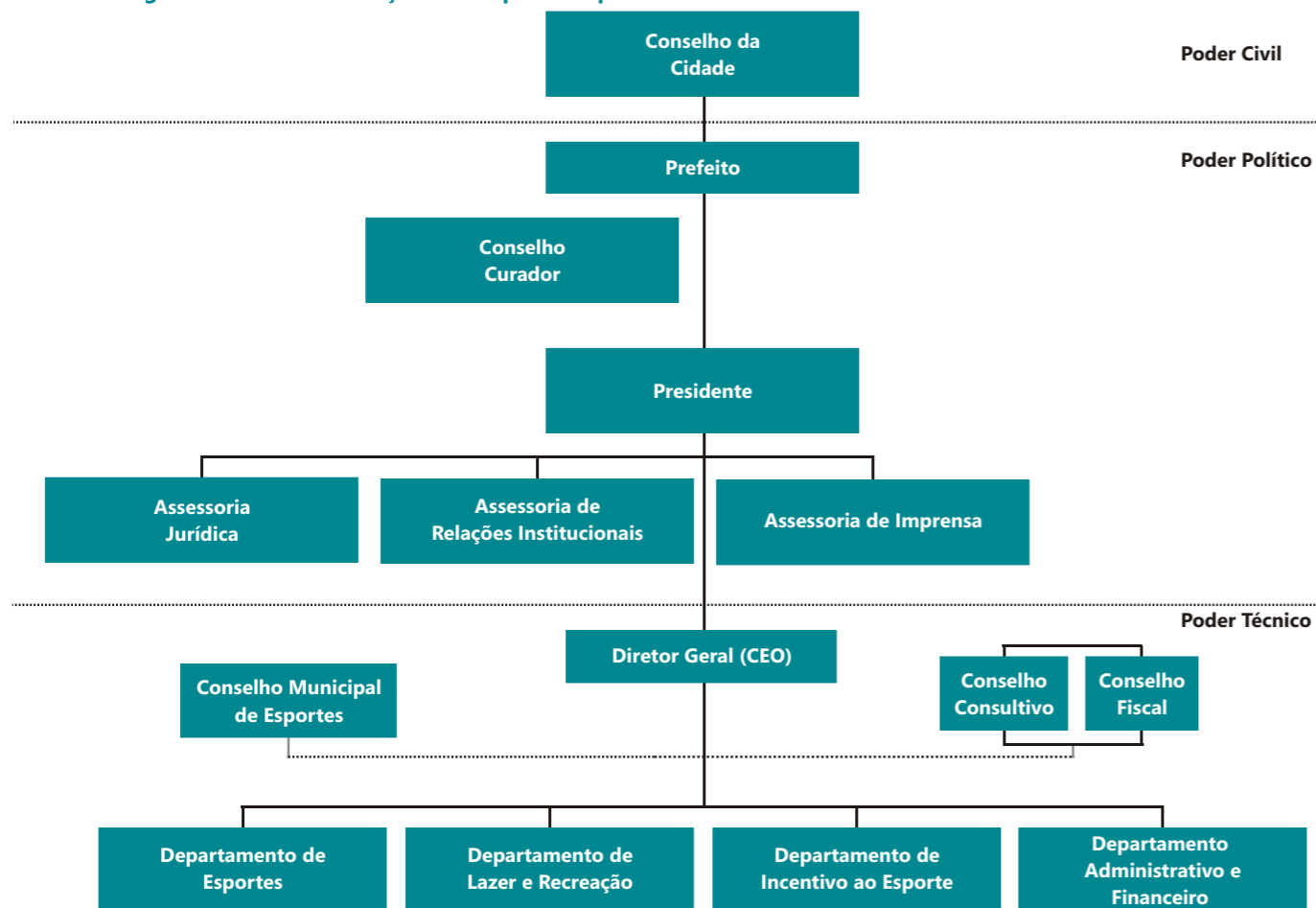
**Fundação
 Municipal de
 Esportes**

Missão
Incentivar as práticas esportivas, de lazer e demais atividades físicas nas diferentes faixas de idade, promover o bem estar do cidadão, a promoção e inserção social, à prevenção ao uso de drogas com vistas a buscar uma sociedade mais justa e feliz.

Visão
Levar Florianópolis a ser um centro de práticas olímpicas e ter como paradigma apoio aos jovens talentos nos diferentes esportes.

Objetivos
A FESPORTES opera com estrutura organizacional desde sua fundação Lei 2600/87 e tem como finalidade:
I - estudar, projetar e executar com recursos próprios ou transferidos, a construção, ampliação ou reforma de prédios e instalações destinados ao desenvolvimento de atividades esportivas no Município de Florianópolis;
II - organizar e desenvolver programas esportivos;
III - explorar, através de arrendamento, os campos e quadras esportivas de sua propriedade, observada a sua finalidade;
IV - explorar, diretamente ou através de arrendamento, as dependências dos bens de sua propriedade, destinados à prática de esportes, observada a legislação em vigor;
V - exercer quaisquer outras atividades relacionadas com o esporte e a educação física, compatíveis com suas finalidades.
VI - celebrar convênios, contratos, acordos e termos de compromisso ou protocolos com pessoas físicas e entidades públicas ou privadas, inclusive estrangeiras, para a consecução de seus objetivos, respeitada a legislação pertinente;
VII - cooperar com órgãos e instituições públicas que atuem no setor, compatibilizando as ações dos agentes municipais, respeitada a legislação pertinente;

Estrutura Organizacional da Fundação Municipal de Esportes



Novo Conselho Curador

Compete ao Conselho Curador a aprovação dos planos anuais e plurianuais da Política Esportiva do Município

Membros	N
Prefeito Municipal Presidente	01
Diretor Presidente da Fundação	01
Procuradoria Geral	01
Secretaria da Casa Civil	01
Fundação Cultural Florianópolis - Franklin Cascaes	01
Secretaria Municipal Ciência e Tecnologia	01
Secretaria Municipal Desenvolvimento Social	01
Secretaria Municipal Educação	01
Secretaria Municipal Fazenda	01
Secretaria Municipal Saúde	01
Secretaria Municipal Turismo	01
Secretaria Regional Continente	01
Secretaria Regional Leste	01
Secretaria Regional Norte	01
Secretaria Regional Sul	01
Total	15

Novo Conselho Consultivo (tantos quantos forem as Entidades esportivas)

O Conselho Consultivo é órgão auxiliar da Administração da Fundação. Composto pelos segmentos representativos da cultura local, tem a nobre missão de oferecer as diretrizes, os caminhos que devem seguir os esportes, quer na promoção do atleta, na promoção de eventos, quer na área dos investimentos. O número de componentes poderá ser de até 68 entidades.

Membros	Número
Segmentos esportivos	48
Universidade Estadual de Santa Catarina/ UDESC	05
Universidades Privadas com Sede na Capital	05
Escolas Públicas e Privadas	05
Escolas Especiais	05
Total	68

Inserção de Câmaras Temáticas

Câmara Temática	Nº	O que faz
Atletismo	03	Contribui na formulação do Plano Municipal de Esportes
Basquetebol	03	Contribui na formulação do Plano Municipal de Esportes
Ciclismo	03	Contribui na formulação do Plano Municipal de Esportes
Desportos Aquáticos	03	Contribui na formulação do Plano Municipal de Esportes
Futebol Amador	03	Contribui na formulação do Plano Municipal de Esportes
Futebol de Salão	03	Contribui na formulação do Plano Municipal de Esportes
Ginástica	03	Contribui na formulação do Plano Municipal de Esportes
Halterofilismo	03	Contribui na formulação do Plano Municipal de Esportes
Handebol	03	Contribui na formulação do Plano Municipal de Esportes
Hípismo	03	Contribui na formulação do Plano Municipal de Esportes
Judô	03	Contribui na formulação do Plano Municipal de Esportes
Remo	03	Contribui na formulação do Plano Municipal de Esportes
Tênis	03	Contribui na formulação do Plano Municipal de Esportes
Triatlon	03	Contribui na formulação do Plano Municipal de Esportes
Vela	03	Contribui na formulação do Plano Municipal de Esportes
Voleibol	03	Contribui na formulação do Plano Municipal de Esportes
Total	48	

Novo Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal é um órgão de controle interno, composto de "X" titulares e "X" suplentes com vistas a examinar as contas, os livros contábeis e quaisquer outros atos e fatos administrativos ou financeiros.

Diretoria Executiva

01	Presidência Gabinete da Presidência – Assessoria Jurídica Gabinete da Presidência – Assessoria de Imprensa Gabinete da Presidência – Assessoria Relações Institucionais Gabinete da Presidência - Unidade de Apoio Administrativo
	Diretor Geral (CEO)
02	Departamento de Esportes
03	Departamento do Lazer e Recreação
04	Departamento de Incentivos Fiscais
05	Departamento Administrativa e Financeira

Departamento de Esportes

Compete a esta Diretoria:

- Programar e gerenciar as atividades esportivas através de um calendário de eventos devendo apoiar os potenciais atletas de nossa cidade. A participação de nossos atletas em eventos estaduais e nacionais não pode nem deve ser esquecida. O Atleta para melhorar sua performance tem que competir, participar.

Departamento de Lazer e Recreação

Compete a esta Diretoria:

- Programar e gerenciar as atividades de lazer e recreação através de um calendário de eventos inclusive nos Distritos de nosso município.

Seguem alguns exemplos

Departamento de Incentivo ao Esporte

Compete a esta Diretoria:

- Informar e viabilizar projetos de incentivo ao esporte dentro das leis existentes. Como captar recursos de tributos municipais, estaduais, federais e internacionais. Identificar os incentivadores, pessoas físicas e jurídicas que desejam contribuir. Construir todos os formulários necessários dentro destes objetivos.

Departamento Administrativo e Financeiro

Compete a este Departamento:

- Gerir os recursos humanos, financeiros e patrimoniais do Instituto Agência, assumindo, em conjunto com o Diretor Presidente, a função de ordenador das despesas.

Plano Municipal de Esportes

Dentre os diferentes projetos que podem compor um Plano Municipal destacam-se:

Projetos	Descrição
Programa Talento Esportivo	É uma ação com a finalidade de identificar jovens e adolescentes matriculados na rede escolar que apresentam níveis de desempenho motor compatíveis com a prática do esporte de competição e de alto rendimento. Fichar os talentos. Os objetivos são claros, descobrir as promessas para os esportes olímpicos.
Olimpiadas Universitárias	Florianópolis e região sediam mais de 20 unidades de Ensino Superior. Em parceria com estas Entidades a Fundação pode construir um bem sucedido programa de disputas esportivas envolvendo os jovens universitários e os que frequentam "cursinhos" Modalidades como judô, futsal, atletismo, basquetebol, handebol, xadrez, natação, voleibol e o próprio futebol poderão ser disputadas nas Olimpíadas Universitárias, tanto na categoria masculina quanto na feminina.
Programa Segundo Tempo (Ministério dos Esportes)	Contando com as parcerias firmadas com diversos Ministérios do Governo Federal, tem por estratégia de funcionamento o estabelecimento de alianças e parcerias institucionais, mediante a descentralização da execução orçamentária e financeira para Governos Estaduais, Governos Municipais, Organizações Não-Governamentais e entidades nacionais e internacionais, públicas ou privadas sem fins lucrativos. Por meio da celebração de convênios com o Ministério do Esporte, essas entidades se tornam responsáveis pela execução do Programa, que se dá por meio de Núcleos de Esporte Educacional
Programa Esporte e Lazer da Cidade (Ministério dos Esportes)	Implantado e gerenciado pela Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer, SNDEL, do Ministério do Esporte, o programa visa, em síntese, suprir a carência de políticas públicas e sociais que atendam às crescentes necessidades e demandas da população por esporte recreativo e lazer, sobretudo daquelas em situações de vulnerabilidade social e econômica, reforçadoras das condições de injustiça e exclusão social a que estão submetidas
CENESP	A rede CENESP é composta pelas estruturas físicas e administrativas, recursos humanos e materiais existentes nas instituições de ensino superior, onde os centros ou núcleos estão implantados. Em SC, Universidade Estadual de Santa Catarina/ UDESC faz parte desta Rede.
Bolsa Atleta	Construir alternativa financeira do tipo "Bolsa" para potenciais atletas de nossa cidade. Buscar a viabilização através de recursos estaduais e/ou federais.
Programa Clube-escola-comunidade	Conveniar os clubes da cidade e através de parceria sob gerenciamento da Fundação de Esportes, propiciar aos jovens carentes com potencial esportivo realizarem seus treinamentos.
Jogos da Juventude	Pode ser uma opção de caráter geral a todos os jovens, feminino e masculino de participarem de competições esportivas confrontando, por exemplo os Distritos de nosso município. Segmentos como motoboys, taxistas, atendentes noturnos, etc. Podem ser outra opção.
Pedalando na cidade	Uma boa sugestão para aqueles que apreciam o esporte, lazer e recreação seriam programas com a bicicleta. Aqui os eventos são inúmeros. O programa tem a função de estimular o uso da bicicleta, reduzir o número de automóveis na cidade.
Rua Feliz	Reunir os moradores de bairros e através de "oficinas" descobrir o artista "que dorme" em muitas pessoas.
Margens protegidas Rios Saudáveis	Patrulhas de Estudantes municipais passariam a competir sobre coleta de resíduos nos rios e/ou, plantação de mudas ao longo das margens ciliares de nossos rios e lagoas. (FLORAM)

Natal, Páscoa, Dia das mães, Pais	Levar a recreação para as pessoas carentes. Podem-se ampliar estas atividades usando um ônibus adaptado para levar atividades diversificadas de recreação e lazer a locais desprovidos de infra-estrutura atendendo a 3ª idade em lares e casas de repouso, crianças internadas em enfermarias pediátricas e mesmo a população de Distritos distantes.
Festival de Férias	São inúmeras as atividades que podem ser desenvolvidas. A preocupação é sempre com as localidades carentes. Eventos de danças, concursos de calouros, passeios, gincanas, entre outras.
Eventos Comemorativos	Festa de aniversário da cidade, da criança, do idoso, entre outros.
Programa Esporte e Lazer da Cidade (Ministério dos Esportes)	Implantado e gerenciado pela Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer, SNDEL, do Ministério do Esporte, o programa visa, em síntese, suprir a carência de políticas públicas e sociais que atendam às crescentes necessidades e demandas da população por esporte recreativo e lazer, sobretudo daquelas em situações de vulnerabilidade social e econômica, reforçadoras das condições de injustiça e exclusão social a questão submetidas. Este é o compromisso do Programa Esporte e Lazer da Cidade, organizado em 14 ações inter-relacionadas sob a articulação geral da ação Gestão e Administração do Programa visando a superação dos problemas anteriormente mencionados.
Especiais	Captar eventos de caráter nacional e internacional como o Iron Man, Campeonatos nacionais de Surf, entre outros.
Investimentos	<ul style="list-style-type: none"> Construir um Centro Olímpico com pesquisas psico-médicas ligadas ao desporto. O espaço, por óbvio seria destinado às práticas esportivas. Trata-se de investimento poderoso para alavancar os esportes em nossa cidade. Centro de Memória e Registros Esportivos com vistas a preservação da história esportiva do município. Várzea Iluminada com vistas a iluminar os campos de futebol assegurando às comunidades mais segurança e tempo para se divertir. Poderia ser examinado uma compensação social para incluir outros esportes.

Anexo 1 - Estrutura Atual**Conselho Curador**

Membros	Nº
Secretario de Finanças	01
Secretario de Administração	01
Secretario de Turismo, Cultura e Esportes	01
Total	03

Superintendência (subordinada ao Conselho Deliberativo)

Membros	Nº
Superintendência	
Superintendência Adjunta de Administração e Finanças	
•Coordenador Departamento de Pessoal	
•Coordenador Departamento de Finanças	
•Coordenador de Serviços Gerais e Patrimônio	
Superintendência Adjunta Assuntos Técnicos	
•Coordenador de Projetos Esportivos	
•Coordenador de Projetos Especiais	

Consolidação das Leis do Trabalho

Anexo 2 - Conselho(s) Municipais

CONSELHO MUNICIPAL ESPORTES Lei Ordinária nº 1420 de 20/04/1976 CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DE ESPORTES	Fundação Esportes
---	-------------------

Verba Orçamentária para 2008

Para as atividades de Esportes foram alocadas verbas orçamentárias de 5,3 milhões.

Fundação Municipal de Esportes	5.346.574,00
---------------------------------------	---------------------

Anexo 3 - Cargos

Pessoal Técnico
Administrador
Analista de Sistemas
Técnico em Esportes (Educação Física)
Auxiliares Técnicos
Auxiliares Administrativos
Auxiliares Serviços Gerais

PMF 2012

Fundação Municipal do Meio Ambiente

Missão

Exercer o poder de "polícia ambiental" em consonância com outros órgãos estaduais e federais, com vistas à preservação do Meio Ambiente em todas as suas formas, à defesas dos recursos hídricos, da fauna e da flora dentro de uma política de desenvolvimento auto-sustentável.

Visão

Conceber o município como uma "unidade ambiental sustentável", eliminar os pontos poluidores e propiciando controles adequados ao controle da qualidade ambiental em toda a biosfera do município, contribuindo para alcançar um IDH de país desenvolvido, saltando dos atuais 0,875 para o da Noruega de 0,965.

Objetivos

Compete à FLORAM:

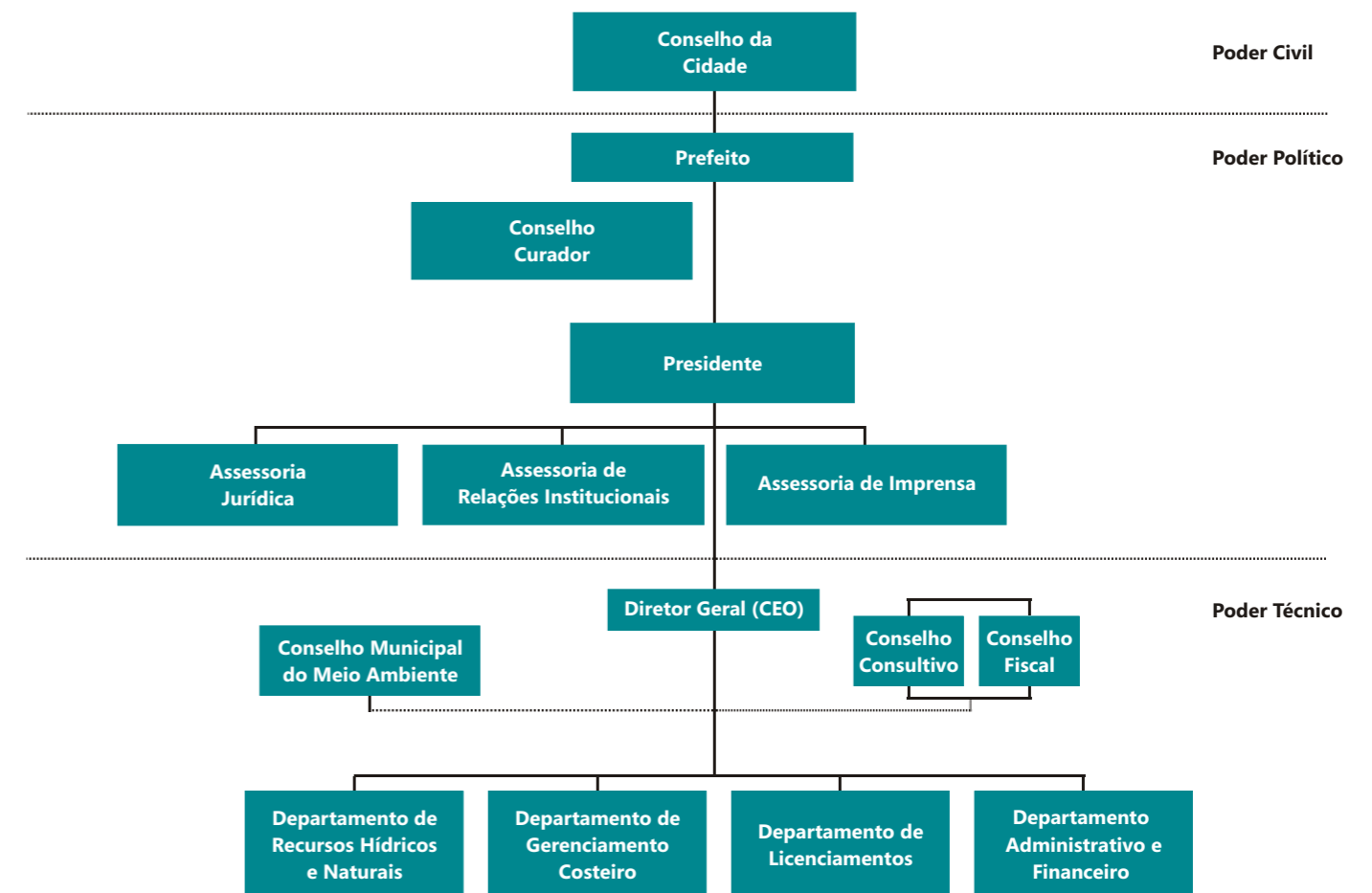
Implantar, proteger, fiscalizar e administrar unidades de conservação e áreas protegidas tais como tais como dunas, restingas, manguezais, recursos hídricos, visando a proteção de mananciais, encostas e outros bens de interesse ambiental.

Serviços de jardinagem e arborização nas áreas públicas e de lazer

Promover a conscientização da proteção do meio ambiente através de ações conjuntas no âmbito da educação ambiental, visando a construção de uma cidadania ambiental

Operacionalizar e coordenar o horto municipal

Estrutura Organizacional da FLORAM



Novo Conselho Curador

Compete ao Conselho Curador a aprovação dos planos anuais e plurianuais da Política Ambiental do Município.

N	Membros
01	Prefeito Municipal – Presidente
01	Instituto Planejamento Urbano de Florianópolis – IPUF
01	Fundação Cultural Florianópolis – Franklin Cascaes
01	Fundação Municipal Esportes
01	Secretaria Municipal Ciência e Tecnologia
01	Secretaria Municipal Educação
01	Secretaria Municipal Fazenda
01	Secretaria Municipal Turismo
01	Secretaria Regional Continente
01	Secretaria Regional Leste
01	Secretaria Regional Norte
01	Secretaria Regional Sul
01	Secretaria Municipal Saneamento Ambiental e Habitação
01	Secretaria Municipal Urbanismo e Serviços Públicos
01	Secretaria Regional Continente
01	Secretaria Regional Leste
01	Secretaria Regional Norte
01	Secretaria Regional Sul
01	Agência Municipal de Água e Saneamento Básico – AMAS
01	Companhia Melhoramentos da Capital
20	

Inserção do Conselho Consultivo

O Conselho Consultivo é órgão auxiliar da Administração da Fundação. Composto pelos segmentos representativos de entidades locais, tem a nobre missão de oferecer as diretrizes, os caminhos que devem seguir a política de Meio Ambiente de nosso município

Critério 1 - Entidades Participantes da Sociedade Civil

Entidades	N
Movimentos Populares – Entidades Comunitárias	04
Entidades Empresárias	04
Entidades dos Trabalhadores	08
Entidades de Profissionais Liberais	06
Organizações Não Governamentais	04
Total	26

Critério 2 - Câmaras Temáticas

As escolhas devem ser por Câmara Temática e cada Entidade deverá apresentar conselheiros com notória especialização do tema. As Câmaras Temáticas estão inseridas dentro do Conselho Consultivo da Fundação FLORAM com o objetivo de identificar e discutir as questões fundamentais do setor e propor ações para resolução dos problemas e entraves, necessários à consecução de planos ambientais.

Cada Câmara é constituída, predominantemente, por

representantes de entidades que tenham afinidade com o tema proposto. Por exemplo se o assunto for Água e Esgoto os seus representantes, preferencialmente, de nível superior, deverão exercer alguma atividade relacionada ao tema.

Fórum

As Câmaras Temáticas são fóruns de discussão dos especialistas de cada segmento, reunidos encontram as diretrizes para o seu segmento. Quando as Câmaras discutem algum projeto que extrapola o seu segmento, são chamadas as demais Câmaras e neste caso temos o "FORUM" das Câmaras.

Câmara Temática	N	O que faz
Recursos Hídricos	03	Proteção às bacias hidrográficas
Áreas Protegidas	04	Proteção as UC e áreas de preservação
SB – Lixo	03	Programa Municipal de Coleta de Resíduos
SB – Água e Esgoto	04	Programa Municipal de Água e Esgoto
SB – Drenagens	04	Programa Municipal de Drenagens
Gerenciamento Costeiro - ZEEC	04	Plano Diretor do Mar
PD – áreas do Meio Ambiente	02	Código Florestal e outras leis
Licenças ambientais	02	Examina as licenças ambientais em análise
Total	26	

Novo Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal é um órgão de controle interno, composto de "X" titulares e "X" suplentes com vistas a examinar as contas, os livros contábeis e quaisquer outros atos e fatos administrativos ou financeiros.

Diretoria Executiva

01	Presidência
	Gabinete da Presidência - Assessoria Jurídica
	Gabinete da Presidência - Assessoria de Imprensa
	Gabinete da Presidência - Assessoria Relações Institucionais
	Gabinete da Presidência - Unidade de Apoio Administrativo
	Gabinete da Presidência - Assessoria Assuntos Metropolitanos
	Diretor Geral (CEO)
02	Departamento de Recursos Hídricos e Naturais
03	Departamento de Gerenciamento Costeiro
04	Departamento de Licenciamentos
05	Departamento Administrativo e Financeiro

Departamento de Recursos Hídricos e Naturais

Compete a este Departamento:

- Fiscalização, a proteção e orientação no manejo da fauna e flora (florestas) de nossa cidade, bem como, monitoramento das bacias hidrográficas, mangues, restingas, dunas, APPs, UC, entre outras.
- Fiscalização das Unidades de Conservação
- Gerenciamento do Horto Florestal
- Serviços de jardinagem e arborização das áreas públicas e de lazer

Departamento de Gerenciamento Costeiro

Compete a este Departamento:

- Fiscalizar o disposto na Lei Federal, Estadual e Municipal no que diz respeito aos Planos do Gerenciamento Costeiro envolvendo ações de diagnóstico, monitoramento e controle ambiental, visando integrar o poder público, a sociedade organizada e a iniciativa privada na exploração racional do mar.
- Fazer e manter atualizado o Zoneamento Ecológico Costeiro.
- Realizar o monitoramento do Sistema Municipal de Informações de Gerenciamento Costeiro, integrante do Sistema Nacional de Informações sobre o Meio Ambiente SINIMA.
- Manter contato com os órgãos que integram ao SISNAMA - Sistema Nacional do Meio Ambiente
- Projetos Especiais.

Departamento de Licenciamentos

Compete a este Departamento:

- Licenciamento ambiental para a instalação de qualquer empreendimento ou atividade potencialmente poluidora ou degradadora do meio ambiente mediante cumprimento estrito às leis ambientais, Plano Diretor, Zoneamento Ecológico Costeiro e Audiências Públicas.
- Compreende também a Certidão de Tratamento Acústico expedida nos casos tipificados em lei ou TAC-Termo de Ajustamento de Conduta.
- Outros que a lei determinar.

Departamento Administrativo e Financeiro

Compete a este Departamento:

- Gerir os recursos humanos, financeiros e patrimoniais do Instituto Agência, assumindo, em conjunto com o Diretor Presidente, a função de ordenador das despesas.

Plano Municipal do Meio Ambiente

A FLORAM, predominantemente, tem suas ações voltadas à fiscalização.

Projetos	Descrição
Plano Municipal Rios e Lagoas Saudáveis	Tem a finalidade de recuperar as margens dos rios e lagoas com plantação de gramíneas, mudas de flores e diversos tipos de árvores que valorizam o patrimônio natural e histórico compondo novas paisagens. Retirar todo e qualquer material poluidor como plásticos, entulhos, dejetos. São 06 bacias hidrográficas na Ilha de SC que precisam ser protegidas.
Reciclagem do Óleo	Um dos principais poluidores do meio ambiente é o óleo de cozinha servido. Estima-se que um litro de óleo servido contamine 1 milhão de litros de água. É preciso portanto fortalecer programas como o Re-Óleo da ACIF projeto pioneiro em operação há mais de 10 anos.
Bandeira Azul	Boa parte da riqueza de nosso município vem do segmento turístico. Nossas belezas naturais, nossas praias, nosso povo, encanta os forasteiros. Quando a cidade é boa para o seu munícipe, certamente, o será, também, para o turista. Por isso mesmo, cuidar de nossa cidade é dever de todos. Internacionalmente, aceita-se a bandeira azul, como identificadora de locais de boa qualidade. A certificação de qualidade de uma praia permite que aquele espaço desfrute de uma Bandeira Azul. Vários países, já perceberam que o turista exige cada vez mais praias de boa qualidade. Não basta a sua beleza natural é preciso que suas águas e suas areias não contenham poluentes. É preciso dizer de forma clara e transparente que o local apresenta "balneabilidade saudável".
Ruído Zero	Respeito aos 75 decibéis previstos em lei.
Água	Fiscalização da qualidade da água - lei 7474/2007
Esgoto	Fiscalização do sistema de esgotamento sanitário e da balneabilidade das praias em conjunto com a FATMA.- lei 7474/2007
Drenagens	Fiscalização do Plano Municipal de drenagens - lei 7474/2007 Fiscalização do Plano Municipal de coleta de Resíduos sólidos – lei 7474/2007

Anexo 2
Atual Estrutura da Fundação
Conselho Curador

N	Origem
01	Secretaria Finanças
01	Secretaria Administração
01	Entidades Comunitárias
01	Associação Comercial
01	Universidade Federal
01	Universidade Estadual
01	Federação das Entidades Ecológicas
07	

Vale ressaltar que o Conselho Curador deveria ser preenchido somente com entidades municipais

Diretoria

01	Superintendência
02	Diretoria Operacional
03	Diretoria de Estudos Ambientais

Anexo 3 - Conselho Municipal do Meio Ambiente

Lei 4645/95 Art. 16 - Caberá exclusivamente ao Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente, criado pela Lei Municipal nº 4117/93, propor por intermédio de Resolução, reforma total ou parcial do estatuto à consideração do Prefeito Municipal, a quem caberá aprovação.

Conselho Municipal do Meio Ambiente

N	Origem
01	ABES
01	ACE
01	ACIF
01	Câmara Municipal
02	Conselho Municipal de Desenvolvimento
02	Conselhos Comunitários
02	Entidades Ambientais
01	FATMA
01	FLORAM
01	IBAMA
01	Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural
01	IPIUF
01	UDESC
01	UFSC
17	

Anexo 4
Conselho(s)

CONSELHO MUNICIPAL DEFESA DO MEIO AMBIENTE - CONDEMA	Floran
Lei Ordinária nº 4117 de 11/08/1993	
Cria o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - Condeama, e dá outras providências.	

Verba Orçamentária para 2008

Fundação Municipal do Meio Ambiente	3.823.420,00
--	---------------------

Vale ressaltar que o Conselho Municipal do Meio Ambiente deveria ser preenchido somente com entidades municipais.

Anexo 5
Cargos

Pessoal Técnico	Engenheiro civil (saneamento)
Administrador	Estatístico
Analista de Sistemas	Geógrafo
Arquiteto urbanista	Oceanógrafo (biológica)
Biólogo (Ambiental/vegetal)	Oceanógrafo (física)
Biólogo (animal/micro)	Oceanógrafo (geologia)
Economista	Auxiliar Técnico
Engenheiro (Florestal)	Auxiliar Administrativo
Engenheiro (Pesca)	Atendentes
Engenheiro agrimensor/cartógrafo	
Engenheiro civil (edificações)	
Engenheiro civil (hidrologia)	
Engenheiro civil (portos e Marinas)	



IPUF - Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis

Missão

Planejar os espaços urbanos da cidade em sintonia com a Região conurbada dentro de um processo de desenvolvimento auto sustentável com base nas leis ambientais e Agenda 21.

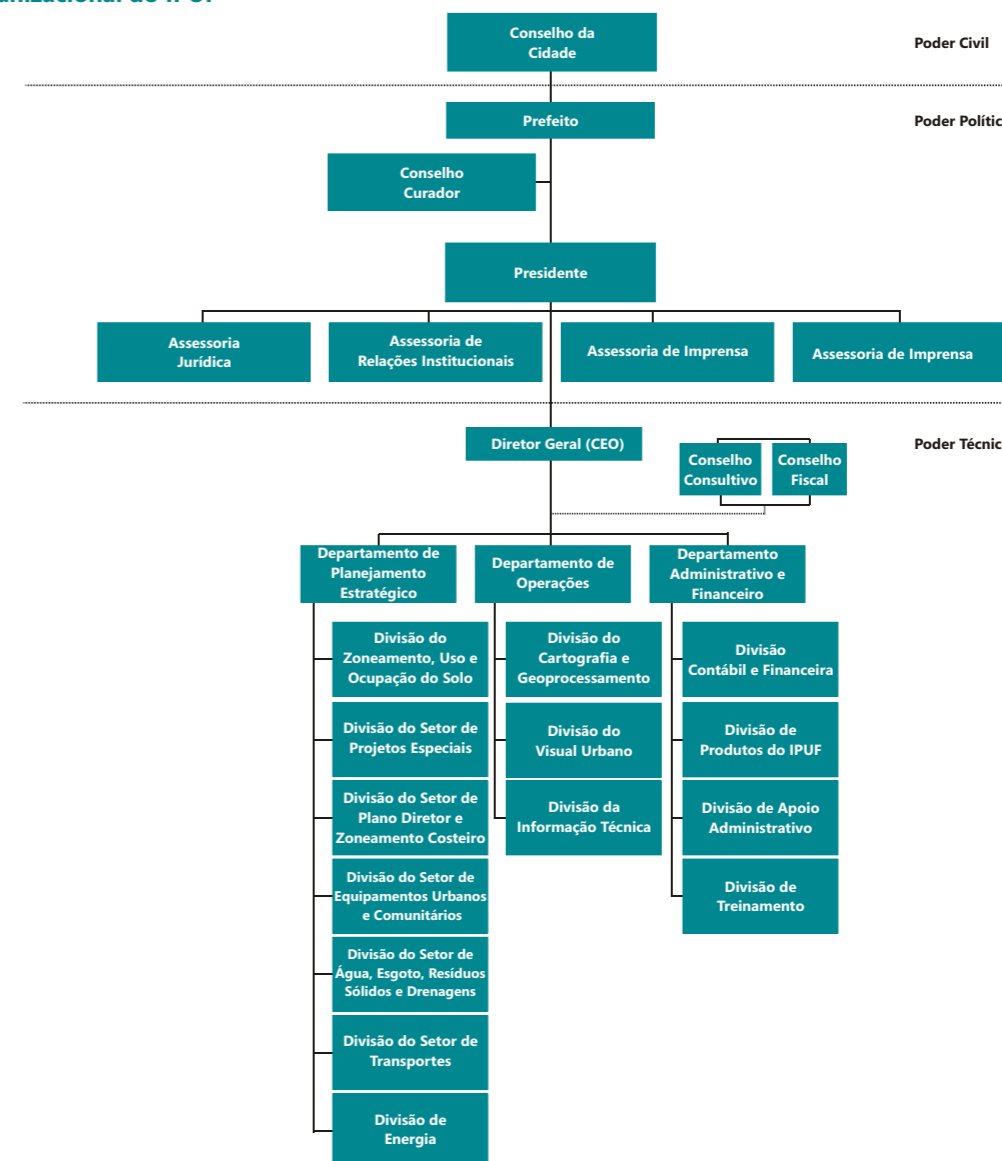
Visão

Projetar uma cidade moderna com soluções urbanas integradas, auto sustentável, com sistemas de transportes coletivos adequados e eficientes, com vistas ao bem estar social, cultural, histórico e ambiental.

Objetivos

Promover estudos e pesquisas para o planejamento integrado do Município e com os municípios que compõem a Região Metropolitana com vistas ao desenvolvimento do processo de planejamento integrado da região. Manter o planejamento urbano de Florianópolis num processo integrado e contínuo. A cidade precisa e deve ser planejada, para os dias atuais e para o futuro. É preciso dar racionalidade técnica às decisões no que toca a ocupação, uso e zoneamentos dos espaços físicos do município, seu sistema de transportes, sistema de abastecimento de água e esgoto, a preservação ambiental.

Estrutura Organizacional do IPUF



Importância do IPUF

O Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis - IPUF, nasceu da necessidade de se criar uma estrutura que permitisse tornar o planejamento urbano de Florianópolis um processo integrado e contínuo. Trata-se do maior instrumento de planejamento a disposição do Governante municipal. Neste sentido, aparelha-lo com máquinas e equipamentos modernos, pessoal especializado é condição necessária para enfrentar os difíceis caminhos do ordenamento da cidade em especial, a ocupação do solo e do mar. A memória já disponibilizada por este Instituto associada a competente equipe técnica trás a segurança que o mandatário municipal precisa para desempenhar suas funções. A municipalidade terá que investir neste Instituto dando-lhe todas as condições de preparar a cidade para o seu futuro. É preciso resgatar a importância do IPUF. Todas as cidades do mundo têm no planejamento a sua viga mestra de sustentação urbana. Nenhum projeto que cause impacto urbano poderá ser realizado sem que o IPUF o chame. O IPPUC de Curitiba abriga 330 técnicos, não por outra razão, considerada a cidade mais bem planejada do Brasil. O IPUF precisa de pelo menos 150 pessoas especializadas entre técnicos e auxiliares técnicos. Todos e quaisquer projetos de caráter urbano-comunitário e que tenha origem na sociedade civil (ONGs, Associações, pessoas físicas) devem ser recepcionados pelo IPUF. Se avaliado como viável, o projeto passa a ser "público". Precisa-se construir a cultura do planejamento urbano, inexistente no momento.

(NOVO) Conselho Deliberativo

Compete ao Conselho Deliberativo a aprovação dos planos anuais e plurianuais do Planejamento Integrado do Município.

Órgãos	Nº
Câmara de Vereadores	02
Companhia Melhoramentos da Capital	02
Companhia Municipal de Engenharia de Transportes	02
Fundação Cultural de Florianópolis – Franklin Cascaes	02
Fundação Municipal do Meio Ambiente	02
Procuradoria Geral	02
Secretaria Municipal Ciência e Tecnologia	02
Secretaria Municipal Desenvolvimento Econômico	02
Secretaria Municipal Infra-Estrutura e Mobilidade Urbana	02
Secretaria Municipal Saneamento Ambiental e Habitação	02
Secretaria Municipal Turismo	02
Secretaria Regional Continente	02
Secretaria Regional Leste	02
Secretaria Regional Norte	02
Secretaria Regional Sul	02
Secretaria Municipal Fazenda	02
Total	32

(NOVO) Inserção do Conselho Consultivo do IPUF**Critério 1 - Entidades Participantes da Sociedade Civil**

Entidades	Nº
Movimentos Populares – Entidades Comunitárias	02
Entidades Empresarias	07
Entidades dos Trabalhadores	07
Entidades de Profissionais Liberais	10
Organizações Não Governamentais	02
Total	28

Os membros da sociedade civil devem ter formação superior

Inserção das Câmaras Temáticas

Critério 2 - As escolhas devem ser por Câmara Temática e cada Entidade deverá apresentar conselheiros com notória especialização do tema.

Câmara Temática	N	O que faz
Ciência & Tecnologia	02	Plano Municipal de Ciência e Tecnologia
	02	Plano Municipal de Comunicações
Comunicações (Internet E-Governo, Telefone, TV)	02	Plano Municipal da Cultura
Cultura	02	Plano Municipal de Apoio a Micro Empresa
Desenvolvimento Econômico	02	Plano Municipal de Energia-Solar, Eólica, outras
	02	Plano Municipal do Tráfego Urbano
Energia	02	Plano Municipal de Equipamentos Públicos
Engenharia de Transportes	02	Plano Municipal de Habitação
	02	Plano Mun Sist. Viário, Marítimo, Alternativos
Equipamentos Públicos	02	Plano Municipal do Meio Ambiente, Rios, Lagoas, Flora e Fauna, UC, Licenças Ambientais
	02	Plano Municipal da Macro Estrutura Urbana Zoneamento, ocupação do solo e Áreas de Preservação
Habitação (desfavelização) Infra-Estrutura e Mobilidade	02	Plano Mun Água, Saneamento, lixo, drenagens
Meio ambiente	02	Plano Municipal do Turismo
	28	Zoneamento Econômico Ecológico Costeiro
Plano Diretor		
Saneamento Básico		
Turismo		
ZEEC		

O Conselho terá tantas Câmaras Temáticas quantas forem necessárias para o bom andamento dos trabalhos.

Cada Câmara é constituída por representantes de entidades que tenham afinidade com o tema proposto, reconhecida capacidade técnica, preferencialmente, de nível superior.

As Câmaras Temáticas são fóruns de discussão dos especialistas de cada segmento, reunidos encontram as diretrizes para o seu setor. Se o assunto extrapolar o seu setor as Câmaras se reúnem no "FORUM das Câmaras" espaço

democrático para discussão, recomendação e encaminhamento da solução.

Novo Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal é um órgão de controle interno, composto de "X" titulares e "X" suplentes com vistas a examinar as contas, os livros contábeis e quaisquer outros atos e fatos administrativos ou financeiros.

Nova Diretoria Executiva do IPUF

A função do IPUF é planejar a "cidade macro" aqui entendido os transportes (viário, marítimo, aéreo, alternativos), as revitalizações dos espaços urbanos, a ocupação futura da cidade. Quem planeja não executa.

01	Presidência
	Gabinete da Presidência – Assessoria Jurídica
	Gabinete da Presidência – Assessoria de Imprensa
	Gabinete da Presidência – Assessoria Relações Institucionais
	Gabinete da Presidência – Unidade de Apoio Administrativo
	Gabinete da Presidência – Assessoria Assuntos Metropolitanos
	Diretor Geral (CEO)
02	Departamento de Planejamento Estratégico
	Divisão do Zoneamento, Uso e Ocupação do solo (Mapas)
	Divisão do Setor de Transportes – rodoviário, marítimo, aéreo, teleférico.
	Divisão do Setor de Fontes Energéticas – elétrica, eólica, solar, outra.
	Divisão do Setor de Água, Esgoto, Resíduos Sólidos e Drenagens
	Divisão do Setor Equipamentos Urbanos e Comunitários
	Divisão do Plano Diretor e Zoneamento Costeiro
	Divisão de Projetos Especiais (Copa 2014, p.ex.)
03	Departamento de Operações
	Divisão de Cartografia e Geoprocessamento
	Divisão do Visual Urbano (Placas, cartazes, outdoors, entre outros) execução com Secretaria da Infra-estrutura)
	Divisão da Informação Técnica – Fpolis em números, legislação, Portal Internet
04	Departamento Administrativo e Financeiro
	Divisão Gerência Contábil e financeira
	Divisão Gerência de Apoio Administrativo
	Divisão Gerência de Treinamento
	Divisão Gerência de Produtos do IPUF – CDs, Mapas, Plotagens.

Gabinete da Presidência - Assessoria Assuntos Metropolitanos

A conurbação da Região Metropolitana é fato consumado, não pode ser olvidada, desconhecida. A cada dia crescem os problemas que merecem foco metropolitano

Compete a esta assessoria propor projetos e ações de caráter metropolitano nas diferentes áreas de interesse público, notadamente: Água, Esgotamento Sanitário, Drenagens, Coleta de Resíduos Sólidos, Segurança, Habitação, Crematório, Sistema Viário, Tarifa única metropolitana para transporte.

Construir as "pontes políticas" com os demais municípios no sentido de viabilizar projetos dentro de Consórcios Públicos ou Parcerias Público Privadas.

Manter atualizada a legislação que disciplina o setor, lei das Regiões metropolitanas do Estado, Leis federais de incentivo às Regiões metropolitanas e sobretudo, resgatar os ideais de um Conselho Metropolitano de Desenvolvimento formado pelos 05 municípios conurbados.

Região Metropolitana de Florianópolis

Lei 162 de 06.01.98 Cria a Região Metropolitana de Florianópolis. Esta lei é de 06 de janeiro de 1998 e instituiu as Regiões Metropolitanas de Santa Catarina, entre elas a Região de Florianópolis. Esta lei atende aos termos do artigo 114 da Constituição Estadual.

A Região Metropolitana de Florianópolis compõe-se de 9 municípios: Águas Mornas, Antônio Carlos, Biguaçu, Florianópolis, Governador Celso Ramos, Palhoça, Santo Amaro da Imperatriz, São José e São Pedro de Alcântara.

Em 28.02.05, através da lei estadual nº 284, conhecida como Reforma Administrativa do Governo Luiz Henrique da Silveira, foram revogados os artigos 11 a 24 da lei em epígrafe para atender a criação da Secretaria de Desenvolvimento Regional.

Departamento de Planejamento Estratégico

Compete a este Departamento:

- Planejamento de curto médio e longo prazo (até 25 anos) do município construindo os cenários em que a cidade vai se desenvolver. Prever a quantidade de energia necessária, a água e o esgotamento sanitário, habitação, o sistema de transportes terrestre e marítimo, o uso e a ocupação do solo, os equipamentos comunitários.

Departamento de Operações

Compete a este Departamento:

- Prover o Instituto de tecnologias avançadas em medições de espaços físicos produzindo documentos confiáveis da biosfera (zona da Terra que abrange parte da crosta, atmosfera e hidrosfera, habitada por seres vivos) de nosso município. De outro modo produzirá as informações técnicas relacionadas aos números, estatísticas do município.

Departamento Administrativo e Financeiro

Compete a este Departamento:

- Gerir os recursos humanos, financeiros e patrimoniais do Instituto Agência, assumindo, em conjunto com o Diretor Presidente, a função de ordenador das despesas.

Plano Municipal de Planejamento

Qual a sua opinião para a construção civil no seu bairro?

Construção Civil	Não Resposta	Até 03 Andares	A Partir de 03 até 06 Andares	A Partir de 06 até 12 Andares	Acima de 12 andares	Não Sabe	TOTAL
Canasvieiras	1,8%	60,3%	22,4%	4,1%	1,8%	9,6%	100%
Lagoa da Conceição	0,5%	76,5%	7,0%	1,0%	1,0%	14,0%	100%
Inglese	1,0%	58,5%	23,5%	2,5%	4,5%	10,0%	100%
Centro	1,8%	15,5%	22,4%	38,8%	12,3%	9,1%	100%
Continente	0,9%	18,1%	37,5%	28,7%	5,6%	9,3%	100%
Sul da Ilha	2,0%	70,8%	11,9%	2,5%	1,0%	11,9%	100%
Total	1,4%	49,2%	21,0%	13,4%	4,5%	10,6%	100%

Fonte: ACIF / ESAG Jr.

Qual sua preferência pelo tamanho dos lotes em seu bairro?

Tamanho dos Lotes	Não Resposta	360 m ²	460 m ²	Acima de 460 m ²	Não Sabe	TOTAL
Canasvieiras	1,8%	29,2%	24,2%	4,1%	40,6%	100%
Lagoa da Conceição	1,0%	29,5%	21,0%	12,0%	36,5%	100%
Inglese	0,5%	32,5%	27,0%	3,5%	36,5%	100%
Centro	1,8%	19,6%	22,4%	8,2%	47,9%	100%
Continente	1,4%	23,6%	31,0%	9,7%	34,3%	100%
Sul da Ilha	2,5%	23,3%	28,2%	7,4%	38,6%	100%
Total	1,5%	26,2%	25,6%	7,5%	39,2%	100%

Fonte: ACIF / ESAG Jr.

Seu bairro necessita de mais parques e jardins?

Parques e Jardins	Não Resposta	Sim	Não	Não Sabe	TOTAL
Canasvieiras	0,9%	90,0%	7,3%	1,8%	100%
Lagoa da Conceição	0,5%	86,0%	11,0%	2,5%	100%
Inglese	1,0%	93,5%	5,0%	0,5%	100%
Centro	2,3%	64,8%	29,7%	3,2%	100%
Continente	1,4%	75,5%	21,3%	1,9%	100%
Sul da Ilha	2,0%	89,6%	6,9%	1,5%	100%
Total	1,4%	83,0%	13,8%	1,9%	100%

Fonte: ACIF / ESAG Jr.

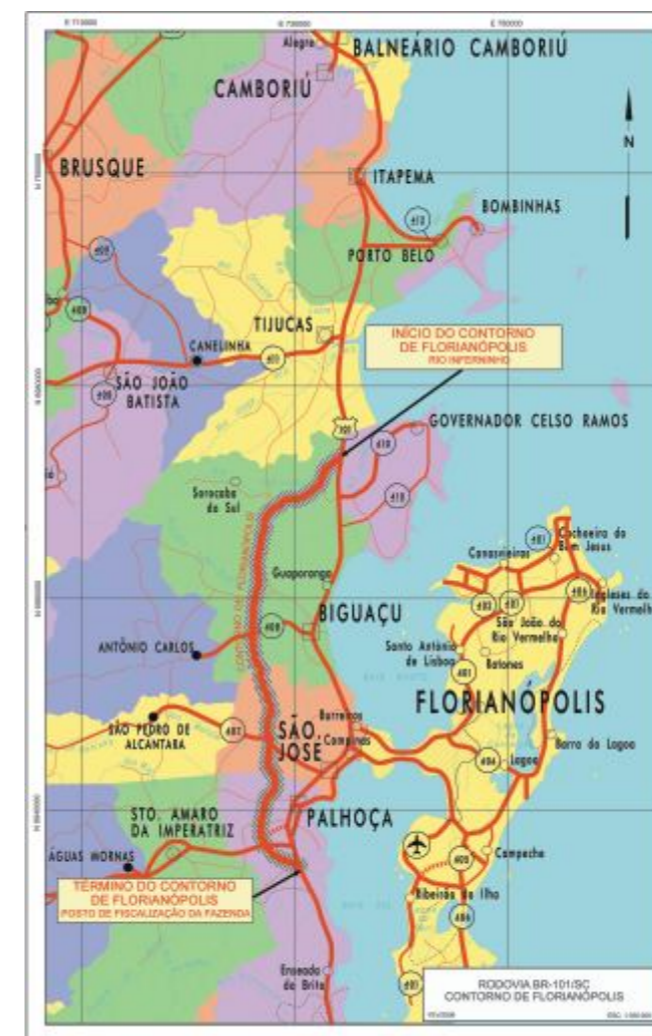
Programa	O que faz	
Plano Diretor	Manter atualizado o Plano Diretor da Cidade.	
Zoneamento Econômico Ecológico Costeiro – ZEEC	Construir o zoneamento municipal do Gerenciamento Costeiro, a lei federal 7661/88 e a lei estadual 13.553/06	
Plano Municipal do Saneamento Básico	Conforme a lei 7474/07 a Prefeitura terá que mandar fazer o PMSB (água, esgoto, lixo e drenagens) para os 12 Distritos geográficos do município	
Planos Setoriais	Transportes Marítimos	Ferryboat, Marinas e atracadouros. Ver Estudos da ACIF/IPUF sobre Ordenamento Náutico inserido dentro do Projeto Biosfera, Porto Turístico.
	Transportes Rodoviários	Infra estrutura e Tarifas (metropolitana)
	Transportes Aéreo	Novo Terminal, Acessos.
	Alternativos	Teleféricos, VLT.
	Energia	Energias renováveis – solar, ondas, eólica Sustentabilidade A maior produtora de energia eólica A cidade gaúcha de Osório é assolada por ventos abundantes. Transformou o que seria um problema em solução. Seus 75 cata-ventos formam o maior parque eólico da América Latina, fornecem energia a seus 40 000 habitantes e a mais 650 000 em Porto Alegre. Veja Edição 2070
	Comunicações	E-cidade
	Eqts. Comunitários	Por distritos, criar praças e jardins, desapropriar.
	Encostas	Identificação e programar os investimentos
	Outros	Paço Municipal, Copa 2014, Revitalização do Centro, Distritos do Interior e Continente (projeto Monumenta), Engordamento de Praias (Beira Mar Norte, Sul, Baía de Canasvieiras), Ponta do Coral, Cabeceiras da Ponte Hercílio Luz Projeto inclusive Parque da Luz, Revitalização do Aterro da Baía Sul (remoção da ETE), Revitalização da Via Expressa Sul, entre outros.

(Ver em Secretaria da Infra Estrutura e Mobilidade Urbana descrição projetos)

Projetos Diversos (ver COMTRAF)

Projetos	Descrição
Aeroporto	Ver COMTRAF
Marinas	Ver COMTRAF
Navega Floripa	Ver COMTRAF
Quarta Ponte	Ver COMTRAF
SISTELI	Ver COMTRAF
Sistema Rodoviário	Ver COMTRAF
Túneis	Ver COMTRAF
VLT	Ver COMTRAF
REVITALIZAÇÃO DO CENTRO URBANO	O poder municipal deveria se preocupar com o Centro Urbano de Florianópolis revigorando os espaços comerciais e de serviços, transformando-o em um shopping de rua de tal sorte a proporcionar ao cliente e contribuinte, a mesma sensação de conforto e segurança dos shoppings fechados.
REVITALIZAÇÃO DO BAIRRO ESTREITO	Com o advento da Beira Mar Continental o Bairro sofrerá um enorme desenvolvimento. Para tanto, precisamos dota-lo de espaços adequados e sobretudo, que atraiam o público, pela gama de opções que estes espaços possam oferecer. Neste sentido, propomos que, juntamente com a comunidade sejam definidas áreas para um Shopping de Rua que comporte o laser, as compras e o divertimento. Vale ressaltar que este projeto passa a ser viável na medida em que o projeto da Beira Mar Continental for concluído abrindo espaços para estacionamento, sem o que, atualmente, isto não é possível.
REVITALIZAÇÃO DO MERCADO PÚBLICO	O tempo passa e os problemas do Mercado Público se arrastam ininterruptamente. Há que se definir uma revitalização dos ambientes com a participação dos lojistas. Para tal o Poder Público Municipal deverá ter a coragem de enfrentar a questão das locações respeitando os direitos dos lojistas, mas sem abrir mão da cobrança justa dos alugueres. Há que se efetuar um acordo com a participação do poder judiciário, promotoria pública e lojistas que levem nosso mercado a ser um local "histórico, cultural e comercial", porém, com todo o conforto, segurança e beleza de um verdadeiro "centro de prazer" da cidade. Há que ser definida a linha de poder (espécie de organograma onde a cidade saiba quem são os responsáveis) e em seguida praticar uma reforma física ampla, com definição dos espaços não só comerciais mas também culturais. O exemplo a ser seguido é o Mercado Público de São Paulo.
PRESERVAÇÃO DOS ESPAÇOS de APPs	A fórmula mais inteligente de reduzir as invasões é ampliar o conceito de "Áreas de Preservação Permanente (APP) permitindo que o Poder Público crie "lotes padrões de preservação" (mínimo de 5.000 metros) e que sejam alienados através de licitação pública com possibilidade da construção de acessos e construção de uma casa. Em vez de predadores, teríamos fiscais particulares do meio ambiente. Tudo isso, evidentemente, através da lei.
Contorno de Florianópolis	Dentre os projetos de largo interesse para a região metropolitana, para mitigar o tráfego na Via Expressa, sobressai o 'CONTORNO DE FLORIANÓPOLIS" trecho que se inicia no município de Tijucas (Rio Inferninho) até o município de Palhoças (posto Fiscal), ou seja entre o KM 175 e Km 222, numa extensão de 47 km com custo aproximado de 200 milhões. Trata-se de obra inadiável e que pelos seus custos deverá contar com verbas federais.

Alça rodoviária Biguaçu/Palhoça



Anexo 1 - Estrutura Atual

Lei 1494/77 Art. 3º Para o cumprimento de suas finalidades o IPUF compõe-se dos seguintes órgãos:

I - Conselho Deliberativo

Membros	Composição	Quantidade
Prefeito Municipal	Presidente	01
Câmara de Vereadores		02
Secretários Municipais	Todos	19
COMCAP		01
Procurador Geral		01
Conselho Desenvolvimento		01
Comissão do Plano Diretor		01
Diretoria Executiva do IPUF	Todos	03
Total		29

Vice Presidente do Conselho eleito pelos Membros

II - Diretoria Executiva

Membros	Quantidade
Diretor Presidente	01
Diretor de Informações e Planejamento	01
Diretor de Operações	01
Total	03

Anexo 2 - Conselho Consultivo do IPUF

Abaixo sugestão de Entidades que podem participar.

- Entidades Associativas e Conselhos
- ABES – Associação Brasileira de Engenharia Saneamento
- ABIH – Associação Brasileira Da Indústria De Hotéis-SC/Fpolis
- ACE – Associação Catarinense de Engenheiros
- ACIF - Associação Comercial e Industrial de Florianópolis
- CDL – Câmara dos Dirigentes Lojistas de Florianópolis
- Conselho Municipal Segurança pública
- Conselho Municipal Cultura
- Conselho Municipal Desenv Científico e Tecnológico
- Conselho Municipal Esportes
- Conselho Municipal Pesca
- Conselho Municipal Saúde
- IAB - Instituto dos Arquitetos do Brasil
- IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico Nacional – Seção Fpolis.
- OAB – Ordem dos Advogados do Brasil seção Florianópolis
- Representante de Escola Superior/Universidade sede em Florianópolis
- Representante do Conselho Municipal de Transporte
- Representante do Conselho Municipal do Desenvolvimento Urbano
- Representante do Conselho Municipal do Saneamento
- Representante do Conselho Municipal Meio Ambiente
- SECOVI/SC - Sindicato da Habitação seção Florianópolis
- SENGE – Sindicatos dos Engenheiros seção Florianópolis
- Sindicato Empresas Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis
- Sindicato das Escolas Particulares de Santa Catarina/Fpolis
- Sindicato dos Administradores do Estado de Santa Catarina/Fpolis
- Sindicato dos Economistas do Estado de Santa Catarina/Fpolis
- Sindicato dos Empregados do Comércio de Florianópolis
- Sindicato Hotéis Restaurantes Bares Similares de Florianópolis
- SINDUSCON – Grande Florianópolis

Anexo 3**Receitas Permanentes do IPUF orçamento 2008**

Titulo da Receita	Valor
Rec. Remun. Banc. Multa Trânsito - IPUF	482.841
Rec. Remun. Banc. Zona Azul - IPUF	125.000
Multa Prevista Legislação Trânsito - IPUF	27.374.592
Receitas Zona Azul - IPUF	3.895.000
Cota-Parte do IPVA	41.828.759
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - IPVA	(5.575.774)
Total dos rendimentos fixos	68.130.418

Receitas Eventuais, previdenciárias e de Convênios do IPUF - orçamento 2008

Titulo da Receita	Valor
Contrib. de Serv. Ativo Civil - IPUF	461.292
IRRF s/ Outros Rendimentos Terceiros	57.745
Transf. Conv. Minixt. de Esportes/ Turismo - IPUF	1.700.000
Outros Conv. EMBRATUR/PRODETUR - IPUF	450.000
Outras Transf. Conv. Gov. Estado - IPUF	474.000
Outras Receitas - IPUF	14.445
Contribuição Patronal - Inativo Civil - IPUF	66.242
Contrib. Patr. de Serv. Ativo Civil - IPUF	1.050.000
Transf. de Instituições Privadas - IPUF	1.070.000
Operação de Crédito Interna BNDES/PMAT- IPUF	260.000
Total dos rendimentos variáveis	5.603.724

Orçamento das Receitas 2008

Total dos rendimentos fixos	68.130.418
Total dos rendimentos variáveis	5.603.724
Total	73.734.142,00

Orçamento das Despesas 2008

Para as atividades de Planejamento foram alocadas verbas orçamentárias de 54,3 milhões.

Instituto Planejamento Urbano IPUF	42.169.298,00
Secretaria Municipal do Planejamento	12.195.364,00
Total	54.364.662,00

Anexo 4 - Projeto Orla

O Projeto de Gestão Integrada da Orla Marítima - Projeto Orla - é uma ação conjunta entre o Ministério do Meio Ambiente, por intermédio de sua Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental (SMCQ), e o Ministério do Planejamento, no âmbito da sua Secretaria do Patrimônio da União (SPU/MP). Suas ações buscam o ordenamento dos espaços litorâneos sob domínio da União, aproximando as políticas ambiental e patrimonial, com ampla articulação entre as três esferas de governo e a sociedade.

A concepção de gestão adotada pelo Projeto é amparada nas políticas ambiental e patrimonial brasileira e tem como base a seguinte legislação:

- Constituição Federal (Parágrafo 4º, Art. 225) - que define a Zona Costeira como "patrimônio nacional" e especifica que sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.
- Lei nº 7.661/ 1988 - que institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC), cujo detalhamento é estabelecido em documento específico, no âmbito da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar - CIRM.
- PNGC II - Resolução CIRM Nº 005/97 - que estabelece normas gerais visando a gestão ambiental da Zona Costeira do País, lançando as bases para a formulação de políticas, planos e programas estaduais e municipais. Cria o Grupo de Integração do Gerenciamento Costeiro (GI-GERCO).
- Decreto nº 5.300/2004 - que regulamenta a Lei n.º 7661/88 e estabelece critérios de gestão da orla marítima.
- Lei nº 9.636/98 - que dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União, incluindo os localizados na orla marítima.
- Decreto n.º 3.725/2001 - que regulamenta a Lei n.º 9.636/1998.

Vale ressaltar que o ZEEC (previsto dentro do Plano Municipal do Gerenciamento Costeiro) substitui o Plano Orla.

Em 2001 dentro do projeto Orla aconteceu a intervenção do Distrito de Santo Antonio de Lisboa. Deveria ser revisto em 2004.

Anexo 5 - Projeto da Biosfera

O arquiteto Rubens Pecci da Fundacion CERPA é o responsável pela inclusão de Florianópolis no Projeto da Biosfera urbana UNESCO), cujos objetivos são dar sustentabilidade econômica e ambiental à Ilha de Santa Catarina. Mais de 60% da Ilha são áreas de preservação. O projeto procura preservar a natureza com a presença do homem. As idéias centrais do projeto convergem para a conservação ambiental o que significa, manter as nossas bacias hidrográficas preservadas, principalmente as matas ciliares, nossas baías e lagoas despoluídas, nossas florestas de pé.

O Zoneamento Ecológico Econômico Costeiro (ZEEC), o Plano Municipal do Saneamento Básico - PMSB, o cumprimento das normas do Plano Diretor, estão dentro do projeto da Biosfera.

Anexo 6 - HABITAÇÃO - Planejamento Municipal Necessidades Básicas**Projeções da População**

Ano	A2000	A2007	A2020	A2025	A2030
01. Continente	71.860	89.964	140.700	163.113	184.548
02. Área Central	141.714	177.421	277.478	321.680	363.954
03. Cachoeira Bom Jesus	11.457	14.343	22.431	26.004	29.421
04. Canasvieiras	9.352	11.708	18.310	21.226	24.015
05. Rationes	2.620	3.280	5.130	5.947	6.728
06. Santo Antonio Lisboa	4.914	6.152	9.621	11.153	12.618
07. Ingleses Rio Vermelho	14.952	18.720	29.277	33.940	38.400
08. Pântano do Sul	5.294	6.627	10.364	12.014	13.592
09. Campeche	16.845	21.090	32.983	38.237	43.262
10. Ribeirão da Ilha	18.586	23.268	36.390	42.186	47.730
11. Barra da Lagoa	3.995	5.001	7.821	9.066	10.257
12. Lagoa	9.224	11.548	18.060	20.936	23.687
13. São João Rio Vermelho	6.072	7.601	11.887	13.780	15.590
Total	316.885	396.723	620.452	719.282	813.802
Taxa crescimento			3,5%	3%	2,5%
Crescimento pessoas		3,2%	223.729	98.830	94.520
Casa média 04 pessoas		79.838	55.923	24.712	23.630
Média anual casa			4.301	4.942	4.726

Fonte IBGE. Previsão ACIF

Casas e/ou Moradias

Serão necessárias nos próximos 12 anos 55.923 casas, investimentos estimados 4,4 bilhões e anuais de 372 milhões. Entre 2020 e 2030, mais 48.342 casas, investimentos de 3,8 bilhões. Em razão da valorização dos terrenos a previsão é de casas e/ou apartamentos em torno de 80 mil. A cidade pode comportar estes investimentos, devendo, entretanto, canalizá-los para áreas ainda a explorar como o Sul da Ilha. Neste sentido cabe incentivos como a isenção parcial de ISS e IPTU. O Poder Público deverá incentivar imóveis verticais ocupando de forma racional os espaços disponíveis e combatendo de forma enérgica as ocupações irregulares. Os imóveis devem prever o uso intensivo de garagens.

Segundo o IBGE em 2001 os domicílios permanentes eram de 108.456 unidades. Portanto, sem considerar o déficit existente hoje, em pouco mais de 20 anos, precisamos dobrar as moradias na cidade. É um desafio e tanto. Temos que antecipar os locais para onde a cidade deve crescer.

Gestão: O IPUF deverá informar onde estas residências poderão ser construídas, os impactos destas construções, o sistema viário e a altura dos imóveis.

DESFAVELIZAÇÃO, TRANSPORTE DE MASSA E TARIFA ÚNICA

O Foco deve ser metropolitano, continuar perseguindo o ideal de eliminar as favelas no município. Reconstruir onde possível, retirar as famílias dos pontos de riscos, construir Consórcios Públicos com outros municípios para a solução dos problemas.

Não há possibilidade de se fazer Políticas de Habitação sem resolver o Transporte Coletivo de massa. O transporte público urbano deve ser objeto de interesse dos prefeitos da região metropolitana. Alcança a maioria absoluta da sociedade em especial os trabalhadores. Assuntos como a Tarifa Única Social Metropolitana deve ser objeto de estudos imediatos.

Foco no social

Dada a complexidade da vida moderna as cidades se expandem e os mais pobres são empurrados para as periferias das cidades. É um processo lento, gradual e inexorável. Decorre deste processo histórico que os mais pobres serão sempre os mais apenados na questão do transporte. Como necessitam trabalhar, tem que se deslocar para o

centro das cidades. As tarifas são fixadas tendo o custo como referência, quanto mais altos esses custos, mais elevada é a tarifa. Face aos aspectos econômicos e tecnológicos por que passa a economia, os salários não acompanham estes aumentos e se estabelece o impasse.

Gestão: O transporte coletivo urbano deve ser tratado entre o IPUF e a CONTRAF

Anexo 7 - Frota de Veículos (só Florianópolis)

Tipo de Veículo	Número
Automóvel	151.233
Caminhão	3.135
Caminhonetes	8.587
Micro-ônibus	803
Motocicleta	27.376
Motonetas	4.100
Ônibus	1.468
Trator de Rodas	412
Total EM 2007 (2,0 ha)	197.114
Previsão 2020 (1,8 ha)	345.000
Previsão 2030 (1,5 ha)	542.000

Fonte IBGE. Previsão ACIF

Se com a frota atual já encontramos problemas é de se imaginar o que vai acontecer nos próximos 12 anos com mais 150 mil novos veículos. O transporte coletivo deve ser incentivado encontrando novas alternativas de transporte. Poucas cidades do Brasil têm as condições de resolver esta questão quanto Florianópolis. Na maioria das cidades só restam o metrô e os ônibus, aqui podemos explorar as "avenidas" marítimas, os teleféricos, entre outros.

Anexo 8 DISTRITOS ADMINISTRATIVOS DE FLORIANÓPOLIS

NORTE

CANASVIEIRAS: apesar da origem remota, sua oficialização como freguesia ocorreu a partir da Lei Provincial nº 008 de 15/04/1835. Sua área é 29,30 Km², sendo que dele fazem parte: a sede de Canasvieiras e as praias de Canasvieiras, Daniela, Jurerê Internacional, Forte e as localidades de Vargem Pequena, Ponta Grossa e Lamim.

CACHOEIRA DO BOM JESUS: foi criado pela Lei Municipal nº 394 de 19/02/1916. Sua área é 30,37 Km², fazem parte desse Distrito as seguintes localidades: Cachoeira do Bom Jesus, Vargem do Bom Jesus, Vargem Grande, Ponta das Canas e Lagoinha.

INGLESES DO RIO VERMELHO: originou-se a partir de um Decreto de 11/08/1831. Sua área é 20,47 Km², fazem parte dele: as praias de Ingleses, Brava e Santinho e as localidades de Capivari e Aranhas.

RATONES: foi criado pela Lei nº 620 de 21/06/1934,

desmembrando-se do Distrito de Santo Antônio de Lisboa. Sua área é 33,12 Km², a sua sede é a própria localidade de Ratonos.

SANTO ANTÔNIO DE LISBOA: originou-se a partir da Provisão Régia de 26/10/1751. Sua área é 22,45 Km², fazem parte às localidades: Cacupé, Sambaqui, Barra do Sambaqui e Santo Antônio de Lisboa.

CENTRO

SEDE: Florianópolis como Distrito Sede foi regulamentado pela Lei Complementar nº 001/97 de 29/09/1997. Sua área total é 74,54 Km², composta em duas áreas: na parte continental com 12,1 Km² e a parte insular com 62,44 Km². Fazem parte as localidades na área continental: Balneário, Canto, Estreito, Capoeiras, Coloninha, Bom Abrigo, Abraão, Monte Cristo, Pro-Morar, Sapé, Vila São João e outras; na área insular: Monte Verde, Saco Grande I e II, Itacorubi, Trindade, Santa Mônica, Córrego Grande, Pantanal, Saco dos Limões, Costeira do Pirajubá, José Mendes, Prainha e Centro.

LESTE

LAGOA DA CONCEIÇÃO: teve origem a partir da Provisão Régia de 07/06/1750. Sua área é 55,28 Km², sendo que dele fazem atualmente parte as localidades: Costa da Lagoa, Praia e Parque da Galheta, Praia da Joaquina, Lagoa da Conceição, Canto da Lagoa, Retiro da Lagoa, Praia Mole e Porto da Lagoa.

BARRA DA LAGOA: criado a partir da recente Lei nº 4806/95 de 21/12/1995. Sua área é 4,75 Km², desmembrado do Distrito da Lagoa da Conceição, mais precisamente, a localidade da Barra da Lagoa e Fortaleza.

SÃO JOÃO DO RIO VERMELHO: originou-se a partir da Resolução Régia de 11/08/1831. Sua área é 31,68 Km², fazem parte dele as seguintes localidades: Moçambique, Parque Florestal e a própria sede do Distrital de que é a São João do Rio Vermelho.

SUL

RIBEIRÃO DA ILHA: foi criado a partir de um Alvará Régio, datado de 11/07/1809. Sua área é 51,54 km², fazem parte às localidades: Alto Ribeirão, Barro Vermelho, Caiacangaçu, Caeira da Barra do Sul, Carianos, Costeira do Ribeirão, Freguesia do Ribeirão, Praia do Naufragados, Tapera e Sertão do Peri. A localidade do Morro das Pedras, atualmente faz parte do Distrito do Campeche.

PÂNTANO DO SUL: originou-se a partir da Lei nº 1042/66 de 12/08/1966 e instalado em 10/12/1967. Sua área é 47,68 Km², sendo que dele fazem parte as seguintes localidades: Praia da Solidão, Praia do Saquinho, Praia do Pântano do Sul, Lagoinha do Leste, Praia do Matadeiro, Praia da Armação, Lagoa do Peri e Costa de Dentro.

CAMPECHE: foi criada recentemente pela Lei nº 4805/95 de 21/12/1995. Sua área é 35,32 Km², desmembrou-se do Distrito da Lagoa da Conceição. Fazem parte do Campeche as seguintes localidades: Morro das Pedras, Praia do Campeche, Campeche e Rio Tavares.

Anexo 9

DENSIDADE ILHA SANTA CATARINA X MANHATTAN

Para conhecimento daqueles que acham que a Ilha esta superhabitada

Manhattan (Condado ou Município de Nova Iorque)

É um dos 62 condados do Estado americano de Nova Iorque. É UMA ILHA e um dos cinco distritos da cidade de Nova Iorque. Manhattan possui uma área de 85 km², uma população de 1.537.195 habitantes, e uma densidade populacional de 25.849,9 hab/km² (segundo o censo nacional de 2000). Manhattan foi fundado em 1683. Localizam-se em Manhattan os principais centros financeiros e comerciais de Nova Iorque. O condado de Nova Iorque é um dos menores condados do país em extensão territorial, e o mais densamente habitado do país.

É onde se situam Times Square, Central Park, e a Brooklyn Bridge, a ponte que une Manhattan a Brooklyn.

Evolução da densidade de Manhattan

ANO	HABITANTE
1790	33.311
1840	312.710
1890	1.515.301
1910	2.762.522
1920	2.284.103
1930	1.867.312
1960	1.698.281
1990	1.487.536
2000	1.537.195

Vale observar que a cidade cresceu e depois diminuiu o número de habitantes

Ilha de Santa Catarina

A ilha de Santa Catarina é parte do município de Florianópolis e situa-se no oceano Atlântico, no litoral sul do Brasil, no centro do litoral do Estado de Santa Catarina. Tem cerca de 54Km de comprimento (norte-sul) por no máximo 18Km de largura (leste-oeste), ao norte, totalizando uma área de 433Km².

A maior parte do município de Florianópolis (97,23%), capital do Estado, fica na ilha de Santa Catarina. É a maior ilha de um arquipélago constituído por mais de 20 ilhas. De acordo com o IBGE, em 2007 viviam em Florianópolis 396.723 habitantes.

Densidade Demográfica comparada

Cidade/Ilha	Tamanho Ilha	População	Densidade km/ha
Manhattan*	85 km ²	1.537.195	25.850
Ilha SC**	433 km ²	396.723	916

Outras Ilhas

Cidade/Ilha	Tamanho Ilha	População	Densidade km/ha
Vitória/ES*	93 km ²	313.312	3.280,90**
São Luiz/MA*	827 km ²	978.824	1.048,35**

*População estimada em julho de 2005

** Censo de 2000

Anexo 10 - Cargos

- Pessoal Técnico
- Administrador
- Analista de Sistemas
- Arquiteto paisagista
- Arquiteto urbanista
- Biólogo (Ambiental/vegetal)
- Biólogo (animal/micro)
- Economista
- Engenheiro (Elétrico)
- Engenheiro (Florestal)
- Engenheiro (Pesca)
- Engenheiro agrimensor/cartógrafo
- Engenheiro civil (edificações)
- Engenheiro civil (hidrologia)
- Engenheiro civil (portos e Marinas)
- Engenheiro civil (rodovias)
- Engenheiro civil (saneamento)
- Engenheiro civil (transportes e trânsito)
- Estatístico
- Oceanógrafo (biológica)
- Oceanógrafo (física)
- Oceanógrafo (geologia)
- Políticas Públicas e Gestão
- Auxiliares Técnicos
- Auxiliares Administrativos
- Auxiliares Serviços Gerais

16.1 - ORÇAMENTO MUNICIPAL POR SECRETARIAS

Vale ressaltar os poucos recursos destinados ao Saneamento Básico. Por exemplo, a Secretaria da Habitação e Saneamento, foi contemplada com 1.527 milhões. Já o Fundo de Integração Social, 48 milhões, parte vai para a Habitação. Na Secretaria do Governo, foram elencados vários projetos, são 70 páginas só de subvenções a título de Assistência Social (3,224 milhões). A Secretaria de Assistência Social, com 26 milhões também faz o mesmo. Para projetar o futuro de Florianópolis precisamos contar com os recursos orçamentários remanejados.

Tabela 01 Orçamento Municipal 2008

<i>Pág.</i>	<i>Orçamento 2008 - Despesas</i>	<i>Estrutura Atual</i>
01	Câmara Municipal	28.789.150,00
02	Secretaria Municipal do Governo	27.714.979,00
76	Secretaria Municipal do Planejamento	12.195.364,00
78	Secretaria Municipal de Transportes e Terminais	7.052.050,00
82	Secretaria Municipal Administração	8.036.637,00
87	Secretaria de Finanças	3.584.304,00
89	Procuradoria Geral do Município	12.016.679,00
91	Secretaria Municipal Urbanismo S Públicos	10.300.731,00
93	Secretaria Municipal Educação	158.467.091,00
110	Secretaria Municipal Obras	116.387.426,00
143	Administração Regional Norte	110.000,00
144	Secretaria Municipal de Turismo	22.202.823,00
148	Secretaria de Comunicação Social	305.108,00
149	Secretaria Municipal Continente	10.441.324,00
159	Secretaria Municipal de Assistência Social	6.539.340,00
162	Secretaria Municipal Defesa do Cidadão	8.929.214,00
166	Encargos Gerais do Município	46.506.491,00
168	Secretaria Municipal da Receita	39.052.772,00
171	Secretaria Municipal Habitação e San. Ambiental	1.527.996,00
172	Reserva de Contingências	33.000,00
173	Fundo Municipal do Cinema	350.000,00
174	Fundação Franklim Cascaes	6.658.027,00
184	Fundação Municipal de Esportes	5.346.574,00
189	Fundação Municipal do Meio Ambiente	3.823.420,00
192	Instituto Planejamento Urbano IPUF	42.169.298,00
206	Fundo Municipal da Integração Social	48.037.850,00
215	Fundo Municipal da Saúde	179.686.756,00
223	Fundo Municipal Assistência Social	26.259.300,00
233	Fundo Municipal Direitos da C&Adol	3.485.000,00
237	Companhia Melhoramentos da Capital Comcap	59.205.044,00
239	Instituto Geração de Oportunidades IGEOF	1.396.274,00
242	Fundo Geração de Oportunidades FUNGEOF	642.641,00
244	Fundo Municipal da Previdência57	37.725.149,00
Total		934.977.812,00

Tabela 02 Distribuição do Orçamento por atividade

Pág.	Orçamento 2008 - Despesas	Estrutura Atual	%
Atividades de Planejamento			
76	Secretaria Municipal do Planejamento	12.195.364,00	
192	Instituto Planejamento Urbano IPUF	42.169.298,00	
Total		54.364.662,00	5,81
Atividades de Execução			
143	Administração Regional Norte	110.000,00	
171	Secretaria Municipal Habitação e San Ambiental	1.527.996,00	
184	Fundação Municipal de Esportes	5.346.574,00	
159	Secretaria Municipal de Assistência Social	6.539.340,00	
174	Fundação Franklim Cascaes	6.658.027,00	
78	Secretaria Municipal de Transportes e Terminais	7.052.050,00	
162	Secretaria Municipal Defesa do Cidadão	8.929.214,00	
149	Secretaria Municipal Continente	10.441.324,00	
144	Secretaria Municipal de Turismo	22.202.823,00	
237	Companhia Melhoramentos da Capital Comcap	59.205.044,00	
110	Secretaria Municipal Obras	116.387.426,00	
93	Secretaria Municipal Educação	158.467.091,00	
Total		402.866.909,00	43,09
Atividades de Fiscalização			
189	Fundação Municipal do Meio Ambiente	3.823.420,00	
91	Secretaria Municipal Urbanismo S Públicos	10.300.731,00	
Total		14.124.151,00	1,51
Atividades Meio			
148	Secretaria de Comunicação Social	305.108,00	
87	Secretaria de Finanças	3.584.304,00	
89	Procuradoria Geral do Município	12.016.679,00	
02	Secretaria Municipal do Governo	27.714.979,00	
168	Secretaria Municipal da Receita	39.052.772,00	
82	Secretaria Municipal Administração	8.036.637,00	
Total		90.710.479,00	9,70
Outras Atividades			
172	Reserva de Contingências	33.000,00	
173	Fundo Municipal do Cinema	350.000,00	
239	Instituto Geração de Oportunidades IGEOF	1.396.274,00	
242	Fundo Geração de Oportunidades FUNGEOF	642.641,00	
233	Fundo Municipal Direitos da C&Adol	3.485.000,00	
223	Fundo Municipal Assistência Social	26.259.300,00	
01	Câmara Municipal	28.789.150,00	
244	Fundo Municipal da Previdência	37.725.149,00	
166	Encargos Gerais do Município	46.506.491,00	
206	Fundo Municipal da Integração Social	48.037.850,00	
215	Fundo Municipal da Saúde	179.686.756,00	
Total		372.911.611,00	39,89
	Total Geral	934.977.812,00	100,00

Análise das 02 unidades

	Atividades de Planejamento		
76	Secretaria Municipal do Planejamento	12.195.364,00	
192	Instituto Planejamento Urbano IPUF	42.169.298,00	
Total		54.364.662,00	5,81

Tipo de Despesa Orçamentária	S Planejamento	IPUF
Modernização Administrativa	1.007.000,00	
Apoio Administrativo	1.769.964,00	
Serviços Terceiros	9.294.400,00	
Outros	124.000,00	
Total	12.195.364,00	
2701.04 Administração Geral		26.162.298,00
2701.06 Segurança Pública		860.000,00
2701.08 Assistência Social		502.000,00
2701.13 Cultura		6.170.000,00
2701.15 Urbanismo		7.762.000,00
2701.18 Gestão ambiental		378.000,00
2701.26 Transporte		335.000,00
Total		42.169.298,00

1. S Planejamento basicamente controla Serviços de Terceiros
2. IPUF em vez de planejar executa controles do tráfego, zona azul, estacionamentos

16.2 TABELA DE CARGOS

Órgãos	Secr	AJ	AI	ARI	AP	CEO	DP	Total
GAB PREFEITO								
PG	1	0	1	0	0	1	6	9
S Casa Civil	1	0	1	1	0	1	4	8
S Comunicação	1	0	0	1	0	1	3	6
S Conselhos	1	0	1	1	0	1	3	7
								30
SECRETARIAS								
S Administração	1	1	1	1	0	1	5	10
S C&T	1	1	1	1	1	1	4	10
S Defesa Cidadão	1	1	1	1	1	1	4	10
S Desenvolv Econômico	1	1	1	1	1	1	5	11
S Desenvolv. Social	1	1	1	1	1	1	6	12
S Educação	1	1	1	1	1	1	11	17
S Fazenda	1	1	1	1	0	1	6	11
S Infra Estrutura	1	1	1	1	1	1	5	11
S Saneamento	1	1	1	1	1	1	3	9
S Saúde	1	1	1	1	1	1	6	12
S Turismo	1	1	1	1	1	1	5	11
S Urbanismo	1	1	0	1	1	1	3	8
								132
SEC REGIONAIS								
S Regional Continente	1	0	1	1	0	1	4	8
S Regional Leste	1	0	1	1	0	1	4	8
S Regional Norte	1	0	1	1	0	1	4	8
S Regional Sul	1	0	1	1	0	1	4	8
								32
ADM. INDIRETA								
AMAS	1	1	1	1	0	1	2	8
COMCAP	1	1	1	1	0	1	3	8
CONTRAF	1	1	1	1	0	1	4	9
F Frankim C	1	1	1	1	0	1	4	9
FM Esportes	1	1	1	1	0	1	4	9
FM Meio Ambiente	1	1	1	1	0	1	4	9
IPUF	1	1	1	1	0	1	3	8
								60
TOTAL	27	19	25	26	10	27	119	253

A Jurídica, A Imprensa, A Institucional, A Planejamento, U Admin. CEO, Diretor Geral, Departamento, Divisão

16.3 INDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO

Monitoring human development: enlarging people's choices . . .

Human development index

HDI rank*	Human development index (HDI) value	Life expectancy at birth (years)	Adult literacy rate (% aged 15 and above)	Combined gross enrolment ratio for primary, secondary and tertiary education (%)	GDP per capita (PPP US\$)	Life expectancy index	Education index	GDP index	GDP per capita (PPP US\$) rank minus HDI rank ^c	
HIGH HUMAN DEVELOPMENT										
1	Iceland	0.968	81.5	.. ^d	95.4*	36,510	0.941	0.978	0.985	4
2	Norway	0.968	79.8	.. ^d	99.2	41,420 ^f	0.913	0.991	1.000	1
3	Australia	0.962	80.9	.. ^d	113.0 ^g	31,794	0.931	0.993	0.962	13
4	Canada	0.961	80.3	.. ^d	99.2 ^{h,i}	33,375	0.921	0.991	0.970	6
5	Ireland	0.959	78.4	.. ^d	99.9	38,505	0.890	0.993	0.994	-1
6	Sweden	0.956	80.5	.. ^d	95.3	32,525	0.925	0.978	0.965	7
7	Switzerland	0.955	81.3	.. ^d	85.7	35,633	0.938	0.946	0.981	-1
8	Japan	0.953	82.3	.. ^d	85.9	31,267	0.954	0.946	0.959	9
9	Netherlands	0.953	79.2	.. ^d	98.4	32,684	0.904	0.988	0.966	3
10	France	0.952	80.2	.. ^d	96.5	30,386	0.919	0.982	0.954	8
11	Finland	0.952	78.9	.. ^d	101.0 ^g	32,153	0.898	0.993	0.964	3
12	United States	0.951	77.9	.. ^d	93.3	41,890 ^f	0.881	0.971	1.000	-10
13	Spain	0.949	80.5	.. ^d	98.0	27,169	0.925	0.987	0.935	11
14	Denmark	0.949	77.9	.. ^d	102.7 ^g	33,973	0.881	0.993	0.973	-6
15	Austria	0.948	79.4	.. ^d	91.9	33,700	0.907	0.966	0.971	-6
16	United Kingdom	0.946	79.0	.. ^d	93.0*	33,238	0.900	0.970	0.969	-5
17	Belgium	0.946	78.8	.. ^d	95.1	32,119	0.897	0.977	0.963	-2
18	Luxembourg	0.944	78.4	.. ^d	84.7 ⁱ	60,228 ^f	0.891	0.942	1.000	-17
19	New Zealand	0.943	79.8	.. ^d	108.4 ^g	24,996	0.913	0.993	0.922	9
20	Italy	0.941	80.3	98.4	90.6	28,529	0.922	0.958	0.944	1

Fonte: ONU

16.4 IDH 20 MELHORES CIDADES DO BRASIL

Índice de Desenvolvimento Humano - Municipal, 1991 e 2000
Todos os municípios do Brasil

Código	Município	IDHM, 1991	IDHM, 2000	IDHM-Renda, 1991	IDHM-Renda, 2000	IDHM-Longevidade, 1991	IDHM-Longevidade, 2000	IDHM-Educação, 1991	IDH
354880	São Caetano do Sul (SP)	0.842	0.919	0.832	0.896	0.782	0.886	0.913	
350060	Águas de São Pedro (SP)	0.848	0.908	0.834	0.918	0.811	0.874	0.898	
330330	Niterói (RJ)	0.817	0.886	0.827	0.891	0.717	0.808	0.908	
420540	Florianópolis (SC)	0.824	0.875	0.803	0.867	0.771	0.797	0.898	
354850	Santos (SP)	0.838	0.871	0.825	0.873	0.775	0.788	0.913	
430210	Bento Gonçalves (RS)	0.799	0.87	0.749	0.799	0.787	0.873	0.86	
420200	Balneário Camboriú (SC)	0.797	0.867	0.782	0.859	0.751	0.803	0.857	
420900	Joaçaba (SC)	0.816	0.866	0.752	0.793	0.814	0.856	0.881	
431490	Porto Alegre (RS)	0.824	0.865	0.818	0.869	0.748	0.775	0.907	
260545	Fernando de Noronha (Distrito Estadual)	0.759	0.862	0.676	0.829	0.761	0.835	0.84	
430480	Carlos Barbosa (RS)	0.768	0.858	0.721	0.791	0.743	0.841	0.839	
430510	Caxias do Sul (RS)	0.793	0.857	0.764	0.807	0.756	0.818	0.858	
420910	Joinville (SC)	0.779	0.857	0.729	0.776	0.761	0.859	0.846	
352590	Jundiaí (SP)	0.807	0.857	0.777	0.826	0.788	0.816	0.855	
355670	Vinhedo (SP)	0.789	0.857	0.763	0.848	0.78	0.831	0.825	
410690	Curitiba (PR)	0.799	0.856	0.793	0.846	0.728	0.776	0.875	
432030	Selbach (RS)	0.796	0.856	0.682	0.809	0.822	0.838	0.883	
320530	Vitória (ES)	0.797	0.856	0.793	0.858	0.715	0.762	0.882	
420240	Blumenau (SC)	0.813	0.855	0.762	0.797	0.81	0.824	0.867	
421003	Luzerna (SC)	0.764	0.855	0.639	0.742	0.814	0.879	0.84	

16.5 - PRÊMIO SEBRAE

A 5ª edição do Prêmio Sebrae Prefeito Empreendedor, espécie de Oscar da gestão municipal entregue na noite de 16/04/2008, em Brasília tiveram como vencedores:

O prêmio é oferecido pelo Sebrae para prefeitos que se destacam com ações que têm resultados concretos de desenvolvimento municipal via apoio aos micro e pequenos negócios. Cinco regionais sendo um por cada região e cinco destaques temáticos.

Os vencedores regionais foram os prefeitos Patrícia Aguiar, de Tauá (CE), pela região Nordeste; Eduardo Pedrosa Cury, de São José dos Campos (SP), pelo Sudeste; Pedro Henrique Bertolucci, de Gramado (RS), pelo Sul; Nelson Trad Filho, de Campo Grande

(MS), pelo Centro-Oeste; e Iradilson de Sousa, de Boa Vista (RR), pelo Norte.

Venceram a categoria destaques temáticos os prefeitos José Hilário Junges, de Tupandi (RS), no destaque 'Acesso ao Crédito' Antônio Marcos de Souza, de Petrolândia (PE), no destaque 'Royalties e Compensações Financeiras'; Emídio de Souza, de Osasco (SP), no destaque 'Formalização'. Rubens Bomtempo, de Petrópolis (RJ), no 'Desburocratização e Desoneração Tributária'; e Tadeu Palácio, de São Luís (MA), no destaque 'Compras governamentais'.

O balanço dos vitoriosos é o mesmo. Investir no empreendedorismo significa benefícios hoje e ainda assegura melhores frutos para os municípios no futuro. Basta que os administradores estejam atentos às necessidades da sociedade e tenham a sensibilidade de perceber que facilitar a vida dos micro e pequenos negócios é estratégico para o desenvolvimento local na área econômica e social.

Fonte: www.interjornal.com.br

16.6. ÍNDICE DE RESPONSABILIDADE FISCAL, SOCIAL E DE GESTÃO DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS, ATRIBUÍDOS PELA CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS

Edição 2006			
Relação dos 30 melhores classificados no IRFS - 2006			
Município	UF	Índice Geral	Ordem
ORINDUVA	SP	0,664	1
TUPANDI	RS	0,648	2
VALENTIM GENTIL	SP	0,648	3
POÇOS DE CALDAS	MG	0,640	4
BOA VISTA DO SUL	RS	0,637	5
ANTAPOLIS	SC	0,634	6
ITAICUBI	SP	0,628	7
BADY BASSITT	SP	0,626	8
COMERA	MG	0,626	9
OLÍMPIO NORONHA	MG	0,625	10
PARÉCI NOVO	RS	0,623	11
PIEDADE	SP	0,623	12
GARÇA	SP	0,623	13
SÃO SEBASTIÃO DO DESTE	MG	0,620	14
NOVA PRAIA	RS	0,619	15
SÃO JOSÉ DO INHACORA	RS	0,619	16
SÃO BENTO DO SUL	SC	0,619	17
CERQUILHO	SP	0,619	18
CORONEL BARROS	RS	0,610	19
TÓCCOS DO MUI	MG	0,618	20
NOVO HORIZONTE	SC	0,617	21
SALTO VELOSO	SC	0,613	22
RANCHO QUEIMADO	SC	0,612	23
SANTA ALBERTINA	SP	0,612	24
EREBANGO	RS	0,612	25
SÃO JOSÉ DO HORTÊNCIO	RS	0,611	26
GARIBALDI	RS	0,610	27
DOIS IRMÃOS	RS	0,610	28
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	SP	0,610	29
SALES	SP	0,608	30

Índice Responsabilidade Fiscal, Social e de Gestão

Fonte: Confederação Nacional de Municípios

16.7 DEZ MELHORES CIDADES DO MUNDO

Rankings

Liveability

Where the grass is greener

Aug 22nd 2007

From Economist.com

Cities in Australia and Canada are rated the most liveable in the world

With low crime, little threat from instability or terrorism and a highly developed transport and communications infrastructure, Canada and Australia are home to the most liveable destinations in the world. Four of the ten most liveable cities surveyed by the Economist Intelligence Unit are in Australia, and two of the top five are Canadian (see full report). Vancouver is the most attractive destination, with a liveability index of just 1.3% (see table).

Economist.com rankings

Liveability

Selected cities, December 2006

Best			Worst		
Rank		Liveability*	Rank		Liveability
1	Vancouver	1.3%	132	Algiers	64.7%
2	Melbourne	1.8%	131	Dhaka	60.4%
3	Vienna	2.3%	130	Lagos	60.1%
4	Perth	2.5%	129	Karachi	58.6%
5	Toronto	3.0%	128	Kathmandu	54.7%
6	Adelaide	3.0%	127	Abidjan	53.9%
7	Sydney	3.2%	126	Dakar	53.2%
8	Copenhagen	3.7%	125	Phnom Penh	53.0%
9	Geneva	3.9%	124	Tehran	52.6%
10	Zurich	3.9%	123	Bogotá	48.3%

*Weighted index rating whereby 0%—exceptional quality of life and 100%—intolerable

Source: Economist Intelligence Unit

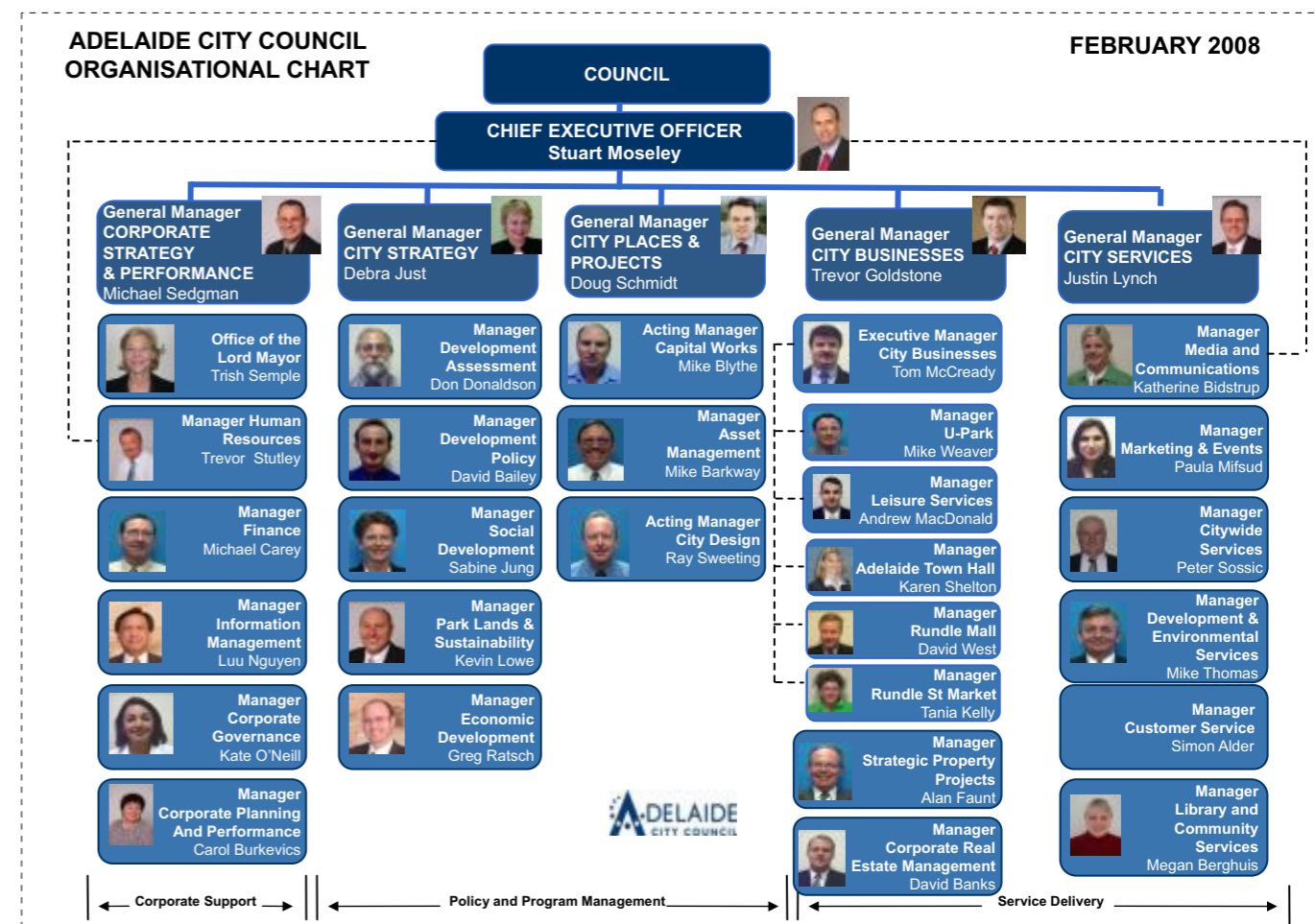
16.8 LEIS PERTINENTES AO TRABALHO

Data	Data	Do que trata
06/01/1998	06/01/1998	Cria a R Metropolitana da Grande Florianópolis
28/02/2005	28/02/2005	Lei da reforma administrativa (criação SDR)
31/12/1970	31/12/1970	Criou a CASAN Dec SSP – nº 058 de 30-04-1971
04/10/2005	04/10/2005	Código das Águas Lei Estadual de Saneamento
19/10/2005	19/10/2005	Lei de criação da agência reguladora
16/11/2005	16/11/2005	Lei do PE do Gerenciamento Costeiro
25/05/2006	25/05/2006	Composição Conselho das Cidades
03/04/2003	03/04/2003	Quadro dos Cargos comissão Min. das Cidades
16/05/1988	16/05/1988	Plano Nacional do Gerenciamento Costeiro
21/06/1993	21/06/1993	Lei das Licitações e Contratos
13/02/1995	13/02/1995	Concessão e permissão da prestação de serviços
10/07/2001	10/07/2001	Estatuto das Cidades
30/12/2004	30/12/2004	Licitação e contratação de PPP
06/04/2005	06/04/2005	Lei dos Consórcios Públicos
05/01/2007	05/01/2007	Lei do Saneamento Básico
03/10/1997	03/10/1997	Plano Diretor
11/05/2000	11/05/2000	Código de Obras
02/09/1974	02/09/1974	Código de Posturas
06/01/1997	06/01/1997	Código Tributário
19/11/2007	19/11/2007	Plano Municipal do Saneamento
05/04/1900	05/04/1900	Lei Orgânica do Município de Florianópolis

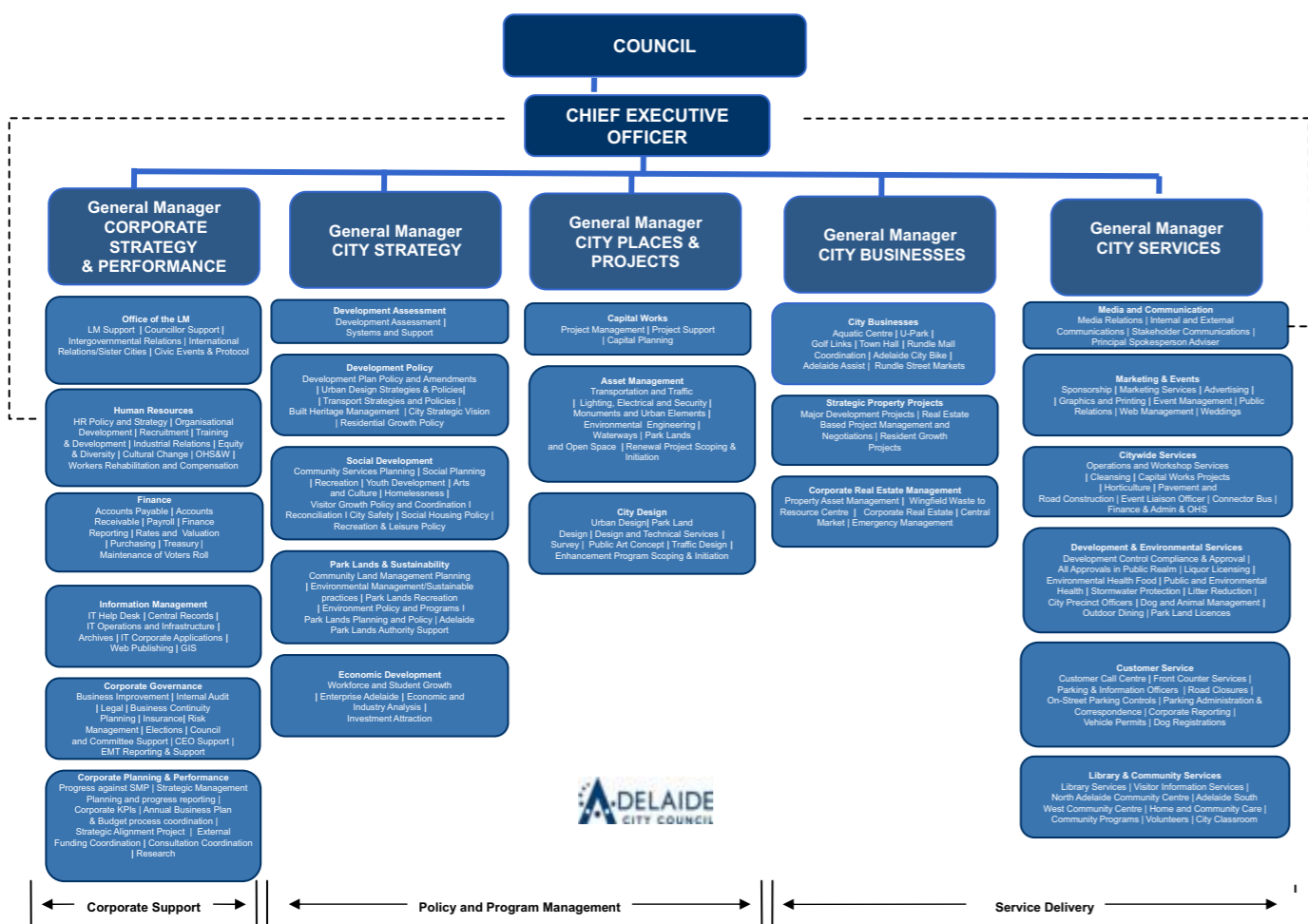
Informações prestadas pela Marinha do Brasil

Lei federal 9.537/97	Dispõe sobre a segurança do tráfego aquaviário em águas sob jurisdição nacional e dá outras providências.
Decreto Federal 2.596/98	Regulamenta a lei
Decreto Lei 9.760/46	Dispõe sobre os bens imóveis da União e dá outras providências
Lei Federal 9.636/98	Dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União, altera dispositivos dos Decretos-Leis nºs 9.760, de 5 de setembro de 1946, e 2.398, de 21 de dezembro de 1987, regulamenta o § 2º do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e dá outras providências.
Lei Federal 7.661/88	Gerenciamento Costeiro
NORMAM 11/DPC	Marinha
NORMAM 10/DPC	Marinha
COMOPINAVINST	Marinha
NORMAM – 03	Marinha
Home page	www.cpssc.mar.mil.br

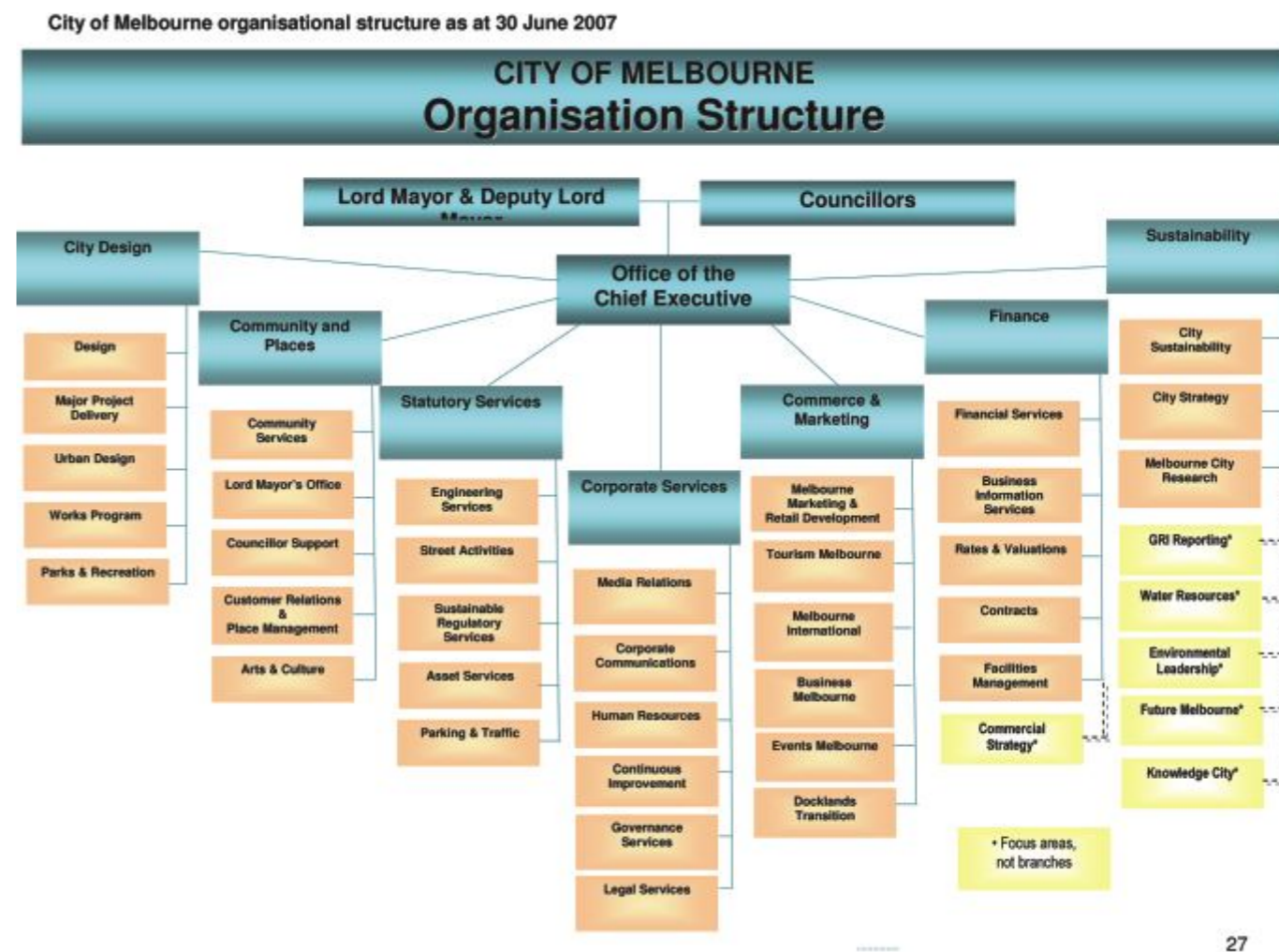
16.9 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA PREFEITURA DE ADELAIDE, AUSTRALIA



16.9.1 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA PREFEITURA DE ADELAIDE, AUSTRALIA COM ATRIBUIÇÕES DE CADA DEPARTAMENTO



16.10 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA PREFEITURA DE MELBOURNE, AUSTRALIA.



16.11 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA PREFEITURA DE SYDNEY, AUSTRALIA.

Our organisation
As at 30 June 2007

Sydney community

Lord Mayor and Council

Chief Executive Officer
Office of the CEO
• Human Resources
• Executive Support

Director Legal Services
• Legal services
• Freedom of Information

Director City Community and Cultural Services
• Cleansing and waste
• Parks, trees, recreation and aquatic facilities
• City Rangers
• Strategy and assets
• Community living
• Security and emergency management
• City infrastructure and traffic operations
• Venue management

Director Corporate Services
• Finance
• Customer service
• Council business
• Property management
• Risk management
• Information management
• Corporate asset management
• Customs House operation
• Parking services

Director City Engagement
• Community and business consultation
• Community engagement
• Marketing
• Media relations
• Publishing and design services
• Events
• New Year's Eve
• Internal communications

Director City Projects
• Design development, construction and project management
• Local Action Plans

Director City Strategy and Design
• City Plan
• Economic development
• City Environmental Management Plan
• Transport strategy
• Sustainable Sydney 2030

Director City Planning and Regulatory Services
• Building compliance and prosecutions
• Fire safety
• Development Applications and building approvals
• Public health inspections and certificates
• City prosecutions

ORGANISATIONAL STRUCTURE
The City's governing body is an elected council comprising a directly elected Lord Mayor and nine Councillors. This council determines the City's policy and objectives which are consistent with council's broad vision.

The administration of the City of Sydney is structured to ensure council policies and directions are delivered in the most effective and efficient way. Led by the Chief Executive, the administration has seven divisions each headed by a Director. Each Division is charged with the responsibility of creating and implementing policies and programs to achieve the City's vision.

The City's Strategic Plan 2006-2009 is our principal policy document and clearly establishes our long-term strategic objectives including a financial strategy that enables the City to provide a high level of service, amenity and public infrastructure in years to come.

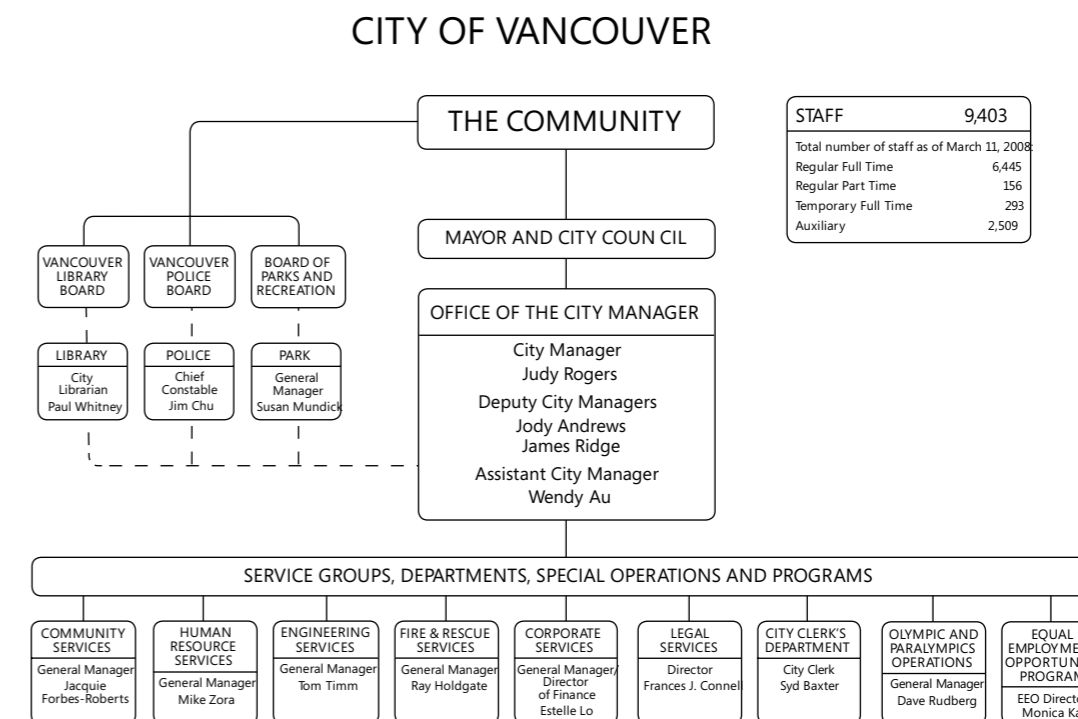
Updated annually, the Corporate Plan 2008-2011 sets out our intentions and activities and how they will be measured. Each Division of the City also produces an annual Business Plan, measuring activities and outcomes.

The annual report is a key part of our organisation's integrated planning structure and presents the results of our achievements against specific targets in seven key areas: Quality Urban Environment; The City Economy; Environmental Leadership; Community and Social Equity; Transport and Accessibility; Public Domain and Facilities; Leadership and Governance.

16.12 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA PREFEITURA DE VANCOUVER, CANADA.

CITY OF VANCOUVER ORGANIZATIONAL CHART

City Hall, 453 West 12th Avenue, Vancouver, BC V5Y 1V4 604.873.7011 vancouver.ca



STAFF	9,403
Total number of staff as of March 11, 2008	
Regular Full Time	6,445
Regular Part Time	156
Temporary Full Time	293
Auxiliary	2,509

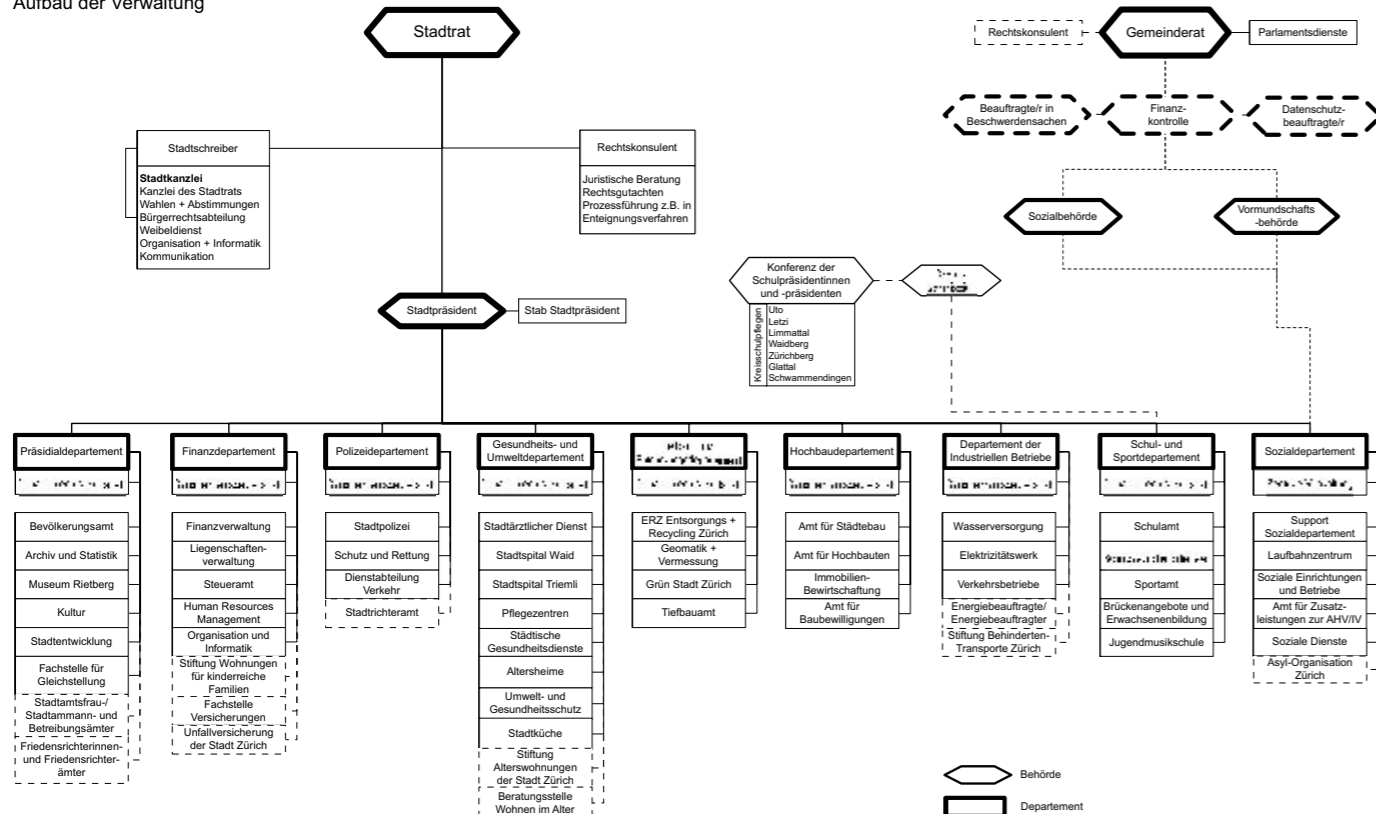
This pdf can be found on the City of Vancouver website: vancouver.ca/departments

Updated: March 26, 2008

16.13 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA PREFEITURA DE ZURICH, ALEMANHA.



Aufbau der Verwaltung

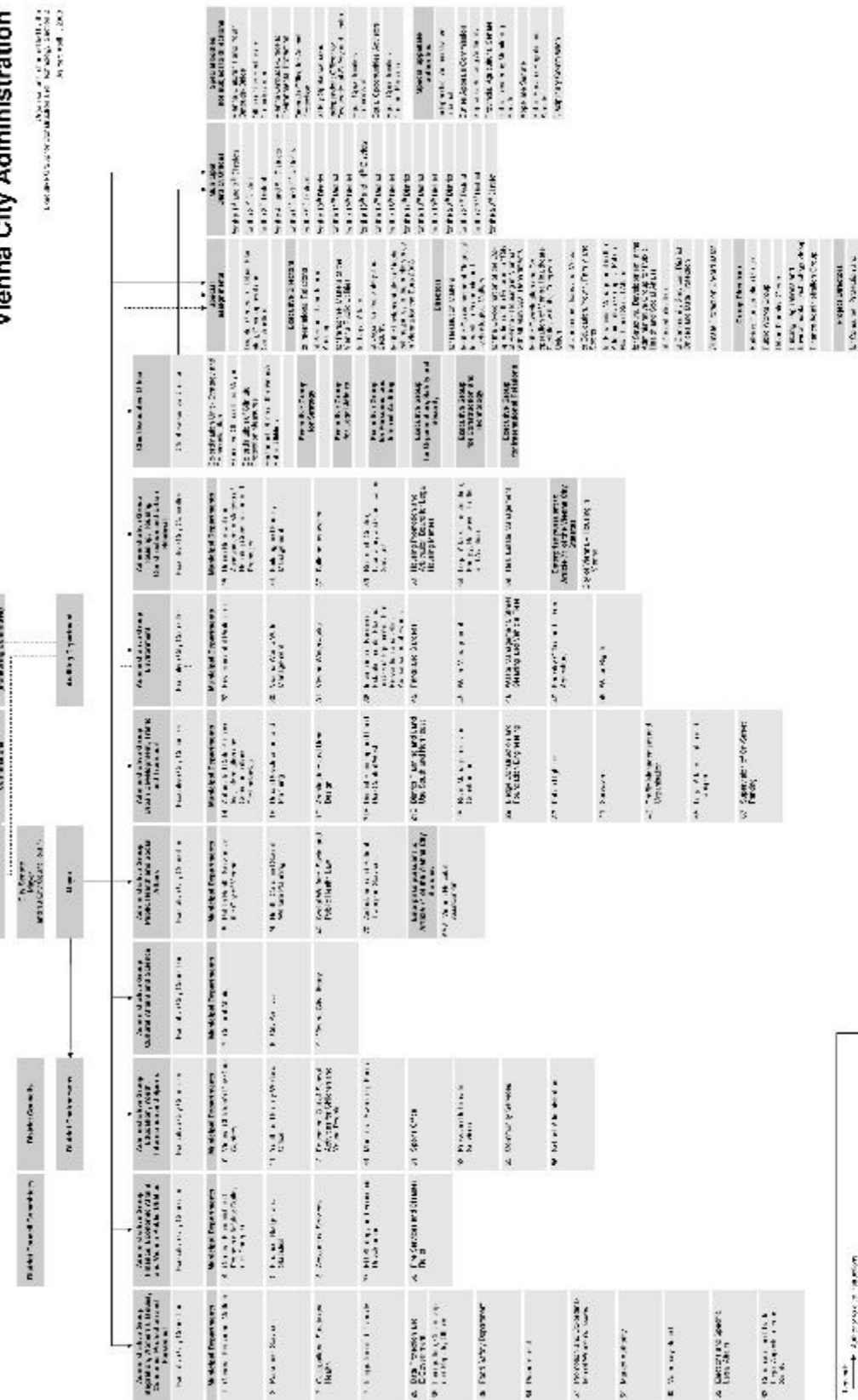


1 1..5

16.14 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA PREFEITURA DE VIENNA, ÁUSTRIA.

The Organisation of the Vienna City Administration

City of Vienna



Created by Inial version, <http://www.pdf-convert.com>

16.15 NOMENCLATURAS DE SECRETARIAS MAIS FREQUENTES NAS PREFEITURAS

NOMENCLATURAS COM MAIS DE 38% DE FREQUENCIA NAS PREFEITURAS

	EDUCAC	SANITARIA	COMERCIO	SAUDE	RECURSOS HUMANOS	TRABALHO	DESENVOLVIMENTO ECONOMICO	TRANSPORTE	MEIO AMBIENTE	PLANEJAMENTO	FINANÇAS	ADMINISTRACAO	TOTAL	%
ABASTECIMENTO			X									X	2	25%
ADMINISTRACAO REGIONAIS				X									1	13%
ADMINISTRACAO		X		X	X	X	X	X	X	X	X	X	6	70%
ADMINISTRACAO MUNICIPAL			X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	5	63%
ADMINISTRACAO REGIONAL METROPOLITANAS	X	X	X										3	36%
ALICATORIA					X								1	13%
ANALISE E FISCALIZACAO				X	X								2	20%
ANALISE E FISCALIZACAO	X											X	2	25%
ANALISE E FISCALIZACAO									X				1	13%
CIENTIA E TECNOLOGIA					X								1	13%
COMUNICACAO	X	X			X	X						X	5	63%
CONSERVACAO						X							1	13%
CONTROLE INTERNO		X			X	X							3	38%
COORDENACAO						X						X	2	20%
COOPERATIVISMO	X	X	X	X			X	X				X	7	86%
COOPERATIVISMO		X	X										2	25%
DEFESA SOCIAL		X										X	2	25%
DESEBUCRATIZACAO	X												1	13%
DESENVOLVIMENTO ECONOMICO				X		X	X					X	4	50%
DESENVOLVIMENTO ECONOMICO					X								1	13%
DESENVOLVIMENTO SOCIAL	X						X					X	3	38%
DESENVOLVIMENTO URBANO		X										X	2	25%
DESENVOLVIMENTO URBANO	X								X			X	3	38%
DESENVOLVIMENTO URBANO		X										X	2	25%
DIVERSIDADE SEXUAL	X												1	13%
DESENVOLVIMENTO		X											1	13%
DESENVOLVIMENTO		X											1	13%
DESENVOLVIMENTO	X		X										2	25%
DESENVOLVIMENTO	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	8	100%
EMPREENDEDORISMO SOCIAL	X												1	13%
EMPREGO												X	1	13%
EMPREGO	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	7	86%
EMPREGO		X	X				X	X	X	X	X	X	5	63%
FINANÇAS	X			X								X	3	38%
GESTAO PUBLICA	X		X										2	25%
GOVERNO	X		X									X	3	38%
HABITACAO	X			X			X	X				X	5	63%
INCLUSAO DIGITAL	X												1	13%
INDUSTRIALIZACAO		X					X						2	25%
INDUSTRIALIZACAO URBANA	X												1	13%
JURIDICO				X									1	13%
JUVENTUDE	X												1	13%
LIDER					X	X	X	X	X	X	X	X	4	50%
MEIO AMBIENTE	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	7	86%
MUNICIPALIDADE URBANA												X	1	13%
NEGOCIOS JURIDICOS	X												1	13%
NEGOCIOS	X												1	13%
OBRAS PUBLICAS			X	X	X	X	X	X				X	6	70%
QUADRO	X	X											2	20%
PARCELIAMENTO	X												1	13%
PARCELIAMENTO							X						1	13%
PESSOAS COM DEFICIENCIA	X												1	13%
PLANEJAMENTO					X								1	13%
PLANEJAMENTO	X		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	7	86%
PROCURADORIA		X						X	X				3	38%
PROTECCAO SOCIAL									X				1	13%
RELAÇÕES INTERNACIONAIS	X											X	2	25%
RELAÇÕES												X	1	13%
SAUDE	X	X		X	X	X	X	X	X	X	X	X	7	86%
SEGURANCA PUBLICA	X							X	X				3	38%
SERVICIOS PUBLICOS URBANOS	X	X					X	X					4	50%
SUBPREFEITURAS	X												1	13%
TRABALHO	X											X	2	25%
TRANSPORTE					X			X					2	25%
TRANSPORTES	X	X						X	X	X			3	38%
TURISMO					X			X	X	X			3	38%
URBANISMO					X							X	2	25%
URBANIZACAO		X										X	2	25%
VIAÇAO								X	X				2	25%
TOTAL	32	21	13	15	23	24	21	26						



Participaram da elaboração deste documento

o **Dilvo Vicente Tirloni**

Brasileiro, casado, professor e empresário, natural de Nova Trento/SC.

Formado em História pela UFSC, 1970.

Formado em Administração pela ESAG, 1970.

Pós-graduado pela FGV/SP, 1971/72 - Nível Mestrado.

Professor titular da disciplina de Mercado de Capitais e Custos da ESAG, 1972 a 1996.

Técnico em Desenvolvimento do BRDE, 1968 a 2000.

Consultor de empresas.

Empresário - San Mathias Autocenter e Pax modas e Confecções.

Presidente da Associação Comercial e Industrial de Florianópolis.

o **Doreni Isaias Caramori Júnior**

Diplomado em Administração de Empresas pela FGV-EAESP e Bacharel em Direito pela Universidade Mackenzie.

Pós-graduado em Matemática Aplicada em Finanças pela IME/FEA-USP.

É empresário nas indústrias de entretenimento, imobiliária e da consultoria.

Foi membro do Comitê de Serviços da Câmara de Comércio Brasil - EUA-AMCHAM e Presidente do Comitê de

Serviços da Câmara de Comércio Brasil-Espanha ECCO.

Ex-Presidente da Confederação Nacional dos Jovens Empresários - CONAJE; Membro do Conselho de

Desenvolvimento Econômico e Social do Governo Federal; do Conselho Deliberativo do Programa Primeiro

Emprego do Conselho Nacional da Juventude; e do Fórum Permanente da Micro e Pequena Empresa.

Vice-presidente da Associação Comercial e Industrial de Florianópolis - ACIF

o **Rodrigo Duarte da Silva**

Inscrito na OAB/SC sob nº 11.079 e 17.324. Graduado em Administração de Empresas pela ESA/UFSC (1995),

inscrito no CRA/SC sob nº 11.009.

Sócio e Diretor da Peres & Silva Advogados Associados S/S;

Diretor de Assuntos Tributários AEMFLO;

Especialista em Direito Tributário pela FGV/RJ (2005);

Especialista em Direito Constitucional CESUSC (2002);

Especialista em Direito Público ESMPC (1997);

Especialista em Gestão de Qualidade Total em Serviços UFMG (1996);

Especialista em Direito Empresarial FESAG (1995);

Graduado em Direito pela Universidade Federal de SC - UFSC/1995

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS:

Ex-Procurador do INSS em Santa Catarina;

Ex-Oficial de Gabinete junto ao TRF 4ª Região;

Professor das disciplinas de Direito Tributário, Direito Comercial,

Gestão Estratégica de Marketing e Novos Paradigmas da Administração, na

Associação Educacional do Vale do Itajaí-Mirim ASSEVIM (Brusque - SC),

Associação Educacional Leonardo da Vinci ASSEVI (Blumenau e Indaial - SC) e

Instituto Catarinense de Pós-Graduação ICPG (Blumenau e Florianópolis - SC).

o **Armando Gonzaga**

Oficial de Marinha, completou a Escola Naval em 1955, permanecendo na carreira até o posto de Capitão de

Corveta (IM).

Dirigiu o estaleiro de Construção Naval do 5º Distrito Naval Ministério da Marinha no período de 1961 a 1964.

Construtor Naval Licenciado, montou seu próprio estaleiro, produzindo baleeiras e pequenas embarcações para

pesca, na década de 70.

A partir de 1974, iniciou campanha comunitária para restauração das fortalezas do Sistema Defensivo da Ilha de Santa Catarina. Recuperação das fortalezas: Santa Cruz de Anhatomirim e São José da Ponta Grossa.
 1982 - iniciou o mutirão histórico para desmatamento e início da restauração do Forte de Santo Antonio, Ilha do Raton Grande.
 1983 iniciou a campanha para angariar recursos com empresas da região para restauração do forte Santo Antônio.
 Um dos fundadores e 1º Presidente da Associação Victor Meirelles, associação de amigos do Museu, casa natal do artista.
 Membro da Associação dos Amigos do Patrimônio Histórico de Santa Catarina.
 2007- Autor do livro *Madeira Uso e Conservação* publicado pelo PROGRAMA MONUMENTA, Convênio UNESCO & MINISTÉRIO DA CULTURA, através do IPHAN, sob o título de *CADERNO TÉCNICO nº. 6*.
 2007 - Ministrou palestra em Porto Alegre, para os formandos do Curso de Restauradores do mesmo PROGRAMA MONUMENTA.
 2008 - Ministrou a Oficina "Identificação de Madeiras Brasileiras: Uso e Aplicação" 16 horas duração no Museu Nacional do mar São Francisco do Sul SC.

○ **Hamilton Jorge da Gama Henrique**

O Capitão dos Portos de Santa Catarina, Capitão-de-Mar-e-Guerra HAMILTON JORGE DA GAMA HENRIQUE, nascido em 10 de julho de 1958, é natural de Manaus (AM) e está na Marinha do Brasil desde 1976, sendo formado em Ciências Navais, especializado em Máquinas, com todos os cursos regulamentares de carreira, incluindo o de Mestrado em Política e Estratégia da Escola de Guerra Naval, além de MBA em Relações Internacionais pela COPPEAD da UFRJ.
 Além de servir em diversos Navios da Marinha, onde se destaca o Comando de dois Navios: Aviso-de-Instrução "Guarda-Marinha Brito" e do Navio-Tanque "Almirante Gastão Motta", trabalhou no Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República de 2001 a 2003 e foi Adido de Defesa e Naval do Brasil no Uruguai, de 2004 a 2006.
 Assumiu o atual cargo em janeiro de 2007 e tem sob seu Comando as Delegacias em Itajaí, São Francisco do Sul e Laguna.

○ **Nereu do Vale Pereira**

Doutor em Sociologia, Técnico Sênior em projetos econômicos e estudos de impactos ambientais, economista, Vereador, Deputado Estadual, folclorista, vice-presidente da Comissão Catarinense de Folclore, membro emérito do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.
 Possui vários trabalhos publicados na área de Folclore: Ribeirão da Ilha Vida e relatos Os engenhos de farinha de mandioca da Ilha de Santa Catarina, Origem e raízes do Boi-de-mamão catarinense, Ritos de Passagem (1975), Folclore ergológico (1979), O sentimental e o folclórico Pão por Deus (1980), Do fato folclórico ao fato turístico (1981), As festas do Divino Espírito Santo- origens (1985), Sobre a pombinha açoriana (1988), A arte da baleeira (1991), Mandioca e tradição (1992), A simbólica do Espírito Santo (1997), A flor símbolo de Santa Catarina, Contributo Açoriano para a construção do Mosaico Cultural Catarinense (2003).
 Contribuiu para a obra "O orador oficial" que retrata a biografia de seu pai Hipólito do Vale Pereira e outros, havendo participado de inúmeros congressos, seminários, grupos de pesquisa e festivais.
 Estudioso da história de Florianópolis, é dele o artigo publicado no Jornal Notícias do Dia, durante os festejos dos 282 anos de emancipação política de Florianópolis, em 2008, em que faz as devidas alterações de datas alusivas ao município.
 Membro e Presidente da Academia Desterrense de Letras (gestão 06/2008).
 Membro do Conselho Estadual de Cultura.

○ **Max Muller**

Graduado em Filosofia e pós-graduado em Administração e Gerenciamento de Arquivos pela Universidade Federal de Santa Catarina.
 Foi Diretor da Casa dos Açores Museu Etnográfico, Chefe da Unidade de Ciências e Coordenador do Sistema Estadual de Museus.

Coordenador do Programa Memória da Imprensa Catarinense.
 Museólogo provisionado, projetou e coordenou a implantação dos projetos museográficos de sua autoria dos museus, Histórico de Santa Catarina- Palácio Cruz e Souza, em Florianópolis, Museu Histórico Antônio Granemann de Souza de Curitiba, Museu Entomológico Fritz Plaumann de Seara, Museu Histórico Dr. Felipe Mareia Wolf de São Bento do Sul, Museu Histórico de Urussanga, entre outros.
 Foi Diretor do Centro Integrado de Cultura no período 1991/1994.
 É membro do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, e Superintendente do Instituto Carl Hoepcke, onde entre outras atividades coordena a série de Simpósios e encontros de estudos sobre Cultura e Imigração Alemãs em Santa Catarina, bem como foi o organizador dos Anais do 1 Simpósio sobre Imigração e Cultura Alemãs da Grande Florianópolis.
 É autor de diversos artigos publicados na Imprensa Catarinense versando sobre História e Cultura.

○ **Daniel Teske Corrêa**

Advogado e Professor.
 Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina.
 Pós-Graduando em Direito Processual Civil pelo Instituto Brasileiro de Direito Processual.
 Presidente da Comissão de Direito Bancário e membro da Comissão de Moralidade Pública da OAB/SC.
 Sócio-Administrador de Teske Advogados Associados.
 Atua especialmente prestando assessoria jurídica para empresas, em Florianópolis (SC), nas áreas do direito civil, empresarial, administrativo e tributário.

○ **Ildo Raimundo da Rosa**

Nascido em 13 de abril de 1951.
 Bacharel em Direito e Ciências Sociais pela Universidade de Brasília/DF;
 Delegado de Polícia Federal lotado na Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado de Santa Catarina, onde já ocupou os cargos de
 - chefe da Delegacia de Crimes Ambientais e Patrimônio Histórico;
 - chefe do Núcleo de Inteligência Policial;
 - chefe do setor de Comunicação Social, chefe da Delegacia de Migração e representou a Interpol no Estado de Santa Catarina, bem como coordena e assessora várias comunidades terapêuticas no estado.
 Foi membro do Conselho Estadual de Entorpecentes -CONEM- de Santa Catarina.
 Atualmente exerce os cargos de:
 -Secretário municipal de Defesa do Cidadão, à disposição da Prefeitura Municipal de Florianópolis desde 19 de abril de 2006.
 -Diretor-presidente do Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis IPUF, à disposição da Prefeitura Municipal de Florianópolis desde 19 de abril de 2006.
 Exerceu funções no Centro de Inteligência do Departamento de Polícia Federal em Brasília/DF; (1983);
 Adido policial da Embaixada do Brasil em Porto Príncipe-Haiti (1989);
 Adido policial da Embaixada do Brasil em Manágua-Nicarágua (1990);
 Executou missões na República Dominicana e na Jamaica (1990);
 Participou, como delegado do Brasil, no encontro promovido pela ONU para a elaboração de declaração sobre redução de demanda de drogas, em Viena-Áustria, assinada pelo excelentíssimo Presidente da República no mês de julho de 1998;
 Títulos honoríficos:
 - Amigo e colaborador, expedido pela Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul, em novembro de 1987.
 - Amigo da Marinha, expedido pelo comandante do V Distrito Naval, em dezembro de 1995, em Florianópolis/SC.
 - Cidadão honorário da cidade de Florianópolis-sc, outorgado pela Câmara de Vereadores da capital, expedido em 2005.

○ **Marjorie Ferrari Costa**

Natural de Florianópolis / SC, brasileira, casada, professora, atriz, cantora, produtora cultural, empresária na área de eventos culturais e turismo cultural.
 Formada em Educação Artística pela Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina

(UDESC).

No meio artístico, desenvolveu experiência profissional na área teatral e musical. Atuou como atriz em várias peças teatrais com dois dos mais conhecidos grupos de teatro catarinense: Grupo Armação e Grupo Dromedário Loquaz.

No grupo Dromedário Loquaz, juntamente com o diretor Isnard Azevedo, que hoje dá nome ao principal festival teatral de Florianópolis, criou, encenou e produziu várias peças teatrais premiadas por todo o estado.

Na música, desenvolveu um trabalho como cantora, compositora, produtora, participando de vários espetáculos que representaram nossa cultura local.

Gravou o DC Ilha minha amada ilha, resgatando a obra do compositor Antônio dos Santos Miranda, onde interpretou canções que retratavam Florianópolis, nossa gente, nossas praias, nosso carnaval e homenageou personalidades que se tornaram verdadeiros ícones da nossa ilha, como Cacau Menezes, Zuri Machado, Guga Kuerten, entre outros.

Professora de Educação Artística da Fundação Catarinense de Educação Especial.
Empresária - Eventos com Art

Diretora de Cultura da Associação Comercial e Industrial de Florianópolis.

○ Paulo José Aragão

CREA nº 017.445-1 SC

Eng. Sanitarista, Ambiental e Advogado.

Brasileiro.

Formado em 1983 em Engenharia Sanitária e Ambiental e em 1991 em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina, iniciando há 25 anos na atividade de consultoria de Engenharia através da empresa MPB Engenharia, da qual é sócio fundador. Durante este período coordenou uma série de projetos de Sistemas de Abastecimento de Água, Esgotamento Sanitário, Drenagem Urbana, Tratamento de Resíduos Industriais e Estudos Ambientais. Foi Professor da Universidade Federal de Santa Catarina nas disciplinas de "Saneamento" e "Gestão Ambiental" dos Cursos de Engenharia Civil e Sanitária. É atual presidente da ABES-SC e conselheiro das seguintes entidades:

- Conselho Estadual do Meio Ambiente de Santa Catarina, representando a ABES-SC;
- Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Santa Catarina, representando a ABES-SC;
- Conselho Estadual de Saúde

○ Pedro Vitali

Nascido em 16/07/1949.

Natural de Nova Veneza/ SC. Casado.

Formado pelo Curso Técnico em Agrimensura da Escola Técnica Federal de Santa Catarina ETEFESC / Período: 1969 1971.

Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina UFSC / Período: 1983 1988.

Curso de Pós-Graduação em Administração e Auditoria Aplicada ao Controle Externo

Universidade do Estado de Santa Catarina UDESC-ESAG / Período: 1994 1995.

É Auditor Fiscal de Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina TCE

Desde 1993.

Foi Topógrafo do Departamento Estadual de Infra-Estrutura de Santa Catarina DEINFRA/SC no período de 1972 1992.

Foi Economista da Dígito Sistemas Eletrônicos Ltda no período de 1989 1993.

É Conselheiro efetivo do Conselho Regional de Economia de Santa Catarina CORECON

○ Roberto de Oliveira

Engenheiro Civil pela UFSC, 1972.

Professor Concursado pela UFSC admitido em 1973.

Doutorado (PhD) em Engenharia Civil pela University of Waterloo, 1994.

Pós-doutorado em 1995 no tópico Influência do Desenho Urbano em Custos Habitacionais, pela mesma universidade canadense.

Atividades como profissionais liberais entre 1972 e 1989:

engenheiro de obra: 53 mil metros quadrados de obras executadas; projetista em estruturas de concreto armado: mais de 300 mil metros cúbicos.

Na UFSC, já orientou 27 mestres (engenheiros, arquitetos e outros profissionais professores) e 15 Doutores (idem). Atuação em diversos grupos de pesquisa no Brasil e exterior, no processo de projeto (gestão urbana e habitacional), inovação tecnológica (em Arquitetura, Engenharia e Construção) e habitação (pesquisa da demanda e habitação de interesse social).

○ Rodolfo Joaquim Pinto da Luz

Secretário de Educação da Prefeitura Municipal de Florianópolis.

Nasceu na cidade São Francisco do Sul, norte de Santa Catarina, em 30 de julho de 1948, filho de João Pinto da Luz e Mary da Fonseca Pinto da Luz. Estudou no Colégio Santos Anjos e Colégio Bom Jesus, ambos em Joinville.

Graduou-se em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina UFSC.

Pós-graduado pelo Curso Regional Latino-Americano de Programas de Educação Promovido pelo BIRD /CENDEC/MINIPLAN/UnB, tendo também Especialização em Direito pela UFSC.

Atualmente é Secretário Municipal de Educação e Professor Adjunto IV do Departamento de Direito da Universidade Federal de Santa Catarina. Preside a Junta Governativa da Associação COLUMBUS de Universidades Latino-Americanas e Européias, criada pela Associação de Universidades Européias-EUA. Também preside o Instituto de Estudos e Pesquisas em Administração Universitária INPEAU, da Universidade Federal de Santa Catarina. É Membro Titular do Conselho Estadual de Educação (SC).

Já exerceu várias atividades na área da Educação, entre elas, Reitor da Universidade Federal de Santa Catarina, por três vezes, entre os anos de 1984 a 1988, 1996 a 2000, sendo reeleito em 2000 e permanecendo no cargo até 2004. Foi Secretário de Educação Superior do Ministério da Educação e do Desporto em 1993/1994. Foi também Presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições de Ensino Superior ANDIFES e do Conselho de Reitores das Universidade Brasileiras CRUB. Presidiu, em Florianópolis, o IPUF Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis, em 1989.

Nesses anos todos, recebeu inúmeras distinções, entre elas Diplomas, Medalhas, o Brasão da UFSC e outras Honrarias.

Participou de inúmeros congressos e seminários e proferiu várias conferências, palestras e pronunciamentos, todas relacionadas à área educacional.

○ Fernando Telini

Advogado atuante na área empresarial e tributária.

Bacharel em Administração de Empresas pela Universidade Mackenzie SP

Pós-Graduado em Direito Tributário pela Universidade Federal de Santa Catarina UFSC

Pós-Graduado em Direito e Negócios Internacionais pela Universidade Federal de Santa Catarina UFSC

Conselheiro titular do Conselho Estadual de Contribuintes do Estado de Santa Catarina

Membro da Câmara de Ética Tributária do Estado de Santa Catarina

Diretor Jurídico da Acif

○ Amanda Tellechêa Petrone

Graduanda em Administração Empresarial pela ESAG/UDESC.

Graduanda em Geografia pela UFSC.

Diretora de Consultoria da ESAG Jr. Consultoria em Administração.

○ Gustavo Jales Appel

Graduando em Administração Empresarial pela ESAG/UDESC.

Graduando em Ciências da Computação pela UFSC.

Diretor Presidente da ESAG Jr. Consultoria em Administração.

Conselheiro da Federação das Empresas Juniores do Estado de Santa Catarina.

○ Juliana Pamplona

Formada em Comunicação Social com Habilitação em Jornalismo e tem MBA em Marketing pela Fundação Getúlio Vargas. Trabalhou nas áreas de criação e redação publicitária / Assessoria de Imprensa / Criação,

elaboração e desenvolvimento de jornais impressos. Trabalhou na área de reportagens, produção e pesquisa de TV. Foi editora e repórter da revista Palavra de Jornalista e da Revista Líder, uma publicação em parceria da Fundação Getúlio Vargas e da Confederação Nacional dos Jovens Empresários. Trabalhou como jornalista na área de assessoria de imprensa, desenvolvendo as seguintes atividades:

Assessoria de comunicação e de imprensa de empresas, instituições, pessoas físicas e eventos; Produção e edição de textos de house-organ, jornais externos e fax paper para empresas/instituições; Produção e edição de textos para Home-pages; Produção de artigos e discursos; Marketing de relacionamento; Planejamento estratégico da comunicação, Implantação e Manutenção da Qualidade Certificação ISO 9002, além da Produção e edição de textos, legendas, títulos e olhos para house-organ e jornal informativo externo.

Em março de 2002 abriu sua própria empresa, a Alvo de Comunicação e Assessoria de Imprensa, em sociedade com a jornalista Karyna Pereira, cujos serviços oferecidos são de assessoria de imprensa, estratégias de comunicação e desenvolvimento de produtos jornalísticos como jornais, vídeos e revistas. Foi, durante dois anos, diretora de comunicação da Confederação Nacional dos Jovens Empresários (Conaje), possibilitando uma penetração jornalística em quase todas as macro-regiões brasileiras. Exerce hoje o cargo de diretora de Comunicação da Associação Comercial e Industrial de Florianópolis.

○ Klaus da Silva Raupp

Brasileiro, casado, advogado e professor, natural de Florianópolis/SC.
Formado em Direito pela UFSC (1997/2);
Formado em Administração de Empresas pela ESAG/Udesc (2001/1);
Pós-graduação em Administração Tributária Empresarial, na ESAG/Udesc (1998-2000).
Advogado há 10 anos, atuando exclusivamente na área tributária, preventiva (consultoria) e contenciosamente (advocacia propriamente dita);
Sócio-administrador da Raupp Advocacia Empresarial, sediada em Florianópolis/SC;
Articulista da Gazeta Mercantil Santa Catarina, em matéria tributária, entre 1999 e 2000;
Professor convidado na área do direito tributário;
Membro do Conselho Municipal de Contribuintes de São José/SC, desde a sua instalação (2007);
Membro da comissão de Reforma Tributária da ACIF, desde a sua criação (2007).

○ Carlos Eduardo Nascimento

Bacharel em Ciência da Computação - UFSC- Univali;
Licenciatura em Processamento de Dados - MEC/CEFET;
Pós-Graduado em Metodologia do Ensino Profissionalizante UDESC;
Diretor e Conselheiro da Sucesu;
Membro Titular do Conselho Diretor do Cefet SC;
Coordenador Regional da área de TI do Senac SC;
Diretor de Ciências e Tecnologia da ACIF.

○ Anderson Nazário

Advogado e professor universitário;
É bacharel em Ciências Jurídicas com habilitação em Direito do Trabalho;
Especialista em Direito Tributário;
Especialista em Direito Ambiental;
Especializando em Direito Societário e Empresarial;
Diretor do Escritório Nazário Advocacia;
Diretor Jurídico da ACIF Jovem e Diretor de Interesses Empresariais da ACIF.

○ Rodrigo Duarte da Silva

Sócio e Diretor da Peres & Silva Advogados Associados S/S;
Diretor de Assuntos Tributários AEMFLO;
Especialista em Direito Tributário pela FGV/RJ (2005);
Especialista em Direito Constitucional CESUSC (2002);
Especialista em Direito Público ESMPC (1997);

Especialista em Gestão de Qualidade Total em Serviços UFMG (1996);
Especialista em Direito Empresarial FESAG(1995);
Graduado em Direito pela Universidade Federal de SC - UFSC/1995.

○ Ricardo Valls

Brasileiro, casado, 46 anos;
Empresário do ramo imobiliário em Florianópolis;
Foi executivo de empresas nacionais e internacionais, como Bausch & Lomb, Gradiente, Coca-Cola e Souza Cruz;
Foi sócio dos hotéis Marina, no RJ, e conselheiro do Rio Convention & Visitors Bureau.

○ Jane Pilotto

Brasileira, Casada, Arquiteta, Professora e Empresária, Natural de Curitiba/PR.
Graduada em Arquitetura pela Universidade Bennett, RJ, 1981
Mestrado em Ergonomia pela UFSC, 1997
Doutorado e Gestão Ambiental pela UFSC, 2004
Projetos e obras de petroquímicas e de indústrias químicas
Projetos de arquitetura paisagística de loteamentos e residências
Implantação de projetos de áreas externas
Projetos e obras de arquitetura de interiores
Professora universitária no Departamento de Arquitetura da UFSC e na UNISUL
Professora nos cursos de Pós Graduação na FACULDADE BARDDAL e na UNOESC
Coordenadora do curso de em Paisagismo Ecológico na FEPESE, UFSC
Diretora de meio ambiente da ACIF
Participação como conselheira do CONDEMA
Participação como conselheira do Conselho de Saneamento básico de Florianópolis
Participação do Conselho Consultivo do Corredor Cultural de Florianópolis

○ Diego Rodrigues da Silva

Técnico em Mecânica formado pelo CEFET/SC em 1997.
Graduação em Administração de Empresas com Habilitação em Turismo e Hotelaria pela Faculdade UNICA em 2002.
Graduando em Direito na faculdade CESUSC.
Técnico Comercial da ACIF desde 2003 tendo atuado nas áreas: Programa Empreender, Produtos e Serviços e Assessoria de Projetos.

○ Antônio Paulo Póvoas Dias

É Engenheiro Eletricista (UFSC) e Administrador de Empresas (Instituto Makenzie/SP). Tem MBA em Gestão Estratégica de Negócios pela Fundação Getúlio Vargas (RJ), Especialização em Marketing (ESPM/SP), Pós Graduação em Engenharia de Comunicação de Dados (MG) e Formação de Empreendedores de Negócios pela Telesc e France Telecom.
Iniciou sua carreira na área de tecnologia onde foi Analista de Sistemas na Telesc e na Telesp, Gerente de Sistemas, de Produção e de Planejamento de Informática na Telesc, Gerente do Centro de Informações e Assessor da Diretoria de Informática do CIASC, Diretor de Sistemas e Professor de Informática na PROEL, onde é Sócio proprietário. Passou a atuar na área de administração onde foi Gerente de Demanda Localizada de Telefonia, Gerente do Departamento de Controle de Mercado na Telepar, Gerente da Divisão de Planejamento Mercadológico, Gerente da Divisão de Estudos Econômicos, Gerente da Divisão de Comunicação de Dados e Gerente do Departamento Comercial na TELESC.
Foi Conselheiro e Diretor de Grupo de Usuários, de Associados, de Telecomunicações, Vice-Presidente e Presidente da SUCEU/SC - Sociedade de Usuários de Informática e Telecomunicações de Santa Catarina, Conselheiro e Diretor do Sindicato de Empresas de Processamento de Dados da Grande Florianópolis e Conselheiro do Sindicato de Engenheiros de Santa Catarina.
Atualmente é Administrador da Postmix Soluções Gráficas Ltda (Florianópolis/SC) e Presidente do Comitê para Democratização da Informática de Santa Catarina.

Diagramação e edição:

Acerte Propaganda - (48) 3028 4668
acerte@acerte.net www.acerte.net

Florianópolis/SC - Agosto 2008

Fotos: Renato Gama

renatogamafotos@terra.com.br



ACIF

Associação Comercial
e Industrial de Florianópolis

ACIF - Centro - Rua Emílio Blum, 121 - Centro - Florianópolis - SC
CEP: 88020-010 - Fone: +55 (48) 3224-3627



Filiada

FACISCO
FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES EMPRESARIAIS
DE SANTA CATARINA

CACBO
CONFEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES
COMERCIAIS E EMPRESARIAIS DO BRASIL

Regionais

Regional Lagoa da Conceição

Rua Henrique Veras do Nascimento, 240
Shopping Via Lagoa - 2º piso
sala 213 e 215 - Fone: (48) 3232-0185
Lagoa da Conceição - CEP 88062-010
Florianópolis - SC

Regional Ingleses

Rua Intendente João
Nunes Vieira, 1683
Fone/Fax: (48) 3269-4111
Ingleses - CEP 88058-100
Florianópolis - SC

Regional Continental

Rua Tijucas, 65
Fone: (48) 3244-5578
Balneário - CEP 88075-540
Florianópolis - SC

Regional Canasvieiras

Rua Dr. João de Oliveira, 743
Fone/Fax: (48) 3266-2910
Canasvieiras - CEP 88054-121
Florianópolis - SC

Regional Sul da Ilha

Rodovia SC 405, 174
Fone/Fax: (48) 3237-4388
Rio Tavares - CEP 88063-000
Florianópolis - SC

www.acif.org.br